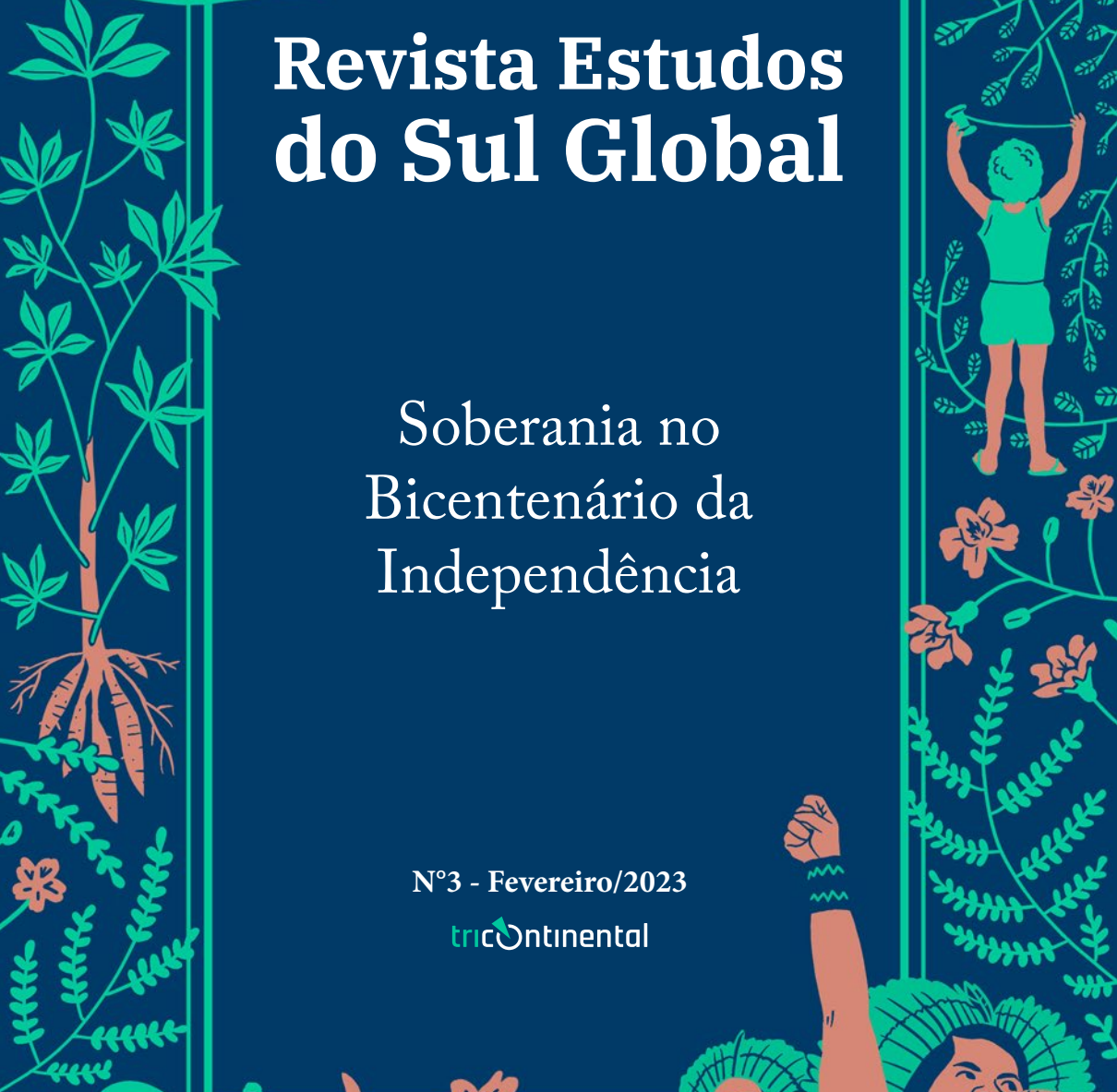


The top of the cover features a stylized illustration of the Brazilian flag on the left and a kite with a star on the right, both set against a background of green leaves and brown branches with small brown fruits.

Revista Estudos do Sul Global

The central part of the cover is framed by a thick black border. To the left of the border is a large tree with a thick brown trunk and green leaves. To the right are green branches with small brown fruits and several orange flowers.

Soberania no
Bicentenário da
Independência

Nº3 - Fevereiro/2023

tricontinental



Expediente

Equipe executiva:

André de Oliveira Cardoso, coordenador do escritório Brasil, economista, mestre em Economia e Desenvolvimento e doutorando em Economia Política Mundial.

Cristiane Ganaka, pesquisadora e analista de dados, economista e bacharel em ciências humanas.

Luiz Felipe Albuquerque, jornalista e responsável pela comunicação do escritório do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social no Brasil.

Olívia Carolino Pires, militante do Movimento Brasil Popular e integrante da coordenação do Projeto Brasil Popular. Bacharel em economia, mestrado em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Rebecca Gendler, formada em Publicidade e Propaganda com habilitação em Marketing.

Equipe técnica:

Ana Penido, doutora em relações internacionais e mestre em estudos estratégicos.

Angelica Tostes, teóloga e mestre em Ciências da Religião.

Delana Cristina Corazza, cientista Social (PUC-SP) Mestre em Arquitetura e Urbanismo (USP).

Marcelo Álvares de Lima Depieri, economista, mestre em economia política e doutor em ciências sociais.

Rodrigo Lentz, advogado e doutor em ciência política (UnB).

Conselho editorial

Adelar Pizetta, Ary Carvalho de Miranda, Barbara Vallejos, Caetano de Carli, Cristina Bezerra, Darlan Montenegro, Fernando Michelotti, Jonas Duarte, Juliane Furno, Lauro Carvalho, Luiz Antonio Elias, Marina Gouvea, Mônica Bruckman, Neuri Domingos Rossetto, Pedro Christoffoli, Pedro Rossi, Rafael Villas Boas, Teresa Maia, Yamilla Goldfarb.

Equipe de artes e diagramação:

Ingrid Neves, artista parte do Departamento de Arte do escritório inter-regional do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

As artes no interior da revista fazem parte da Exposição de Cartazes “200 anos de uma nação inacabada | A arte como forma de denúncia e resistência” (2022).

Editor: Miguel Yoshida

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

CNPJ: 30.857.455/0001-99

Alameda Nothmann, 806 Campos Eliseos - CEP 01216-001 - São Paulo - SP

Contato: brasil@thetricontinental.org

Periodicidade: semestral

Edição: n.3 2023

Publicado em fevereiro de 2023

Revista Estudos do Sul Global

Soberania no Bicentenário
da Independência

Nº3 // fev. 2023

... Sumário



7

Introdução

Introdução



64

Art. 4

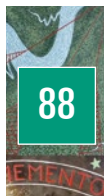
Petróleo e Soberania Econômica no Brasil



10

Art. 1

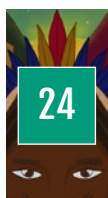
Sete compromissos com a Independência



88

Art. 5

Uma ponte para o abismo: o projeto de poder militar



24

Art. 2

Entre o nacionalismo dos explorados e a opressão do Estado-nação



110

Art. 6

Órgãos de inteligência e o desenvolvimento dependente: relações entre SNI e CIA (1964-1991)



40

Art. 3

Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina



130

Art. 7

Relações Brasil-China: as exportações do agronegócio brasileiro, questões agrárias, de segurança e soberania alimentar e dependência



Art. 8

Bolívia: A questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal



Art. 12

A “quilombagem” de Clóvis Moura e a luta contra o racismo estrutural no Brasil



Art. 9

Formação Social e a Culinária Brasileira: uma cozinha em construção



Art. 13

Raça e identidade: a invenção do outro racializado



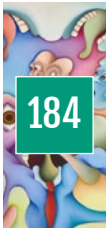
Art. 10

O marxismo e da questão da mulher



Imagens

Exposição de arte “200 anos de uma nação inacabada: A arte como forma de denúncia e resistência”



Art. 11

“Preta, pobre, puta”, LGBTQIA+: contribuições para um urbanismo mais igualitário



Ligia mefano (SEPE - coletivo arte-mudança já) // “Título: EXpurgar - Faço esses desenhos e colagens utilizando como suporte embalagens de remédios e colegas de imagens (retiradas da mídia impressa) do poder econômico e político atual, que tem provocado o adoecimento do povo. Proponho denunciar os laboratórios farmacêuticos que, por ganância, influenciam médicos a receitarem remédios levando o povo ao uso enganoso e abusivo, além de expurgar, através do fazer artístico, as constantes ações nefastas e corrosivas do governo Bolsonaro e seus comparsas. Em termos práticos esse trabalho consiste em incorporar aos invólucros coloridos dos remédios, os desenhos e colagens retiradas de jornais e revistas, registro os acontecimentos como um diário da conjuntura atual.”



Introdução

A *Revista Estudos do Sul Global (Resg)*, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, tem como principal característica ser uma publicação que contribua para a compreensão da dinâmica do modo de produção capitalista no século XXI, tanto nas ofensivas do capital quanto nas resistências das classes trabalhadoras, tendo como pilares político-teóricos os valores do anticapitalismo, anti-imperialismo, integração entre os povos e o internacionalismo socialista.

A *Resg* se propõe a publicar textos nas diversas áreas do conhecimento nessa perspectiva política – tanto das ciências humanas quanto naturais –, estando aberta a incorporar contribuições de diversos matizes teóricos, desde que defendam um ponto de vista anti-imperialista. A *Resg* parte da compreensão das características globais do modo de produção capitalista – sem contudo desconsiderar as especificidades e dinâmicas regionais em que ele se expressa – para decifrar a realidade brasileira ao mesmo tempo em que se propõe a uma mirada para além do nacional, tendo o internacionalismo como um dos seus princípios. Ela se constitui como uma publicação para um público além dos especialistas e estudiosos e deve dialogar com a militância das organizações populares e setores progressistas da sociedade.

O ano de 2022 é um marco histórico na sociedade brasileira, seja pela comemoração do bicentenário da independência (1822-2022), seja pelo centenário da Semana de arte moderna e da fundação do Partido Comunista (1922-2022). Essas datas colocam para nós a necessidade de refletirmos sobre a questão da soberania, em seus diversos aspectos e articulações, num contexto de constante ofensiva imperialista no capitalismo contemporâneo, sobretudo com o esgotamento do neoliberalismo.

Consideramos aqui a diversidade da formação social brasileira, entendendo a questão da soberania não nos marcos apenas da nação, mas pensando, principalmente, a partir da perspectiva dos de baixo, para utilizar um termo caro a Florestan Fernandes, e da construção de uma sociedade dos e para os trabalhadores e trabalhadoras.

É fundamental, para nós, pensarmos essa questão em chave de totalidade, ou seja, procurando compreender as determinações e inter-relações da formação social brasileira – economia, política etc. – em questões estruturais como: territorial, agrária, racial, de gênero, indígena, cultural, de constituição de classe, militar, alimentar entre outros. Também é de extrema relevância refletirmos num marco temporal alargado, considerando os aspectos históricos e suas reverberações no capitalismo dependente brasileiro atual; no entanto, é ainda mais importante conseguirmos construir alternativas à nossa realidade.

Nesse sentido, o terceiro número da *Revista Estudos Sul Global* tem como tema a *Soberania dos povos no bicentenário da independência*, com contribuições que nos ajudem a compreender as tensões entre dependência e soberania na sociedade brasileira do século XXI; a ofensiva do capital para manter a ordem estabelecida; bem como as resistências dos povos em luta. Assim, consideramos alguns eixos de abordagem desse tema: possibilidades e limitações da soberania no capitalismo financeirizado e dependente; racismo e genocídio contra população negra e povos originários, estratégias de luta e resistência; questões de gênero, agenda da luta das mulheres e LGBTQIA+; soberania territorial, soberania alimentar e questão agrária; formação e reconfiguração da classe trabalhadora brasileira e estratégias de luta diante das mudanças no mundo do trabalho.

Neste número apresentamos 13 artigos que em sua diversidade temática – desde a política, economia até questões culturais como a culinária – nos ajudam a compreender não apenas as tensões internas ao Brasil que constituem o atual estágio do capitalismo, mas também os conflitos que marcam diferentes países da América Latina, que embora tenham suas especificidades nacionais estão sob a mesma lógica do capitalismo dependente periférico em uma nova fase de acumulação financeirizada.

Esperamos, com este volume, fomentar o debate em torno de questões cruciais para nossa época e fortalecer a produção teórica que não está desvinculada da prática política, ao mesmo tempo que não se submete a ela.





Nathália Ferreira Guimarães // “Colagem feita com a imagem (2022) do Comitê que faço parte o Comitê Popular de Luta Elza Soares (BH-MG) e imagens retiradas de calendário de bolso variados entre 1970 a 1980. Aos que brandam que a sua bandeira nunca será vermelha afirmamos que a nossa é da única cor que permite construir a esperança e resgatar nossa alegria: vermelho forte e vivo! Novamente os elementos da colagem são de tempos sombrios que assombraram nossa História mas de datas mais próximas de uma abertura democrática do que o fim desta. O Objetivo é trazer nos elementos da colagem a temporalidade das imagens na tentativa de pensar a dialética do tempo para estar com os pés firmes no presente e partir disso correr a passos largos ao encontro do futuro do povo brasileiro.”

1 Artigo

Sete compromissos com a Independência

Olivia Carolino Pires¹

Resumo // Independências. Qual a particularidade da independência do Brasil em 1822? O presente artigo busca examinar a questão nacional num país em que a Independência da colônia consolidou o divórcio entre povo e nação. Desse modo as tarefas nacionais e populares não realizadas na formação do Estado-Nação são transmitidas a épocas posteriores e se manifesta como conteúdo das lutas de movimentos populares, democráticos e nacionais. Nessas lutas não se separa por liberdade da luta emancipatória. Tratando da hipótese de que na independência no Brasil não nasceu uma nação, trazemos a importância de reivindicar o nacionalismo revolucionário na perspectiva do povo brasileiro se conectar com a perspectiva de destino comum. Nesse sentido, o artigo relaciona os dilemas da questão nacional no Brasil com os sete compromissos do projeto popular, entendendo esses, como o terreno comum de lutas emancipatórias.

Palavra Chave // *Questão Nacional, Lutas emancipatórias, participação Popular.*

1 Olívia Carolino Pires, pesquisadora, é militante da organização Movimento Brasil Popular e integra a coordenação do Projeto Brasil Popular. Bacharel em economia, mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Integrou o corpo docente do departamento de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez parte da equipe de educadores populares do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. É professora na Escola Nacional Florestan Fernandes e na Escola Nacional Paulo Freire. Se dedica a processos de formação junto aos movimentos populares e sindicais no Brasil.

Introdução

Qual a particularidade da Independência no Brasil? O presente artigo examina o vazio da questão nacional em um país em que o processo de independência consolidou a cisão entre povo e a nação.

Há duzentos anos que foi realizada a independência política de um país para aprisionar seu povo. O povo não participou, no sentido freiriano de protagonizar o processo e ter voz ativa para que suas aspirações se materializassem na relação que equaliza Estado-povo-nação. Não quer dizer que não lutou. A luta por liberdade e a luta de classes se articulam na luta por Independência. Foram inúmeras batalhas travadas portadoras do conteúdo da independência, no entanto, elas não assumiram a espessura de força social que defendesse aspirações gerais do povo brasileiro.

Continuou a prevalecer no Estado os interesses dos mesmos empreendimentos baseados em mão-de-obra escrava. A ausência de aspirações populares na independência fez com que essa ficasse limitada à emancipação política, vazia de conteúdo social.

A construção nacional no Brasil fracassou pela ausência da participação popular, que esvaziou a luta emancipatória de seu sentido nacional. As aspirações por democracia e de soberania ficaram pendentes de ser realizadas, foram retransmitidas a épocas posteriores e reaparecem como tarefas dos movimentos populares e são traduzidas nos sete Compromissos do Projeto Popular: compromisso com a democracia, com a soberania, com o desenvolvimento, com a sustentabilidade, com a solidariedade, como o feminismo e com a igualdade étnico-racial.

Partimos do entendimento de que na Independência do Brasil não nasceu uma nação. De modo que, no bicentenário da independência em 2022 segue pendente a necessidade do povo entrar na história como protagonista da construção nacional.

Com intuito de sustentar tal afirmação, faz-se necessário dedicar o primeiro momento desse artigo à reflexão sobre o que estamos entendendo sobre: o que é uma nação?

O que é uma nação senão participação?

Desde o início das reflexões no ocidente os critérios de raça, língua, religião, geografia foram recusadas como legítimos para afirmar o que é uma nação. Uma nação como entendemos hoje e um conceito recente, “O que é uma nação?” É o título da conferência pronunciada por Ernest Renan na Sorbonne, Paris, França em 1882. Uma nação é entendida como um legado de recordações e o desejo de viver em conjunto, o que esse autor vai sintetizar na ideia de “uma nação é um plebiscito de todos os dias” (Renan, 2016). A percepção da vida humana organizada em bases nacionais como modo de sociabilidade específico articula um sentido político de povo – nação como uma grande solidariedade construída pelos sentimentos de sacrifício que fizeram e que ainda fariam como afirmação contínua da vida.

Um povo opera a conversão de azar em destino e se constitui como uma comunidade que se imagina limitada, no sentido que nenhuma comunidade política abarca a humanidade; e ao mesmo tempo se imagina como soberana relacionada à aspiração iluminista em ser livre. Essa é a formulação de nação que encontramos em Benedict Anderson (1993) em comunidades imaginadas, não no sentido de um artefato, mas de uma dimensão ideológica que compreende um sentido de destino comum. É necessário um engajamento e esforço coletivo de um povo em aderir a construção da nação a partir da consciência de sua mútua interdependência econômica e social, estendendo à partilha soberana da direção política e dos assuntos nacionais, nas palavras do antropólogo e sociólogo Marcel Mauss (2017).

Das muitas formas de apropriação do nacional em se tratando de luta de classes, Lenin já fazia a distinção de nacionalismo de nação opressora e nacionalismo de nação oprimida, atribuindo a esse último um conteúdo democrático geral. Com Eric Hobsbawm (1990) essa concepção de nação ganha contornos políticos mais claros quando ele equaliza Nação – Estado – Povo, de modo que o significado moderno de nação passa a ser o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. A ideia de povo soberano teve funcionalidade nas Revoluções Burguesas, mas o que veio a caracterizar povo-nação, visto de baixo, foi precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra o privilégio. Nesse sentido, a questão nacional pode assumir ideia que o autor vai chamar de *protonacionalismo popular* que se refere a um nacionalismo de tipo emancipador.

Michael Lowy (2008) mostra que é a partir da experiência histórica de movimentos de libertação nacional na Ásia, África e América Latina, essa *brecha teórica para a apropriação revolucionária do nacionalismo, se torna realidade. Algo em comum nos nacionalismos dos países que travaram batalhas anticoloniais é a necessidade de conceber a questão Nacional com “cabeça própria”, a partir das contradições particulares de suas respectivas formações sociais e econômicas.* Para ilustrar, esse que traço comum na perspectiva do Sul Global traçamos um paralelo entre José Carlos Mariátegui (1894-1930), Lima, Peru à E.M.S Namboodiripad (1909-1998), Kerala, Índia. Mariátegui vai mostrar que a questão nacional no Peru se confunde com o problema indígena e a partir daí cria as bases marxistas para abordar a questão indígena com parte de uma questão econômica e social que só seria enfrentada quando se mexesse na estrutura fundiária fruto da colonização do país; a contribuição de E.M.S. sobre a questão nacional indiana mostra que a sociedade de castas e a hegemonia do bramanismo resultou em uma estagnação constante, processo esse que enfraqueceu a Índia, deixando a porta aberta para o colonialismo europeu. Na Índia, muitas das formas de exploração do sistema pré-capitalista perduram e junto a elas um novo sistema de exploração como resultado do desenvolvimento capitalista se estabeleceu. A “questão nacional” é uma questão para esses povos que cabe ao povo resolver. Tanto Mariátegui quanto E.M.S. lutaram para organizar o povo e identificaram potencialidades revolucionárias a partir da questão nacional de seus respectivos países, buscando as contradições nos povos originários e no regime de castas. A contribuição desses autores sugere as bases para se pensar no nacionalismo revolucionário, que é uma contribuição original do marxismo do Sul Global com relação ao marxismo clássico.

O nacionalismo revolucionário produziu processos de emancipação e ao mesmo tempo (esses processos) forjaram nações livres e pobres. As lutas anticoloniais e lutas por libertação nacional produziram novas nações que na década de 1980 eram vistas como um conjunto de Estados falidos, um lugar de fome, miséria e desesperança que foram chamadas de nações do Terceiro Mundo. Vijay Prashad em *Darker Nations, a people's history of the third world* (2007), traduzido em português como *Uma História Popular do Terceiro Mundo* (2022) argumenta que o “Terceiro Mundo” não é um lugar, mas sim um projeto a partir das batalhas por um novo mundo a partir das batalhas dos povos da África, da Ásia e da América. As lutas anticoloniais ensinaram a vasta maioria do povo sobre as nocivas consequências do imperialismo. Isso fez com que o projeto do Terceiro

Mundo tivesse apoio popular. O projeto do Terceiro Mundo é uma unidade de propósito dos regimes que, pelo menos nas duas décadas que sucederam os anos de 1950, chegaram ao poder com significativa legitimidade popular. E, por um tempo, representaram um desafio para a ordem do pós-Segunda Guerra mundial, particularmente com sua agenda a favor do desarmamento, uma ordem econômica mais justa e por um mundo sem racismo. Ansiavam por dignidade acima de tudo relacionada às necessidades mais básicas da vida. O encontro de líderes como Jawaharlal Nehru da Índia, Gamal Abdel Nasser do Egito, Kwame Nkrumah de Gama, Fidel Castro de Cuba, entre outros, circunstâncias que proporcionaram forjar uma visão de mundo e criar um conjunto de instituições que exigiam por parte desses povos que atacaram o colonialismo para conquistar liberdade, igualdade política em âmbito mundial. O projeto do Terceiro Mundo entusiasmou militantes e artistas de diversas tradições políticas, de Nasser, Nehru, Sukarno à Nguyen Thi Binh e Ho chi Minh no Vietnã, Ben Bella, na Argélia, Nelson Mandela na África do Sul.

No entanto esse projeto tinha uma falha de origem. A luta contra forças coloniais e imperialistas impôs, via de regra, uma unidade entre classes sociais nesses países. Uma vez no poder, a unidade que havia sido preservada a todo custo tornou-se um fardo. A classe trabalhadora e o campesinato em muitos desses movimentos haviam aderido a uma aliança com os proprietários de terra e as emergentes elites industriais acreditando que o novo Estado promoveria um programa socialista. Em vez disso, o que se desenvolveu foram processos que combinaram a promessa da igualdade com manutenção da estrutura social. Em vez de fornecer os meios para criar uma sociedade inteiramente nova, esses regimes protegiam as elites entre as velhas classes sociais ao mesmo tempo que produziam elementos de bem estar para o povo. Nas décadas de 1940 a 1970 a consistente pressão dos trabalhadores, o prestígio dos partidos de libertação nacional e o consenso mundial acerca do uso do Estado para criar demanda agregada constrangia o exercício de poder das classes dominantes. Já na década de 1970, essas nações já não eram mais novas e suas debilidades eram numerosas. A impossibilidade de superar a asfixia do capital financeiro levaram a uma crise financeira e fiscal em grande parte do Terceiro Mundo (Prashad, 2022).

Um resultado da extinção da agenda do Terceiro Mundo foi o crescimento de formas de nacionalismo cultural nas nações mais escuras. Ativismos de todos os tipos surgiram para preencher o espaço anteriormente assumido por várias formas de nacionalismos que se articulavam com socialismo e libertação

nacional. Religião fundamentalista, raça e formas não reconstituídas de poder de classe surgiram sob os destroços do projeto do Terceiro Mundo.

Em contraposição a tendências facistizantes e a nacionalismos culturais, a reivindicação do nacionalismo revolucionário, dentre as diversas formas de apropriação da questão nacional, diz respeito à centralidade na política. A nação no Brasil precisa se reconectar com a perspectiva de destino comum como modo de superar a profunda cisão do povo com sua pátria. Na política isso se traduz no compromisso com a Soberania Popular que vem a ser autodeterminação do povo brasileiro para escolher e decidir sobre seu próprio destino, sobre os rumos da vida social e bens comuns. Isso quer dizer, atuar no sentido da estruturação de um destino nacional soberano capaz de gerar um futuro inédito sequestrado nos Movimentos de Independência.

A restituição da nação ao povo é um processo violento de descolonização

Os Movimentos de Independência no início do século XIX (1808-1829) na América Latina foram pioneiros na formação política do Estado Nação moderno. As comunidades *criollas* conceberam precocemente a ideia da sua nacionalidade, muito antes que a maior parte da Europa. No entanto, dado o grau de desenvolvimento do capitalismo, a forma da nação como uma comunidade imaginada na América Latina não pôde se universalizar.

Esse desafio em imaginar-se enquanto *povo-nação* é uma ousadia que ainda está por vir. Um fator central que obstrui a imaginação é a violência, protagonista do processo de colonização dessa comunidade. A principal consequência da expansão mercantil foi lançar as sociedades nativas de imediato à condição de sociedades rejeitadas, aptas ao extermínio de povos inteiros, ou sociedades subjugadas, de exploração até o limite último de suas forças físicas, ou seja, é a ideia do modo de ser da humanidade particular que nega as outras, do ponto de vista do conflito social.

Em Letizia (2014) encontramos a ideia de que do desfecho desse conflito se deu o primeiro molde gerador da forma social das colônias, que tem como protagonista a violência que imprime sua característica nas formas de exploração no continente à medida que o homem dispõe do homem e da natureza

de maneira brutal. Essa prática de “dureza interna” marca as relações sociais até hoje como desdobramento da contradição que trouxe as colônias ocidentais à existência enquanto comunidades distintas das dos colonizadores. A violência é o “tipo de contradição” ou é “a marca” de como a contradição vai se desenvolver no processo histórico do continente americano. Identificar a violência como força motriz do processo revela o fundamento predominante nas relações sociais marcadas pela violência exacerbada das forças opressoras dos Estados Nacionais, pelo desprezo à vida, pela prática da opressão e humilhação e notadamente pela exploração da força de trabalho. A violência em negar as aspirações emancipatórias da modernidade a esses povos os obrigam a ir além das aspirações modernas de igualdade e liberdade para existirem enquanto nações.

Nessa perspectiva de apontar a violência para entender o tipo de contradição que desencadeia o processo histórico em sociedades coloniais, Frantz Fanon (1979) em *Os condenados da Terra* desenvolve a ideia de que a libertação nacional ou o renascimento nacional, a restituição da nação ao povo sempre será um processo violento de descolonização, porque será sempre uma substituição de uma “espécie de homens por uma outra espécie de homens”. Nesse sentido, o colonizado descobre o real e o transforma no movimento da sua práxis, no exercício da violência, no seu projeto de libertação.

Esse elemento que nos ajuda a qualificar a violência trata-se de um processo de negar a humanidade dos povos colonizados que se transformaram imediatamente em aptos ao extermínio. Até hoje considerados povos disponíveis a serem eliminados, morrer de violência, fome, desemprego, vírus ou migrações forçadas. A luta por existir enquanto Seres Humanos precede a luta nacional e a própria luta de classes. É a luta pelo direito de existir, existir enquanto povo. Luta pelo direito de ser alguém. Só alguém reconhecido como alguém pode aspirar se organizar em bases nacionais com outros que por ele tem reconhecimento.

Essa é a natureza da violência que o povo precisa enfrentar para participar; se colocar na política como sujeito é uma dimensão do compromisso com a Democracia Popular que diz respeito a criar condições de participação eletiva para esse povo silenciado ter voz e ser protagonista de processos de emancipação.

Tarefas não realizadas na passagem da sociedade colonial à sociedade nacional seguem pendentes como conteúdo programático do projeto de desenvolvimento nacional

Para sustentar o compromisso com o Desenvolvimento Nacional e com a Sustentabilidade que supere a condição de nação inacabada é preciso desenvolver a hipótese de que ao esvaziar a luta emancipatória de seu sentido nacional as tarefas não realizadas no processo de Independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. A construção de novas nações se deu sob a liderança de burguesias nativas que capitanearam a luta emancipatória. Desse modo, as aspirações nacionais que a modernidade alçara a partir da Europa repercutiram entre o povo das ex-colônias, mas, aliados do processo emancipatório, ficaram as aspirações pendentes de serem realizadas, sem aplicação na forma de Estado-nação que se constituiu.

A aspiração da “Liberdade e Igualdade” não realizada na Independência da América Latina reaparece como movimentos nacionalistas, que vão repercutir nos povos como movimentos anti-imperialistas.

O nacionalismo popular foi assumido por camadas sociais médias urbanas que são facilmente atraídas para o industrialismo burguês. O fato de ressurgir a questão da independência sob a forma de nacionalismo popular significa que a questão da constituição de uma nação deixou de ser preocupação dos intelectuais da burguesia e passou a ser uma aspiração de todo o povo das cidades, o que se manifestou no florescimento artístico de cunho nacionalista como na Semana de Arte Moderna e no auge do Movimento Tenentista, há cem anos, em 1922.

Quando os explorados e oprimidos finalmente entram nesse processo, já o fazem sob a influência da Internacional Comunista, que lhe dá a conotação de luta anti-imperialista. Via de regra, os Partidos Comunistas apoiaram-se no conflito, dos anos trinta do século XX, entre o industrialismo burguês e seus opositores burgueses internos e externos, e alimentaram o mito das burguesias supostamente nacionalistas.

O falso o nacionalismo das burguesias não impede que o movimento operário seja real e avance por entre as fissuras da ordem pós-colonial e o surgimento de fortes organizações operárias, assim como de sindicatos e um movimento

operário pujante. Ao analisar o movimento operário preso ao esquema burguesia *versus* proletariado coloca limites para captar as aspirações de longa duração histórica do povo brasileiro. Relaciona-se a isso a dificuldade de compreender fenômenos como O 2 de Julho (1823), Canudos (1896), Contestado, Caifazes, do Dragão do Mar, a experiência do Cangaço ao Tenentismo (1922) que não cabem dentro do esquema explicativo mecânico do marxismo.

Nesse sentido, um Projeto de Desenvolvimento Popular é portador dessas aspirações populares de longa duração histórica e expressa a necessidade de o povo brasileiro desenvolver seu real potencial. O conteúdo programático – ou seja, as medidas para o desenvolvimento econômico – traduz a dinâmica da luta de classes; aborda questões que se apresentam como urgentes de serem abordadas, em articulação com o projeto de longo prazo de transformação radical dessa mesma sociedade. Cada vez que o povo entra na história como protagonista de processos, se coloca disputa de projeto de sociedade. A elaboração programática avança numa correlação direta com a construção de força social. A plataforma programática avança nos movimentos populares e sindicais em que existe luta e força social organizada. No Brasil, podemos afirmar que as tarefas não realizadas no processo de Independência reaparecem transmitidas a épocas posteriores. Por exemplo, desde o programa abolicionista, e nas crises dos anos 30, 60 e 80 emergiram projetos de país que pensaram as contradições a partir do povo. Esses projetos de natureza populares e democratizante foram derrotados por projetos que davam uma resposta antinacional, antidemocrática e antipopular às respectivas crises.

O imbricamento da questão nacional com a questão social no Brasil gera uma profunda desigualdade de classe e raça. No Brasil, a luta abolicionista foi o elemento dinâmico da questão nacional no final do século XIX, ao não se efetivar o programa abolicionista essas tarefas seguem pendentes e reaparece também como conteúdo dos movimentos populares que colocam povo em movimento no sentido de organizar-se em função de sua libertação.

Trauma nacional: o medo da burguesia do povo entrar na história como protagonista da construção nacional

A esse movimento relaciona-se o trauma nacional baseado no medo da burguesia do povo entrar na história organizado como classe e protagonizar a construção da nação. Esse medo acompanha o imaginário burguês possivelmente desde o século XIX quando a rebelião contra a infâmia da escravidão aconteceu na colônia francesa no caribe, Saint-Domingue, Haiti (1791-1804). Eduardo Grunner (2010) mobiliza essa ideia de que a modernidade, processo multifacetado de visão de mundo que aponta para as luzes, é portadora da infâmia da escravidão.

O significado da Revolução haitiana é ser a única rebelião de escravos que se transformou, em seu momento, entre fins do século XVIII e início do século XIX em uma Revolução integral, capaz de tomar o poder. Não somente a primeira revolução independentista da América Latina, mas, como a mais radical e autêntica revolução no sentido moderno, da ideia de revolução como uma completa transformação das assim chamadas estruturas socioeconômicas, políticas e ideológico-culturais.

Trata-se da revolução mais decisiva para a modernidade, em seu conjunto, não apenas para a América Latina, porque, nas palavras do Grunner se trata de uma “meta-revolução”: porque colocou em questão as pretensões universais das outras revoluções modernas, mostrou outra “modernidade”, uma modernidade *dividida contra si mesma*.

O capitalismo, a modernidade, vende progresso e civilização, mas, oculta que a protagonista é a violência, e foi contra essa violência que a revolução do Haiti se rebelou, jogou luz à obscuridade da modernidade.

A luta popular vem jogando luz à infâmia do machismo e do racismo que se desdobram de relações patriarcais que estão na estrutura dessas sociedades. O compromisso com o Feminismo Popular e com a Igualdade Étnico-Racial são elaborações originais a partir dos processos emancipatórios dos povos de herança colonial e relaciona-se aos traumas da formação social e econômica do capitalismo nessas latitudes.

No século XX em Cuba ficou demonstrada uma regularidade da revolução na América Latina: a revolução que aqui amadurece é a revolução socialista. Ficou também demonstrado que não se pode ir ao socialismo, senão com bandeiras

democráticas anti-imperialistas. Não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução e não duas revoluções. (Handal, 2007).

Quando o povo entra na história da construção nacional, supera a condição de nação inacabada com revolução. Em Cuba ficou demonstrado o medo do século XX ao povo se apropriar das bandeiras nacionais de conteúdo democrático e anti-imperialista na transição ao socialismo.

Parafrazeando Schafik Handal (1930-2006) para delinear o medo do século XXI: na Venezuela fica demonstrado que é possível construir um governo democrático e popular pela via eleitoral combinado com a luta de massas. Viabilizar um governo democrático e popular pode fazer avançar a aplicação do programa popular, qualificar o termo participação nas políticas públicas, contribuir em criar condições para um ascenso de lutas populares de massa. A Venezuela demonstra que o Estado é permeável à luta de classes e uma experiência de um povo que há vinte anos aprende a exercer poder e por esse motivo tem condições de resistência a ofensiva imperialista.

Essas experiências históricas que nos remetem à necessidade do povo entrar organizado e consciente na história como protagonistas de um projeto de construção nacional.

As bases da nacionalidade: contra deformação da nação

Pensar o futuro de forma radical significa ir a “raiz” da nossa nacionalidade de Abaporu. Ao longo na nossa história foram inúmeras tentativas de traduzir a nacionalidade e, geralmente, a caracterização nacional é vista como patológica ou deformada. Essa caracterização pode atuar como algo que compromete a autoestima da nacionalidade, mas por outro lado, carrega a possibilidade de uma forma a partir da qual se gesta algo novo, um povo novo, com inúmeras possibilidades.

Na experiência recente foi a partir da prática com Compromisso com a Solidariedade que a participação popular encontrou uma brecha para lançar luz à questão nacional. Em um momento dramático na história do Brasil devastado

pela fome, desemprego e pelas mortes do coronavírus a vivência do povo salvando a vida do povo gesta um embrião para a conexão de povo e pátria.

A partir das ações de solidariedade os movimentos populares puderam alterar a qualidade do vínculo com o povo e proporcionaram avanços na concepção e prática de educação popular para contribuir com a construção de força social capaz de tomar as rédeas da construção do país. A partir das campanhas de solidariedade se coloca o desafio de transitar para a política de solidariedade e, com as eleições presidenciais de 2022, desenha-se a possibilidade de transitar o desafio de aliar a política pública à participação popular. As bases na nossa nacionalidade passam por criar condições à participação do povo na elaboração, execução e avaliação dos rumos da nação.

Num país cindido pela violência política, os sete compromissos do Projeto Popular: democracia, soberania, desenvolvimento, sustentabilidade, solidariedade, feminismo e igualdade étnico-racial são paradigmas de uma sociedade que se sabe inacabada. Superar a crise de destino do Brasil passa por compreender esses dilemas na análise de longa duração histórica e ousar no presente se comprometer com as condições de garantir a participação e exercício do poder popular nos processos políticos. Uma nação parida pela luta popular insiste em nascer livre com duzentos anos de batalhas travadas para poder participar e para participar do Poder.



Bibliografia

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades Imaginadas- reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México, Ed Fondo de Cultura Económica.

FANON, Frantz (1979). *Os condenados da Terra*. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GRUNER, Eduardo (2010). *La oscuridad y las Luces – Capitalismo, cultura y revolución*. Buenos Aires, Edbasa. HANDAL, Shafik. *O Poder, o caráter, a via da Revolução e a unidade da esquerda* IN CANALES, Tirso. *Shafique Handal por la senda revolucionária*. El Salvador. Editorial Memoria, 2007.

HOBSBAWM (1990). *Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

LETIZLA, Vito Antonio (2014). *Contradições que movem a história do Brasil e do Continente Americano*. 1 ed., São Paulo, Organização: CEMAP / Interludium.

LOWY (2008). *Nationalismes du Sud*. Paris, Critique Communiste, n. 144 .

MAUSS, Marcel. (2017). *A Nação*. São Paulo, Editora Três Estrelas.

PRASHAD, Vijay. (2022). *Uma História Popular do Terceiro Mundo*. 1Ed São Paulo, Expressão Popular.

RENAN, Ernest (2016). *Qu'est-ce qu'une nation?*. Paris, Berd Internacional.

Tricontinental(2021). *Amanhecer: marxismo e Libertação nacional*. Dossie n.37, fevereiro 2021.



Cíntia Xavier (Núcleo Caminho Brasileiro para o Socialismo - PDT) // “De título ‘Brasil, vermelho de urucum’, representa a pintura de perfil de uma mulher indígena brasileira. Ao fundo, a presença da constelação do Cruzeiro do Sul, no céu que ilumina os povos deste hemisfério e duas bandeiras entrecruzadas, amarradas em lanças, de cor vermelho, verde e amarelo. Nos 200 anos de uma nação inacabada, o vermelho da brasa e do sangue da luta não desapareceu. Os povos em marcha desta terra, em seu próprio esforço, hão de conquistar a verdadeira independência e a profunda emancipação social.”

2 Artigo

Entre o nacionalismo dos explorados e a opressão do Estado-nação

Aline Recalcatti de Andrade¹

Resumo // O presente trabalho traz um debate sobre a problemática da construção do Estado-nação e a luta nacional. Trata-se de criticar a forma de Estado-nação associada à expansão do capitalismo e sua imposição em territórios fora do espaço europeu, apontando os elementos, dentro do contexto de construção dessa forma de Estado, que relacionam classe e raça, focando no debate marxista latino-americano sobre a problemática e trazendo como exemplo concreto a construção do Estado-nação brasileiro. A questão, dentro do pensamento teórico marxista, é que existe uma necessidade da defesa da soberania e da autodeterminação dos povos na luta contra o imperialismo, a chamada questão nacional, o nacionalismo dos povos explorados e oprimidos. Busca-se discutir os dois pontos desde uma revisão bibliográfica de autores marxistas que fizeram uma análise da realidade concreta de suas formações sociais específicas, trazendo suas teses e conceitos centrais.

Palavras-chave // Estado-nação; Nacionalismo; América Latina.

¹ Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

A questão nacional foi centro dos debates marxistas no século XX. Principalmente com a Revolução Russa, a luta contra a opressão de um Estado sobre outro ganhou forte relevância no cenário internacional, gerando grandes movimentos e lutas pela independência formal dos Estados colonizados (Prashad, 2019). O marxismo-leninismo foi a corrente teórico-prática mais adotada por tais lutas, sendo que Lênin foi um pensador que trouxe a autonomia dos povos como central para a luta de classes, articulando com a luta anti-imperialista (Lênin, 2021). Entretanto, existe uma problemática dentro dessa questão, destacada principalmente no período pós-independência: qual é o Estado-nação que essas novas estruturas estatais construíram?

Seguindo o modelo de Estado-nação europeu considerado como a forma universal a ser adotada, diversos países produziram opressões dentro do seu território orientadas pelas classes dominantes internas associadas às classes dominantes externas. Assim, a nação e os nacionalismos se colocam como fenômenos que devem ser historicizados e relacionados à realidade social da qual fazem parte. O nacionalismo francês, inglês, estadunidense, etc. está muitas vezes associado ao fenômeno da xenofobia, enquanto que o nacionalismo daqueles países que foram colonizados, periféricos e fazem parte de uma divisão desigual internacional, podem ser transformados em projeto de luta política. Se tratam, portanto, de nacionalismos que devem ser contextualizados em sua realidade concreta e levando em consideração a relação de subordinação, exploração e dependência entre os países no sistema internacional. Sem embargo, a perspectiva de luta nacional se trata de uma *possibilidade*, pois, ponto central do estudo aqui trabalhado, o nacionalismo nos países periféricos pode estar associado a uma construção de um Estado-nação homogêneo que não alcance em representar os diferentes povos dentro do seu espaço territorial. Adota-se, portanto, a ideia que existem diferentes nacionalismos periféricos baseados em duas diferentes ideias de Estado-nação: uma que busca a homogeneização social para assegurar a manutenção do capitalismo e outra que se relacione com uma soberania anti-imperialista, e, portanto, seguindo a tese de Mariátegui², não sendo possível haver anti-imperialismo sem anticapitalismo. Um

2 “Em conclusão, somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários, porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa” (1990, p.19).

nacionalismo atrelado à luta de classes que corresponda às diversidades das formações sociais.

Trata-se, de modo geral, de debater teoricamente as questões de raça, classe e nação, focando no espaço social latino-americano, e entrando no debate do Estado-nação brasileiro. Para isso, a pesquisa delimitou a análise buscou aqueles pensadores que aportaram para o marxismo e o debate sobre a transição a partir das estruturas específicas de sua sociedade, dentro do diálogo sobre construção do Estado-nação e nacionalismo. Utiliza-se da contribuição conceitual e teórica de tais autores para criticar a formação do Estado-nação na América Latina, analisando como concreto o caso brasileiro em sua formação social nacional, e pensar no nacionalismo desde uma leitura dialética.

1. A construção do Estado-nação na América Latina

A divisão das sociedades em espaços territoriais chamados Estados-nação é um modelo de organização social inserido em um “processo de gênese e consolidação da sociedade burguesa que encontra na forma de organização social do Estado Nação, a forma adequada à consolidação da organização política e jurídica da dominação burguesa” (Pires, 2015, p.72). A formação estatal e a construção dos Estados-nação acompanham o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais e, posteriormente, sua expansão a nível global, construindo o chamado sistema internacional constituído por Estados soberanos e independentes. A concepção de soberania e direito dos povos à autodeterminação não esteve inicialmente presente nos espaços territoriais fora do Norte Global, a ideia de independência nacional foi primeiro se expandindo para as Américas e somente após a Segunda Guerra Mundial tais ideias se tornaram princípios determinantes do sistema internacional em outros territórios, que passaram por um processo longo de lutas, as lutas de independência na Ásia e na África.

Existe uma singularidade contraditória da historicidade desse Estado-nação. Para Guibernau (1997), na Europa, em geral, se estabeleceram identidades nacionais mais homogêneas consolidadas em Estados nacionais que criaram um elo político entre os cidadãos e as instituições do Estado, causando a impressão de cada Estado como única comunidade distinta das outras que garantia o desenvolvimento, a manutenção e a expansão do capitalismo, que na sociedade

se mantinha, além de diversos fatores, por uma ideia de unidade nacional. As nações funcionam como uma forma de “segurança coletiva no porvir igualmente comum [...] capaz de criar, primeiro, um efeito de atração gravitacional nos setores populacionais que se sentirão atraídos e, segundo, um efeito complementar de repulsão naqueles que se sentirão excluídos” (García Linera, 2010, p. 181). Além dessa garantia de manter uma unidade, a chamada comunidade imaginada (Anderson, 2008), servia como forma abstrata de esconder as diferenças de classes internas, entre exploradores e explorados, assegurando a produção de mercadorias. Com isso, garantiu-se o desenvolvimento do imperialismo na sua fase de capitalismo monopolista, a lógica da competição entre trabalhadores fora dessa “unidade nacional” nos países de capitalismo avançado, levando à justificativas da beligerância. E, esse Estado-nação homogêneo consolidou uma lógica de superioridade racial de determinados nacionalismos europeus associados à expansão neocolonial e ao imperialismo.

Na construção do Estado-nação estadunidense, este se difere dos países da Europa central, mesmo mantendo esses elementos centrais associados ao capitalismo e imperialismo, pois se constitui frente à um genocídio dos povos originários e consolidado na estrutura escravista, havendo também conflitos internos territoriais para “civilizar” os povos não-brancos (Losurdo, 2015). No caso dos países periféricos que não fazem parte do capitalismo e imperialismo central, onde foram outras circunstâncias históricas, sociais, políticas e econômicas ao redor da criação do Estado-nação, os “conceitos de soberania interna e de cidadania exportados do Ocidente precisavam ser assimilados por uma população multiétnica” (Guibernau, 1997, p. 111), além de também terem ocorrido campanhas genocidas, como a denominada pela historiografia Conquista do Deserto na Argentina para assegurar a territorialização do Estado moderno capitalista - apenas para citar um exemplo. Florestan Fernandes (1973) afirma que os fundamentos da dominação interna ao qual o capitalismo se ajustou em todos os países, em geral, exigiu uma ordem social, e essa foi dada pela transplantação dos padrões europeus de estrutura social.

Essa relação complexa se inicia desde a dominação colonial no qual somente “os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linguagem europeia” (Fernandes, 1973, p.13). Com as independências políticas e adotando o modo de produção capitalista, as classes dominantes buscaram adotar o modelo europeu homogêneo de nação para garantir sua coesão e legitimidade, enquanto que nas realidades

sociais desses países pós-colonizados haviam formações sociais que não correspondiam tanto à uma homogeneidade cultural, linguística, étnica, quanto à sua inserção na formação social capitalista.

A realidade heterogênea das formações sociais-estatais da América Latina, dentro desse contexto de configuração do Estado-nação, passou por uma série de expressões de dominação, que tentou constituir e reproduzir no continente formas e padrões estabelecidos no centro do capitalismo, e pode ser explicada pelo conceito de *forma social abigarrada* (Zavaleta, 2009), no qual apesar de haver uma pretensão do monopólio da legitimidade política, essa não existia devido às estruturas sociais comunitárias ainda presentes em grande parte do território, constituindo um *Estado aparente*: um estrutura estatal que se autoclama de Estado nacional, mas apenas tem aquelas configurações sociais e históricas correspondentes a algumas classes e raças delimitadas do seu território fronteiro, excluindo, por exemplo das pessoas negras e indígenas suas estruturas sociais, culturais e econômicas. Por isso, nessa associação histórica entre capitalismo e Estado-nação, Zavaleta afirma que “o capitalismo também é uma forma despótica de nacionalização” (p.55, 2006).

A análise de Zavaleta se insere na ideia de que o capitalismo se expandiu através da desorganização de totalidades preexistentes, com outros sistemas de relações sociais, não só sobre outras estruturas políticas, mas também sobre outras formas de configuração produtiva (Tapia, 2010). A expansão capitalista, principalmente através da acumulação primitiva, foi criando condições para que se configurasse somente o Estado moderno capitalista como monopólio da política, ou seja, os Estados correspondem àqueles territórios em que a lei do valor existe de forma exclusiva ou dominante e isso significa uma forte relação entre a forma Estado e a lei do valor. Ocorre então um processo de tentativa de universalização de apenas um setor/classe desde a estrutura estatal, no que García Linera explica como “uniformização do sentido popular de totalidade social imaginada” (2010, p. 154). García Linera agrega que essa situação de uma matriz civilizatória sobreposta a outra - a forma social abigarrada, também semelhante a outros conceitos desenvolvidos por pensadores latino-americanos como *México imaginário* e *México profundo*, de Bonfil (1987), ou o *colonialismo interno* (González Casanova, 2015 [1969]) - reproduz uma monoetnicidade / mononacionalidade do Estado, significando um desajuste de uma relação entre sociedade e Estado.

Trata-se, portanto, de uma opressão e exploração que relaciona classe e raça dentro da construção e manutenção da forma social do Estado-nação, baseada no

processo de homogeneização forçado. As lutas pelos direitos das pessoas negras e dos povos originários se insere dentro das lutas de classes na América Latina, que causam uma divisão dentro da própria classe trabalhadora, e a problemática que se coloca é como construir estruturas estatais, formas sociais e projetos políticos fora da lógica da opressão racial e da exploração capitalista. Diante disso, alguns autores falam de nação, com um significado diferente dessa construção homogeneizante capitalista.

2. O debate sobre o Estado-nação brasileiro

O caso brasileiro pode ser analisado tanto em suas semelhanças com os problemas de construção de Estado-nação em outras sociedades latino-americanas, quanto em suas próprias particularidades. A maior dessas particularidades talvez seja o fato que o país após se independentizar politicamente da metrópole manteve um sistema escravista por décadas, e para autores como Clóvis Moura (2019), isso caracteriza tanto a sociedade brasileira atual como a formação de suas estruturas políticas e estatais de dominação. Associando com a América Latina no geral, González (2020) reforça esse ponto ao afirmar que tal estrutura hierárquica de dominação fez parte desde a colonização ibérica, marcada pela luta entre mouros e cristãos, tendo as relações raciais como parte estrutural das relações sociais desde o início da dominação.

A configuração do Estado-nação brasileiro desde o início, portanto, esteve atrelado à escravidão e posteriormente ao capitalismo dependente que não apenas manteve a racialização da nação, mas a perpetuou através de novas formas. A construção da unidade nacional ocorreu por uma classe dominante escravista, que “escolheu, como tipo ideal, representativo de superioridade étnica em nossa sociedade, o branco europeu” (Moura, 2019, p. 90), criando uma escala de valores que mais se aproximasse a tal padrão. Os elementos de identificação com a nação são determinados por esses símbolos étnicos da camada branca dominante, que teve o Estado como seu regulador, inicialmente pela manutenção da escravidão e depois como a segregação das pessoas negras e com as políticas imigratória, cujo objetivo centrava-se em manter, o que era considerado a sociedade brasileira, branca. A formação social e cultural própria é negada com uma fragmentação da identidade étnica, por essa ideologia e seus efeitos materiais, “[t]ransmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais,

reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais” (González, 2020, p. 130).

Para o pensamento dominante da época, o Estado-nação brasileiro só seria civilizado enquanto fosse de maioria da população branca, garantindo os ‘interesses nacionais’. Assim, “a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificadores”, toda a mitologia que constrói uma comunidade imaginada, “usada pelos próprios não brancos e negros” (Moura, p. 92). Os mitos, como afirma Ianni, não podem ser interpretados fora da estrutura socioeconômica na qual se encontram, eles representam e mantêm os interesses das classes e grupos dominantes e fazem parte da conjuntura histórica na qual são constituídos:

O novo ciclo de desenvolvimento da sociedade, com o término da Monarquia e da Escravatura, depende de outras formas de organização técnica e social do trabalho e da produção, da divisão do trabalho social, da organização jurídico-política da sociedade como um todo, compreendendo a metamorfose do “trabalho escravo” em “trabalho livre”, da população em “povo” e do súdito em “cidadão” (2002, p.186).

Essa ordenação de etnia faz parte de mecanismos históricos para a manutenção e controle do sistema, para manter as classes dominantes no seu lugar dentro da estrutura social. É nessa lógica, que Moura como marxista, situa Palmares, ao pensar tal construção anti-sistêmica, que chegou a um estágio de nação em formação, mas, e questão central de tal rebelião, foi que Palmares representava um próprio exemplo de economia alternativa. O mais importante de Palmares e principal motivo de sua destruição foi que essa representou uma nação em formação, com outras técnicas e estruturas produtivas: “Palmares era uma negação, pelo seu exemplo econômico, político e social da estrutura escravista-colonialista” (Moura, 2019, p.220).

O processo de construção da chamada identidade nacional, no final do século XIX, atrelada à ideologia do liberalismo, teve que recorrer a diversos processos que passassem da ordem colonial – mantidas sobre a monarquia – para uma “sociedade nacional”, apelando-se a denominações como “povo”, “cidadão”, “nação”, representando as camadas que Fernandes denomina de senhoriais, buscando a homogeneidade. Segundo o autor: “Graças e através da Independência, *nação e Estado nacional independente* passaram ser ‘meios’ para a burocratização

da dominação patrimonialista e [...] para a sua transformação concomitante em dominação estatal típica” (2006, p.75), erigindo uma ordem nacional a partir da herança colonial, o que, para Fernandes (2006) relaciona domínio e nação, incorporando a ideologia nessas novas classes dominantes e assegurando tal ideologia dominante.

O racismo como elemento constitutivo do capitalismo brasileiro também se apresenta em outros setores da sociedade, ademais das pessoas negras, o chamado mito da democracia racial também esconde que existem além de etnias, nacionalidades de povos originários no país. Foram integradas comunidades indígenas como parte da unidade nacional territorial, através de uma forma de tutela estatal, principalmente com a Constituição de 1967. Entretanto, isso se trata de mais um aspecto dessa integração discursiva, mas sem real efeitos políticos, econômicos ou simbólicos, pois delimita um espaço institucional ao indígena, mas não o considera parte tanto desse Estado quanto da ideia de nação. O racismo, assim, “se manifesta, amplamente, na situação econômica, política e cultural da população negra e indígena no Brasil [...], rebaixada social e moralmente pelos mecanismos de dominação” (Sabino de Souza, 2020, p. 137), alocando os sujeitos políticos a partir de características fenotípicas, com as instituições fazendo parte dessa construção que garantem e se relacionam com a superexploração da força de trabalho.

Além disso, outro fator a ser considerado foi a construção desigual desse Estado-nação em relação à expansão territorial. A localização dos centros de poder, ou seja, onde dominava a presença da classe dominantes, na costa, posteriormente em Brasília, e nas capitais estaduais, representam uma diferença tanto na expressão do nacional, sua concentração em tais espaços, quanto na divisão de classes, com a concentração do proletariado urbano, deixando espaços fronteiriços e outros territórios “fora” da expansão do Estado moderno em muitos momentos da história e dividindo o país em regiões com maior ou menor concentração de riqueza, um capitalismo desigual interno. Essa divisão regional também se associa a uma questão racial ao não considerar a diversidade cultural nesses diversos espaços territoriais, explorando as maiores regiões acompanhadas por mitos e estereótipos.

A formação histórica do Estado-nação no Brasil ocorreu em desenvolvimento com a sociedade de classes capitalistas, reproduzindo os mesmos problemas apresentados de reprodução dos padrões vigentes de exploração e opressão. Por isso, o debate sobre a Revolução Brasileira deve levar em conta essa

problemática considerando, ademais, a própria constituição do proletariado. Como afirma Moura (2019), as pessoas negras foram marginalizadas do capitalismo em formação após a abolição, não se integrando no proletariado nascente, apenas posteriormente, além dos próprios elementos ideológicos de racismo que estiveram presente na constituição dessa classe. Daí a importância de trazer o debate racial, e desse suposto Estado-nação homogêneo, para o debate sobre a questão nacional no marxismo.

3. Nacionalismo(s) no debate marxista latino-americano: a possibilidade de duas interpretações sobre a questão nacional

Essa relação entre problema nacional e construção do socialismo no marxismo do século XX nas “margens” do capitalismo foi central para o debate intelectual. O problema se relacionava com o debate e prática sobre a revolução, pois a questão chegava em uma base problemática para o marxismo periférico: a luta de classes. Sendo esses países ex-colônias, pouco industrializados, de base camponesa e, principalmente, de um racismo estruturante na sociedade, a problemática se relacionava sobre a constituição do sujeito revolucionário. Zavaleta e Mariátegui foram exemplos de revolucionários que evitavam uma parte do debate que levava ao linearismo e etapismo de certos setores da esquerda que defendiam, geralmente, dois pontos: para a luta socialista era necessário primeiro uma revolução democrática burguesa, que desenvolvesse economicamente as sociedades periféricas e que transformasse àqueles setores, principalmente não-brancos, em um proletariado como o estadunidense e o europeu ocidental. Se tratava de uma linha do marxismo que não fazia análise concreta da sua realidade concreta. A crítica, portanto, à construção do Estado-nação como imagem e semelhança do europeu se relaciona mais ao setor marxista que, de fato, analisou dialeticamente sua sociedade desde o materialismo histórico, articulando: questão nacional, revolução, imperialismo, raça e lutas de classes. A problemática que se dá na América Latina se relaciona com o imperialismo e a necessidade do anti-imperialismo: a luta pela autodeterminação dos povos não somente no plano oficialista jurídico, mas também de lutas pela transformação socioeconômica interna de suas sociedades. Por isso se fala na necessidade do nacionalismo

como luta contra o imperialismo. Mas qual nacionalismo se trata, daquela construção de Estado-nação homogêneo associado ao capitalismo e ao racismo?

No contexto do processo de exclusão e exploração, e compreendendo que designações étnicas podem “ser entendidas como artefatos culturais e políticos dos complexos sistemas de divisão de classes” (García Linera, 2010, p.174), Zavaleta utiliza-se do termo nação para referir-se às composições e classes sociais bolivianas dominadas, nacionalismo como caráter defensivo dos países oprimidos, sendo que ele escreveu em um contexto de lutas nacionais contra o imperialismo – ainda vigentes –, e nesse caso, também de uma luta nacional contra a falsa ideia de nação das classes dominantes internas. Explica o autor: “Sem os camponeses, índios e mestiços na sua totalidade [...], os pontos culturais de referência que nos permitem falar de um modo de ser da nação, não teria existido [...]” (2009, p. 38). Zavaleta chama de trânsito da nação “fática/factual” para a nação em si mesma, um processo que as *classes que contêm a nação* resistem à negação da nação e criam suas próprias formas. Dada assim as particularidades de construção do Estado nacional, diferenciado do processo europeu, a nação é apontada como uma relação dialética com a luta de classes:

Por eso no se puede hablar de nacionalismo en Bolivia sin hablar de movilización de las masas, porque, ciertamente, la nación no puede avanzar a la formación de su Estado moderno sino con el ascenso y la toma del poder por las clases que contienen o que han conservado a la nación (2009, p.46).

A construção de classes é um processo inserido em tal contexto com o Estado-nação, que o constitui, mas também é de certo modo constituído por este, principalmente pela questão do Estado capitalista, uma relação entre a formação social e suas particularidades que caracterizam o Estado com a imposição desse Estado sobre a formação social. Exemplificando o caso boliviano, o Estado tentou impor sua construção de nação, mas se deparou com as particularidades culturais e sociais, Zavaleta (2009, p. 37) afirma que a oligarquia “por sua origem, por seus interesses, por seus pressupostos mentais [...] foi sempre distante de tudo, em carne e osso, das referências culturais da nação”. Os interesses eram fundamentados na exploração do tradicionalmente nacional, negando-os no econômico e no cultural. As classes nacionais, em sua análise, incluem o proletariado urbano, o campesinato e as camadas médias, lembrando que o campesinato é

composto, na Bolívia e em muitos outros países, pelos povos originários, quilombolas e ribeirinhos.

O anti-imperialismo, que depende do nacional, não pode existir sem os diversos setores do campesinato, dos “índios e mestiços em sua totalidade, que constituem um grupo [...] resistente e persistente” dos “pontos culturais de referência que nos permitem falar de um modo de ser da nação” (Zavaleta, 2009, p. 38). Entretanto, além da questão cultural de construção de nações, Zavaleta destaca a luta pela terra, relacionando dialeticamente com a formação socioeconômica, do mesmo modo na análise de Mariátegui ao afirmar que o problema do índio não é um problema cultural, mas sim econômico. A isso, se agrega a análise feita por Moura (2019), relacionando com Mariátegui e Zavaleta como formas de contestar a ideologia dominante e parte das lutas de classes, dentro dessa relação com o processo histórico e com as relações sociais. García Linera expressa essa dialética ao afirmar que ao legitimar um monopólio político-cultural contribui “não apenas para expressar determinadas condições socioeconômicas de exclusão e dominação, racializando-as, mas também para ajudar a construir objetivamente essas condições socioeconômicas” (2010, p. 168). Por isso, trazer o debate sobre nação relacionado à classe e raça, permite compreender o processo de construção de uma nação não opressora e exploradora interna, se configurando em nacionalismos frente à dominação externa.

Mariátegui, com uma apropriação crítica e não colonizada do marxismo, que foi precursor ao trazer a questão indígena para centro do debate marxista e que, diferentemente de outros pensadores de sua época, não opôs proletariado e questão indígena, mas como partes de uma luta conjunta dos dominados dentro das lutas de classes do capitalismo, segundo o qual os socialistas constatam que o sistema econômico e político vigente contra nações originárias se trata de uma “força colonizadora no país” (2010, p. 75). Ao entender sociedades pré-capitalistas com características de socialismo prático, com elementos persistentes atualmente nesses nos povos e nacionalidades indígenas, Mariátegui aponta um contraste com o capitalismo que oprime e explora civilizações baseadas em coletivismo, no qual estão presentes aspectos de lutas na cotidianidade, mas que necessitam se constituir em uma forma de projeto político.

Mariátegui trabalha sobre conceitos como raça e classe dentro da ideia de nação, abordando a opressão colonial. Segundo Graziano, o racismo articulado pelo colonialismo na América Latina, tem dois papéis fundamentais para Mariátegui: “(i) no âmbito do sistema capitalista mundial, garante ao poder

imperialista a exploração da mão de obra da população atrasada e miserável para a extração de riqueza a baixo custo; (ii) impede que o problema da luta pela independência nacional seja assimilado nos países da América com forte percentagem de população indígena” (2016, p. 60). Enquanto não partir de uma minoria associada à classe dominante, que reivindica o cultural nacional, a nação pode ser parte da luta de classes. Essa independência não é interpretada como uma mera formalidade das ex-colônias, mas sim como uma concreta soberania de um país frente à gestão dos seus recursos e possibilidade de luta pelo socialismo sem ingerências externas. Por isso, a construção de nação tem papel fundamental no pensamento mariáteguiano, mas como forma de resistência à opressão colonial, inclusive interna, pois não se trata de uma mesma interpretação da nação em termos históricos europeus, mas sim como uma constituição que represente a sociedade e esteja atrelada à luta pelo socialismo (Mariátegui, 1990).

Assim, essa dissonância entre nação e estrutura institucional, marcada por questões de raça, capitalismo e colonialismo, se trata de um campo de forças, de um processo (García Linera, 2010), e é isso que lhe permite transformar e entender a questão nacional na América Latina no sentido mais adotado por Zavaleta e associado ao antiimperialismo, adotado por Mariátegui. A divisão interna desigual relacionada a diferentes nacionalidades é uma forma de geração de opressões, que está relacionada ao processo da geração de mais-valia do capitalismo, à divisão e à luta de classes, portanto, a crítica à formação do Estado-nação e seus problemas de racismo atuais não pode se distanciar da luta contra o capitalismo que, como apontado acima, na América Latina necessita estar associada à luta anti-imperialista.

Considerações finais

Entender a questão nacional, para o marxismo, é entender as particularidades das formações sociais em que se teoriza e se atua. Distanciar-se da ideologia da classe dominante interna – associada à dominação externa capitalista – sobre o que é o Estado-nação brasileiro significa abordar os problemas de sua construção, relacionado à raça, possibilitando pensar a questão nacional desde uma perspectiva marxista, como parte essencial das lutas de classes, portanto, como relação social possível de ser construída como alternativa à opressão e exploração.

Conhecer a real construção nacional dos países latino-americanos é parte do processo de compreender seus erros e problemáticas.

O problema nacional, portanto, na América Latina tem seu significado atrelado à questão dos povos originários e dos povos negros, e a luta atrelada ao anti-imperialismo através do nacionalismo deve levar em conta esse fator, pensando em nacionalismos, em Estados de nacionalidades não homogêneas e não hierarquizadas de acordo com padrões raciais. No caso do Brasil, a questão se coloca em relação com a ordem colonial atrelada à escravidão e seus elementos presente na posterior construção do Estado moderno brasileiro.

O capitalismo não é um abstrato sem determinações, ele, inclusive, possui suas particularidades na América Latina como capitalismo dependente. As formações sociais que compõem os Estados nacionais fazem parte dessas determinações que precisam ser compreendidas como parte da luta anticapitalista. Por isso, adota-se a ideia de que é possível um nacionalismo referente às particularidades sociais unido a diferentes formas de Estado, pensando na ideia de transição e construção do socialismo, que se associa e faz parte da luta de classes. Como afirma Gramsci (2006), compreender a particularidade da formação histórico-cultural interna das classes dominadas, suas particularidades e diferenças, permite ensaiar o desmonte dos mecanismos de submissão construídos pela concepção de mundo das classes dominantes que tenta impor uma concepção universalista abstrata, construindo um projeto político alinhado economicamente com os aspectos linguísticos, culturais e ideológicos.



Referência Bibliográfica

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BONFIL, Guillermo. Notas sobre civilización y proyecto nacional. **Cuadernos Políticos**. Ciudad de México, p. 21-31. dez. 1987.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia**: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo-afro-latinoamericano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. El colonialismo interno. *In*: CASANOVA, Pablo González. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**: pensar América Latina en el siglo XXI. Cidade do México: Siglo XXI, 2015 [1969]. p. 129-156.

GRAZIANO, Valéria Teixeira. **Estado e diferença indígena na América Latina**: (re) construções identitárias no contexto de criação do Estado Plurinacional da Bolívia. 2016. 176f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Culturais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-06122016-160856/pt-br.php>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos** (1921- 1926). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: O estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Sociologias**, v.4, n.7, jan/jun. 2002. p.176-187.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOSURDO, Domenico. **Contra-história do Liberalismo**. São Paulo: Editora Letras e Ideias, 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Ponto de vista antiimperialista. **Novos Rumos**, Marília, n. 18/19 v.5, p.64-66, 1990.

_____. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo. Perspectiva, 2019.

PIRES, Olívia Carolina. **Questão nacional no pensamento crítico na América Latina**. 2015. 245 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRASHAD, Vijay. **Estrela vermelha sobre o Terceiro Mundo**. São Paulo, Expressão Popular, 2019.

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luíza. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Huicitec, 2020.

TAPIA, Luis. El estado en condiciones de abigarramiento. *In: GARCÍA LINERA, Álvaro et al. El Estado Campo de lucha*. La Paz: Muelle del Diablo, 2010. p. 97-128.

ZAVALETA, René. Nacionalizaciones. *In: IBARGUEN, M. A. e MÉNDEZ N. R. (org.), René Zavaleta Mercado: Ensayos, testimonios y re-visiones*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores. 2006. p. 55-56.

_____. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2009



Willian Costa (SindUTE-MG) // “A obra “Anticolonial” é uma releitura da fotografia de Giovanni Marrozzini sobreposta a parte do mapa da América Latina, Caribe e África, representando as lutas anticoloniais, contra o imperialismo e o racismo.”

3 Artigo

Reprodução social e dependência: superexploração e opressão de gênero na América Latina

Aline Damasceno Brancacci¹, Aline Marcondes Miglioli² e Gabriel Oliveira de Carvalho Senra³

Resumo // O método marxiano fundamenta o estudo crítico tanto das opressões de gênero, classe e raça/etnia quanto das formações periféricas do mercado mundial capitalista. Neste artigo, buscaremos demonstrar como o diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social permite apreender as tendências constitutivas da dominação e da exploração das mulheres latino-americanas. Apresentaremos os caminhos possíveis para avançar na tarefa de construção de uma teoria unitária das determinações da classe trabalhadora brasileira, evidenciando as particularidades históricas-concretas do capitalismo latino-americano e a centralidade das opressões de gênero.

Palavras-chave // Teoria da reprodução social; teoria marxista da dependência; superexploração.

1 Mestranda em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp). A autora agradece ao apoio da CAPES.

2 Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (IE/Unicamp).

3 Mestrando em Economia (IE/Unicamp). O autor agradece ao apoio do CNPq.

Introdução

A escalada neoliberal no Brasil nas últimas décadas conduziu à recuperação crítica de teorias que refletem sobre as condições de vida da classe trabalhadora na periferia do sistema capitalista mundial. Dentre elas, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) retornou ao debate acadêmico e político contemporâneo frente à constatação dos limites do social-liberalismo, dos governos de esquerda da América Latina e das investidas imperialistas na região (CARCANHOLO, 2013)⁴. A reabilitação da TMD pode ser atribuída à interpretação totalizante que ela oferece sobre a condição da economia latino-americana, a qual permite relacionar sua posição subordinada na divisão internacional de trabalho com a condição de reprodução dos seus trabalhadores. Ela avança em relação às teorias do subdesenvolvimento da Cepal⁵ ao identificar que as transferências internacionais de valor – resultado da inserção periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho – são compensadas internamente com a superexploração do trabalho, que corresponde ao incremento na extração de mais-valia a partir da remuneração do trabalhador abaixo do mínimo necessário para recomposição da sua força de trabalho.

A recomposição da força de trabalho se dá principalmente no âmbito doméstico e não escapa aos autores inaugurais da TMD a relação entre a condição da mulher⁶ trabalhadora, a superexploração e a dependência. Esta reflexão foi realizada por Vânia Bambirra, que buscou aprofundar-se na condição da mulher latino-americana, sem, no entanto, desenvolver uma teoria sistemática que a relacionasse à dependência⁷. Seu exercício principal foi absorver a realidade da

4 Originalmente formulada em 1960, a TMD foi amplamente debatida na América Latina até a década de 1980. No Brasil, entretanto, ela foi prematuramente silenciada após a consolidação da teoria da dependência desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (PRADO, 2011).

5 Nos referimos aos trabalhos de Raul Prebisch e Celso Furtado, os quais identificaram a transferência de valor existente entre os centro e periferia do sistema capitalista como resultado da deterioração dos termos de troca.

6 Ao longo deste artigo, as referências às mulheres e trabalho feminino dizem respeito à mulher cisgêneras, isto é, que se identificam com o gênero atribuído no nascimento. A discussão mais ampla que abarque as mulheres *trans* é necessária e fundamental para a compreensão total da realidade brasileira. No entanto, devido à necessidade de interlocução com outras bibliografias e teorias, e sobretudo pela falta de dados acerca da população transgênera, iremos restringir o escopo deste trabalho à realidade das mulheres cisgêneras.

7 Podemos acrescentar outras contribuições marxistas à problemática da mulher trabalhadora, como, por exemplo, a obra de Lélia Gonzalez, pioneira no debate antirracista sobre as mulheres no Brasil, e de Ana Montenegro, militante histórica do PCB e do movimento feminista classista brasileiro.

trabalhadora doméstica assalariada latino-americana e desenvolver uma tipologia das “donas de casas” e “patroas” da classe média (BAMBIRRA, 1975).

A renovação do debate marxista sobre a mulher trabalhadora emergiu no Brasil frente à rodada de destituição dos direitos e serviços públicos em curso desde a aplicação das políticas neoliberais no país. Neste cenário, fomentou-se o debate sobre a “Crise do Cuidado”⁸, o qual aproximou a Teoria da Reprodução Social (TRS) – em debate internacionalmente desde a publicação de *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (1983), de Lise Vogel – com os movimentos feministas e círculos acadêmicos, marcando o início de um novo olhar para os problemas da mulher trabalhadora latino-americana. Estes debates se intensificaram após a publicação no Brasil do livro *Calibã e a Bruxa* em 2017 (FEDERICI, 2017), o qual acrescentou novos elementos às discussões sobre a importância do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital.

Em comparação às teorias que distinguem o trabalho “econômico” do trabalho doméstico, a TRS avança na relação da opressão da mulher com a lei do valor ao considerar o trabalho doméstico como o trabalho de reprodução da mercadoria força de trabalho, e, portanto, necessário à acumulação capitalista. Esta constatação suscita indagações sobre como o trabalho de reprodução social apresenta-se nas economias dependentes,⁹ e, para tanto, parece ser possível encontrar uma interlocução entre a TRS e a TMD a partir da aproximação entre as categorias de reprodução social e a superexploração.

Tendo em vista a possibilidade de articulação entre ambas as contribuições teóricas, define-se como objetivo deste artigo vincular a categoria de superexploração da força do trabalho com a de reprodução social, já que consideramos tal aproximação necessária para a compreensão dos desdobramentos da superexploração

8 A “Crise do Cuidado” refere-se à constatação de que, devido à diminuição da participação do Estado nos serviços de cuidado e reprodução das famílias – como consequência da aplicação das políticas neoliberais – e com a indisposição ou inviabilidade das mulheres de se responsabilizar por este trabalho – como resultado de sua inserção no mercado de trabalho – haveria um déficit de atenção e cuidado com a população idosa e infantil. Para as famílias com recursos financeiros, este déficit resolve-se através da contratação privada destes serviços. No entanto, para o restante da população a situação reflete a emergência de novos problemas sociais no âmbito das famílias, como a desatenção com as crianças e o abandono de idosos (GRECCO, 2017).

9 Para promover a aproximação entre ambas as categorias é preciso considerar o avanço realizado por Heleieth Saffioti para a compreensão da importância da mulher trabalhadora nas economias dependentes. Segundo a autora, a superpopulação feminina ocupa o papel de força de trabalho em potencial, a qual promove o rebaixamento generalizado dos salários, e, portanto, estabelece a condição fundamental para a acumulação de capital na periferia (SAFFIOTI, 1976).

nos processos de reprodução social na América Latina e no Brasil. Esta abordagem pretende perfazer somente um esboço das relações categoriais possíveis e, portanto, é possível antecipar que ela não será suficiente para apreensão das realidades particulares entre os países latino-americanos e tampouco realizará a recuperação histórica das distintas trajetórias de desenvolvimento capitalista. Da mesma maneira, por tratar-se de uma aproximação inicial, não avançaremos no debate sobre racialização desigual da classe trabalhadora na região, apesar de considerarmos sua compreensão indispensável para a apreensão da realidade latino-americana¹⁰.

Para lograr este objetivo, o presente trabalho será dividido em cinco seções para além desta introdução. Nas duas próximas seções serão retomadas resumidamente algumas categorias da Teoria da Reprodução Social e da Teoria Marxista da Dependência: a reprodução social e a superexploração do trabalho, respectivamente. Na seção seguinte será proposta a aproximação entre ambas as categorias, que será ilustrada com dados secundários sobre as condições de opressão e trabalho da mulher trabalhadora brasileira. Na última seção, em vias de conclusão, abordaremos os temas que emergem após a aproximação categorial, com o objetivo de demonstrar como este instrumental apresentado pode auxiliar em outras as pesquisas sobre essa temática.

A economia política da força de trabalho e a opressão da mulher

Para discutir Teoria da Reprodução Social é basilar o texto *The Political Economy of Women's Liberation*, de autoria de Margaret Benston, publicado em 1969. Benston aponta um problema de método nos debates sobre o status inferior da mulher, no qual discute-se socialização, psicologia, relações interpessoais ou o papel do casamento enquanto instituição social (BENSTON, 1969). No

10 A respeito da relação entre a racialização desigual da classe trabalhadora e a TRS consultar Mohandesi e Teitelmen (2017). Acerca do entrelace entre gênero, classe e raça /etnia, Saffioti observa que não se trata de somar diretamente racismo *mais* gênero *mais* classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão: “Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa” (SAFFIOTI 2004, p.115 *apud* MOTTA, 2018, p.157).

entanto, ela questiona se seriam esses os fatores primários para compreender o *status* da mulher. Sua hipótese de trabalho é a de que mulheres possuem uma relação diferente com os meios de produção, de modo que falar sobre mulheres é discutir classe social.

O ponto nevrálgico do texto de Benston é afirmar a produção doméstica enquanto parte integrante da produção, ainda que não seja diretamente ligada às relações de mercado, é reservada e cobrada às mulheres. É aqui que encontramos a base material do que se compreende por mulher e do status inferior das mulheres, sendo que a diferença entre homens e mulheres está no fato de homens não serem responsabilizados pela produção de valores de uso em tarefas associadas ao lar ou à família (BENSTON, 1969). Esse processo de produção sob responsabilidade das mulheres não produz valor, apesar de envolver a produção de valores de uso indispensáveis ao cotidiano da família trabalhadora sob a forma de trabalho não remunerado. Ter responsabilidade por um trabalho que é improdutivo do ponto de vista do capital é justamente uma das bases da condição inferior da mulher na sociedade capitalista¹¹. Por fim, Benston também sublinha o caráter pré-industrial da produção doméstica: de pequena escala e baseada em relações de parentesco com múltiplos propósitos (religiosos, recreacionais, educacionais e sexuais, juntamente com sua função econômica), não raro conciliada com a produção de mercadorias para o mercado em ocupações externas (BENSTON, 1969). Como observa Tithi Bhattacharya (2019a), o texto de Benston nos deixa duas lições valiosas:

- a. Designar a produção doméstica (cozinhar, lavar, trabalhos de cuidado em geral etc.) como atividade econômica;
- b. Demonstrar como esses trabalhos domésticos determinam uma relação entre as mulheres e os meios de produção distinta da relação entre estes e os homens.

Para Bhattacharya (2019a), esses elementos permitem enquadrar o trabalho doméstico dentro do modo de produção capitalista, possibilitando a vinculação

11 Na sociedade capitalista, o trabalho é *produtivo* quando produz mais-valor para o capital, no interior do processo de exploração regido diretamente pelo capital. Sobre a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, ver Marx (1984).

da opressão da mulher à lei do valor. Ainda segundo Bhattacharya, o limite da contribuição de Benston se daria justamente por não estar explícito *o quê* esse trabalho doméstico produz. Este salto analítico seria feito por Lise Vogel, em seu escrito *Marxism and the Oppression of Women*, de 1983. Nesse texto, a autora aponta a luta de classes como a dinâmica central do desenvolvimento social nas sociedades caracterizadas pela exploração e demonstra que existem diferenças substanciais na opressão de mulheres da classe trabalhadora e mulheres das classes proprietárias. Sobre o papel que cumpre o trabalho doméstico na reprodução do capital, Vogel relaciona a opressão às mulheres com os processos de renovação dos trabalhadores, assim como seu envolvimento na produção (VOGEL *apud* BHATTACHARYA, 2019a, p. 103).

Para Bhattacharya (2019a), o que estava ausente em Benston e é tornado explícito por Vogel é o papel do trabalho doméstico na reprodução da própria força de trabalho a ser explorada pelo capital. A produção da força de trabalho é responsabilidade do trabalho doméstico não-pago da mulher no interior da unidade familiar. O que é particular ao capitalismo não é a divisão sexual do trabalho, mas a separação da esfera produtiva da esfera de reprodução da força de trabalho e a segregação da última enquanto responsabilidade da mulher mediante o trabalho doméstico privado. Ele é reprodutivo justamente por reproduzir a mercadoria força de trabalho, a qual não é produzida de forma direta nas relações de mercado. Neste momento, cabe rever como o valor da força de trabalho é determinado.

Segundo Luce (2018), o valor da força de trabalho é o valor que permite aos trabalhadores adquirir os meios adequados à reposição do desgaste médio da força de trabalho durante a jornada de trabalho. Ele é determinado pelo valor dos meios de subsistência, bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho em condições sociais normais, em determinado momento histórico e cultural. Seu valor diário, semanal ou mensal é derivado de seu valor total, que, portanto, engloba tanto o período da vida para além da vida laboral, ou seja, o período de aposentadoria (LUCE, 2018, p. 169), como a produção de nova força de trabalho, cujo tempo de duração e o processo de capacitação, por sua vez, também é determinado por elementos históricos-morais. O valor da força de trabalho define o nível médio em torno do qual tendem os salários, que representa a expressão desse valor em dinheiro. Veremos, entretanto, que o próprio capitalismo comporta mecanismos que levam à sua violação sistemática e ao pagamento salarial consistentemente abaixo do valor da força de trabalho.

Portanto, a força de trabalho é reproduzida pelas relações pessoais no interior da unidade familiar e não pelas relações de mercado, ainda que seu valor seja determinado pelos bens e serviços necessários para sua reprodução, parte dos quais incide o trabalho doméstico da mulher. Como sintetiza Bhattacharya,

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1. atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego. 3. reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019b).

A necessidade de se manter baixo o valor da força de trabalho explica por que o capitalismo reproduz o caráter pré-industrial do trabalho doméstico e a relevância do trabalho não-pago da mulher para promoção da apropriação de mais-valor pelo capital. Assim, para garantir a acumulação de capital, o capitalismo reproduz de forma ampliada as relações de dependência pessoal e de opressão da mulher, o que torna a socialização e a industrialização plena do trabalho doméstico uma impossibilidade no modo de produção capitalista (BHATTACHARYA, 2019a).

A originalidade da Teoria da Reprodução Social está na sua ênfase na importância do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres (carinho, cuidado etc.) para a acumulação de capital. As autoras vinculadas à TRS defendem, assim, a integração analítica da produção de mercadorias e a produção da vida, uma vez que estas duas esferas da vida social estão profundamente inter-relacionadas na totalidade da vida concreta (BHATTACHARYA, 2019b). Essa interrelação, entretanto, é desigual e profundamente contraditória, pois o terreno da reprodução da força de trabalho é constantemente atacado em suas bases pela necessidade de acumulação de capital. Esse processo torna-se evidente por exemplo na privatização dos serviços de saúde, que em prol da acumulação de capital neste

setor, acaba comprometendo o próprio processo de reprodução social, e, portanto, o conjunto do sistema social (FRASER, 2017).

Tal como as relações de produção, a reprodução social comporta elementos distintos de acordo com as diferentes fases de acumulação de capital e ganha características particulares em cada país e região. É um terreno central da sociabilidade burguesa e comporta expressões importantes da luta de classes. Portanto, a riqueza da TRS reside em desdobrar esse conjunto de determinações a partir de um aporte rigoroso da lei do valor, ponto que compartilha com a TMD e que nos municia para teorizar acerca das especificidades de gênero da América Latina.

Superexploração da força de trabalho

A reprodução ampliada do capital em escala global reproduz sempre relações de imperialismo e de dependência entre países que estão profundamente interligados entre si em seus determinantes econômicos, sociais e culturais, ainda que formalmente independentes do ponto de vista político. As formações sociais dependentes são subordinadas ao desenvolvimento desigual das legalidades gerais do capitalismo no âmbito do mercado mundial, que favorece a acumulação do conjunto de capitais pertencentes às formações imperialistas. Este condicionamento determina a base das relações econômicas e sociais dos países dependentes, que apresentam assim uma trajetória particular de desenvolvimento capitalista, o que exige um conjunto específico de categorias e ferramentas de análise (MARINI, 2005, p. 132).

As transferências internacionais de valor favorecem a acumulação dos capitais de certas regiões em detrimento dos capitais de outros lugares, e a superexploração da força de trabalho é justamente a solução que os capitais dos países dependentes encontram para prosseguir seu processo de reprodução ampliada¹². Ela só é possível por conta da viragem externa inicial da estrutura econômica dependente, herança do sistema colonial, e pelos grandes excedentes de força de trabalho, muitas vezes produzidos pela destruição dos modos de produção precedentes. Esses dois elementos permitem ao capital dos países dependentes remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor sem que se encontrem prejuízos para

12 Para uma apresentação dos diversos mecanismos de transferência de valor em seus diversos níveis de operação, ver Leite (2016).

a reprodução do capital, já que o consumo popular não constitui o espaço central de realização da produção. Mas ela se torna uma *necessidade* frente às transferências estruturais de valor da periferia para os centros imperialistas. Portanto, a superexploração é um mecanismo de compensação que permite aos capitais dos países dependentes retomarem seu processo de acumulação a partir da remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (AMARAL e CARCANHOLO, 2012 e CARCANHOLO, 2013).

A superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação se manifesta de quatro maneiras: o aumento da intensidade do trabalho; o prolongamento da jornada de trabalho; a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor; e o aumento não coberto do valor da força de trabalho (AMARAL e CARCANHOLO, 2012, p. 99 e LUCE, 2018). Os dois primeiros mecanismos ampliam o desgaste da força de trabalho sem sua reposição adequada nas condições sociais normais, reduzindo o tempo de trabalho total dos trabalhadores e violando por baixo o seu valor¹³. Os dois últimos se compõem de determinações distintas da compra da força de trabalho abaixo do valor, no qual os capitalistas procuram aumentar sua apropriação de mais-valor a partir da remuneração salarial abaixo do valor da força de trabalho, do aumento da intensidade e da jornada de trabalho. Ao fazê-lo, negam a possibilidade de reposição do desgaste da força de trabalho, tanto por ampliar esse mesmo desgaste quanto por reduzir sua remuneração¹⁴.

A superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência. É o desdobramento particular da relação de subordinação no mercado mundial, resultado das tendências gerais do capitalismo, e ao mesmo tempo é a base das legalidades específicas das estruturas dependentes. A partir da superexploração se desdobra o conjunto de categorias próprias aos países dependentes, tal demonstrou Marini em *Dialética da dependência*. Ela condiciona a reprodução do capital e o conjunto das relações sociais desses países e, por ser um desenvolvimento que parte da lei do valor, a superexploração contém em si vínculos categoriais estreitos com as contribuições apresentadas pela Teoria da Reprodução Social.

13 “No fundo, o capital está recebendo o trabalho de várias jornadas e paga o salário de uma jornada. Apropria-se assim do fundo de vida dos trabalhadores” (OSORIO, 2013, p. 59).

14 “Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalho, deslocando-o para o fundo de acumulação; ou arrebatando anos futuros do trabalho, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual é também violado para alimentar a sanha da acumulação” (LUCE, 2018, p.178).

Superexploração e reprodução social

A superexploração da força de trabalho, fenômeno da “esfera da produção”, tem consequências para a reprodução da classe trabalhadora ao afetar as condições de desgaste e reposição da força de trabalho. Se, como demonstra a TRS, são as mulheres que assumem a responsabilidade da reprodução social no interior da unidade familiar, é evidente que a superexploração condicionará as tarefas assumidas pelas mulheres nas formações sociais dependentes. Assim, o vínculo entre a Teoria Marxista da Dependência e a Teoria da Reprodução Social é possível porque ambas são construídas em torno de um desdobramento rigoroso da lei do valor, e se dá justamente mediante as determinações que envolvem a força de trabalho.

Como a superexploração é o fenômeno fundamental da dependência, vamos partir dela para descobrir as particularidades do trabalho doméstico das mulheres na periferia. Vimos que a superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação se manifesta mediante: *i)* a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor; *ii)* o aumento da jornada de trabalho; *iii)* o aumento da intensidade do trabalho. Identificaremos primeiro como cada uma dessas três formas de expressão da superexploração coloca especificidades sobre a reprodução da força de trabalho e, portanto, sobre o trabalho doméstico. Depois, buscaremos entender como essas particularidades da reprodução social se sintetizam com as determinações da superexploração e afetam a forma de inserção das mulheres nas relações de produção. Grosso modo, primeiro avaliaremos as consequências da produção para a reprodução, e depois faremos o caminho inverso.

i. Superexploração e as consequências para as relações de reprodução

A remuneração dos salários abaixo do valor da força de trabalho, que expressa tanto o rebaixamento salarial direto quanto o aumento não coberto do valor da força de trabalho, impede a reprodução cotidiana normal dos trabalhadores. Isso se dá pela impossibilidade de se adquirir a quantidade de mercadorias adequadas à satisfação plena de suas necessidades materiais, seja de alimentos, materiais de limpeza, serviços culturais etc. Nos países dependentes essa

defasagem material em relação às condições da reprodução se dá mediante um maior tempo de trabalho doméstico, e, conseqüentemente, pelo maior desgaste físico e psicológico da mulher. Assim, as mulheres assumem a responsabilidade de buscar suprir mediante seu esforço ampliado a falta de acesso aos bens e serviços adequados. Um exemplo é a alimentação da família trabalhadora, a qual depende do trabalho matutino da mulher no preparo da “marmita”.

Esse maior tempo de trabalho doméstico é reforçado porque dentre as mercadorias que os trabalhadores demoram para ter acesso estão os instrumentos e máquinas que servem ao aumento da produtividade do trabalho doméstico (eletrodomésticos, utensílios de cozinha e limpeza etc.). Existe, por conta dos baixos salários, uma defasagem temporal significativa entre a introdução e popularização de geladeiras, batedeiras e micro-ondas nas casas da classe trabalhadora do centro e da periferia (LUCÉ, 2018). E mesmo a popularização de seu consumo só foi possível em parte por formas específicas de endividamento como os crediários das grandes redes varejistas, o crédito consignado etc. Neste sentido, a demora na introdução das máquinas de lavar no consumo de massa no Brasil significou um maior tempo de trabalho e um maior desgaste das mulheres latino-americanas frente às suas correspondentes nos países europeus.

O pagamento dos salários abaixo de seu valor também torna inacessíveis mercadorias e serviços que compõem parte da reprodução das novas gerações da força de trabalho. Por não poderem contratar babás e cuidadores, por não poderem adquirir o material cultural e pedagógico adequado, as mães, irmãs e avós reforçam seu papel como principais responsáveis pela criação das crianças. Da mesma maneira, sua responsabilidade também é estendida sobre o cuidado dos aposentados e aposentadas que não têm condições de sobreviver somente com os rendimentos da previdência¹⁵.

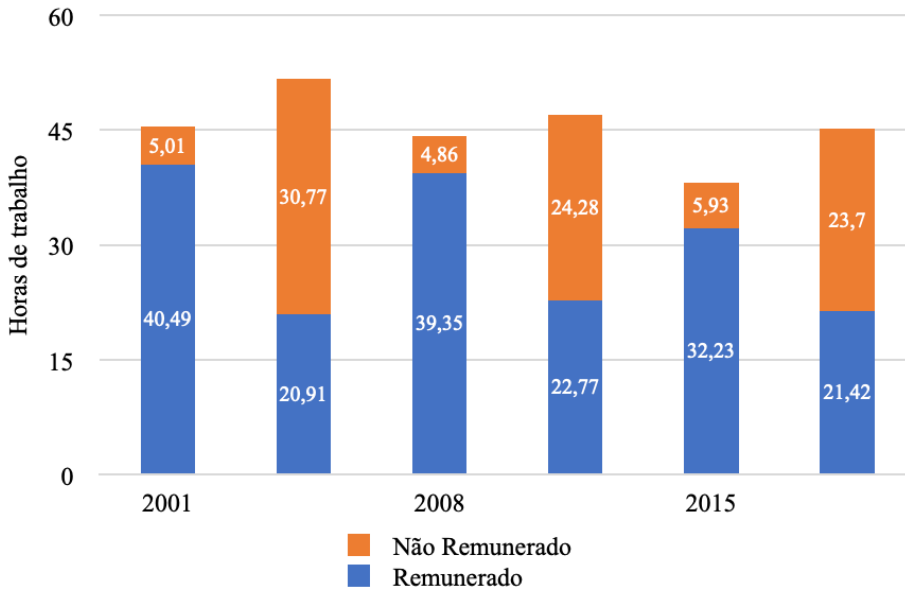
O aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho são as duas outras maneiras para remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Vimos que significam o maior desgaste da força de trabalho e o roubo de

15 De acordo com Giacomini *et. al* (2018) os cuidados com a população idosa no Brasil é responsabilidade das famílias, haja visto que 93,5% dos idosos que necessitam de cuidados, os recebem de membros da família. A função do cuidado é feita majoritariamente por mulheres, cerca de, 72% do total de cuidadores, sendo que deste total, 30% pararam de trabalhar para dedicar-se aos cuidados do idoso, somente 6% recebeu treinamento adequado para realizar esta tarefa e 81,8% realizam atividades de cuidado todos os dias. Por sua vez, apenas 14,1% dos cuidadores masculinos deixaram de trabalhar para dedicar-se ao cuidado e 67% dedicam-se ao cuidado diário, sendo que 21% dedicam-se a apenas um dia de cuidado diário (GIACOMINI, 2018).

seus anos futuros de trabalho pelo capital. Nestas condições de maior desgaste e frente às restrições de acesso ao cuidado profissional (tanto pela impossibilidade de acesso via mercado quanto pela insuficiência de oferta pública adequada) o trabalho doméstico assume a responsabilidade do trabalho de carinho e cuidado correspondentes, ao custo do maior comprometimento temporal e do maior desgaste físico-emocional da mulher. Isso é válido tanto para a reprodução da força de trabalho em idade ativa, para a produção de novos trabalhadores (trabalho reprodutivo), quanto para a reprodução dos indivíduos inativos, aposentados ou incapacitados pelos anos de desgaste ampliado

No que compete à extensão da jornada de trabalho, as estatísticas sobre o mercado de trabalho no Brasil não captam a verdadeira dimensão da jornada de trabalho das mulheres, pois restringem-se à jornada formal de trabalho e não abarcam o trabalho de reprodução social realizado no âmbito familiar. Por exemplo, em 2018 os homens trabalharam em média 42,7 horas por semana em seus empregos formais, enquanto as mulheres 37,9 horas (IBGE, 2019). No entanto, se rompemos a distinção entre o trabalho “produtivo” e trabalho reprodutivo, os dados ganham um novo contorno. Como pode ser visto no gráfico 1, somando-se o trabalho remunerado ao trabalho não remunerado, o número de horas trabalhadas pelas mulheres excedeu o volume de horas de trabalho dos homens em 2001, 2008 e 2015. Posto isto, empregando os termos utilizados pela própria TRS, conclui-se que a mulher trabalhadora do Brasil desprende a mesma quantidade de horas de trabalho para a produção de bens e mercadorias do que para a reprodução da força de trabalho.

Gráfico 1 – Horas de trabalho remunerado e não remunerado por sexo em horas de trabalho semanais – Brasil, 2001, 2008 e 2015.



Fonte: PINHEIRO *et. al*, 2019.

O maior dispêndio de tempo dedicado ao trabalho doméstico independe da condição de ocupada ou desocupada das mulheres em comparação aos homens na mesma situação. Os dados do IBGE para o ano de 2019 apontam para a dedicação média de 24 horas semanais pelas mulheres não ocupadas para o trabalho doméstico, enquanto os homens dedicam 12 horas semanais; para entre a população ocupada, as mulheres dedicam 18,5 horas semanais enquanto os homens dedicam 10,4 horas (IBGE, 2019).

Outro indicativo da intensidade do trabalho realizado pelas mulheres se associa ao tipo de trabalho doméstico protagonizado por elas, o qual envolve um desgaste físico correspondente ou superior ao desgaste realizado nos empregos formais. Os dados da PNAD Contínua mostram que, independentemente de possuírem trabalho remunerado ou não, quase a totalidade das mulheres dedica-se a preparar alimentos e arrumar o espaço da cozinha (80% das entrevistadas), limpar o domicílio e suas dependências (80%), cuidar da limpeza e manutenção de roupas e sapatos (90%) (IBGE, 2019). Por conseguinte, no espaço doméstico

as mulheres são socialmente responsáveis por atuarem como cozinheiras, psicólogas e cuidadoras de seus maridos e filhos. Assim, o roubo dos anos de trabalho do capital mediante a superexploração envolve também a ampliação dos anos de vida das mulheres que perfazem os trabalhos de cuidado físico e emocional dos trabalhadores e trabalhadoras que já não estão mais capacitados para o trabalho cotidiano.

Portanto, o rompimento consistente do valor da força de trabalho só é possível porque o trabalho feminino doméstico substitui relativamente o conjunto de serviços e mercadorias normalmente adequados para a reposição da força de trabalho. O maior desgaste não compensado da força de trabalho aumenta a gama de atividades que a mulher deve assumir no trabalho doméstico, portanto também seu tempo de trabalho. A superexploração implica o maior desgaste não só da classe trabalhadora geral no interior do processo de trabalho, mas também das mulheres responsáveis pela reprodução da força de trabalho. Em sentido inverso, é evidente que a própria possibilidade de rompimento consistente do valor da força de trabalho se dá porque esse movimento é compensado mediante o trabalho doméstico não pago das mulheres. Ou seja, o trabalho doméstico não pago é uma das condições de possibilidade da superexploração, que permitem sua extensão para além do que seria suportável para a classe trabalhadora. É, desta maneira, uma das bases da reprodução do capital no capitalismo dependente.

ii. Relações de opressão e as consequências para a produção

Como já indicado por Benston (2019), a divisão sexual do trabalho vinculada à divisão capitalista entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico reprodutivo dá às responsabilidades sociais outorgadas às mulheres o status de serem ausentes de valor. Essa é uma das bases de justificação da menor participação da mulher no mercado de trabalho formal (a taxa de ocupação em 2015 foi composta em 42,6% de mulheres e 57,4% por homens (IBGE, 2015)) e da menor remuneração do trabalho feminino no interior das relações de produção de mais-valor, os quais permite ao capital a maior apropriação de valor com base na reprodução das relações patriarcais e da segmentação no interior da classe trabalhadora. Numa formação social dependente, a maior exploração em condições

estruturais de superexploração da força de trabalho reforça a baixa remuneração do trabalho feminino e a maior intensidade de trabalho¹⁶.

O pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho implica na busca pela complementação da renda, que muitas vezes significa estender a jornada de trabalho diária em mais de uma ocupação profissional – formal ou não. Para as mulheres isso significa a procura por fontes de renda complementar relacionadas em geral à mercantilização de parte de suas ocupações tipicamente domésticas sob forma de serviços ou revenda de produtos “tipicamente femininos”. Citamos como exemplo a produção de bolos, doces e salgados e a venda consignada de perfumes ou pelas mulheres que buscam complementar a “renda do lar”. Para ilustrar este exemplo, recuperamos o dado levantado por Abílio (2018) que identificam o cadastro de mais de 1 milhão de mulheres na base de revendedoras de produtos de beleza da marca Natura. A baixa remuneração, ao mesmo tempo, força a ampliação dos anos de trabalho da família, prolongando além do normal a “vida útil” do trabalho feminino em condições de desgaste ampliado, como visto na seção anterior.

Nas formações dependentes é maior a intensidade e a jornada de trabalho da classe trabalhadora em geral, o que tem como consequência a dilatação da superpopulação relativa frente ao seu correspondente nos países centrais. Em nível mais geral, isso ocorre porque a maior intensidade e jornada de trabalho representa, para um determinado nível de produção de mercadorias, a utilização de um menor número de trabalhadores e trabalhadoras e, portanto, um maior excedente laboral (MARINI, 2005). A superpopulação relativa dilatada também é determinada historicamente pela existência de enormes contingentes populacionais excedentes na periferia, resultantes da dissolução dos modos de produção anteriores e que existem em geral sob a forma de um campesinato pauperizado. Ela é resultado também da exportação da superpopulação relativa dos países centrais para o “novo mundo” sob a forma dos grandes processos migratórios do final do século XIX e início do século XX. Por fim, a industrialização e monopolização precoce em economias dependentes, com mercado interno limitado, implicaram numa menor utilização relativa de força de trabalho nos setores industriais.

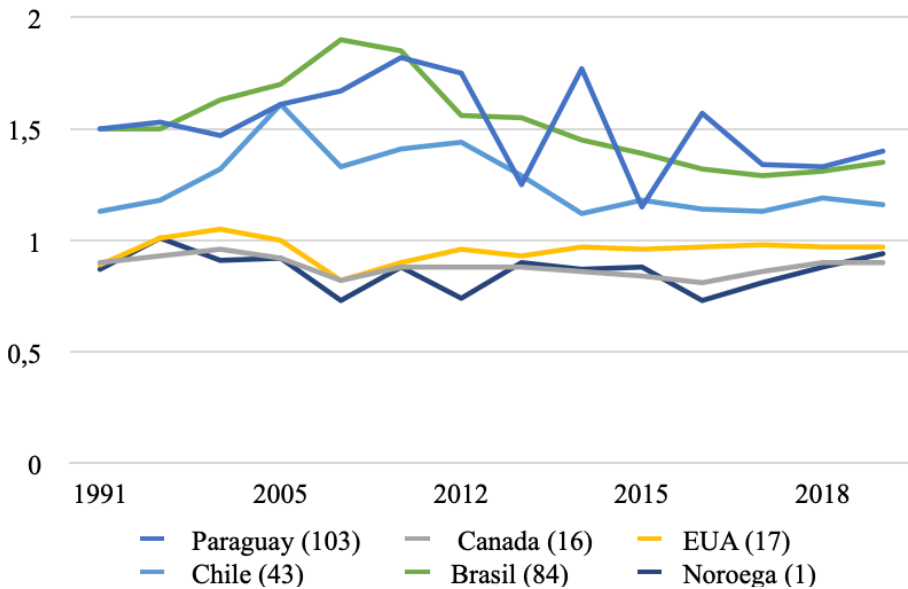
16 Evitamos denominar essa relação de maior exploração do trabalho feminino em condições estruturais de superexploração como “super-superexploração”, “maior superexploração” ou termos análogos pois acreditamos que isso envolveria uma compreensão da superexploração como maior exploração e não como mecanismo de compensação.

O resultado desta condição de superpopulação relativa é uma maior dificuldade de inserção feminina nos setores produtivos de maior remuneração, onde prevalece a força de trabalho masculina. Conseqüentemente, as mulheres nas formações sociais dependentes compõem uma parcela proporcionalmente maior da superpopulação relativa, o que é ilustrado pela maior taxa de desocupação feminina frente à masculina. Em 2015, por exemplo, a taxa de desocupação feminina foi de 11,7%, enquanto a taxa de desocupação masculina foi de 7,9% (IBGE, 2015). Isso amplia a instabilidade e marginalização do trabalho feminino e reforça sua atuação nos setores de serviços ou como “autônomas”. Neste contexto, são maiores as barreiras à melhoria de sua remuneração, o que reforça a desigualdade salarial entre os homens que ocupam os postos de trabalho nos setores produtivos mais dinâmicos e o restante das mulheres trabalhadoras. Para ilustrar este fenômeno, recuperamos dados que mostram que entre 2012 e 2018, a média dos salários das mulheres foi 20% inferior aos salários masculinos (IBGE, 2019), fenômeno que parece não depender do tipo de ocupação ou qualificação técnica dos empregos, pois entre as categorias ocupacionais destacadas pela pesquisa, aquelas que exigem maior qualificação técnica e científica são também as que menos empregam mulheres e pior as remunera, como nos casos do emprego de professores universitários e do ensino superior, gerentes de comércio, médicos e advogados. Da mesma forma, a proporção dos salários das mulheres em relação aos homens sem instrução e com ensino superior completo em 2018 foi de 67,3% e 64,3%, respectivamente.

Embora seja uma característica estrutural do capitalismo, a maior participação do desemprego feminino na composição do contingente de mão-de-obra em potencial aparece como uma característica dos países dependentes. A magnitude em que esta relação se expressa no Brasil é digno de comparação internacional: no período entre 1991 e 2019 o Brasil ocupou a 84ª posição no ranking de maior desemprego feminino relativo, cuja comparação com outros países do mundo pode ser vista no Gráfico 2, que apresenta a proporção da taxa de desemprego feminino em relação à taxa de desemprego masculino (ILOSTAT, 2020). Nota-se que entre 2005 e 2012, quando a taxa de desemprego total no Brasil atingiu seus menores valores históricos, o desemprego relativo feminino chegou a representar o dobro do desemprego masculino, como uma demonstração da baixa capacidade de absorção da mão-de-obra feminina durante períodos de crescimento econômico. A desigualdade e pauperização ampliadas da mulher trabalhadora aparecem, portanto, como elementos estruturais dos países

dependentes, que só podem ser compreendidos à luz da superexploração da força do trabalho e da opressão da mulher.

Gráfico 2 – Relação entre a taxa de desemprego feminino e masculino e posição no ranking internacional e posição no ranking internacional: países selecionados, 1991-2019



Fonte: ILOSTAT, 2021.

Esta dificuldade estrutural da inserção feminina nos círculos de valorização do capital resulta na maior participação das mulheres no trabalho “informal”, autônomo e, principalmente, nos serviços domésticos assalariados. Aqui é evidente que a desigualdade de renda se expressa de maneira tão acentuada que é possível deslocar as trabalhadoras pauperizadas para atuar de forma assalariada na reprodução de setores mais altos da classe trabalhadora. Não por acaso, o trabalho doméstico assalariado, enquanto uma função predominantemente feminina¹⁷, foi responsável em 2018 por empregar 14,6% das mulheres, das quais

17 Em 2018, 92% do trabalho doméstico foi realizado por mulheres, enquanto neste mesmo ano, o trabalho doméstico masculino empregou somente 0,9% da população ocupada masculina (IPEA, 2019)

somente 28,6% trabalhavam com carteira assinada, sendo que os rendimentos médios para as trabalhadoras sem carteira são geralmente menores do que um salário-mínimo (PINHEIRO *et al.*, 2019). A baixa proteção social do trabalho doméstico expressa a emergência recente da função de diarista, que surge como uma forma de permitir às classes médias a continuidade da contratação dos serviços domésticos por um preço mais baixo, e apresenta-se à mulher trabalhadora como uma opção para intercalar as suas obrigações do lar e do trabalho doméstico privado. As diaristas trabalham em média 5 a 6 dias por semana, prestam os mesmos serviços que as empregadas domésticas e estão sujeitas à informalidade e baixa remuneração característicos do emprego flexibilizado. Para estas mulheres, a média de dedicação ao trabalho doméstico (remunerado ou não) é de 52 horas semanais, o que, considerando o esforço físico atrelado a estas atividades, supõe a baixíssima condição de reposição da sua força de trabalho nos horários de descanso (PINHEIRO *et al.*, 2019)¹⁸.

A sobrerrepresentação do trabalho doméstico privado sobre as outras formas de emprego feminino é uma característica da América Latina em comparação ao restante do mundo. Os dados reunidos na Tabela 1 mostram a América Latina como o grupo de países com maior porcentagem de trabalhadores domésticos sobre o total de empregados e de trabalhadoras mulheres. Entre os países latino-americanos o Brasil apresenta o maior volume de horas de trabalho semanal para as trabalhadoras domésticas (36,8), atrás apenas da Bolívia (47,2) e do Equador (43,3) e é o terceiro com a menor relação entre o salário doméstico e o salário médio, 41,1%, atrás apenas da Argentina (30,9%) e do Chile (34,9%).

Tabela 1 – Porcentagem de trabalhadores domésticos sobre (a) total de empregos e (b) total de trabalhadoras mulheres empregadas: 2010 (%).

Grupo de países	(a)	(b)
Países Desenvolvidos	0,8	1,3
Europa Oriental	0,3	0,4

18 O trabalho doméstico no Brasil é altamente racializado, visto que 63% das empregadas domésticas são negras. A abolição da escravidão envolveu a introdução dos trabalhadores brancos nos círculos principais de produção e relegou aos trabalhadores e trabalhadoras negras à condição de excedente. Seu nível salarial foi tão rebaixado que permitiu a utilização em massa da força de trabalho das mulheres negras para o trabalho de reprodução da burguesia e das camadas médias e, depois de determinado momento, mesmo das camadas superiores da classe trabalhadora branca.

Ásia e Pacífico	1,2	2,5
América Latina e Caribe	7,6	17,4
África	1,4	2,5
Oriente Médio	5,6	20,5
Total	1,7	3,5

Fonte: OUR WOLRD IN DATA, 2021.

As piores condições de emprego e renda para as trabalhadoras mulheres reforçam a dependência material da mulher frente aos rendimentos do homem, o que amplia a base de sua subjugação doméstica e da reprodução das relações patriarcais pertencentes à unidade familiar capitalista. Em síntese, além do maior tempo e desgaste do trabalho doméstico, a mulher periférica também deve arcar com uma estrutura produtiva que reforça a marginalidade e a instabilidade de seu emprego. Assim, ela suporta todo o peso das consequências da superexploração sobre a classe trabalhadora. Se Marini está correto em dizer que uma característica dos países dependentes é a agudização da contradição entre capital e trabalho, nos parece igualmente verdade que sobre a mulher periférica também se agudizam as contradições entre as condições de produção e de reprodução social.

Considerações finais

Este ensaio teve como objetivo esboçar as relações possíveis entre as categorias oferecidas pela Teoria da Reprodução Social e as contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Em vez de apresentar uma formulação teórica fechada, nosso interesse foi, a partir do trabalho sobre as interseções possíveis entre essas duas teorias, demonstrar a possibilidade de se construir um instrumental teórico capaz de auxiliar novas pesquisas sobre as particularidades da opressão de gênero no Brasil e na América Latina. Neste sentido, pensamos que vale a pena concluir com algumas considerações sobre os caminhos analíticos abertos por essa abordagem.

Um dos limites evidentes deste texto foi a ausência do tratamento sobre o papel do Estado. Este, a partir do final do século XIX, nos países centrais, começou a assumir a responsabilidade de momentos importantes da reprodução da força de trabalho (MOHANDESI e TEITELMAN, 2017): as garantias

trabalhistas, a oferta extensiva e intensiva de saúde e de educação e a criação de lavanderias e creches públicas. Todos estes elementos interferiram nas condições materiais da classe trabalhadora do centro e moldaram o papel reprodutivo assumido pelas mulheres. A especificidades da forma, intensidade e sentido de sua atuação nas sociedades dependentes é, desta maneira, outro elemento essencial da reprodução da classe trabalhadora e das determinações que pesam sobre a mulher periférica. É indispensável, portanto, o avanço da análise do papel do Estado dependente na reprodução social.

Igualmente importante é a pesquisa sobre o movimento histórico de conformação da família assalariada nos países dependentes, demarcando a diversidade de processos constitutivos que as diferencia das trajetórias operantes nos países centrais. É necessário analisar as particularidades da reprodução e da produção em cada fase histórica de desenvolvimento do capitalismo periférico, sua relação com o imperialismo e com o padrão de reprodução do capital, com o Estado e com a forma de expressão dos conflitos de classe. Envolve, da mesma maneira, capturar como o terreno da reprodução social muitas vezes condensou e expressou a luta de classes em cada período.

A busca pela maior concretização e historicização da análise da reprodução social na periferia pressupõe indubitavelmente a mediação categorial com outras estruturas de dominação, especialmente a opressão racial. A classe trabalhadora latino-americana passou e passa por processos de racialização distintos, porém em cada país da região a determinação da raça aparece como condição incontornável de sua existência. A captação das particularidades nacionais e das histórias dos povos incorporados no capitalismo dependente, é, assim, essencial para a apreensão da totalidade de determinações que perpassam às trabalhadoras latino-americanas. A partir delas é possível compreender os condicionantes da vida e das responsabilidades de figuras tão marcantes na estrutura social brasileira – tal como a da mãe negra solteira. Da mesma maneira, o horizonte de pesquisa deve envolver a incorporação das relações próprias à outras formas de opressão, algumas intimamente ligadas ao patriarcado tais como a LGBTQIA+fobia. Portanto, o desdobramento rigoroso das categorias gerais contidas na lei do valor para a apreensão da realidade dependente, apesar de necessário, não é de forma alguma suficiente para a compreensão da realidade da mulher latino-americana. O movimento teórico aqui proposto pressupõe a síntese constante com as determinações específicas das relações do patriarcado, junto às diversas outras formas de opressão reproduzidas pelo capital.

Por fim, esse conjunto de particularidades delimita também pautas políticas diferentes daquelas que são apresentadas no centro do capitalismo. Se a industrialização e a socialização do trabalho doméstico, com o conseqüente fim da distinção entre as atividades sociais de produção e reprodução, é o horizonte comum das mulheres no capitalismo, quais são as tarefas específicas nas sociedades dependentes? A diversidade de condições materiais e de estruturas de reprodução social envolvem táticas e pautas concretas particulares para o fim da opressão da mulher. A própria capacidade de articulação das lutas das mulheres em torno de um horizonte de transformação real envolve o entendimento dessas proposições concretas, caso contrário toda a teoria cai no vazio. Da mesma maneira, essas determinações também impõem formas particulares de organização política, o que torna este debate importante para os partidos e organizações que buscam avançar sua atuação junto às necessidades das mulheres trabalhadoras, especialmente os que entendem a centralidade de sua luta para o movimento revolucionário.



Referências

ABÍLIO, Ludmilla Costhek. *O make-up do trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2018.

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In.: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAMBIRRA, Vania. *Al proposito del "Año Internacional de la Mujer"*. (mimeo). 1975

BENSTON, Margareth. The political economy of Woman's political liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4. 1969.

BHATTACHARYA, Thithi. Liberating Women from "Political Economy". *Monthly Review*, v. 71, n. 8. 2019a.

BHATTACHARYA, Thithi. O que é a Teoria da Reprodução Social? *Outubro*, nº32. 2019b.

CARCANHOLO, Marcelo. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v.11, n.1, 2013a.

CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In.: ALMEIDA FILHO, N (org.). *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013b.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2019.

FRASER, Nancy. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism In.: BHATTACHARYA, T (org.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

GRECCO, Fabiana Saches. O debate sobre a reprodução social no Brasil nos marcos da "crise do cuidado". IN: Encontro Anual da ANPOCS, 41, 2017. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2017.

GIACOMIN, K. C. et al. Cuidado e limitações funcionais em atividades cotidianas – *Elsi-Brasil*. 2018.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014-2015, 2015.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15/04/2021.

ILOSTAT. Labour statistics on Woman. Disponível em: <<https://ilostat.ilo.org/topics/women/>>. Acesso em: 16/04/2021.

LEITE, Leonardo. *O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Economia - Universidade Federal Fluminense, 2016.

LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STÉDILE, J. P. (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *El capital: Libro I, Capítulo VI* (inédito). Ciudad de México: Siglo XXI, 1984.

MOHANDESI, S.; TEITELMAN, E. Without reserves. In.: BHATTACHARYA, T (org.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.

MOTTA, Daniele Cordeiro. Desvendando Heleieth Saffioti. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 40, 2018.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In.: ALMEIDA FILHO, N (org.). *Desenvolvimento e dependência*. Brasília: IPEA, 2013.

OUR WORLD IN DATA. <https://ourworldindata.org/economic-inequality-by-gender>. Acessado em 16/04/2021.

PINHEIRO, L; LIRA, F; REZENDE, M. FONTOURA, N. *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Texto para Discussão. IPEA, 2019.

PRADO, Fernando. C. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & política* v 29, n 2, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.



DS Lima (Movimento Internacional de Muralistas Italo Grassi) // “Mundo do trabalho.”

4 Artigo

Petróleo e Soberania Econômica no Brasil

Gilberto Bercovici¹

Resumo // O Brasil, em seu processo de formação econômica, sempre oscilou entre duas tendências principais. A primeira é a constituição de um sistema econômico nacional autônomo, com centros de decisão econômica internalizados, baseados na expansão do mercado interno, em um processo de desenvolvimento ligado a reformas estruturais. O outro é o modelo dependente ou associado, com predominância de empresas multinacionais e do sistema financeiro internacional, financeira e tecnologicamente dependente e ligado às oscilações externas da economia mundial. O objetivo deste artigo é analisar como o controle das reservas de petróleo do país tem estado historicamente no centro deste conflito.

Palavras-chave // Petróleo; Soberania; Empresa Estatal

1 Professor Titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Doutor em Direito do Estado e Livre-Docente em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo.

1. As Duas Grandes Tendências de Política Econômica no Brasil

No Brasil, o controle do Estado sobre os recursos naturais esteve, historicamente, vinculado à própria afirmação da soberania estatal, desde os tempos da colonização portuguesa (Calógeras, 1904-1905; Holanda, 1985; Holanda, 1985a). A relação do petróleo e dos recursos minerais com a soberania econômica, portanto, é umbilical. O processo de criação da empresa estatal Petrobrás envolve não apenas a instituição, sob o controle estatal, de uma indústria básica para o funcionamento e expansão da economia brasileira, mas a afirmação da vontade de emancipação econômica, o que irá tornar a Petrobrás um símbolo do nacionalismo econômico brasileiro. Mas, talvez, o mais importante neste processo tenha sido a manifestação da necessidade de fortalecimento do controle do Estado sobre os instrumentos de política econômica, buscando a nacionalização dos centros de decisão econômica do país (Ianni, 1989).

O contexto histórico da luta dos países em desenvolvimento por independência política e emancipação econômica tornou as empresas petrolíferas estatais e muitas empresas mineradoras estatais entidades que personificaram o controle soberano sobre os recursos naturais. As empresas estatais são instrumentos da política econômica nacional dos seus Estados, atuando de acordo com os objetivos estratégicos e de bem-estar social do Estado, indo muito além da mera busca de rentabilidade (Radetzki, 1985; Marcel, 2006). As empresas estatais são uma das bases do poder econômico público, visando controlar e se contrapor ao poder econômico privado (Farjat, 1971). A nacionalização ou estatização não ocorre por acaso, afinal a decisão de criar uma empresa estatal já é um ato de política econômica (Souza, 1994).

O Brasil, em seu processo de formação econômica, sempre oscilou entre duas grandes tendências de política econômica geral. Uma é a constituição de um sistema econômico nacional, autônomo, com os centros de decisão econômica internalizados e baseado na expansão do mercado interno, em um processo de desenvolvimento vinculado a reformas estruturais. A outra consiste no modelo dependente ou associado, com preponderância das empresas multinacionais e do sistema financeiro internacional, dependente financeira e tecnologicamente e vinculado às oscilações externas da economia mundial, gerando, nas palavras de Sergio Buarque de Holanda (1992, p. 334), uma verdadeira “procissão dos milagres”:

Tivemos também os nossos eldorados. Os das minas, certamente, mas ainda o do açúcar, o do tabaco, de tantos outros gêneros agrícolas, que se tiram da terra fértil, enquanto fértil, como o ouro se extrai, até esgotar-se, do cascalho, sem retribuição de benefícios. A procissão dos milagres há de continuar assim através de todo o período colonial, e não interromperá a Independência, sequer, ou a República.²

Estas duas grandes tendências históricas foram constatadas a partir da elaboração das concepções teóricas da Cepal (*Comisión Económica para América Latina*), no final da década de 1940. A unidade do pensamento da Cepal está na concepção do sistema econômico mundial como um sistema hierarquicamente estruturado entre centro e periferia, que se condicionam mutuamente, e cuja dinâmica se caracteriza pela desigualdade dos níveis de renda e das estruturas produtivas entre os países do centro do sistema e os países periféricos, como os latino-americanos. A estrutura produtiva do centro tem por características essenciais ser diversificada e homogênea, enquanto a da periferia é especializada e heterogênea (Prebisch, 1982b; Rodríguez, 1993; Furtado, 2000).

A diversidade da formação histórica dos Estados da América Latina não impediu, no entanto, que algumas características comuns fossem percebidas. Os países latino-americanos mantinham vínculos econômicos e políticos próximos com os países industrializados, exportando produtos primários e excedentes financeiros e importando manufaturas, recursos humanos, tecnologia, investimentos, instituições e cultura. Esta fase é conhecida como “*desarrollo hacia afuera*”. O mercado de bens e serviços era limitado ao setor vinculado à exportação e a algumas atividades nas regiões urbanas. O setor empresarial mais dinâmico e moderno, geralmente estrangeiro ou a seu serviço, se encontrava essencialmente no setor exportador de minérios ou produtos agrícolas, com um setor manufatureiro, quando existente, muito incipiente. Todo o investimento em infraestrutura também estava

2 Para o historiador Caio Prado Jr, este era o “sentido da colonização”: “Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira” (Prado Jr., 1992, p. 31-32).

destinado às atividades exportadoras. Outra característica comum a todos estes países era a ausência de um mercado nacional integrado, o que ocasionava uma excessiva dependência do setor primário-exportador e, conseqüentemente, a vulnerabilidade externa das suas economias. A presença de setores econômicos modernos e, em determinadas situações, sofisticados, vinculados à exportação de produtos primários, e de grande parte da economia em uma situação de atraso ou estagnação, gerou o que ficou conhecido como heterogeneidade estrutural das economias periféricas (Rodríguez, 1993; Furtado, 2009).

Em virtude desta estrutura e do fenômeno da “deterioração dos termos de troca”, uma série de estudos constatou que os países exportadores de produtos primários estão em desvantagem em relação aos países industrializados. A deterioração dos termos de troca foi detectada nas pesquisas, simultaneamente realizadas, de Raúl Prebisch e de Hans W. Singer, no final dos anos 1940 (Singer, 1950; Prebisch, 1982, 1982a, 1982b). Este fenômeno diz respeito ao intercâmbio entre os bens primários, exportados pela periferia, e os bens manufaturados, exportados pelo centro. Deterioração dos termos de troca significa que o poder de compra dos bens primários para a aquisição de bens manufaturados se reduz com o passar do tempo, o que gera menor renda para a periferia, concentra os frutos do progresso técnico nas economias industrializadas e favorece a transferência de rendas da periferia para o centro. Ou seja, com a deterioração dos termos de troca, boa parte do excedente gerado pelo setor exportador de produtos primários das economias periféricas era transferido para as economias centrais. Além disso, as variações cíclicas da economia mundial também se manifestam em termos de deterioração dos termos de troca, pois os preços dos produtos primários baixam muito mais que os preços dos produtos manufaturados nos períodos de crise, perdendo o que eventualmente poderiam ter ganho nas fases de expansão, mantendo a propensão ao desequilíbrio externo das economias periféricas. Com a tendência de deterioração dos termos de troca, isto significa que, mesmo a longo prazo, é mantida a diferenciação de níveis de renda entre o centro e a periferia. Deste modo, Prebisch foi enfático ao afirmar que a “teoria das vantagens comparativas” de David Ricardo, fundamento da ideologia do livre comércio internacional, estava errada. O desenvolvimento dos países periféricos, assim, exigiria reformas estruturais profundas, em particular, a industrialização (Rodríguez, 1993; Furtado, 2000).

As teses de Prebisch ajudaram a constituir o corpo teórico das políticas de superação do subdesenvolvimento defendidas pela Cepal. A política seguida

pelos países que, como o Brasil, haviam conseguido iniciar o processo de industrialização a partir da grande depressão de 1929 era defendida como uma alternativa mais adequada para a América Latina. A fase do “*desarrollo hacia adentro*” se caracteriza pela política de industrialização por substituição de importações. Esta política foi, até a década de 1950, um programa exitoso de transformações estruturais e diminuição das vulnerabilidades externas das economias latino-americanas que a promoveram. No entanto, apesar da denominação, este tipo de industrialização não busca a implementação da autarquia econômica, com a eliminação das importações. Pelo contrário, o processo gera uma mudança no padrão das importações, justamente para atender às necessidades da ampliação e diversificação do setor industrial. A realização do potencial de desenvolvimento da periferia implicava, para a Cepal, na necessidade de expansão industrial, para que os países periféricos pudessem crescer mais rapidamente que os países centrais (Tavares, 1973; Prebisch, 1982; Rodríguez, 1993; Furtado, 2000; Furtado, 2009).

O desenvolvimento, segundo Furtado, é um fenômeno eminentemente histórico, cada sociedade enfrenta problemas específicos, para os quais não há uma única política ou modelo. O subdesenvolvimento não é uma etapa pela qual os países desenvolvidos tenham necessariamente passado, mas é um processo histórico autônomo. O subdesenvolvimento é um fenômeno de dominação, portanto de natureza cultural e política, não apenas econômica (Furtado, 2000; Furtado, 2009).

O fato de o Estado estar envolvido no processo de transformação econômica significa que também está inserido no processo de acumulação de capital. O poder estatal assume a tarefa de criar riqueza e gerar novas capacidades produtivas, além de estar diretamente envolvido nos conflitos sobre distribuição e bem-estar. A centralidade do Estado no processo de acumulação de capital no Brasil é incontestável, buscando expandir as forças produtivas e assegurar que as forças do mercado se estruturam da melhor forma possível. No caso brasileiro, as suas funções, antes limitadas à preservação do sistema econômico, atuando como regulador da produção e protegendo setores ameaçados por desajustes ou crises, foram constantemente ampliadas para dinamizar e orientar a expansão e diversificação das forças produtivas, incentivando e realizando diretamente a criação de riqueza, transformando as estruturas econômicas e sociais do país. Esta expansão da atuação do Estado brasileiro não foi linear e contínua, mas repleta de contradições e especificidades, historicamente determinadas, enfrentando

simultaneamente questões vinculadas à afirmação do poder estatal soberano e à construção de um aparato estatal apto a lidar com os desafios de um sistema econômico capitalista avançado e da industrialização. A autonomia do Estado, inclusive, se materializa, embora nunca se torne plena ou absoluta, conforme a sua capacidade intervencionista é ampliada. Sua natureza é heterogênea e contraditória, pois é um Estado nacionalista cuja estratégia de acumulação é condicionada por sua inserção na economia internacional e depende, em muitos aspectos, da cooperação das empresas multinacionais, ou seja, é um Estado intervencionista que atua de forma profunda e transformadora em determinados setores, mas é limitado e insuficiente em outros. Apesar de suas contradições, ou por causa delas, é o instrumento central na política de desenvolvimento (Evans, 1979; Draibe, 1985; Ianni, 1989; Bielschowsky, 1995).

2. A Nacionalização dos Recursos Minerais

A exploração econômica colonial caracterizou-se por fazer com que a evolução econômica brasileira fosse cíclica no tempo e no espaço. Às grandes fases de prosperidade localizadas, seguiam-se a estagnação e decadência promovidas por conjunturas do mercado internacional (Prado Jr., 1992). A grande herança econômica da colonização foi o fato de o Brasil do século XIX e início do século XX não diferir em praticamente nada do que fora nos três séculos anteriores (Furtado, 1991).

Pandiá Calógeras, em seu clássico estudo sobre a legislação minerária brasileira, criticou a profunda indiferença existente no país sobre o problema da indústria mineral (Calógeras, 1904-1905). A atenção para os recursos minerais brasileiros vai ser obtida apenas com a Primeira Guerra Mundial, seja pelos problemas de abastecimento e consequente elevação dos preços, especialmente de carvão, aço e combustíveis, durante o conflito, seja pelo receio de que as riquezas do país pudessem ser alvo da cobiça de nações ou grupos econômicos estrangeiros, muitos dos quais, inclusive, começavam a se instalar no país.

A política deliberada, a partir da Revolução de 1930, será a da expansão econômica via mercado interno, especialmente por meio da industrialização. Há uma ruptura na política econômica a partir de 1930, com destaque à política de preservação do setor cafeeiro para a manutenção dos níveis de renda na economia, favorecendo a internalização dos centros de decisão econômica e o

processo de industrialização (Furtado, 1991, p. 186-194). O nacionalismo econômico brasileiro vai justamente se caracterizar pela busca de maior independência econômica, cujo pressuposto era o controle do Estado sobre seus recursos naturais para beneficiar a economia nacional. A posição do Brasil como exportador de matérias-primas, portanto, vulnerável às oscilações do mercado internacional, deixou de ser vista como vantajosa. E o Estado brasileiro vai ser reestruturado e atuar decisivamente para promover as transformações estruturais julgadas necessárias para solucionar esta questão, especialmente buscando diversificar a economia por meio da industrialização (Draibe, 1985; Ianni, 1989; Furtado, 1991; Prado Jr., 1993; Bielschowsky, 1995).

A industrialização brasileira significou a criação de um mercado nacional articulado (Furtado, 1991, p. 236-237). A partir da crise de 1929, as barreiras ao comércio internacional deslocaram o centro dinâmico da economia brasileira do setor exportador para o mercado interno. Esta política teve apoio deliberado do Estado nacional para promover a integração do mercado nacional e beneficiar o processo de industrialização. A expansão da industrialização tornou-se o setor dinâmico da economia nacional, mas é uma expansão restringida. Ainda não havia condições técnicas e financeiras para que se implantasse o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, o que vai ser obtido, com a atuação decisiva do Estado, nas décadas de 1940 e 1950 (Mello, 1991).

Ao contrário da criação das empresas estatais em outros países, a estatização no Brasil significa também a constituição da própria atuação empresarial nos vários setores da economia, internalizando o processo de industrialização. O Estado brasileiro vai, simultaneamente, concentrar recursos e constituir a base produtiva do país. Neste primeiro momento da construção do Estado industrial no Brasil, as questões referentes à mineração, siderurgia e petróleo se tornaram questões de Estado, vinculando a exploração dos recursos minerais à política nacional de industrialização. A criação das empresas estatais nestes setores busca dar uma solução conjunta à implantação da base da indústria pesada e ao seu financiamento. O surgimento destas empresas estatais não se dá sem acirrados debates políticos e, como no caso da Petrobrás, após uma forte mobilização popular a seu favor, o que proporcionou a estas primeiras empresas uma grande legitimidade, inclusive permitindo a obtenção de seus recursos iniciais a partir de mecanismos de poupança forçada, como recursos da previdência social ou provenientes da arrecadação de impostos setoriais (Draibe, 1985; Dain, 1986; Martins,

1991). A importância da iniciativa estatal no processo de industrialização brasileiro é insubstituível, embora o Estado não tenha assumido integralmente a responsabilidade de estruturar uma economia efetivamente nacional (Prado Jr., 1993, p. 320-322). A presença do Estado irá se materializar diante da ausência do capital privado nacional e em contraposição ao controle estrangeiro sobre os recursos minerais.

A política nacional do petróleo, assim como a dos recursos minerais, desde a nacionalização do subsolo na década de 1930, foi concebida e estruturada para ser um dos instrumentos do processo de industrialização do país. A importância da questão do ferro e da siderurgia demonstram o quanto estas questões estão intrinsecamente ligadas desde os primórdios da República (Pereira, 1967; Martins, 1976; Bercovici, 2011a). A nacionalização dos recursos minerais em 1934 estava diretamente vinculada à instalação da indústria pesada no Brasil, a ser promovida pela siderurgia de grande porte, a partir de 1941, e pelo controle nacional sobre os recursos petrolíferos, instituído em 1938 e reafirmado no início da década de 1950.

Até a Revolução de 1930, o petróleo não se apresentava ainda como um problema nacional (Cohn, 1968, p. 11). Esta mudança de orientação, com uma preocupação mais global e centralizadora do Estado nacional, irá se enfrentar com as tentativas da iniciativa privada nacional de explorar o petróleo e os recursos minerais no país e, de modo muito mais intenso, com os interesses dos grandes grupos econômicos internacionais, sempre presentes de forma direta ou indireta na definição sobre as políticas nacionais de aproveitamento dos recursos minerais.

A grande modificação, no entanto, seria trazida com o Código de Minas de 1934, que separou a propriedade do solo da propriedade do subsolo e passou para o domínio da União todas as riquezas do subsolo que não fossem objeto, ainda, de exploração. Sua exploração só poderia ser feita, a partir de então, mediante concessão federal. A propriedade do subsolo foi, deste modo, retirada da esfera privada e nacionalizada. Ao nacionalizar o subsolo, o Código de Minas consistiu no passo inicial para que o Estado brasileiro passasse a atuar diretamente sobre os recursos naturais estratégicos passíveis de exploração industrial (Pereira, 1967; Cohn, 1968; Martins, 1976; Draibe, 1985). Essa política foi incorporada pela Constituição de 1934 e mantida por todas as constituições brasileiras posteriores, inclusive a atual de 1988.

O peso do petróleo e derivados sobre a pauta de importações brasileira nos tempos tumultuados que antecederam a eclosão de mais uma guerra mundial adquiriu grande importância. Tratar de petróleo não dizia respeito apenas ao equilíbrio da balança comercial, mas também à dependência nacional em relação ao suprimento de produtos básicos para o processo de industrialização, para o sistema de transportes e comunicações e para a própria defesa do país. É neste contexto que os militares passam, também, a se preocupar com a questão petrolífera (Cohn, 1968; Wirth, 1973; Martins, 1976). No campo militar, o nome que se destacaria na proposição e implementação de uma política petrolífera foi o do General Júlio Caetano Horta Barbosa, primeiro presidente do Conselho Nacional do Petróleo, órgão criado pelo Decreto-Lei nº 395, de 29 de abril de 1938. Foi sob a sua direção que o Conselho Nacional do Petróleo descobriu as primeiras jazidas de petróleo do Brasil, na região de Lobato, na Bahia, em 1939.

No entanto, com o final da Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança significativa na linha de atuação da política nacional do petróleo. Ampliaram-se as tentativas de alteração da legislação no sentido de permitir a participação do capital estrangeiro e diminuir a atuação direta do Estado na indústria petrolífera.

3. A “Campanha do Petróleo”

Com a redemocratização de 1945, a equipe do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) elaborou em 1947 um anteprojeto de lei sobre o petróleo em que buscava revogar a orientação nacionalista. A proposta governamental, denominada de “Estatuto do Petróleo”, tinha como ideia-chave a abertura do setor para o capital privado. A participação do capital estrangeiro era vista como a única forma de assegurar a exploração de petróleo no país, pois o Estado não teria recursos para investir.

Como reação a essa proposta, estudantes, sindicalistas, intelectuais, militares e integrantes de praticamente todas as camadas sociais vão conseguir, em um momento raro da história política brasileira, mobilizar a opinião pública a favor da tese do monopólio estatal do petróleo. A “Campanha do Petróleo”, cujo lema, “*O Petróleo é Nosso*”, ganhou as ruas de todo o país, foi articulada, a partir de abril de 1948, em torno do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), que tinha entre seus presidentes de honra o General

Horta Barbosa. A “Campanha do Petróleo” enfrentou uma série de obstáculos, como o boicote da grande imprensa, a repressão policial, a hostilidade do empresariado, entre outros. Apesar das dificuldades, foram realizadas palestras e conferências sobre o tema do petróleo por todo o país, com a publicação de inúmeros textos, visando esclarecer a população. Ao conseguir mobilizar a opinião pública nacional, a “Campanha do Petróleo” tornou o tema uma questão obrigatória nos debates das eleições gerais de 1950, ampliando ainda mais o seu impacto.

A nova eleição de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 3 de outubro de 1950, fortaleceu a alternativa nacionalista para a questão do petróleo. A Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira, iniciou, em julho de 1951, a elaboração da proposta que Getúlio Vargas apresentaria como política nacional do petróleo. O ponto de partida seria a criação de uma sociedade de economia mista, a Petrobrás, para executar essa política, enfatizando a imprescindibilidade do controle nacional do setor de petróleo (Lima, 1975; Martins, 1976; Draibe, 1985; Bielschowsky, 1995; Lima, 2013; Barbosa, 2021).

É interessante perceber no texto da Mensagem Presidencial de Vargas a utilização de concepções que eram difundidas pelo pensamento desenvolvimentista da Cepal, como a preocupação com a “deterioração dos termos de troca” e, especialmente, com a ênfase dada à necessidade de integração da política de petróleo ao processo de industrialização do país (Cohn, 1968, p. 133-136):

Com efeito, a indústria do petróleo, lançada em bases amplas, como preconiza o projeto de lei, deve articular-se não só dentro do seu campo específico, mas também com outros setores da economia nacional. Ao Governo não escapou a necessidade dessa articulação, e medidas já vêm sendo tomadas no sentido de estimular as atividades industriais relacionadas com as do petróleo, tais como as de produção de aço laminado, de tubos, de cimento etc. O programa pertinente aos combustíveis líquidos minerais não se chocará, portanto, com os planos de inversões públicas em outros empreendimentos de natureza econômica; ao contrário, os completará, como urgia (Vargas, 1964, p. 96-97).

A “Campanha do Petróleo” continuou ativa durante todo o período de discussão legislativa, defendendo a tese do monopólio estatal do petróleo. A pressão da opinião pública, mobilizada pela “Campanha do Petróleo”, fez com que o debate público e parlamentar transcorresse a partir do pressuposto do controle nacional sobre os recursos petrolíferos e das alternativas mais adequadas para assegurar este controle. Finalmente, em 3 de outubro de 1953, Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2.004, que instituiu a política nacional do petróleo, consagrou o monopólio estatal do petróleo no Brasil e autorizou a criação da Petrobrás.

A “Campanha do Petróleo” foi a “maior mobilização popular e social da história do Brasil em defesa de algum projeto de desenvolvimento” (Lessa, 2004, p. 21-23). Não haveria nada similar antes, nem depois. A campanha abriu espaço para a manifestação política popular, cuja mobilização era uma novidade na história do país. A aprovação do monopólio estatal do petróleo não teve como causa única a “Campanha do Petróleo”, mas, certamente, a campanha contribuiu de modo decisivo para influenciar as lideranças políticas e foi crucial para o Presidente Getúlio Vargas se posicionar diante das pressões provenientes do governo norte-americano (Miranda, 1983; Silva, 2007).

A consolidação da política de industrialização brasileira se deu com a criação da Petrobrás e a implementação do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), superando a fase da chamada “industrialização restringida”. A industrialização deixou de ser induzida pelo estrangulamento do setor externo, dentro do clássico modelo de substituição de importações, constituindo plenamente as forças produtivas especificamente capitalistas no país. O ponto a ser ressaltado no processo de industrialização brasileiro não é o modelo de substituição de importações, mas a natureza endógena do processo de acumulação de capital, ou seja, a dinâmica da acumulação, embora articulada com o mercado internacional, foi modificada a partir de dentro (Mello, 1991; Tavares, 1998). A nova etapa iniciou a articulação entre o capital estatal (nas empresas estatais e no financiamento público da expansão industrial e da infraestrutura), o capital privado nacional (na construção civil e na engenharia pesada, além de alguns setores de bens de capital) e o capital estrangeiro (nas empresas multinacionais), ainda nos setores de demanda final, como a indústria automobilística (Lessa, 1983; Draibe, 1985; Dain, 1986; Tavares, 1998).

4. A Política Petrolífera da Ditadura Militar

O regime instaurado pelo golpe militar de 1º de abril de 1964 manteve o monopólio estatal do petróleo, mas editou um novo Código de Mineração, em 1967, que excluiu qualquer restrição à participação de empresas estrangeiras na atividade mineradora. Isso ampliou de forma descontrolada a internacionalização do aproveitamento dos recursos minerais brasileiros (Moraes, 2020).

A Reforma Administrativa de 1967 promoveu a descentralização da atuação das empresas estatais, estimulando sua autonomia e articulação com o setor privado. O resultado, no longo prazo, foi a perda da centralidade decisória do Estado e a fragmentação da estrutura administrativa estatal. As empresas estatais vinculadas ao setor produtivo iriam aproveitar a autonomia para expandir suas atividades, no sentido da conglomeração e da internacionalização, inclusive com associação ao capital estrangeiro. As empresas estatais, assim, incorporaram a lógica de atuação privada, com o objetivo de fortalecer o mercado. Não apenas eram instrumentos de política econômica do Estado, mas também se tornaram atores importantes no mercado (Martins, 1991; Contreras, 1994).

Esta lógica de atuação das empresas estatais foi denominada de “lógica do Jano bifronte”, pois as empresas estatais apresentam uma dupla face: a face estatal, voltada para a realização de objetivos políticos e de ordem macroeconômica, e a face empresarial, visando a realização de finalidades exclusivamente de natureza microeconômica. A face empresarial insere as empresas estatais no sistema produtivo e no processo de acumulação, o que as diferencia de todos os demais atores políticos ou burocráticos. As empresas estatais, assim, situam-se em uma posição estratégica entre o setor público e setor privado, sendo agentes possíveis de articulação e intermediação entre o Estado e os setores privados nacional e internacional (Contreras, 1994, p. 43-45, 58-67). No entanto, a empresa estatal não é prisioneira destas duas lógicas, mas as interioriza e atua com ambas. Para realizar estas funções estratégicas, a empresa estatal precisa de uma identidade política e de um projeto estratégico próprio, que consiga direcionar sua atuação (Dain, 1986, p. 48-54).

A estratégia de privilegiar essencialmente a exploração/produção de petróleo seria modificada, visando uma maior diversificação de investimentos e atuação da Petrobrás, especialmente nos setores de refino, petroquímica e de internacionalização de algumas atividades. Esta redução dos investimentos em pesquisa

e exploração, no entanto, foi também interpretada como a destituição da gestão do monopólio do petróleo de seu conteúdo político, com o abandono do objetivo de alcançar a autossuficiência na produção de petróleo por parte da Petrobrás (Martins, 1991; Contreras, 1994; Philip, 2006).

A partir de 1967, os técnicos da Petrobrás, após algumas perspectivas frustradas de descoberta de jazidas terrestres de petróleo, propuseram o avanço da pesquisa para a plataforma continental. A ideia seria diminuir gradualmente os investimentos em terra e transferi-los para o mar. Para tanto, seria necessário investir em capacitação técnica e tecnológica e reestruturar todos os setores envolvidos nesta mudança de política, inclusive com aquisição de materiais e equipamentos no exterior.

O crescimento do consumo nacional de combustíveis, sem que a produção interna de petróleo aumentasse, e o agravamento das contas externas do país em virtude da crise do petróleo agravaram a pressão sobre a Petrobrás e seu projeto de exploração da plataforma continental, até então, limitado a pequenos campos de produção. A situação vai se modificar com a descoberta, em 1973, da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. No entanto, as jazidas se encontravam em grandes profundidades, exigindo desenvolvimento de tecnologia própria para a prospecção e para a produção. A decisão governamental seria a de explorar e desenvolver o mais rápido possível a essa bacia, visando diminuir a dependência brasileira do petróleo importado. A partir de modelos testados no Mar do Norte, a Petrobrás vai desenvolver um sistema próprio de exploração de petróleo em águas profundas (Dias & Quaglino, 1993; Philip, 2006).

A descoberta das reservas da bacia de Campos e o redirecionamento da Petrobrás para a autossuficiência na produção de petróleo representou uma espécie de reencontro da estatal com seu ideário fundador. A importância da exploração do petróleo da plataforma continental brasileira pode ser traduzida, ainda, no impacto positivo na balança comercial do país, com a redução do peso da importação de petróleo e derivados. Além disso, o país se tornou menos vulnerável às oscilações da economia internacional e aos “choques do petróleo”. Mas talvez o principal fator seja a constituição de um efetivo sistema nacional de inovação tecnológica, com todas as potencialidades que o desenvolvimento tecnológico autônomo pode trazer (Contreras, 1994).

5. Os Debates sobre o Petróleo na Redemocratização

A disputa sobre a manutenção da nacionalização do subsolo ou o favorecimento ao capital estrangeiro no setor de mineração foi intensa durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. A Constituição de 1988, ao determinar que a propriedade do subsolo e dos bens minerais é da União Federal (artigos 20, IX e 176), consagra o processo de nacionalização do subsolo iniciado em 1934. A constitucionalização do monopólio do petróleo também foi mantida e ampliada (artigo 177), com exceção do setor de distribuição de combustíveis e derivados do petróleo.³

Apesar da garantia constitucional do monopólio estatal do petróleo, a Petrobrás seria combatida desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), com políticas visando reduzir sua dimensão econômica e, em última análise, propondo o fim do monopólio estatal do petróleo e a própria privatização da empresa. No entanto, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que se propôs a “flexibilização” do monopólio estatal do petróleo, com o argumento de que haveria carência de recursos para investir na exploração petrolífera.

A Emenda Constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995, extirpou do texto constitucional a Petrobrás como executora única do monopólio, mas manteve o monopólio da União Federal sobre o petróleo, que pode explorá-lo diretamente ou por meio de concessões a empresas estatais ou privadas, inclusive de capital estrangeiro. Embora tenha se comprometido a não privatizar a Petrobrás, com a aprovação da nova lei sobre o petróleo (Lei nº 9.478, de 1997), Fernando Henrique Cardoso promoveu uma “privatização parcial” da empresa. A participação da União caiu de 82% para cerca de 51% do total de ações com direito a voto. Com esta operação, a Petrobrás obteve a incorporação de uma série de acionistas minoritários vinculados ao capital estrangeiro, passando a ter que pagar dividendos muito elevados a acionistas residentes no exterior e tornando a sua atuação muito mais voltada para interesses comerciais lucrativos.

O modelo dos contratos de concessão foi o adotado pelo Brasil em 1997, modelo este que não poderia ser mais inadequado, tendo em vista o interesse público na exploração e produção de petróleo e gás natural. O contrato de

3 Sobre todos esses debates no Brasil pós-redemocratização, vide Bercovici, 2011.

concessão não envolve a propriedade estatal sobre o produto da lavra, permitindo a propriedade privada dos recursos petrolíferos. O concessionário adquire o direito exclusivo de explorar naquela área determinada, por sua conta e risco, tornando-se proprietário do petróleo produzido. A receita estatal geralmente é proveniente de *royalties*, impostos e bônus.

O debate sobre a apropriação do excedente das atividades de exploração de petróleo ganhou novo alento a partir de 2006, com as descobertas das jazidas do pré-sal, ou seja, abaixo da camada de sal do subsolo da plataforma continental. As descobertas iniciais dizem respeito a jazidas situadas a cerca 300 quilômetros da costa brasileira, abaixo de cerca de 2 mil metros de água e de uma camada de 5 mil metros de rochas e sal. As estimativas falam em um potencial de mais de 70 bilhões de barris de petróleo, de boa qualidade (em princípio, trata-se de óleo leve), o que tornaria o Brasil um dos principais produtores do mundo.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) buscou, assim, modificar o marco regulatório da indústria petrolífera no Brasil. Com a aprovação da Lei nº 12.351, em 2010, o regime de exploração e produção das jazidas do pré-sal e nas áreas consideradas estratégicas passou para o contrato de partilha de produção, que garantem a propriedade estatal sobre os produtos petrolíferos antes de serem comercializados. São os contratos mais utilizados pelos Estados produtores de petróleo. Os riscos pelo investimento e desenvolvimento da produção são das empresas contratadas. Após o início da produção, as empresas podem recuperar seus gastos e custos de operação de uma parcela denominada *“cost oil”*. A parcela remanescente, o *“profit oil”*, é dividido entre a empresa e o governo, na proporção acertada no contrato. O Estado mantém total domínio sobre a propriedade dos recursos minerais, sobre os equipamentos e instalações e sobre o gerenciamento das operações de produção de petróleo. Neste tipo de contrato, os direitos reais sobre o petróleo não saem nunca do domínio do Estado. De acordo com a lei, a Petrobrás seria a operadora única de todos os blocos contratados sob o regime de partilha de produção, com participação mínima assegurada de 30% nos consórcios de exploração. No entanto, em vez de unificar o modelo de exploração de recursos petrolíferos, o país instituiu um modelo dual de exploração, com áreas submetidas ao regime do contrato de partilha de produção (Lei nº 12.351/2010) e áreas submetidas ao regime do contrato de concessão (Lei nº 9.478/1997), o que gera constantes conflitos jurídicos e políticos.

6. O desmonte do controle estatal sobre o petróleo e o neoextrativismo

Durante todo o século XX, não houve nenhum investimento privado sistemático no setor de petróleo no Brasil. A garantia do abastecimento interno de petróleo e a manutenção dos investimentos por longo prazo, em um ambiente de elevada incerteza política e econômica, só foram mantidos porque a Petrobrás é uma empresa estatal. A Petrobrás atuou decisivamente no esforço para a construção de um parque industrial no país, com o estímulo à produção interna de bens e equipamentos e de inovação tecnológica, tendo um papel fundamental no processo de industrialização por substituição de importações, além de melhorar as contas externas do país com a produção própria de petróleo e derivados, diminuindo a dependência externa.

A partir dos anos 1980 e 1990, com a crise da dívida externa, o neoliberalismo e a crise de financiamento do Estado, a política industrial autônoma ou soberana teve que ser abandonada para que os países latino-americanos fossem admitidos na nova ordem mundial da globalização neoliberal, com a adesão ao chamado “Consenso de Washington” (privatização, desregulação de mercados, liberalização do fluxo de bens e capitais). A América Latina reverteu, então, sua estratégia de desenvolvimento, regredindo da industrialização para a exportação de produtos primários, aproveitando-se de uma elevação dos preços internacionais daqueles produtos agrícolas ou minerais. Com preços internacionais favoráveis, os países latino-americanos aceleraram seu processo de crescimento baseado na primarização ou reprimarização das exportações.

A partir dos anos 2000, mesmo os governos ditos de esquerda na América Latina continuaram dirigindo sua política econômica para a extração de recursos naturais e consagraram a exportação de produtos primários como estratégia de desenvolvimento nacional, instaurando uma política denominada de “neoextrativismo”. Para tanto, estes governos entenderam que os recursos naturais seriam uma verdadeira benção, gerando rendas facilmente tributáveis que poderiam ser utilizadas para financiar políticas sociais. A extração de recursos foi compreendida como uma mera questão da capacidade do Estado regular as operações de mineração ou exploração petrolífera ou o agronegócio para conseguir acordos melhores com as agências financiadoras internacionais e tentar aplicar às empresas regras de controle em relação aos seus impactos sociais e ambientais

(Gudynas, 2012; Veltmeyer & Petras, 2014; Burchardt & Dietz, 2014; Petras & Veltmeyer, 2015).

A demanda da China e do Leste Asiático por produtos agrícolas e florestais, combustíveis fósseis e outras fontes de energia e por minerais industriais estratégicos acarretou a ampliação do investimento estrangeiro nos setores agrícola e minerário (Moyo, 2012) e consagrou, com as políticas do “neoextrativismo”, a reprimarização das economias latino-americanas, impedindo a recuperação das políticas industriais abandonadas nos anos 1990 (Arend, 2015). O “neoextrativismo” não passa, assim, de uma nova forma de subordinação da estratégia de desenvolvimento dos países latino-americanos aos fluxos do comércio internacional. A América Latina e o Brasil passaram, assim, do “Consenso de Washington” para o “Consenso das Commodities” (Svampa, 2013).

A dependência dos produtos primários acaba ocasionando algumas características comuns aos Estados produtores, fruto da maneira pela qual a indústria extrativa se organizou, geralmente por meio de decisões tomadas fora destes países. Além da dependência, em geral, de um único recurso, muitas vezes exaurível, os Estados produtores dependem de um setor voltado para a exportação, que tem necessidade de grandes investimentos e permaneceu, na maior parte dos casos, como um enclave, mais integrado à economia internacional do que à do país produtor. Um enclave de exploração agrícola, mineral ou petrolífera não gera, na terminologia de Hirschman, nem os encadeamentos anteriores (abastecimento de insumos das atividades não primárias), nem os encadeamentos posteriores (a utilização da produção da atividade como insumo em atividades novas) necessários para a geração de transformações econômicas que caracterizem o processo de desenvolvimento (Hirschman, 1973; Hirschman, 2008). O fato de permanecer a lógica do enclave acaba prejudicando o estabelecimento de uma indústria extrativa adequada e economicamente integrada às necessidades do seu país. Um “pólo de extração” não se torna um “pólo de desenvolvimento”, pelo contrário. Geralmente, sua influência no restante do sistema econômico nacional é desestruturadora.

A especialização em produtos primários é uma alternativa muito pobre para qualquer país, pois gera pouco emprego e acarreta a perda do dinamismo social e do desenvolvimento cultural e tecnológico associados a um setor industrial forte (Sid Ahmed, 1987; Sid Ahmed, 1988; Karl, 2008; Delgado, 2010). Vários estudos recentes demonstram, inclusive, a atualidade da hipótese original de Prebisch e Singer de que os preços reais das matérias-primas tendem a se

deteriorar no longo prazo. Embora esta hipótese não se confirme para todos os produtos ou em todos os períodos, os dados sobre o comércio internacional colhidos pela Liga das Nações, ONU e Banco Mundial teriam demonstrado que, na média, os preços reais do conjunto de matérias-primas, com exceção do petróleo, e da maioria dos produtos primários decresceram no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Tandon, 1985; Ocampo, 1995; Lima e Silva *et al.*, 2016). O significado desta constatação da deterioração dos termos de troca dos produtos primários implica, entre outras consequências, no reforço da necessidade de uma estratégia de industrialização para os países periféricos.

No Brasil, o controle estatal sobre a exploração do pré-sal foi reduzido drasticamente logo após o golpe de Estado parlamentar de 2016, que depôs a Presidente Dilma Rousseff. Foi aprovada a Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, que inverteu totalmente a lógica de atuação do Estado em relação ao petróleo. Até a promulgação dessa lei, a garantia da Petrobrás como operadora única do pré-sal fez com que o ritmo de investimento e de produção de todos os projetos do pré-sal, bem como a decisão sobre eventuais associações e com quem se associar, permanecessem nas mãos do Estado. Isso para não mencionar as funções de controle sobre o impacto ambiental e apuração correta da vazão e da quantidade de petróleo extraída, todas exercidas pela Petrobrás. Com a nova lei, a Petrobrás deixou de ser a operadora única do pré-sal, tornando-se, na prática, inviável estimular a indústria nacional, por meio das políticas de conteúdo nacional, que geravam empregos e estimulavam o desenvolvimento da capacidade industrial do país. A política de incentivo à inovação tecnológica, que proporcionou toda a vanguarda da Petrobrás na exploração de petróleo em águas profundas, ficou também prejudicada. O resultado foi a perda do controle nacional sobre as reservas petrolíferas e sua exploração ditada a partir dos interesses privados das grandes petroleiras internacionais.

Além disso, desde 2016 os governos vêm promovendo uma política de substituição do monopólio estatal por monopólios privados. O melhor exemplo é a política atual de venda de ativos da Petrobrás. A Petrobrás não precisa vender ativos para reduzir seu nível de endividamento. Ao contrário, na medida em que vende ativos ela reduz sua capacidade de pagamento da dívida no médio prazo e desestrutura sua cadeia produtiva, em prejuízo à geração futura de caixa, além de assumir riscos empresariais desnecessários. O atual plano de negócios da Petrobrás tem viés de curtíssimo prazo e ignora a essência de uma empresa integrada de energia que usa a verticalização em cadeia para equilibrar suas receitas,

compensando a inevitável variação do preço do petróleo, de seus derivados e da energia elétrica, característica essencial para minimizar os riscos empresariais. Na medida em que a Petrobrás seja fatiada, o agente privado tende a buscar o lucro máximo por negócio, majorando os custos ao consumidor, o que restringe o crescimento do mercado interno.

O Brasil necessita de uma infraestrutura complexa, capaz de articular as várias regiões do país. A prestação dos serviços públicos de energia precisa ser acompanhada de preços básicos, o mais uniformizados possível, e instalações interligadas, para que não se excluam regiões e setores inteiros e importantes da possibilidade de participar do mercado interno e do mercado internacional. Com a Petrobrás, o Brasil possui uma empresa estatal global pelo seu tamanho, capacidade técnica, financeira e organizacional para operar tanto no país como no exterior, dotada de um sistema de planejamento estratégico e que se responsabilizou por grande parte da infraestrutura e do desenvolvimento tecnológico do país. A privatização ou o desmonte da Petrobrás significa, assim, a desestruturação do sistema energético brasileiro integrado, fundamental para a manutenção de um mercado interno de dimensões continentais e uma inserção internacional competitiva, não subordinada. A recuperação do controle nacional sobre os recursos naturais, especialmente o petróleo, portanto, é uma necessidade para o presente e o futuro do país.



Referências Bibliográficas

- Arend, M. (2015). *A Industrialização do Brasil ante a Nova Divisão Internacional do Trabalho*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão n. 2105.
- Barbosa, A. F. (2021). *O Brasil Desenvolvimentista e a Trajetória de Rômulo Almeida: Projeto, Interpretação e Utopia*. Alameda.
- Bercovici, G. (2011). *Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais*. Quartier Latin.
- Bercovici, G. (2011a). A 'Questão Siderúrgica' e o Papel do Estado na Industrialização Brasileira. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 452, 373-414.
- Bielschowsky, R. (1995). *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 2 ed. Contraponto.
- Burchardt, H. J. & Dietz, K. (2014). (Neo-)Extractivism – a New Challenge for Development Theory from Latin America. *Third World Quarterly*, 35 (3), 468-486.
- Calógeras, J. P. (1904-1905). *As Minas do Brasil e Sua Legislação*. Imprensa Nacional.
- Cohn, G. (1968). *Petróleo e Nacionalismo*. Difel.
- Contreras, E. C. A. (1994). *Os Desbravadores: A Petrobrás e a Construção do Brasil Industrial*. Relume-Dumará.
- Dain, S. (1986). *Empresa Estatal e Capitalismo Contemporâneo*. EdUnicamp.
- Delgado, G. C. (2010). Especialização Primária como Limite ao Desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, 1 (2), 111-125.
- Dias, J. L. M. & Quaglino, M. A. (1993). *A Questão do Petróleo no Brasil: Uma História da Petrobrás*. Ed. Fundação Getúlio Vargas/Petrobrás.
- Draibe, S. (1985). *Rumos e Metamorfoses: Um Estudo sobre a Constituição do Estado e as Alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960*. Paz e Terra.
- Evans, P. (1979). *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State and Local Capital in Brazil*. Princeton University Press.
- Farjat, G. (1971). *Droit Économique*. PUF.
- Furtado, C. (1991). *Formação Econômica do Brasil*. 24 ed. Cia. Ed. Nacional.
- Furtado, C. (2000). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 10 ed. Paz e Terra.

- Furtado, C. (2009). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. 5 ed. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- Gudynas, E. (2012). O Novo Extrativismo Progressista na América do Sul: Teses sobre um Velho Problema sob Novas Expressões. In Léna, P. & Nascimento, E. P. (Eds.). *Enfrentando os Limites do Crescimento: Sustentabilidade, Decrescimento e Prosperidade* (303-318). Garamond.
- Hirschman, A. O. (1973). *La Estrategia del Desarrollo Económico*. Fondo de Cultura Económica.
- Hirschman, A. O. (2008). A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples. In Hirschman, A. O. *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond* (59-97). Cambridge University Press.
- Holanda, S. B. (1985). A Mineração: Antecedentes Luso-Brasileiros. In Holanda, S. B. (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 2, 228-258). 6 ed. Difel.
- Holanda, S. B. (1985a). Metais e Pedras Preciosas. In Holanda, S. B. (Ed.). *História Geral da Civilização Brasileira* (vol. 2, 259-310). 6 ed. Difel.
- Holanda, S. B. (1992). *Visão do Paraíso – Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. 5 ed. Brasiliense.
- Ianni, O. (1989). *Estado e Capitalismo*. 2 ed. Brasiliense.
- Karl, T. L. (2008). *The Paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States*. University of California Press.
- Lessa, C. (1983). *Quinze Anos de Política Econômica*. 4 ed. Brasiliense.
- Lessa, C. (2004). *Auto-Estima e Desenvolvimento Social*. 2 ed. Garamond.
- Lima, M. (1975). *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: A Luta pela Emancipação — Um Depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a Política de Getúlio Vargas*. Paz e Terra.
- Lima, M. C. (2013). *Os Boêmios Cróicos: A Assessoria Econômico-Política de Vargas (1951-54)*. E-Papers/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- Lima e Silva, J. C. A.; Prado, L. C. D. & Torracca, J. F. (2016). Um Novo Olhar sobre um Antigo Debate: A Tese de Prebisch-Singer é, ainda, Válida? *Economia Aplicada*, 20 (2), 203-226.
- Marcel, V. (2006). *Oil Titans: National Oil Companies in the Middle East*. Chatham House/Brookings Institution Press.

- Martins, L. (1976). *Pouvoir et Développement Économique: Formation et Évolution des Structures Politiques au Brésil*. Anthropros.
- Martins, L. (1991). *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. 2 ed. Paz e Terra.
- Mello, J. M. C. (1991). *O Capitalismo Tardio*. 8 ed. Brasiliense.
- Miranda, M. A. T. (1983). *O Petróleo é Nosso: A Luta contra o “Entreguismo”, pelo Monopólio Estatal*. Vozes.
- Moraes, A. C. R. (2020). Os Mineradores e a Conquista do Estado: Do ‘Caso Hanna’ ao Golpe de 1964. In Campos, P. H. P.; Brandão, R. V. M. & Lemos, R. L. C. N. (Eds.). *Empresariado e Ditadura no Brasil (41-64)*. Consequência.
- Moyo, D. (2012). *Winner Take All: China’s Race for Resources and What It Means for the World*. Basic Books.
- Ocampo, J. A. (1995). Los Términos de Intercambio y las Relaciones Centro-Periferia. In Sunkel, O. (Ed.). *El Desarrollo desde Dentro: Un Enfoque Neoestructuralista para la América Latina (417-451)*. Fondo de Cultura Económica.
- Pereira, O. D. (1967). *Ferro e Independência: Um Desafio à Dignidade Nacional*. Civilização Brasileira.
- Petras, J. & Veltmeyer, H. (Eds.). (2015). *Extractive Imperialism in the Americas: Capitalism’s New Frontier*. Haymarket Books.
- Philip, G. (2006). *Oil and Politics in Latin America: Nationalist Movements and State Companies*. Cambridge University Press.
- Prado Jr., C. (1992). *Formação do Brasil Contemporâneo — Colônia*. 22 ed. Brasiliense.
- Prado Jr., C. (1993). *História Econômica do Brasil*. 40 ed. Brasiliense.
- Prebisch, R. (1982). El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de Sus Principales Problemas. In Gurrieri, A. (Ed.). *La Obra de Prebisch en la CEPAL (vol. 1, 99-155)*. Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, R. (1982a). Crecimiento, Desequilibrio y Disparidades: Interpretación del Proceso de Desarrollo Económico. In Gurrieri, A. (Ed.). *La Obra de Prebisch en la CEPAL (vol. 1, 156-247)*. Fondo de Cultura Económica.
- Prebisch, R. (1982b). Problemas Teóricos y Prácticos del Crecimiento Económico. In Gurrieri, A. (Ed.). *La Obra de Prebisch en la CEPAL (vol. 1, 248-297)*. Fondo de Cultura Económica.

Radetzki, M. (1985). *State Mineral Enterprises: An Investigation into Their Impact on International Mineral Markets*. Resources for the Future.

Rodríguez, O. (1993). *La Teoría del Subdesarrollo de la CEPAL*. 8 ed. Siglo Veintiuno.

Sid Ahmed, A. (1987). Du 'Dutch Disease' à l'OPEP Disease'. Quelques Considérations Théoriques autour de l'Industrialisation des Pays. *Revue Tiers-Monde*, 28 (112), 887-908.

Sid Ahmed, A. (1988). Vers une Théorie de l'Industrialisation à partir de l'Exportation et de la Transformation des Ressources Naturelles: De la 'Staple Theory' à la Rente Pétrolière. *Revue Tiers-Monde*, 29 (115), 715-812.

Silva, A. A. (2007). A Campanha do Petróleo: Em Busca da Soberania Nacional. In Ferreira, J. & Reis, D. A. (Eds.). *As Esquerdas no Brasil* (vol. 2, 311-333). Civilização Brasileira.

Singer, H. W. (1950). The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, 40 (2), 473-485.

Souza, W. P. A. (1994). *Primeiras Linhas de Direito Econômico*. 3 ed. LTr.

Svampa, M. (2013). 'Consenso de los Commodities' y Lenguajes de Valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, 244, 30-46.

Tandon, R. (1985). *Prebisch-Singer Hypothesis and Terms of Trade: Peripheral Capitalism in the 1980s*. Ashish Publishing House.

Tavares, M. C. (1973). Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil. In Tavares, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro — Ensaio sobre a Economia Brasileira* (27-124). 2 ed. Zahar.

Tavares, M. C. (1998). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3 ed. Instituto de Economia da Unicamp.

Vargas, G. (1964). Mensagem ao Congresso Nacional Propondo a Criação da Petrobrás — 6/12/1951. In Vargas, G. *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil* (77-101). Tempo Brasileiro.

Veltmeyer, H. & Petras J. (Eds.) (2014). *The New Extractivism: A Post-Neoliberal Development Model or Imperialism of the Twenty-First Century?* Zed Books.

Wirth, J. D. (1973). *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*. Fundação Getúlio Vargas.



Flávio Silveira Camargo // “MEMENTO MORI - O cartaz representa através de pintura com tinta esmalte sobre chapa de metal a imagem aérea do rio e da floresta com o ponto vermelho, local do crime, irradiando linhas que tipificam grafismos indígenas e também sugerem as tramas da FUNAI. A chamada MEMENTO MORI, “lembre-se da morte” do cartaz, é um recorte do centro da bandeira do Brasil pintado apenas com linhas branco, azul e estrelas verdes como florestas que ainda resistem assim como os povos originários obliterados pela história, e homens como Bruno e Dom Phillips que perderam a vida dedicando-se a proteger a cultura indígena, e ganharam a memória que permanecerá.”

5 Artigo

Uma ponte para o abismo: o projeto de poder militar

Jorge M. Oliveira Rodrigues¹

Resumo // Em setembro de 2022, num contexto de militarização da política e num governo autoritário de extrema direita, o Brasil celebra o bicentenário de sua independência. Nesse cenário, o debate ganha contornos particulares, trazendo à tona as barbaridades cometidas nesta ex-colônia e que ainda hoje remanesçam como elementos estruturantes da nossa sociedade. Partimos aqui da premissa de que avaliar o atual momento político do país exige considerar estas violências estruturais que nos foram fundantes – a exemplo do racismo e da violência de gênero – com vistas a entender as perspectivas de futuro que se desenham no presente. Destarte, o presente trabalho busca discutir uma destas violências, o militarismo, com o objetivo de entender a sua influência no processo de (des)construção da soberania popular no Brasil, num contexto de capitalismo dependente.

Palavras-chave // Militarismo; Soberania Popular; Independência

1 Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisador do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

Introdução

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil celebrará bicentenário de sua independência. A comemoração envolverá a mórbida presença do coração de Dom Pedro I, da mesma família monárquica que nos impôs a exploração e a barbaridade colonial, além de uma série de iniciativas planejadas para ocorrer ao longo de todo o ano². Os holofotes, entretanto, não se encontram no transporte do órgão ou na série de eventos planejados, muito menos no significado da independência de uma ex-colônia, ainda em processo de descolonização.

Assim como no mesmo período em 2021, as atenções estão voltadas às tensões políticas patrocinadas pelo governo, com uma nova aposta em ameaças golpistas por parte do presidente Jair Bolsonaro. Todavia, o escalonamento discursivo e os diversos episódios de violência política que o acompanharam ao longo dos últimos anos³ não se sustentam no vazio.

Como argumentamos em Rodrigues e Kalil (2022) e Kalil e Rodrigues (2021), existem elementos estruturais que tornaram possível, no Brasil, a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República, congregando diferentes setores em torno de um projeto político autoritário e de extrema direita. Assim, avaliar o atual momento político do país, especialmente no contexto do bicentenário de sua independência, exige tomar em consideração as violências estruturais que nos foram fundantes – a exemplo do racismo e da violência de gênero – com vistas a entender as perspectivas de futuro que se desenham no presente.

O presente trabalho se insere nesse esforço, buscando abordar uma dessas violências estruturantes, tanto do Brasil quanto da crise política que hoje vivemos, qual seja: o militarismo⁴ – entendido como “uma vasta gama de costumes, interesses, prestígio, ações e pensamentos associados aos militares e às guerras, transcendendo até mesmo os autênticos propósitos militares” (VAGTS, 1937, p. 11, Apud PION-BERLIN, 2018, p. 624). Seguimos aqui a linha argumentativa expressa em

2 Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-recebe-coracao-de-dom-pedro-i-em-agosto-em-comemoracao-ao-bicentenario-da-independencia/> >.

3 Citamos, como exemplos, os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, num contexto de ataques recorrentes ao meio ambiente, às populações indígenas e aos militantes destas causas, bem como o assassinato de Marcelo de Arruda, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná, por um militante bolsonarista.

4 Para uma discussão mais detalhada sobre o Militarismo como eixo de compreensão da atual crise brasileira, ver Rodrigues e Kalil (2022).

Rodrigues e Kalil (2022, p. 30, grifo nosso) sobre a presença dos militares na política e suas raízes na política brasileira. Argumentávamos então que “a ingerência política dos militares, expressa de forma acentuada na atual administração, tem raízes profundas, constituindo-se em elemento da formação política brasileira, *aqui tratado por militarismo*”.

Nosso objetivo, portanto, é entender o papel do militarismo, enquanto violência estrutural, no processo de (des)construção da soberania popular no Brasil, num contexto de capitalismo dependente. Partindo do debate conceitual sobre militarismo proposto por Rodrigues e Kalil (2022), nossa hipótese é que o projeto de nação dos militares reflete não só o atual estado de militarização⁵ no país, como expressa o militarismo como mecanismo de reforço da estrutura colonial e desigual, incidindo de modo negativo na construção da soberania popular no país.

Em suma, argumentamos que a construção de um projeto popular e soberano perpassa necessariamente pela superação do atual estado de coisas, especialmente no que diz respeito à ingerência política das forças armadas. Não há independência sob o jugo dos sujeitos armados. Não há independência quando o povo segue sujeito aos desmandos e violências do militarismo que nos é estruturante enquanto sociedade. Nesse sentido, o autointitulado “Projeto de Nação” apresentado é exemplo de um projeto excludente, anti-povo e reacionário, reforçando um modelo de desenvolvimento predatório e baseado essencialmente na desigualdade, motivo pelo qual tomaremos este projeto como eixo norteador da presente análise.

Destarte, para a consecução do objetivo proposto o presente trabalho se estrutura em três seções, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção analisamos o projeto dentro de um *continuum*, simbolizando o encadeamento de um processo que desagua no atual estado de ocupação militar da política e, ao que parece, sinaliza para um aprofundamento ainda maior da

5 Adotamos aqui o conceito de militarização conforme apresentado por Penido e Kalil (2021, p. 7-8), em esforço de atualização do conceito proposto por Mathias (2004). Para as autoras, a militarização ocorreria em cinco dimensões: presença física nas cidades, vide operações de GLO; “ocupação de cargos no sistema político”; transposição de doutrinas militares a outras áreas, como na segurança pública; transferência de valores militares para a administração pública, impondo-lhe o ethos militar, como é o caso das escolas cívico-militares; por fim, a militarização de “todo e qualquer problema, através da utilização das polícias ou das FA em questões que são de outras esferas do Estado, vindo por lentes militares toda e qualquer questão”, como no caso do combate à dengue ou da distribuição de água. As autoras afirmam ainda que “no caso dos países latino-americanos, militarizar tem ainda mais um aspecto, que é a manutenção da autonomia e de privilégios nas Constituições e leis, resultado de transições mal acabadas dos regimes autoritários”.

intervenção política dos militares – agora por mecanismos diversos, que não a ruptura institucional. Em seguida, passamos à análise mais detida do conteúdo do “Projeto de Nação” dos militares⁶. Por fim, discutimos as implicações e o que representa tal projeto para a independência de uma ex-colônia, transformada em país tutelado.

Esperamos, com isso, contribuir para o debate sobre o tema, mas, principalmente, contribuir com a construção de um projeto de país alternativo, baseado na soberania popular e na superação das violências que nos estruturaram enquanto sociedade.

O projeto dos militares como resultado de um processo

Defendemos nesta seção que o lançamento do projeto militar deve ser encarado num *continuum* de movimentos que marcaram o retorno aberto das fileiras ao centro da política nacional. Trata-se do resultado de um processo e não da prospecção de cenários futuros, como se apresenta. Falamos aqui no resultado de um processo por entender que a assinatura por um grupo de militares de um tal documento, que se propõe guia da vida política nacional pelos próximos 15 anos, só pode ser apreendida em seu significado pleno se consideramos a marcha dos militares sobre o sistema político como um todo.

Dinâmica cujas raízes se encontram muito antes do governo Bolsonaro, a ingerência dos militares na política é parte constitutiva da história do Brasil (CARVALHO, 2019). Na história recente, se exprime em intensidades diversas ao longo dos diferentes governos brasileiros.

Apesar da equidistância entre governo e militares que permitiu a construção de uma relação relativamente estável durante os dois mandatos de Lula

6 Em que pese o fato de que o projeto em questão não foi especificamente elaborado no interior das forças armadas, enquanto instituição, falamos aqui de modo irrestrito em “projeto militar” pelo contexto em que se deu sua elaboração. Além de ambos os institutos envolvidos em sua construção – o Instituto Sagres e o Instituto General Villas Bôas – contarem em seus quadros com militares egressos das forças armadas, da ativa e da reserva, o fato de que a escrita deste documento contou com participação de membros de ministérios do governo Bolsonaro, por articulação do general Hamilton Mourão (GODOY, 2022), justifica a alcunha. Assim, adotamos neste artigo a alcunha “projeto militar” e seus equivalentes a fim de evidenciar a responsabilidade dos militares, no governo e fora dele, com seu conteúdo.

da Silva, não foram raros os episódios em que ficou evidente o peso político dos militares. “Os debates em torno da segurança pública, demarcação de terras indígenas e nas políticas da área de Defesa são alguns exemplos de momentos que contaram com a participação das FFAA” (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020). Não bastasse, episódios como a destituição do então ministro da Defesa, José Viegas, no marco de tensões com as forças armadas são sintomáticos do posicionamento adotado no período e, enfim, da prevalência da autonomia política por parte dos militares (CORTINHAS; VITELLI, 2020; PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020).

No governo Rousseff, por outro lado, observou-se o acirramento das tensões (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020; VITELLI, 2021). De acordo com Vitelli (2021, p. 15-17), durante o governo Dilma não houve alteração significativa no número de militares cargos no governo. Todavia, episódios como a pressão militar contra decreto assinado em setembro de 2015 que concentrava autoridade no Ministério da Defesa em detrimento das forças, declarações de militares da ativa, como o hoje vice-presidente Hamilton Mourão e as tensões em torno da criação da Comissão da Verdade dão a tônica do período. Ademais, “se é certo que [os militares] não foram força principal para o golpe contra a então presidenta Dilma Rousseff, também é que não se mantiveram alheios aos acontecimentos políticos de então” (RODRIGUES; KALIL, 2022, p. 19-20).

É interessante retomar a análise de Marina Vitelli (2021) sobre o envolvimento dos militares na política, tomando por enfoque os governos Dilma Rousseff e Michel Temer. Ao destacar as tensões entre as forças e a presidenta Dilma Rousseff e ao rememorar o aumento da presença militar no governo nos 32 meses de administração de Michel Temer (VITELLI, 2021, p. 16-17), dentre outros episódios, a autora insere as intervenções militares na política no escopo de um fenômeno mais amplo e que não se restringe ao governo Bolsonaro.

Com efeitos, somados à forte presença de militares do Ministério da Defesa no governo Lula, a episódios como a demissão de José Viegas da pasta e tensões em torno da demarcação de terras indígenas, as tensões no governo Rousseff e a posterior ocupação por militares da administração Michel Temer reforça o entendimento de que a tutela militar, no Brasil, é a regra, não a exceção.

Todavia, é importante ter em mente que se a tutela é a regra, ao considerarmos a Nova República, é seguro afirmar que houve uma piora qualitativa em termos de intervenção política das forças armadas no governo Bolsonaro. Seguimos aqui a linha argumentativa de que foi a partir da ascensão de Michel Temer

ao poder, após o impeachment ilegítimo de Dilma Rousseff, que passamos a enxergar os contornos atuais desta dinâmica de ocupação política por membros das forças armadas. Sob Temer, os militares assumiram uma postura de “protagonismo sorrateiro” (PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020), ampliando a outras pastas da administração pública a influência exercida na Defesa durante os governos petistas e impondo-se ao sistema político como um ator relevante⁷. Em seu governo, “algumas das figuras hoje ilustres já faziam [...] fileira em cargos civis na administração pública” (RODRIGUES; KALIL, 2022, p. 19).

É o caso dos generais Carlos Alberto dos Santos Cruz e Joaquim da Silva e Luna – o primeiro tendo sido secretário de Segurança Pública do governo Temer e posterior ministro, por curto período, da Secretaria de Governo de Bolsonaro, enquanto o último foi ministro da Defesa de Temer e presidente da Petrobras no governo Bolsonaro⁸. Além deles, o governo Temer nomeou também o general Sérgio Etchegoyen⁹ como ministro do Gabinete de Segurança Institucional (RODRIGUES; KALIL, 2022; PENIDO; RODRIGUES; MATHIAS, 2020; RODRIGUES; JANOT, 2021).

A presença dos três generais em posições de relevo no governo Temer sinaliza uma mudança na política nacional e indica, mesmo que timidamente, um retorno aos holofotes da política – daí “protagonismo sorrateiro”. Como afirmamos, esse processo viria a se intensificar e consolidar no governo Bolsonaro (RODRIGUES; RODRIGUES; MATHIAS, 2020).

Com efeito, o governo Bolsonaro marcou um a concretização da marcha dos militares sobre a política. Da ocupação de ministérios e cargos na administração pública à eleição de egressos das forças armadas a cargos no Legislativo, a vida política nacional acostumou-se a nomear ministros e deputados com patentes a tira colo (PENIDO; KALIL, 2021). O atual quadro de militarização da política nacional levou Teixeira da Silva a argumentar que o “bolsonarismo” se configura como um reflexo atual de um “projeto de poder de longo prazo” dos militares. Em suas palavras, “o bolsonarismo, enquanto síntese, seria o principal condutor de

7 Para uma discussão mais aprofundada do período e da noção de “protagonismo sorrateiro” ver Rodrigues e Kalil (2022).

8 Onde acumulou um salário de mais de R\$ 220 mil mensais aos R\$ 32,2 mil que recebia enquanto general da reserva (SASSINE, 2021).

9 Ao contrário de seus colegas, Etchegoyen não assumiu qualquer posição no governo Bolsonaro, dedicando-se atualmente à articulação política através do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa, onde é diretor no núcleo de Defesa & Segurança (RODRIGUES; KALIL, 2022).

um projeto de *institucionalização de uma ‘República Patriótica Militar’, sob tutela permanente dos militares [...]*” (SILVA, 2021, p. 44, grifos nossos).

Assim, considerado o exposto, a afirmação de que o projeto apresentado pelos militares se insere neste *continuum* de tutela e intervenção significa, em última instância, que se trata também da representação precisa do atual estado de coisas no Brasil no que concerne a militarização da vida política nacional. Foi nesse contexto que o Instituto Sagres e o Instituto General Villas Bôas (IGVB), ambos institutos vinculados a militares¹⁰ e com fortes ligações entre si, com a colaboração do Instituto Federalista, se sentiram suficientemente confortáveis para apresentar um suposto projeto de país, construído à sua autoimagem, para os próximos 15 anos¹¹. E é sob esta ótica que devemos avaliar seu conteúdo.

Projeto de Nação? O reenquadramento da sociedade à imagem e semelhança dos militares

Em outubro de 2015, em meio ao processo que resultou no golpe institucional contra a presidenta, Dilma Rousseff, o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – atualmente Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – lançou o documento intitulado “Ponte para o Futuro¹²”. O texto constituiria a plataforma política de Michel Temer durante seu governo.

O futuro que se conformou, como sabemos, não foi tão esperançoso quanto vendia o documento. Desde então, com a ascensão de Michel Temer ao Planalto via golpe jurídico-parlamentar e posterior eleição de Jair Bolsonaro, convivemos com a deterioração das condições de vida no país: índices alarmantes de

10 O IGVB possui em seus quadros ao menos 6 oficiais militares, dentre os quais 4 são oficiais gerais do Exército Brasileiro, quais sejam: Carlos Roberto Terra Amaral; Luiz Eduardo Rocha Paiva; Luiz Roberto Fragoso Peret Antunes; e Alberto Mendes Cardoso. Os seis oficiais constam como membros de seu Conselho Superior e como fundadores do instituto. O general Rocha Paiva, por sua vez, é também membro da diretoria do Instituto Sagres que, por sua vez, tem como presidente o também general Raul José de Abreu Sturari, além de contar com outros oficiais em seu corpo diretivo. Para mais informações, consultar <<https://igvb.org/o-instituto/>> e <<https://sagres.org.br/diretoria/>>.

11 Reforçando seu caráter militar, o documento em questão foi elaborado tendo como um de seus coordenadores o general Eduardo Rocha Paiva (SAGRES, 2022).

12 Disponível em <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>.

desemprego; perda de direitos trabalhistas duramente conquistados, resultando num crescente processo de precarização das condições de trabalho; aumento da desigualdade social; aumentos consideráveis e recorrentes no preço dos combustíveis; altos índices inflacionários etc.

Anos depois, um outro projeto viria a ganhar os holofotes. Gestado no âmbito do Instituto Sagres e do Instituto General Villas Bôas, o documento se proclama um “Projeto de Nação”, mas não de qualquer nação. Trata-se aqui da nação à imagem e semelhança de seus autores: um grupo de militares, alguns ainda na ativa, que se sentiram suficientemente à vontade para ditar os rumos do país pelos próximos 15 anos, aproveitando-se da evidente militarização do governo para fazer de conhecimento público seus anseios e projeto político – inclusive com uso indevido de setores da administração pública (GODOY, 2022).

O projeto, por certo, chama atenção pelo seu conteúdo. Da concepção abstrata de uma sociedade composta exclusivamente de Liberais e Conservadores (SAGRES, 2022, p. 15), à discussão do “Globalismo” como um “movimento” ameaçador da soberania nacional, englobando tudo que se identifica como inimigo – das ONGs ao ambientalismo, passando pelo judiciário (SAGRES, 2022, p. 11-12). Trata-se, em suma, de um projeto de refundação – ou de resgate, na perspectiva dos militares – buscando a construção de uma sociedade à sua imagem e semelhança

Todavia, antes de tecermos nossos breves comentários acerca do conteúdo do projeto, em si, é importante tomá-lo pelo que representa politicamente: o resultado de um processo de militarização da política nacional e da ausência de controle democrático e popular sobre as forças armadas. Temos, portanto, o registro em documento da tutela que os militares se julgam aptos a exercer não apenas sobre os civis, mas sobre toda a vida política nacional – tutela que se expressa, inclusive, na ausência de previsão de qualquer sacrifício no campo militar em que pese a defesa contundente de medidas de arrocho em outras áreas.

Optamos aqui pelo enfoque em três questões que se repetem ao longo do texto e que, em nosso entendimento, sinalizam para esse projeto de refundação do país à imagem e semelhança dos militares que o redigiram. O recorte se justifica pois representam uma modificação que, mesmo que encontre seu embasamento no pensamento formulado na Escola Superior de Guerra (ESG), indica um passo além. Os três aspectos a que daremos enfoque dizem respeito aos seguintes eixos: I. Educação: uma retórica vazia de desideologização do ensino,

que se configura de fato numa cruzada de transformação reacionária dos estudantes; II. Neoliberalismo: a cosmovisão neoliberal como guia, não apenas da economia, mas da gestão do Estado e das relações sociais; III. Agronegócio e Mineração: um modelo de desenvolvimento predatório, apresentando o agronegócio, em específico, como força motriz do desenvolvimento econômico.

No que se segue, empreenderemos uma análise destes pontos com base no exposto no projeto, tomando, sempre que possível, o contexto histórico e a conjuntura política na qual se embasam.

I. Educação: a Cruzada Reacionária

A abordagem presente no documento acerca da Educação, em suas diferentes esferas, parte de pressuposto já conhecido e vociferado atualmente no governo Bolsonaro: a Educação no país seria marcada pela ideologização e doutrinação – de cunho esquerdista, segundo esse raciocínio. Assim, a forte ideologia seria um dos principais fatores responsáveis pelo diagnóstico negativo apresentado. Isso se confirma em diferentes passagens do texto.

No tocante à Educação Básica, o futuro projetado pelos militares partia do entendimento de que “[...] há tempos uma parcela de nossas crianças e adolescentes sofria com a *ideologização do sistema educacional*, com a doutrinação facciosa efetuada por *professores militantes de correntes ideológicas utópicas e radicais*, com prejuízo da qualidade do ensino” o que teria resultado em “décadas de atraso, que condenaram o País ao subdesenvolvimento e à baixa produtividade” (SAGRES, 2022, p. 19, grifo nosso). O receituário que resolveria o problema envolveria uma mistura de “*boas práticas de comportamento, civismo, cidadania e disciplina*” (SAGRES, 2022, p. 20, grifo nosso), muito similar à díade hierarquia e disciplina que guia os militares.

É no tratamento ao Ensino Superior, entretanto, que fica evidente a cruzada ideológica em curso. Ainda na introdução ao horizonte desenhado, afirma-se abertamente que “amplos setores das Instituições de Ensino Superior (IES) – principalmente as públicas – transformaram-se em centros de luta ideológica e de doutrinação político-partidária” (SAGRES, 2022, p. 20).

Dois pontos são particularmente sintomáticos. O primeiro é a assunção do intervencionismo e a apresentação como uma das diretrizes a reformulação do processo de escolha de reitores nas universidades “de modo a restringir as

influências de grupos de interesses políticos, ideológicos e outros que não voltados ao bem comum” (SAGRES, 2022, p. 75). O segundo concerne a consideração, como um dos obstáculos identificados para a consecução do cenário projeto, de uma suposta “formação moral e cívica deficiente de docentes e discentes” (SAGRES, 2022, p. 76). O padrão moral e cívico almejado não é tratado, mas cabe questionar a quem caberia a essa definição.

É interessante também observar que a abordagem e ênfase à Educação Profissional e Tecnológica e ao Ensino Técnico são pautadas eminentemente no produtivismo – o que não está ausente, é importante reforçar, nas elaborações sobre o Ensino Superior (SAGRES, 2022, p. 75). No primeiro caso, tem-se um mecanismo qualificador do trabalho, tendo como objetivo a ampliação da oferta de tais cursos com vistas a “aumentar, tanto os índices de empregabilidade, quanto os de ocupabilidade (*sic*), *atendendo às necessidades do mercado*” (p. 76, grifo nosso). No caso do Ensino Técnico, todos os objetivos elencados dizem respeito ao atendimento das necessidades empresariais, numa lógica estrita de geração de mão de obra.

Portanto, a Educação aparece no documento de duas maneiras. De um lado, é operacionalizada como uma ferramenta de combate ideológico, numa cruzada reacionária que visa impor a crianças, adolescentes e jovens em formação a visão de mundo que emana dos militares que o redigiram. A ideologia, por certo, é apenas a do outro. Por outro lado, é compreendida como um instrumento de produção de massa trabalhadora para o mercado, com referências diretas às “necessidades do mercado”. A defesa da cobrança de mensalidades nas universidades (SAGRES, 2022, p. 21) é apenas mais uma etapa de perversidade desse projeto inimigo da educação pública.

II. Neoliberalismo: gestão do Estado e da sociedade

A visão de mundo neoliberal está presente em diversos momentos ao longo do documento. Em diferentes contextos, são reafirmados os preceitos de gestão estatal e da sociedade tão caros ao neoliberalismo. Temas como reforma tributária, reforma trabalhista, desestatização redução de impostos, dentre outros, são reiterados ao longo do texto. Com efeito, desde a apresentação inicial do projeto já se fazem presentes (SAGRES, 2022, p. 16-17). Destacamos aqui três temáticas que chamam atenção pela forma com que são abordadas.

O primeiro ponto diz respeito à discussão sobre o PIB *per capita*. Em que pese o reconhecimento de que o Brasil é uma das 10 maiores economias do mundo o documento sequer registra a forte concentração de renda que assola o país. Tampouco há alusão a qualquer medida de redistribuição de renda. As diretrizes indicadas para a consecução do cenário desejado nesta área partem do receituário neoliberal, reforçando elementos como o individualismo e a meritocracia e induzindo a uma participação quase inexpressiva do Estado: incentivo ao empreendedorismo, redução de privilégios do funcionalismo, capacitação profissional do cidadão, incentivo à competição etc. (SAGRES, 2022, p. 66-67).

O segundo aspecto versa sobre a gestão da Saúde. A crítica feita ao Sistema Único de Saúde (SUS) se contrapõe ao silenciamento sobre hospitais exclusivos às forças armadas ou acerca das condições previdenciárias privilegiadas que conquistaram os militares. Em dado momento, a retórica da má gestão dá lugar a um ataque direto ao caráter universal deste serviço público, passando-se à defesa da cobrança por serviços de saúde no Brasil (SAGRES, 2022, p. 22). Dinâmica semelhante se reproduz no debate sobre a Educação. Para além dos elementos expostos anteriormente, o discurso da “boa gestão” é semelhante. Na gestão da educação básica, por exemplo, fala-se abertamente no estabelecimento de parceiros público-privadas, em reformas curriculares, pedagógicas, dentre outras (SAGRES, 2022, p. 73). Em ambos os casos, questões complexas são tratadas como meros dilemas de gestão, como fosse possível apenas emular a lógica empresarial para solução dos problemas.

III. Agronegócio e Mineração: o desenvolvimento pela predação

No que diz respeito ao debate econômico, o projeto de país apresentado pelos militares se baseia num modelo de desenvolvimento predatório. Isso se expressa, principalmente, no peso dado ao agronegócio pelo projeto e na valorização da atividade de mineração. Ao longo do documento, foram 37 citações diretas ao agronegócio, considerando variações como agro (2 vezes), agronegócio (30 vezes) e agropecuária (5 vezes). Por outro lado, foram 28 menções à mineração, contando termos como mineração (11 vezes) e exploração mineral (17 vezes).

As referências à mineração se dão num contexto de discussão de sua potencialidade e dos entraves ao desenvolvimento do setor. Nesse sentido, o meio ambiente é nominalmente considerado um impeditivo. Na explanação do cenário vislumbrado para a exploração mineral no Brasil, tema 18 do documento, diz-se nominalmente que diante de pressões pela preservação ambiental, “o Brasil teve que estabelecer normas efetivas para a exploração mineral, que retardaram o desenvolvimento de pesquisas e, conseqüentemente de implementação de estratégias para ampliar a exploração mineral com agregação de valor aos produtos dela decorrentes” (SAGRES, 2022, p. 60).

Cabe mencionar que nenhuma menção é feita ao incentivo escancarado do governo Bolsonaro à mineração, inclusive em terras indígenas¹³. Relatos são frequentes das conseqüências humanas e ambientais da exploração ilegal em terras indígenas. Não obstante, também é conhecido o *lobby*, inclusive de militares da reserva¹⁴, em prol de empresas multinacionais em prol da flexibilização das regras da mineração na região amazônica, acendendo um alerta para risco ambiental e para os povos indígenas na região. Somado a isso, o recente assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips reforçam a preocupação necessária com o modelo de desenvolvimento e de relação com o meio ambiente que vem sendo priorizado naquela região nos últimos anos.

No concernente ao agronegócio, já nas primeiras páginas do texto fica nítida a importância dada ao setor. O agro é responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura e da indústria, pela melhoria dos índices de comércio exterior, entre outros. Ainda na apresentação geral do cenário de futuro considerado pelos militares no projeto há indicativo claro de que “a chamada ‘indústria do agro’ foi fundamental para uma reviravolta na indústria brasileira, que há cerca de duas décadas patinava na competição com os gigantes internacionais da manufatura de ponta” (SAGRES, 2022, p. 17).

Não bastasse, na discussão do agronegócio como componente do Produto Interno Bruto (PIB) nacional parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento do setor ocasionaria o aumento do PIB e, numa lógica causal que presume instantaneidade, que parcela desse resultado positivo seria investido “em setores

13 Ver, por exemplo, < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/mpf-pede-suspensao-de-garimpo-em-terras-indigenas-no-amazonas-liberado-por-helena.shtml> >. Acesso em 1 de agosto de 2022.

14 Ver < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/general-lobista-de-mineradora-acusada-pelo-mpf-foi-recebido-18-vezes-no-planalto.shtml> > Acesso em 1 de agosto de 2022.

como educação, CT&I e em diversos segmentos da indústria, inclusive naquela inserida no próprio agronegócio” (SAGRES, 2022, p. 56). Em outras palavras, para o projeto dos militares é com o dinheiro proveniente do agro que se investiria em setores chave para o país e seria isso, de fato, que proporcionaria o desenvolvimento brasileiro.

Nesse sentido, é interessante destacar que o local do agronegócio no projeto em questão não é de todo surpreendente. Reflete não apenas uma articulação presente no governo Bolsonaro, mas também pontos contundentes de congruência entre a visão de mundo dos militares e o setor, que se expressam em pautas como a ambiental e a demarcação de terras indígenas. Alguns aspectos são relevantes para elucidar este ponto.

No campo da institucionalidade é fundamental destacar o alinhamento que se desenhou ao longo da 56ª legislatura entre os militares eleitos para a Câmara dos Deputados e o agronegócio. Todos os deputados federais oriundos das forças armadas – mais especificamente do Exército – são membros de alguma bancada ligada ao agro¹⁵.

Além disso, merece nota o fato de que a primeira referência aprofundada à Amazônia se dá a partir da retórica integracionista, tal qual na ditadura, e de proteção de fronteira, sob o eixo temático VI, Segurança e Defesa Nacional (SAGRES, 2022, p. 83). É um discurso que remete ao receituário da ESG e a uma visão da região amazônica como um grande vazio a ser ocupado. No mesmo sentido, cabe citar o contencioso em torno das declarações de Augusto Heleno sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol¹⁶.

A partir do exposto, nos resta considerar o significado deste projeto – enquanto resultado de um processo, como argumentado na seção anterior – no contexto do bicentenário da Independência de uma ex-colônia ainda em vias de superação da própria estrutura colonial.

15 Os deputados militares eleitos em 2018 são: general Girão (PL-RN), coronel Armando (PL-SC), coronel Chrisóstomo (PL-RO), major Vitor Hugo (PL-GO), General Peternelli (União Brasil-SP) e o tenente Hélio Lopes (PL-RJ). Todos eles participam de ao menos uma das seguintes frentes parlamentares: Frente Parlamentar Mista do Agronegócio e da Agricultura Familiar (FAAF) e da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Essas informações são de domínio público e estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados. Para mais informações, ver < <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp> >.

16 Ver, por exemplo, < <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/raposa-serra-do-sol-or-a-questao-de-honra-do-general-augusto-heleno> >. Acesso em 1 de agosto de 2022.

Uma Ponte para o Abismo: a independência de um país tutelado

A consideração do projeto de país dos militares tanto em seu conteúdo quanto no contexto histórico-político em que surge nos remete, necessariamente, à discussão de seu significado no contexto de um país de fortes traços coloniais remanescentes, de transição pactuada e incompleta e de convívio com forças armadas que se configuram como força de caráter também colonial (DOMINGOS NETO, 2019; SCHURSTER; SILVA, 2021; RODRIGUES; KALIL, 2022).

Especialmente no contexto dos 200 anos da Independência, é importante considerar o projeto apresentado pelos militares no escopo mais amplo da autoimagem construída pelas forças armadas brasileiras, processo cuja compreensão exige a consideração das “tradições inventadas” no âmbito das forças.

Segundo Celso Castro, tomando como base a obra de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984), a “invenção de tradições” é fenômeno observado em diferentes países, fomentado por diferentes atores (Estado, grupos sociais etc.), mas que carregam como traço comum “a tentativa de expressar *identidade, coesão e estabilidade social*, em meio a situações de *transformação histórica*. Isso é feito através do recurso à invenção de cerimônias e símbolos que evocam um passado muitas vezes ideal ou mitológico” (CASTRO, 1994, p. 231).

Dentre as “tradições inventadas”, uma delas é particularmente relevante para a discussão do projeto apresentado pelos militares proposta neste artigo. Trata-se da construção do mito de Guararapes como marco fundador do Exército Brasileiro. Conforme Schurster e Silva (2021, p. 182), o mito de Guararapes se insere na própria lógica da tutela militar no país. Em suas palavras:

A “ideologia da tutela” é sempre reforçada: *o mito de Guararapes onde o Exército cria a Nação em 1654 (sic)*; a Proclamação da República; a “redenção” de 1964 e a “escolha” de José Sarney em 1985 – todos momentos decisivos em que as FFAA, quer dizer, o Exército, decidiu pela Nação, antecipou-se, tomou a si a responsabilidade de fundar, refundar, regenerar e restaurar a Nacionalidade, livrando o país com sacrifício próprio – das ameaças “solertes”, invisíveis para o homem comum, mas não por isso menos perigosas, da corrupção,

da subversão anarquista, comunista, socialista, bolivariana, que ameaçavam a Pátria (SCHURSTER; SILVA, 2021, p. 182-183, grifo nosso).

Na mesma linha, Fernando Horta (2021) aponta para a falsificação histórica envolvida na construção da Batalha de Guararapes como mito fundador do Exército brasileiro – uma batalha “lutada em 1649 [e, portanto, pouco depois do Tratado de Westphalia, tido como marco do surgimento da ideia de Estado-nação na Europa], em Pernambuco, entre o Reino de Portugal e mercenários da Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa, aliás, privada”. Segundo o autor,

A falsa ideia de que o Exército teria sido formado antes mesmo do Brasil estabelece uma narrativa de apadrinhamento para com o Estado brasileiro e inverte o sentido da submissão anteriormente mencionado. Na cabeça dos que defendem este absurdo, o Exército, tendo nascido antes do Brasil, lhe deu causa, lhe permitiu e lhe recebeu em “berço esplêndido, ao som do mar e a luz do céu profundo” (HORTA, 2021, s.p.).

O argumento operacionalizado nesta interpretação, de acordo com o autor, é justamente a ideia de que ali teria surgido pela primeira vez alguma noção de nacionalidade a partir da diferenciação dos indivíduos que não se veriam nem portugueses, nem holandeses. Horta argumenta, então, que a ideia não se sustenta por dois motivos: 1. se a questão é sentir-se diferente, este sentimento já existia desde 1500 entre os povos originários em relação aos portugueses – a nação da narrativa dos militares, portanto, só existiria a partir do sentimento de diferenciação do homem branco; e 2. uma nação não se constitui apenas a partir do sentir-se diferente (HORTA, 2021).

Portanto, o mito de Guararapes configura-se, assim, uma narrativa constituída e que simboliza não apenas a imagem que as forças armadas possuem de si mesmas, como denota o lugar a que se arvoram no Estado brasileiro: em última instância, entendem-se suas fundadoras. Em suma, “a ideia militar de tutela sobre o Estado brasileiro tem aqui sua origem fantasiosa, supostamente assentada na História” (HORTA, 2021, s.p.). Essa imagem repercute ao longo da história do

país, marcando as intervenções militares na política nacional, levando autores como Alfred Stepan (1975) a pontuar um suposto papel moderador das forças armadas. É nesse contexto que episódios recentes de defesa de tortas teses jurídicas acerca do artigo 142 da Constituição – que versa sobre as atribuições das forças armadas – deve ser considerada¹⁷. Afinal, como afirmam Schurster e Silva (2021, p. 182), “tal precedente – os militares como intérpretes da Constituição – será recorrente na República e abrirá, em brecha, a possibilidade permanente dos militares interpretarem as leis fundamentais da República”.

A questão da autoimagem construída remete a uma instituição que não apenas se julga superior à sociedade como se julga dona do povo, da Nação. Segundo Domingos Neto (2019, p. 20), “a modernidade militar em países com limitada capacidade científica, tecnológica e industrial estabelece uma contradição entre as corporações armadas e a sociedade: a sociedade persiste “atrasada” enquanto a corporação se torna uma narcísica referência de padrão avançado”. Como consequência,

[as] corporações modernizadas atuam como protagonistas da dinâmica política de seus países recorrendo ao uso da força contra a cidadania, prejudicando a consolidação da cultura democrática, transtornando o amadurecimento institucional, negando a soberania popular e prejudicando a construção de um sistema de defesa nacional autônomo (DOMINGOS NETO, 2021, p. 20-21).

A reprodução dessa dinâmica marcou a história brasileira. A violência estatal enquanto mecanismo de controle social remete diretamente ao passado colonial de um país que ainda luta – não com o compromisso de todos, que se diga – pela superação das estruturas de poder que subjagam seu povo. A gestão dos mortos durante a ditadura militar, é sinal desse processo, coadunando-se atualmente com mecanismos de gestão dos mortos – e dos vivos –, tais como o desaparecimento, forçado ou não (FRANCO, 2021). Trata-se, com efeito, da “preservação da estabilidade e da ordem, sendo irrelevantes os níveis de iniquidade e

17 “A atribuição conferida às Forças Armadas de garantir os poderes constitucionais muito se aproxima ao papel do poder moderador previsto no artigo 98 da Constituição de 1824, qual seja, o de velar sobre “a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos”. *É como se a República desconfiasse de sua capacidade de exercer o autogoverno civil e entregasse às Forças Armadas o papel político de tutela*” (CARVALHO, 2019, p. 25).

vilanias que encerre”, está no cerne da cultura integrante da corporação armada regular” (DOMINGOS NETO, 2019, p. 18).

Destarte, pensar o bicentenário da Independência num país periférico, de capitalismo dependente e num contexto de democracia tutelada exige especial atenção aos aspectos estruturais da colonização que fincaram profundas raízes no país e que ainda hoje alicerçam o funcionamento dos instrumentos de violência do Estado brasileiro. Fato é que seguimos ainda distantes da construção de um país soberano, num eterno limbo entre ex-colônia e independência inconclusa.

O “Projeto de Nação” dos militares, nesse cenário, surge como um projeto antípovo. Um projeto de caráter reacionário e neoliberal, baseado num modelo de desenvolvimento predatório e anti-ambiental, e que reflete não apenas o aprofundamento da tutela explanada ao longo deste artigo, mas também a disponibilidade dos militares de encamparem um projeto elitista, elaborado por quem se arvora a aristocracia nacional e proprietário mesmo dessa nacionalidade. Um projeto que só fala em sociedade à medida que esta seja o reflexo da autoimagem dos próprios militares. Em suma, um projeto que enseja a pergunta: um país de quem?

Defendemos, portanto, na linha do que argumentam Rodrigues e Kalil (2022), que o militarismo brasileiro é impeditivo da construção de um projeto de país soberano e popular. Sua superação, por conseguinte, se coloca como requisito básico para consecução de um tal projeto. Que militares hoje ocupem a política por mecanismos variados e se arvoreem ao direito de indicar rumos para toda a sociedade para os próximos 15 anos, guiando-nos em ponte para o abismo, apenas reforça o quão urgente é esta tarefa.

Considerações Finais

Estas breves reflexões se debruçaram sobre um texto que se pretende projeto. Um projeto de poder, gestado na parceria entre um instituto fundado por um general e um outro cuja diretoria é composta majoritariamente por militares. Aludimos a três aspectos que, em nossa compreensão, sinalizam para elementos estruturais da visão de mundo que nutrem esses militares e que, como fica evidente a partir do próprio documento, desejam impor ao país. A participação da estrutura burocrática de um governo militarizado nesse processo é apenas mais um componente que confirma o escalonamento do militarismo no país.

Ao inserirmos tal projeto num *continuum* de avanço dos militares sobre a política, considerando além de seu conteúdo as suas consequências para a construção de um projeto de país soberano e popular, buscamos ressaltar que não se trata de fenômeno isolado, mas sim de um problema estrutural na política nacional. No bicentenário da Independência, a superação das amarras que nos fazem remanescer colônia é fundamental.

Nossa contribuição, portanto, se dá em forma de denúncia. Denúncia de seu conteúdo textual, a partir da exposição do caráter segregacionista, predatório e reacionário de um projeto de nação escrito por e para poucos. Mas denúncia também da tutela que se perpetua em nosso país e dos riscos que se colocam para a construção de um projeto de país popular e democrático pela cruzada empreendida por militares que não apenas se julgam os únicos aptos a pensar e implementar soluções aos problemas nacionais, mas que se tomam por donos do país. Cada palavra escrita no torpe documento publicado reflete a arrogância de quem se entende portador dessa entidade chamada interesse nacional.

Esperamos que estas poucas páginas contribuam para o debate e, de algum modo, para a construção de um projeto de nação que seja de fato para todos.



Referências Bibliográficas

BRASIL. Câmara dos Deputados. Frentes Parlamentares. [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentes.asp>. Acesso em 29 de julho de 2022.

BRASIL receberá coração de Dom Pedro I em agosto para comemoração; veja detalhes da operação. CNN, 29 de julho de 2022. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-recebe-coracao-de-dom-pedro-i-em-agosto-em-comemoracao-aobicentenario-da-independencia/> >. Acesso em 30 de julho de 2022.

CARVALHO, José Murilo. Forças armadas e política no Brasil. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTRO, Celso. Inventando Tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994.

CORTINHAS, Juliano da Silva; VITELLI, Marina Gisela. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). Rev. Bras. Est. Def. v. 7, nº 2, jul./dez. 2020, p. 187-216.

DOMINGOS NETO, Manuel. Sobre o Patriotismo Castrense. Perseu, n. 18, ano 13, 2019.

FERNANDES, Leonardo. Raposa Serra do Sol | A questão de honra do general Augusto Heleno. Brasil de Fato, 18 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/18/raposa-serra-do-sol-or-a-questao-de-honra-do-general-augusto-heleno>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

FRANCO, Fábio Luís. Governar os Mortos. Necropolíticas, Desaparecimento e Subjetividade. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

GABRIEL, João. MPF pede suspensão de garimpo em terras indígenas no Amazonas liberado por Heleno. Folha de S. Paulo, 9 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/mpf-pede-suspensao-de-garimpo-em-terras-indigenas-no-amazonas-liberado-por-heleno.shtml>. Acesso em 1 de agosto de 2022.

GODOY, Marcelo. 'Projeto de Nação' dos generais contou com a estrutura dos ministérios para ser elaborado. O Estado de S. Paulo, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/projeto-de-nacao-dos-generais-contou-com-a-estrutura-dos-ministerios-para-ser-elaborado/>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

GUIMARÃES, Fundação Ulysses; PMDB. Uma Ponte para o Futuro. Brasil, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

HORTA, Fernando. Como o Exército brasileiro falsifica sua própria história. Jacobin, 13 de setembro de 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/09/como-o-exercito-brasileiro-falsifica-sua-propria-historia/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

IGVB. Instituto General Villas Bôas. [s.d.]. Disponível em: <https://igvb.org/>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

KALIL, Suzeley; RODRIGUES, Jorge. ¿Quién vigila a “los guardianes” de la democracia em Brasil?. El País, 08 de setembro de 2021. Disponível em: <https://elpais.com/opinion/2021-09-08/quien-vigila-a-los-guardianes-de-la-democracia-en-brasil.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

PENIDO, Ana; RODRIGUES, Jorge; KALIL MATHIAS, Suzeley. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em 27 de julho de 2022.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. O Partido Militar no Sistema Político Brasileiro. Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro & XI Jornada de Pesquisa e Extensão da Câmara dos Deputados, 5 a 9 de julho de 2021.

PION-BERLIN, David. Militarismo. In: SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina Gisela (org.). Dicionário de Segurança e Defesa. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Jorge O.; KALIL, Suzeley. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. In: BUZETTO, Marcelo (org.). Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2021), Volume 2. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.

SAGRES, Instituto. Política e Gestão Estratégicas Aplicadas. [s.d.]. Disponível em: <https://sagres.org.br/>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

SAGRES, Instituto. Projeto de Nação – Cenário Prospectivos Brasil 2035. ISBN: 978-85-53117-02-4. Brasília, 2022. Disponível em: <https://sagres.org.br/projeto-nacao/>. Acesso em 26 de junho de 2022.

SASSINE, Vinicius. Militares que comandam estatais acumulam salários e ganham entre R\$ 43 mil e R\$ 260 mil. Folha de S. Paulo, 4 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/militares-que-comandam-estatais-acumulam-salarios-e-ganham-entre-r-43-mil-e-r-260-mil.shtml>. Acesso em 17 de julho de 2022.

_____. General lobista de mineradora acusada pelo MPF foi recebido 18 vezes no Planalto. Folha de S. Paulo, 8 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/05/general-lobista-de-mineradora-acusada-pelo-mpf-foi-recebido-18-vezes-no-planalto.shtml>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

SCHURSTER, Karl; SILVA, Francisco C. Teixeira. Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. Revista Relaciones Internacionales, vol. 30, n. 60, 2021.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Militares, “abertura” política e o bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). Os Militares e a Crise Brasileira. São Paulo: Alameda, 2021.

STEPAN, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

VITELLI, Marina. Back to basics: assessing military involvement in politics in contemporary Brazil. RASILIANA: Journal for Brazilian Studies. Vol 10, No. 1, 2021.



Tiago Andrade Campos // “Liberdade para quem? Aqueles que sempre estiveram por baixo nunca tiveram sequer um momento de paz, suas vidas dependem de suas lutas e ainda assim são massacrados diariamente. Uma bandeira com marcas de tiros e sob um fundo vermelho como o sangue representa muito bem o que tem sido nosso país não apenas após seu processo de independência, mas desde a invasão de suas terras. A festa não é para todos, ela nunca foi.”

6 Artigo

Órgãos de inteligência e o desenvolvimento dependente: relações entre SNI e CIA (1964-1991)¹

José W. A. Neves Jr.²

Resumo // O debate acerca da manutenção e consolidação da Soberania nacional na conjuntura contemporânea perpassa, inexoravelmente, a problematização das formas de construção e funcionamento dos serviços de inteligência de cada Estado-nação. A partir do estabelecimento de um diálogo com as contribuições acerca do caráter dependente do capitalismo brasileiro, propõe-se problematizar a forma como a subordinação brasileira ao capital internacional (com destaque para os EUA) condicionou a formação de um serviço de inteligência potencialmente débil e deficitário no que tange à efetiva garantia da Soberania brasileira frente aos múltiplos interesses impostos pelas potências hegemônicas. Foram apropriadas como fontes de pesquisa os documentos provenientes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do acervo de documentos desclassificados da *Central Intelligence Agency* (CIA). A partir de um prisma analítico gramsciano, este trabalho propõe-se a ampliação do conceito de hegemonia para consolidar um primeiro passo na teorização do fenômeno das guerras híbridas.

Palavras-chave // Serviços de inteligência; Guerras híbridas; Soberania nacional.

-
- 1 A presente pesquisa encontra-se vinculada ao projeto “Os documentos inéditos dos Arquivos do SNI (Paraná-BR), do projeto Opening the Archives e da CIA (EUA)” que, sob supervisão do Prof. Dr. Fabio Lanza, está sendo desenvolvida no Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), contando com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária.
 - 2 Bolsista CNPq de Pós-Doutorado Júnior junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC-UEL) e Pesquisador Colaborador do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Doutor em Ciências Sociais pela Unesp/Marília. E-mail: nevesjr1991@uel.br

Introdução

As primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas por um gradual processo de disponibilização de fontes documentais sobre a atuação de órgãos estatais de repressão, coerção e inteligência acerca das ditaduras de Segurança Nacional impostas na América Latina durante o período de Guerra Fria (1945-1991). Dentre estas fontes, encontram-se os casos de registros documentais produzidos e mantidos submissos ao regime de sigilo de Estado, sob o pretexto de manutenção de supostos interesses de segurança nacional.

No caso do modelo paradigmático de construção dos serviços de inteligência pós Segunda Guerra Mundial, a *Central Intelligence Agency* (CIA) dos Estados Unidos da América (EUA), indica-se que, apesar de sua proposta de Programa de Revisão Histórica (*Historical Review Program* – HRP) surgir em 1989, é somente em 2001 que os arquivos temáticos de dossiês investigativos começam a ser disponibilizados para acesso público no endereço eletrônico da própria CIA – não deixando de reforçar que este processo de desclassificação perpassa avaliações e censuras, para atender aos interesses de segurança nacional estadunidenses.

De modo bem menos autocrítico, o acesso às fontes documentais brasileiras relativas ao período de ditadura militar nacional (1964-1985) tornou-se possível somente com a promulgação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011), deixando ao encargo de Instituições e órgãos de pesquisa e documentação a competência de sistematizar e disponibilizar para acesso o material que, porventura, encontrou condições para manter-se preservado durante os anos subsequentes ao desmembramento do aparelho institucional militar.

No que tange ao principal órgão de inteligência brasileiro da época, o Serviço Nacional de Informações (SNI), coube ao protagonismo de pesquisadores vinculados ao Centro Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC-FGV/RJ) o papel de coleta, preservação, digitalização e disponibilização das fontes documentais, para pesquisa em espaço físico do Arquivo Nacional e de Universidades brasileiras parceiras.

O acesso a este tipo específico de fonte documental permite problematizar e, em determinadas situações, elucidar os diversos aspectos de gestação do fenômeno político, econômico, militar, cultural e ideológico que vem sendo tratado a partir da conceituação de “Guerras Híbridas” (Bevins, 2021; Prashad, 2020; Korybko, 2018), constituído por múltiplas estratégias de intervenção (direta ou indireta)

que visam ao direcionamento das tomadas de decisão de distintos países a partir dos interesses de potências capitalistas hegemônicas.

Este fenômeno coloca em xeque os princípios basilares de soberania dos Estados nacionais e levanta profundos questionamentos acerca do caráter paradoxal da existência de serviços de inteligência em uma ordem mundial supostamente democrática. Nesta perspectiva, a pretensão do presente artigo é de problematizar as formas específicas assumidas pelas relações entre os sistemas de inteligência do Brasil e dos Estados Unidos, durante a ditadura militar (1964-1985), em decorrência da dependência que caracteriza o sentido da via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

São mobilizadas, para tanto, fontes documentais intencionalmente selecionadas, provenientes dos arquivos da CIA e do SNI,³ que possibilitam analisar as formas como a relação de dependência (econômica, política, cultural e ideológica) da via de desenvolvimento capitalista brasileira perpassou os registros de inteligência nacional (SNI) e internacional (CIA), objetivando, assim, contribuir para o fomento de novas pesquisas acerca da temática e dos extensos arquivos recentemente abertos para investigações dos distintos ramos do conhecimento.

Ademais, as reflexões aqui apresentadas possuem o sentido de colaborar com o processo de teorização científica do fenômeno das “Guerras Híbridas” e do extenso debate acerca do caráter paradoxal de coexistência de serviços de inteligência nos parâmetros de democracia globalizada que se pretende consolidar, ou reproduzir, na sociedade contemporânea.

Relações entre SNI e CIA durante a ditadura militar brasileira

No ano de 2018, o pesquisador de Relações Internacionais da Faculdade Getúlio Vargas (FGV) Matias Spektor, identificou nos arquivos estadunidenses o memorando, produzido em 1974 pelo então diretor central da CIA, William Colby, que informava ao Departamento de Estado dos EUA sobre reunião realizada entre os generais Ernesto Geisel, então presidente do Brasil (1974-1979),

3 As fontes do SNI apropriadas para esta pesquisa são majoritariamente referentes aos territórios do Paraná (PR) e Santa Catarina (SC) e encontram-se atualmente disponíveis para pesquisa no espaço físico do Arquivo Nacional (RJ) ou do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina (NDPH-UEL).

João Batista Figueiredo, então chefe do SNI e futuro presidente do Brasil (1979-1985), Milton Tavares de Souza e Confúcio Danton de Paula Avelino – respectivamente anterior e posterior chefe do Centro de Inteligência do Exército (CIE).⁴

O documento, direcionado para o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, reforçava o conhecimento e anuência dos generais brasileiros em continuar a articulação de métodos extralegais de combate ao comunismo em território nacional, indicando que no ano de 1973 aproximadamente 104 pessoas subversivas foram sumariamente executadas pelos órgãos de repressão brasileiros e que, a partir de 1974, a decisão sobre as execuções no país ficaria sob responsabilidade do chefe do SNI (na época, João Batista Figueiredo) – informa-se, ainda, a concordância de Figueiredo para que o CIE assumisse como prioridade o combate ao comunismo.

Assim, em paralelo à promessa de Geisel de iniciar a abertura política (lenta, gradual e segura) ocorre o compromisso de, não só, dar continuidade à cruzada anticomunista de Washington em território brasileiro como, também, torná-la uma das atribuições majoritárias da inteligência nacional. Determinada constatação coloca em xeque a concepção da comunidade de informações brasileira como responsável pela manutenção e garantia da Soberania nacional, ao passo que explicita a compactuação, ou mesmo submissão, aos interesses estratégicos estadunidenses. Torna-se pertinente, neste ponto, indicar a concepção de serviços de inteligência que norteia esta reflexão:

Sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes e atividades especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, a defesa nacional e a garantia da ordem pública de um país. Serviços de inteligência são órgãos do Poder Executivo que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento. São

4 EUA. *Central Intelligence Agency*, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99> (acessado em 29 de maio de 2019 às 12h12m).

organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de informações, em contextos adversariais em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo (Cepik, 2003, p. 75-76).

Deste modo, no que tange às atribuições cabíveis e inerentes aos serviços de inteligência, já se evidencia uma aparente contradição na atuação do SNI e da comunidade de informações que o integrava e auxiliava na época, que reside, precisamente, na forma dual de subordinação do órgão que se expressa na problemática levantada. O SNI, deste modo, apesar da força exercida pelo representante do Executivo nacional, não deixava de incorporar as atribuições de atendimento e implementação das demandas estrangeiras – no caso analisado, o combate ao comunismo para viabilizar, em última instância, a gestão da relação de dominação dos EUA na América Latina.

Essa problemática da cumplicidade subordinada deita raízes na própria gênese do Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado por intermédio da Lei nº 4.341 de 13 de julho de 1964, o SNI foi idealizado e posto em prática pelo principal ideólogo da ditadura militar brasileira, o general Golbery do Couto e Silva que, logo após assumir a chefia do órgão, estabeleceu o acordo “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano”, por meio do qual a CIA, a partir de seus pressupostos e paradigmas de atuação, se incumbiria de auxiliar o processo de aperfeiçoamento e adequação do serviço de inteligência brasileiro (Mathias; Andrade, 2012). Assim, a estrutura de inteligência brasileira erigiu-se sobre bases e diretrizes alinhadas aos interesses de Washington.

Há, ainda, de se levar em consideração o clima internacional de tensão gerado pelo contexto de Guerra Fria, no qual a predominância de uma visão dicotômica de mundo impunha aos países do Terceiro Mundo um alinhamento explícito com o *Ocidente cristão democrático* ou com o *Oriente ateu comunista* (Miguel, 2002). Assim, a produção e difusão, sob protagonismo dos EUA, dos princípios ideológicos basilares do anticomunismo exerceram papel central no direcionamento das tomadas de decisão e articulações de setores conservadores e tradicionalistas em distintos países do Sul Global (Prashad, 2020). Dentro desta perspectiva:

Deve-se ainda levar em conta que estas relações internas de um Estado-Nação entrelaçam-se com as relações internacionais, criando novas combinações originais e historicamente concretas. Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações [...] Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus (Gramsci, 2011c, CC 13, § 17, vl. 3, p. 42).

Esta percepção do fluxo ideológico entre nações hegemônicas e dependentes não implica afirmar a existência de uma efetiva homogeneidade ideológica internacional. Pelo contrário, parte-se do princípio da existência dos mencionados elementos basilares que fundamentam uma concepção de mundo mais ampla e que passam por um processo de incorporação e adequação à cultura nacional dos países dependentes em que se instalam – por exemplo, analisando comparativamente as especificidades do anticomunismo no Brasil e Argentina durante a Guerra Fria, Bohoslavsky (2016) evidencia distintas roupagens assumidas pela perspectiva interna e externamente aos dois países sul-americanos.

Neste sentido, é pertinente reconhecer o caráter heterogêneo e complexo que as ideologias assumem na realidade concreta. Ilustra-se determinada perspectiva a partir do relatório da CIA, datado de setembro de 1973, intitulado *The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina*⁵ no qual o agente de inteligência responsável, apesar de reconhecer o Brasil como o mais fiel aliado dos EUA na América Latina, não deixa de ressaltar que “até mesmo brasileiros por vezes acham proveitoso tomar posições anti-EUA em assuntos de independência econômica e orgulho nacional”.⁶

É justamente em decorrência deste caráter complexo que a dinâmica de disputas ideológicas assume no cotidiano da vida social que advém a preocupação dos Estados modernos em desenvolver mecanismos de garantia e manutenção da

5 Documento disponível no endereço eletrônico: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf> (acessado em 02 de junho de 2021 às 16h09min)

6 Do original: “Even the Brazilians on occasion will find it useful to take anti-US positions on issues of economic independence and national pride” (*CIA, The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina*, 04 september 1973, p. 08)

hegemonia (interna e externa) dos principais elementos ideológicos necessários à reprodução dos objetivos de longo prazo que perpassam o projeto de desenvolvimento de cada Estado-nação, e da(s) classe(s) e/ou grupos que o ocupam. Deste modo, é relevante adentrarmos a discussão acerca do papel desempenhado pelos serviços de inteligência na dimensão da hegemonia.

Serviços de inteligência e a hegemonia

Em minha Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Neves Jr., 2021), analisando as especificidades assumidas pela ideologia de segurança nacional no cotidiano de atuação da comunidade de informações paranaense durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), propus uma ampliação conceitual da teoria gramsciana acerca da hegemonia, defendendo a classificação dos serviços de inteligência como instituições componentes do “aparelho estatal de hegemonia”.

Em suas contribuições carcerárias, Gramsci (2011a; 2011b; 2011c) aborda os diversos aparelhos especializados que foram produzidos, e reproduzidos, pelas sociedades modernas, para a consolidação do consenso ideológico e conquista da hegemonia de determinada classe, ou grupo, sobre os demais componentes sociais. No âmbito da hegemonia, o filósofo sardo tem como foco a conceituação dos “aparelhos privados de hegemonia” (entendidos como meios de comunicação, majoritariamente vinculados à sociedade civil, para difusão ideológica em busca da cristalização do consenso),⁷ mas, não deixa de problematizar, em análise do caso francês, as tendências de crise hegemônica de sua época (Gramsci, 2011c).

Neste sentido, é pertinente reforçar que entre os objetivos do aparelho de hegemonia encontra-se o processo de apassivamento das massas, que possibilita dirimir os conflitos decorrentes do antagonismo de classe e facilitar a implementação e reprodução dos interesses particulares da classe dominante/dirigente, reforçando que “a capacidade expansiva da hegemonia de uma classe não se limita exclusivamente à direção política, mas inscreve-se igualmente nos

7 Nesta perspectiva (Gramsci, 2011b), os órgãos de opinião pública são apreendidos como os principais responsáveis pela difusão e cristalização do consenso (ênfatisando os meios de comunicação, enquanto aparelhos privados de hegemonia, como pontos de contato entre a sociedade civil e a sociedade política).

diferentes aparelhos ideológicos e culturais da hegemonia” (Buci-Gluckmann, 1980, p. 87).

As próprias contribuições originais dos registros carcerários gramscianos permitem elucidar as problematizações realizadas pelo filósofo acerca das mudanças que ocorriam nas estruturas estratégicas dos Estados nacionais para o aperfeiçoamento das técnicas militares, com destaque para o seguinte trecho:

O traço mais característico e significativo do atual estágio da técnica militar e, portanto, também da orientação das pesquisas científicas ligadas ao desenvolvimento da técnica militar (ou que tendem a este fim) parece que deva ser buscado no seguinte: a técnica militar, em alguns de seus aspectos, tende a tornar-se independente do conjunto de técnica geral e a transformar-se numa atividade à parte, autônoma.

[...] Esta situação da técnica militar é um dos elementos mais “silenciosamente” atuantes naquela transformação da arte política que levou à passagem, também em política, da guerra de movimento à guerra de posição ou de assédio (Gramsci, 2011c, CC 13, § 28, vl. 3, p. 80).

Assim, apesar de não vivenciar a efetiva consolidação dos modelos contemporâneos de serviços de inteligência (tendo em vista seu falecimento em 1937), o filósofo sardo apreendeu alguns dos principais aspectos que perpassaram o movimento de gênese das técnicas de atuação estratégica militar, em desenvolvimento na época, que possibilitaram, especialmente durante e após a eclosão da Guerra Fria, a criação dos aparelhos estatais de inteligência responsáveis por gerir e aplicar os métodos que caracterizam aquilo que hoje se classifica como guerras híbridas – dentre os quais, a CIA pode ser apreendida como modelo paradigmático de análise.

Neste sentido, torna-se pertinente recorrer às contribuições de Tilly (1996) acerca do longo processo histórico de formação e aperfeiçoamento de órgãos estatais (incumbidos da vigilância, coerção e repressão política e cultural) que culminou na consolidação dos serviços de inteligência contemporâneos. Segundo o sociólogo estadunidense, apesar dos modelos contemporâneos de inteligência surgirem efetivamente somente na segunda metade do século XIX, é possível identificar os primeiros indícios de formulação destas organizações

com o processo de complexificação das técnicas militares a partir de meados do século XVIII.

Ademais, a apreensão destes específicos componentes da máquina estatal deve considerar as particularidades que perpassam as configurações (internas e externas) dos Estados nacionais nos quais eles são arquitetados (Cepik, 2003). Este princípio implica a demanda por uma distinção basilar para esta pesquisa, que consiste no fato de que “no sistema formado de cima para baixo, vamos encontrar a lógica espacial da coerção. No sistema construído de baixo para cima, a lógica espacial do capital” (Tilly, 1996, p. 197).

É justamente neste ponto que esbarramos na necessária distinção entre as vias de desenvolvimento hegemônicas (cujos sistemas políticos tendencialmente são construídos de baixo para cima)⁸ e as vias de desenvolvimento dependentes – cuja gênese pauta-se justamente na construção de um Estado rígido, respaldado por mecanismos legais que inviabilizem qualquer potencial transformação qualitativa da ordem de dominação historicamente estabelecida.

Neste ponto, leva-se em consideração as contribuições de Marini (2017) sobre a forma como os países de capitalismo dependente são submetidos a uma dupla exploração de sua classe trabalhadora: primeiramente pela classe proprietária interna (acostumada com privilégios garantidos e reproduzidos pelo Estado) e, em segundo lugar, pela burguesia hegemônica internacional (que subjuga, em graus distintos, tanto a classe trabalhadora quanto a burguesia dependente).

Assim, retomando os casos aqui propostos para análise, a CIA é identificada como um aparelho de Estado cuja função majoritária é a manutenção e reprodução dos interesses capitalistas estadunidenses (em território nacional e internacional) enquanto, por outro lado, dadas as condições materiais de construção, o SNI se consolida como estrutura de vigilância responsável pelo exercício de uma gestão rígida de acompanhamento da realidade interna que viabilize a reprodução de interesses do capital internacional e nacional.

Determinado fenômeno, entretanto, não implica na inexistência de métodos coercitivos e repressivos inerentes aos modelos de inteligência arquitetados em sociedades construídas de baixo para cima. Pelo contrário, conforme indica

8 Reforçando que esta não é uma regra geral, um Estado pode tornar-se hegemônico por vias autocráticas de transformação econômica, cultural e social, como é o caso da China contemporânea, podendo, ou não, passar por posteriores processos de integração das camadas populares na gestão efetiva do Estado – como foi o caso da via prussiana de desenvolvimento que marcou a ascensão alemã na lógica de disputa capitalista internacional.

Cepik (2003) estes órgãos de Estado possuem uma dupla funcionalidade de atuação: a coleta e sistematização de informações para gestão da segurança nacional (pressuposto de manutenção da Soberania) e o exercício coercitivo das medidas necessárias à garantia dos interesses desta segurança nacional (entendido como forma de manutenção do relativo consenso popular em relação aos princípios que regem a máquina estatal).

O que se vislumbra, contudo, na realidade concreta é o caráter deficitário da manutenção da Soberania por parte dos serviços de inteligência articulados em Estados de capitalismo dependente, tendo em vista que sua atribuição de consolidação do consenso envolve o atendimento de interesses que ultrapassam os limites nacionais, estendendo-se para a inclusão de demandas do capital externo que impõem, por meio de múltiplas ferramentas, pressões políticas e econômicas nas realidades subordinadas – especialmente daquelas localizadas no Sul Global (África, América Latina e Ásia).

Dentro desta perspectiva, as contribuições de Prashad (2020) acerca das estratégias de guerras híbridas desenvolvidas e implementadas pela CIA, e outras organizações estatais dos EUA, servem para explicitar este caráter problemático das formas de interferência do capitalismo hegemônico nos países periféricos – seja pela explícita intervenção bélica ou por outros meios, mais refinados, de influência indireta nas tomadas de decisão (a partir da imposição de medidas, por intermédio de organizações internacionais, ou pela aplicação de operações estratégicas que objetivam as transformações culturais e políticas da população).

Entretanto, independentemente da situação concreta imposta aos distintos serviços de inteligência que tomam forma nas múltiplas realidades da sociedade globalizada, um pressuposto se evidencia como constância no projeto de implementação e atuação destes órgãos estatais: a busca pela conquista e/ou manutenção de determinada hegemonia em meio à sociedade em que se encontram inseridos. De modo simplificado, indica-se que esta constante pode se consolidar tanto no sentido de garantir interna e externamente a reprodução dos interesses de uma grande potência capitalista quanto no de incumbir-se da manutenção, em menor grau, das questões nacionais subordinadas ao interesse dominante estrangeiro (consolidando-se enquanto construção detentora de uma funcionalidade pública com caráter paradoxal).

Portanto, em diferentes graus e medidas, defende-se que os serviços de inteligência podem ser apreendidos como “aparelhos estatais de hegemonia”,

responsáveis pela produção de informações e contrainformações⁹ que, em última instância, objetivam consolidar o consenso ideológico que potencialize a reprodução de hegemonia política e econômica estadunidense na realidade contemporânea analisada (relação dos EUA com o Sul Global, mais especificamente o Brasil).

É pertinente, ainda, indicar que a atuação cotidiana dos agentes de inteligência (seja qual for a agência e Estado) não perpassa uma reflexão crítica e aprofundada de todas as implicações, interesses e determinações que fundamentam suas tomadas de decisão e posicionamento frente a um fenômeno – inclusive, na maioria dos casos, a ação não é reconhecida enquanto atuação a partir de princípios ideológicos.

A essência da ideologia (seja ela contrária ou a favor da ordem de dominação instituída) consiste, justamente, em viabilizar que ações cotidianas sejam realizadas de forma prática, na maioria das vezes acrítica, de modo que os sujeitos singulares contribuam, direta ou indiretamente, para a implementação ou reprodução de interesses de um grupo/classe. Não deixando, claro, de ressaltar que em determinados casos a conscientização dos elementos ideológicos pode servir como base, de fato, para o desencadeamento de ações estratégicas persecutórias ou, em alguns casos, para a produção do conhecimento da humanidade.

Neste sentido, reforça-se as estratégias, com objetivos de consolidação de consenso ideológico, que foram desenvolvidas e aperfeiçoadas pelos dois órgãos de inteligência propostos para análise. Fundamentando sua atuação a partir dos princípios de uma “guerra psicossocial” previstos pela doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra brasileira, os agentes do SNI produziram, em julho de 1978, o relatório intitulado “Atividades subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão”.

O documento, elaborado com o objetivo de ser amplamente difundido entre a comunidade de informações brasileira, apresenta algumas instruções e sugestões táticas para o combate à infiltração subversiva em território nacional, que consistia na “execução de uma ação repressiva inicial seguida de uma doutrinação cívica sobre a população” (SNI. ACT_ACE_1545_81, 20 de julho de

9 A produção de contrainformação é uma das principais atividades desenvolvidas por órgãos de inteligência para garantia da manutenção e reprodução da hegemonia, de forma simplificada, indica-se que a técnica consiste em forjar fatos para difusão em meio à sociedade civil (objetivando conquistar o consenso popular em favor dos interesses de Estado) ou em organizações inimigas (com finalidades estratégicas efetivamente militares).

1978, lauda 21). A partir deste e outros documentos, foram identificadas, em trabalho anterior (Neves Jr., 2021), três das principais estratégias utilizadas pela comunidade de informações para contribuir com a consolidação do consenso ideológico em território nacional, sendo elas:

- *A repressão efetiva*: compreendida tanto pela prisão arbitrária, aplicação de tortura e execução sumária de pessoas potencialmente subversivas;
- O *recondicionamento doutrinário*: por vezes nomeado pelos agentes do SNI como “reavivamento patriótico” consistia justamente no processo de doutrinação da população local (recorrendo, ou não, aos métodos de tortura) objetivando cooptar sua colaboração para o combate à subversão;
- O *direcionamento ideológico*: método muito mais requintado, tomou forma principalmente a partir de 1978 e consistia na manipulação de grupos e organizações para adequá-los a um determinado modelo de esquerda aceitável para o país, podendo ser realizado por intermédio da infiltração de agentes do governo em organizações de oposição ou pelo financiamento de ideias e projetos imediatistas, entre outros.

Estas e outras estratégias (bem mais aperfeiçoadas) perpassam as formas de atuação dos órgãos de inteligência estadunidenses no desenvolvimento das guerras híbridas. As contribuições de Korybko (2018), Prashad (2020) e Bevins (2021) são elucidativas sobre os requintados métodos de influência dos EUA nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de outros países para o atendimento de seus interesses.

Seja por intermédio de órgãos internacionais (como o FMI), pelo financiamento de grupos adeptos de políticas mais favoráveis aos EUA, pelo investimento na produção de conteúdos para difusão em meios de comunicação, ou, mesmo, pela intervenção bélica, os serviços de inteligência estadunidenses contemporâneos demonstram grande capacidade de influenciar a consolidação de consensos ideológicos que favoreçam a manutenção de sua hegemonia em nível internacional.

O caráter paradoxal do objeto

Para Bevins (2021) o golpe militar brasileiro de 1964 pode ser considerado como uma das mais bem sucedidas estratégias da cruzada anticomunista de Washington. De fato, as fontes documentais mobilizadas para esta pesquisa e o trabalho anterior que a fomentou (Neves Jr., 2021) contribuem para sustentação desta afirmação, tendo em vista a forma como os princípios ideológicos do anticomunismo, em diferentes graus de coesão, nortearam o desencadeamento das ações persecutórias orquestradas e acompanhadas pelo SNI durante todo o período de vigência da ditadura militar brasileira.

Ademais, é relevante considerar o modo como o bolsonarismo¹⁰ ascendeu na realidade do Brasil contemporâneo, principalmente a partir de 2014, mobilizando setores da população a partir de uma nova roupagem de luta anticomunista – esta nova articulação política de extrema direita alinha-se a um movimento internacional que nos EUA teve como principal representante o anterior presidente do país Donald Trump (2017-2021).

Assim, apesar do órgão de inteligência brasileiro ter sido extinto em 1991, sendo substituído pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), é possível inferir que sua atuação na busca pela consolidação do consenso anticomunista obteve êxito em determinadas camadas da sociedade brasileira. Sem ambicionar aprofundar as dimensões contemporâneas do anticomunismo, este artigo se limita a problematizar a forma como sua continuidade, em uma aparente descon-tinuidade, contribui para a validação da afirmação de Bevins (2021).

Dentro desta perspectiva, Pecequillo e Marzinotto Jr. (2022) indicam que o desenvolvimento tecnológico foi a chave para a construção do projeto de política externa anticomunista protagonizado pelos EUA durante o período de Guerra Fria, especialmente no que tange à aplicação e adequação destas novas tecnologias para as dimensões militares e estratégicas – obtendo conquistas mais efetivamente visíveis a partir da década de 1980.

Ikenberry (2011), classifica este processo multidimensional de fusão das estratégias militares com os elementos de coerção e convencimento ideológicos

10 O bolsonarismo, enquanto fenômeno ideológico pauta-se, de forma geral, em princípios do moralismo tradicionalista religioso, do conservadorismo político militarista e da gestão ultraliberal da economia. Seus apoiadores representam grupos relativamente distintos, dentre os quais identificam-se mobilizações em defesa de uma intervenção militar, existindo, também, setores minoritários que divergem desta perspectiva (Barbosa, 2022).

como a construção do “Leviatã Liberal”. Samir Amin (2004), por sua vez, problematiza a forma pela qual o modelo de democracia liberal americanista passou a ser amplamente difundido e imposto aos países do Terceiro Mundo durante o processo de globalização da economia capitalista – particularmente com o colapso da União Soviética, tornou-se possível aos EUA uma propagação internacional de seu modelo de gestão política e econômica como processo supostamente inexorável de desenvolvimento da humanidade.

Determinado modelo de imposição ao alinhamento externo coloca em xeque os princípios fundamentais de Soberania nacional que, supostamente, deveriam nortear o desenvolvimento de países contemporâneos edificados sobre o manto de uma democratização internacional. O fenômeno torna-se ainda mais complexo quando são levados em consideração os problemas elencados acerca dos métodos estratégicos de atuação dos serviços de inteligência contemporâneos, especialmente no que tange ao protagonismo estadunidense de aplicação das guerras híbridas.

A partir da alusão platônica do Estado entendido como uma Hidra (cujas inúmeras cabeças decorrem da implementação de medidas e leis reguladoras com baixa ou sem serventia), Mészáros (2021) ressalta as formas legalizadas do intervencionismo histórico dos EUA em países da América Latina, reforçando que, nos parâmetros das transformações ocorridas no sistema de produção capitalista, o processo de globalização tem como única perspectiva a disputa entre potências pela conquista do status de “Estado coercitivo global”. Desta forma, segundo o filósofo húngaro:

De fato, paradoxalmente, no domínio político, essa novidade economicamente dominante ajuda a criar a falsa aparência de um “sistema democrático” - ideologicamente racionalizado e idealizado.

Contudo, a verdade do assunto realçado pelas continuidades época os reveladoramente persistentes e inseparável de todas as formações políticas antagonísticas é que o Estado capitalista, a despeito de sua automitologia “democrática”, nunca, em toda a sua história, conseguiu abandonar a afirmação hierárquica de exploração autoritária do seu domínio, posta em vigor sem cerimônias (Mészáros, 2021, p. 64-65).

Apreende-se, deste modo, que a existência de serviços de inteligências nos parâmetros das sociedades contemporâneas se apresenta como um paradoxo duplo. Primeiro, deve-se considerar que a atuação destes órgãos, no sentido de exercer a coerção ideológica da sociedade em prol da manutenção da hegemonia interna do país, por si só, consolida um primeiro aspecto contraditório: as liberdades democráticas da população são limitadas pelos interesses de segurança nacional, provenientes da concepção de gestão da elite dirigente que ocupa o Estado-nação. Em segundo lugar, o caráter desigual do desenvolvimento tecnológico, que caracteriza o sistema capitalista de produção, inviabiliza que os serviços de inteligência dos países periféricos, de economia dependente, consolidem-se enquanto efetivos mecanismos de garantia da Soberania nacional frente às refinadas estratégias de interferência desenvolvidas por seus congêneres hegemônicos.

Estas problematizações constituem apenas um primeiro passo para o extenso debate necessário à teorização do fenômeno das guerras híbridas e das reais dimensões dos serviços de inteligência (em nível nacional e internacional). Contudo, é possível identificar que as reflexões e análises apresentadas contribuem com resultados provisórios que compactuam com as teses que defendem a incompatibilidade entre a existência de regimes políticos democráticos nos parâmetros do sistema econômico capitalista de produção (Wood, 2003; Mészáros, 2021).

Considerações Finais

O presente trabalho representa um esforço inicial para a teorização do fenômeno das guerras híbridas a partir do prisma analítico das Ciências Sociais (especialmente da Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais), partindo da problematização das relações que foram estabelecidas entre Estados Unidos e Brasil por meio do acordo entre a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o período de Guerra Fria.

Indica-se, assim, que a apreensão da forma compactuada e/ou subordinada que os serviços de inteligência assumem em realidades caracterizadas pelo modelo dependente de desenvolvimento capitalista é uma das principais chaves para a compreensão das múltiplas dimensões do fenômeno investigado. O Brasil, neste sentido, é considerado como um dos mais profícuos casos para a

análise, tendo em vista sua forte tendência de alinhamento com as diretrizes estadunidenses.

Assim, em um primeiro momento, este trabalho debruçou-se sobre a discussão das relações instituídas, por meio do acordo “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano” (1964), que viabilizaram a construção de uma comunidade de informações brasileira associada aos princípios da cruzada anticomunista estadunidense da época. Não deixando de evidenciar, contudo, que, no plano prático, as ideologias que fundamentam as tomadas de posição e atuação cotidianas tenderam a demonstrar-se relativamente heterogêneas.

Dentro desta perspectiva, em um segundo momento, a pesquisa ocupou-se de fundamentar a necessidade de ampliação da teoria gramsciana da hegemonia como forma de compreensão das dimensões que perpassam as diretrizes de atuação dos serviços de inteligência. Para tanto, se propôs a consolidação do conceito de “aparelho estatal de hegemonia”, composto por órgãos de inteligência incumbidos da produção de informações e contrainformações que objetivam a cristalização de determinado consenso social, a partir de pressupostos ideológicos, que garantam a manutenção da hegemonia de determinada(s) classe(s) e/ou grupos que dirigem o Estado nacional.

Na busca pela sustentação da proposição, foram exemplificados alguns dos métodos implementados pelo SNI em sua “guerra psicossocial” contra a subversão em território brasileiro e das estratégias que perpassam os fundamentos estadunidenses de desenvolvimento e aplicação das “guerras híbridas”. Dentro desta problemática, foram suscitados questionamentos acerca do caráter deficitário que os órgãos de inteligência assumem em realidades periféricas.

Em sua última parte, o artigo voltou-se para o debate do caráter duplamente paradoxal que os serviços de inteligência assumem na realidade contemporânea. Primeiramente, foi questionada a forma como seus princípios de atuação perpassam uma lógica antidemocrática de coerção social em prol da manutenção de abstratos pressupostos de segurança nacional. Em seguida, considerando um cenário internacional de capitalismo globalizado, foram elencados os aspectos desiguais de desenvolvimento tecnológico que dificultam a aplicação dos serviços de inteligência em Estados periféricos frente às sofisticadas estratégias de intervenção desenvolvidas pelos órgãos de inteligência de países hegemônicos.

Por fim, torna-se pertinente reforçar que o presente trabalho não ambiciona, de forma alguma, esgotar as discussões acerca da problemática abordada.

Muito pelo contrário, a partir da disponibilização de resultados provisórios, provenientes de uma análise exploratória qualitativa realizada em arquivos documentais inéditos, almeja-se incentivar o desenvolvimento de novas pesquisas, nas distintas áreas do conhecimento, preocupadas com a teorização de um fenômeno de suma importância para a manutenção e/ou consolidação das Soberanias em países periféricos; o fortalecimento de instituições e regimes democráticos; a superação das relações internacionais de dependência e dominação.



Referências Bibliográficas

AMIN, Samir. *The Liberal Virus: permanent war and the americanization of the World*. Monthly Review Press, New York (EUA), 2004.

BARBOSA, Jefferson R. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia a intervenção militar. In: BARBOSA, Jefferson R.; HERNÁNDEZ, Oscar A. P. (Orgs). *Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 35-68, 2022.

BEVINS, Vincent. *The Jakarta Method: Washington’s Anticommunist Crusade & the Mass Murder Program that Shaped Our World*. New York: Public Affairs, 2021.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Organizaciones y prácticas anticomunistas en Argentina y Brasil (1945-1966). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 34-52, 2016.

CEPIK, Marco. *Espionagem e Democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização dos serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CIA-USA, The Intensified Rivalry Between Brazil and Argentina, september 04, 1973. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R002000120044-5.pdf> (acessado em 02 de junho das 2021 às 16h09min).

EUA. *Central Intelligence Agency*, Memorandum from Director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger, Washington, 11 de abril de 1974. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99> (acessado em 29 de maio de 2019 às 12h12m).

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, vl. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

IKENBERRY, John G. *Liberal Leviathan: the origins, crisis, and transformation of the American world order*. New Jersey: Princeton University Press, 2011.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy M. Dialética da Dependência. *Germinar: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de O. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 537-554, 2012.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Leviatã: Crítica do Estado*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

NEVES JR, José W. A. *A Ideologia de Segurança Nacional no Arquivo de Documentos do Serviço Nacional de Informações do Estado do Paraná (1964-1985)*. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Marília. 2021.

PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington: Uma História da CIA, Golpes e Assassinatos*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PECEQUILO, Cristina S.; MARZINOTTO JR, Francisco L. Os Estados Unidos e a projeção de poder multidimensional: a Guerra Fria e o papel da Defense Advanced Research Projects Agency (1958-1989). *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 52-71, 2022.

SNL. Atividades Subversivas – as atuais áreas de tensão no país e sua provável utilização pela subversão, ACT_ ACE_1545_81, 20 de julho de 1978. Disponível para acesso público nas dependências do Arquivo Nacional ou do NDPH-UEL.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

WOOD, Elen M. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.



Allison Duarte Barbosa (Revolução Brasileira) // “Pincel e nanquim sobre papel. Família camponesa.”

7 Artigo

Relações Brasil-China: as exportações do agronegócio brasileiro, questões agrárias, de segurança e soberania alimentar e dependência

Pedro Ivan Christoffoli¹ e Janailson Santos de Almeida²

Resumo // As relações sino-brasileiras são de mútua dependência. Há uma dependência do agronegócio brasileiro ao mercado chinês. Já a China depende da produção agrícola brasileira para abastecer a sua indústria de rações para porcos e aves. O Brasil é um país dominado pelo latifúndio que, enquanto avança sobre a fronteira agrícola, pela expansão do agronegócio, se intensificam os conflitos no campo e as contradições relacionadas às questões agrárias e ambientais. Na China, após a “Reforma e Abertura” de Deng Xiaoping foram implementadas mudanças nas leis de uso e posse da terra. Mas a Reforma Agrária da Revolução de 1949 foi mantida. O modelo agrícola brasileiro e chinês são diametralmente opostos. Os elementos que determinam os processos de desenvolvimento agrário em cada país são distintos. Não é correto colocar na “demanda chinesa” a causa do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A causa está nas políticas agrárias brasileiras determinadas pela hegemonia capital financeiro-agronegócio.

Palavras-chave // Relações sino-brasileiras, agronegócio, dependência

1 Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Dr em Desenvolvimento Sustentável (UNB, 2009). Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (UFFS) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (UNESP).

2 Camponês, Bacharel em Agroecologia pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Possui experiência na área de Desenvolvimento Territorial e Agroecologia. Atuou na Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF e é Mestrando em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe - TerritoriAL da UNESP (Universidade Estadual Paulista).

1. Considerações iniciais

As relações sino-brasileiras são relações de dependência³, tanto de um lado quanto do outro. Do lado brasileiro, há uma enorme dependência do agronegócio para com o mercado chinês; enquanto que a China depende fundamentalmente da produção agrícola brasileira para abastecer a sua indústria de rações, para porcos e aves especialmente. No entanto, essas dependências se diferenciam do ponto de vista da intensidade e da intencionalidade. A China, por um lado, depende em parte das importações brasileiras em função da sustentação do seu projeto político de sociedade. O Brasil, depende das importações chinesas para a reprodução do seu modelo de produção agrícola em função da lucratividade capitalista, descomprometida com qualquer projeto de futuro para o país.

Há grande demanda chinesa com relação à produção agrícola brasileira. Embora a China venha, cada vez mais, diversificando suas fontes de suprimento, segundo dados do IPEA (Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada), “na média de 2016–2018, as importações do Brasil representaram cerca de 19% do total das importações chinesas destas mercadorias [...]. O Brasil, neste período, foi responsável por 58% do total das importações chinesas de soja, e mais de 20% em outras mercadorias, como celulose, carne bovina, e mais de 10% do peixe. Em segundo lugar vem os EUA, com 16,3% e em um distante terceiro lugar, o Canadá, com apenas 5,6%.⁴ (IPEA, 2022) (tradução nossa)”.

Assim como há grandes interesses da produção agrícola brasileira no mercado chinês. A integração ao mercado chinês trouxe benefícios econômicos gigantescos para setores como mineração e energia e em especial ao agronegócio, que saltou de 5,02% das exportações destinadas à China em 1997 para 35,18% em 2019 (MAPA, 2020).

O sistema brasileiro de produção e exportação de *commodities* agropecuárias, com as cadeias industriais do agronegócio, é um dos pilares para a acumulação capitalista no país. O processo de formação sócio-histórica do Brasil, especialmente

3 Aqui o termo “dependência” é usado não a partir do conceito político da teoria marxista da dependência, mas como termo técnico para caracterizar a co-relação de dependência ou dependência mútua entre os países. Ex.: a definição de prática co-dependente de Warde, 2015; Schubert, 2017 *apud* Niederle, P.; Wesz Junior, V. J. (2022): “co-dependente’, ou seja, quando o desempenho de uma afeta diretamente a outra.”

4 Ver texto original em “IPEA. CHINA-BRAZIL AGRICULTURAL TRADE RESEARCH. IPEA: Brasília, 2022”. ([link](#))

após o fim do escravismo colonial, é marcado pela contínua expansão do modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à tenência da terra; e do modelo agrícola de produção agroexportador. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO, o Brasil possui o terceiro maior índice de concentração de terras do planeta, 0.87 de acordo com o índice de GINI - que mede a concentração de terras numa escala de 0 a 1 - estando atrás apenas de Colômbia e Paraguai (FAO, 2017). Apesar das mudanças programáticas ao longo dos diferentes períodos de governo e da política agrária nacional, este corte sempre esteve em carne viva. O Brasil é o país do latifúndio⁵.

Tabela 1 - Indicadores da concentração de terras no Brasil de acordo com o índice de GINI.

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	%
Menos de 1	165,410	81,807	0.01%
1 a menos de 2	203,699	279,811	0.03%
2 a menos de 5	973,066	3,270,369	0.37%
5 a menos de 10	1,019,526	7,365,188	0.83%
10 a menos de 25	1,624,744	26,314,281	2.95%
25 a menos de 50	998,562	35,170,112	3.95%
50 a menos de 100	719,393	49,983,165	5.61%
100 a menos de 250	505,871	77,107,153	8.65%
250 a menos de 500	190,564	67,218,293	7.54%
500 a menos de 1.000	102,532	71,419,120	8.01%
1.000 a menos de 2.000	52,095	71,646,028	8.04%
2.000 a menos de 5.000	36,298	108,652,849	12.19%
5.000 a menos de 10.000	7,592	54,399,720	6.10%
10.000 a menos de 20.000	2,265	30,778,781	3.45%
20.000 a menos de 50.000	1,047	30,588,758	3.43%
50.000 a menos de 100.000	211	14,493,506	1.63%
100.000 a mais	240	242,399,978	27.20%
TOTAL	6,603,115	891,168,919	
ÍNDICE DE GINI		0,873	

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/Banco de Dados da Luta pela Terra-DATALUTA, 2019.

5 “[...] Nos anos 1950, [...] o termo latifúndio consolidou o sentido que ganhara anteriormente como sinônimo de monopólio da terra, atraso tecnológico e relações de trabalho marcadas pela dependência pessoal e pela exploração. Tornou-se o símbolo de um atraso que deveria ser superado, quer fosse lido como expressão do capitalismo (Caio Prado Jr.) ou da presença de restos feudais (Alberto Passos Guimarães), como mostra Moacir Palmeira (1984) (LEITE; MEDEIROS; CALDART *et al*, 2012, p.452).”

O *status quo* da permanência do latifúndio no Brasil tem gerado historicamente os processos de luta pelo acesso à terra e pela Reforma Agrária, regularização fundiária e redemocratização. Ademais, os grupos que detêm o controle da terra no Brasil contribuíram diretamente para os processos políticos de golpes e ditaduras. Essa contradição germinal e estrutural, também gerou o surgimento de movimentos e organizações camponesas como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outros; além de provocar grandes debates com relação a estrutura e a política agrária brasileira.

Da mesma forma, a questão do latifúndio e da propriedade privada da terra e de outros meios de produção, esteve no bojo da formação das primeiras ideias socialistas no Brasil, entre os anos 1920-1930 e posteriormente. O Partido Comunista e as organizações de luta pela terra, como as Ligas Camponesas nos anos 1960, emergiram também no enfrentamento à concentração da terra, à exploração dos trabalhadores rurais e por direitos no campo.

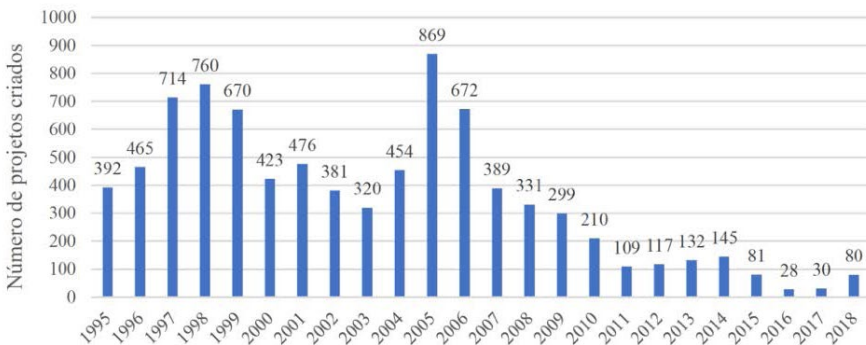
A partir do Golpe Empresarial Militar no Brasil em 1964, avança no país um novo processo de “desenvolvimento” da agricultura brasileira, caracterizado como o período da “modernização conservadora”. O novo modelo agrícola, do agronegócio, viria a ser o grande motor do desenvolvimento agrário brasileiro, com uma perspectiva de crescimento econômico que levaria a sua agricultura a altos patamares de produção e produtividade.

O modelo agrícola brasileiro, do agronegócio, com a sua matriz produtiva, da Revolução Verde e mais recentemente da introdução da transgenia, também guarda contradições fundamentais no que diz respeito às questões ambientais e à sustentabilidade do modelo a longo prazo. Nos últimos anos o Brasil se tornou também o maior consumidor mundial de agrotóxicos, atingindo uma média de 7,5L/pessoa/ano em 2016 de acordo com a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

Embora a Revolução Verde e a modernização da agricultura tenham de fato elevado significativamente os níveis de produção e produtividade da agricultura brasileira, principalmente pela implementação de novas tecnologias, isso não significou necessariamente um processo de desenvolvimento, ao menos para as populações rurais trabalhadoras. O agronegócio no Brasil não trouxe com ele o fim do latifúndio. Pelo contrário, foi montado nessa estrutura que o modelo se desenvolveu, mantendo-a como fonte primária do seu processo de acumulação capitalista. Nenhum tipo de Reforma Agrária foi realizada.

A redemocratização do Brasil, a partir da nova Constituição Cidadã de 1988 e a chegada do Partido dos Trabalhadores-PT ao governo nos anos 2000 não garantiram tampouco a implementação de um projeto de Reforma Agrária. Apesar de haver ocorrido um número significativo de desapropriações de Terra entre os anos 1990 e principalmente nos anos 2000, no período de 2003 à 2014 (governos Lula e Dilma) o agronegócio cresceu absurdamente; cada vez mais tecnificado e globalizado; sustentado por políticas governamentais de crédito subsidiado e por uma série de benesses legais como a supressão de impostos de exportação e de ICMS para insumos, o afrouxamento da legislação ambiental e trabalhista, e o repasse ao Estado via externalização de custos vinculados à saúde dos trabalhadores.

Gráfico 1 - Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995-2018).



Fonte: Cattelan *et al*, com base em dados do INCRA (2019).

O agronegócio brasileiro expandiu ostensivamente a sua produção, principalmente nas regiões Sul e Centro-Oeste do país, com destaque para o estado do Mato Grosso-MT; e, posteriormente, avançou sobre a fronteira agrícola, aumentando os níveis de concentração de terras e de exploração da força de trabalho, ameaçando as comunidades tradicionais e as florestas na Amazônia e no Cerrado (biomas brasileiros), constituindo o MATOPIBA⁶, a maior e mais nova

6 MATOPIBA é o acrônimo formado pelas siglas dos estados do Maranhão-MA, Tocantins-TO, Piauí-PI e Bahia-BA, para onde se expandiu o agronegócio nos últimos anos, formando um imenso território de monocultivos de cana, milho, madeira e muita soja. O recorte territorial abarca principalmente os biomas Amazônia e Cerrado (bioma brasileiro localizado mais ao Centro do país, que tem sido basicamente destruído pelo agronegócio).

fronteira agrícola do planeta - eixo dinâmico composto por 337 municípios, 73 milhões de hectares de área e 324 mil estabelecimentos agrícolas (Observatório MATOPIBA, 2022).

2. O contexto chinês

Na China, após a “Reforma e Abertura” iniciada a partir de 1978 com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, foram implementadas uma série de mudanças nas leis de uso e posse da terra. No entanto, a Reforma Agrária realizada a partir da Revolução de 1949 não foi desfeita, ao menos não estruturalmente, sofrendo algumas mudanças programáticas. A questão da terra nunca foi mexida, embora tenham sido desmontadas as comunas rurais, pela criação do chamado “Sistema de Responsabilidade Familiar”, que basicamente mudou a política de distribuição dos recursos da produção agrícola, quando cada família passou a receber pelo que produzia em detrimento do modelo comunal, onde todos produziam para todos e cada família recebia igualmente e de acordo com a sua necessidade.

Não há propriedade privada da terra no país, nem no campo nem na cidade. Toda propriedade é estatal. Após alterações conjunturais na política agrária nacional, hoje há formas de arrendamento e uso de áreas rurais por médias e grandes empresas rurais⁷, majoritariamente sob controle estatal, embora com forte participação de capital privado. Entretanto, os camponeses continuam sendo os principais responsáveis pelo trabalho na terra e pela produção de alimentos, representando atualmente 42,5% da população total segundo o Ministério de Agricultura e Assuntos Rurais da China-MARA (2020).

Tabela 2 - População urbana vs. população rural na China em % (2000, 2010 e 2018).

Indicadores	2000	2010	2018
População Urbana (%)	36%	50%	60%
População rural (%)	64%	50%	40%

⁷ Isso tem gerado um novo debate sobre a questão agrária na China, pelo chamado “novo ruralismo”. A discussão se dá em torno de se há ou não a necessidade de se repensar novamente as linhas políticas do modelo agrário do país.

Fonte: National Bureau of Statistics of China/Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2020.
Elaboração dos autores.

Em quatro décadas (1978-2018) a economia chinesa cresceu a níveis extraordinários. O desenvolvimento industrial com grande investimento em infraestrutura em todo o país, resultou em ampla integração às outras grandes, pequenas e médias economias ao redor do mundo. Ao longo de duas décadas (1980-2000) a economia chinesa deu um salto exponencial e manteve na virada do século uma taxa média de crescimento do seu PIB (Produto Interno Bruto) de cerca de 10% ao ano, variando para em média 6-8% nas últimas duas décadas (2000-2020), de acordo com o Branco Mundial. Em 2019, o país tornou-se a maior economia do mundo em Paridade do Poder de Compra-PPC segundo relatório do Fundo Monetário Internacional-FMI⁸, e deve assumir o topo da economia mundial em absoluto nos próximos anos.

As novas políticas econômica, industrial e de relações exteriores, que se fortaleceram nos anos 1990 em meio a crise capitalista mundial, levaram a China a um alto grau de desenvolvimento das suas forças produtivas, com vigoroso crescimento econômico e desenvolvimento humano, com resultados que surpreenderam o mundo. Segundo o professor GRAHAM Allison⁹ (2018), da Harvard University, “em 1978 90% da população chinesa vivia com apenas 2 dólares por dia, em média; já em 2018, 40 anos depois, menos de 1 em cada 100 pessoas vivia com o mesmo valor, com uma perspectiva de que logo essas dezenas de milhares que restam estejam acima desse limiar [...]”.

As reformas empreendidas pelo Partido Comunista Chinês (PCC), desde 1978, vêm trazendo resultados relativos, no que diz respeito à industrialização, comércio exterior e incremento do consumo da população. A China apresentou, em média, taxas de crescimento do PIB na ordem de 10% ao ano, durante os 30 anos. Os chineses vêm suplantando as posições de *traders* globais tradicionais como Alemanha, Japão e França. Em relação à América Latina, ela já se

8 Ver artigo “PIB chinês, em paridade de poder de compra, ultrapassa PIB estadunidense” de Melissa Cambuhy. Brasil de Fato, 2020. Link: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/artigo-pib-chines-em-paridade-de-poder-de-compra-ultrapassa-pib-estadunidense>.

9 Ver GRAHAM, Allison. Is war between China and the US inevitable? TED, 2018. Link: https://www.ted.com/talks/graham_allison_is_war_between_china_and_the_us_inevitable.

coloca como um dos principais parceiros comerciais de diversos países. No caso de Brasil e Chile, por exemplo, a China já se tornou o principal destino das exportações. (CEPAL, 2009 *apud* PIRES; PAULINO; PEDROZO; SILVA, 2011, p. 226).

Muitas são as discussões sobre o “salto” chinês, que elevou o país à condição de grande potência, com tamanho desenvolvimento científico-tecnológico e industrial. Estudiosos do campo da economia, no mundo inteiro, se esforçam para explicar os fatores que levaram a economia chinesa a crescer tanto em tão pouco tempo. No campo das ciências políticas o esforço é para compreender os elementos que compõem o “modelo chinês”, apelidado de “Capitalismo de Estado” ou “Economia de Mercado Capitalista”. Mas, o que o governo chinês batizou de “Socialismo com Características Chinesas” e “Economia Socialista de Mercado”, não se encaixa nos moldes ocidentais, nem do ponto de vista da estratégia econômica, nem do ponto de vista da condução e direção política do processo de desenvolvimento.

A agricultura chinesa passou também por processo similar ao do Brasil, de revolução tecnológica na agricultura, como parte da Revolução Verde que chegou em todo o mundo. No entanto, a realidade agrária do país é completamente diferente em termos estruturais. Atualmente, o modelo agrícola chinês contempla grande produção industrial de produtos agrícolas e pecuários, assim como é baseado em um forte processo de desenvolvimento científico-tecnológico e industrial, mediado pelo braço político-econômico estruturante do Estado. Mas, ao contrário do Brasil, no caso da China não estamos falando de produção primária, mas sim de uma produção extremamente industrializada. Além disso, não se trata de um mercado hegemônico, mas sim um mercado descentralizado do ponto de vista econômico, centralizado politicamente, e bastante diversificado e escalonado: local, regional, nacional e internacionalmente.

A China também possui uma política nacional que proíbe a produção e o consumo direto de produtos transgênicos, como soja e milho; e tem diminuído significativamente o uso de agroquímicos na agricultura, em virtude de novas tecnologias. Toda a soja e o milho, transgênicos, importados pela China, é destinada à indústria porcina e avícola. A soja consumida diretamente pela população vem da própria produção chinesa, não transgênica. Embora, nos últimos anos, o país tenha começado a flexibilizar um pouco mais a sua legislação agrária.

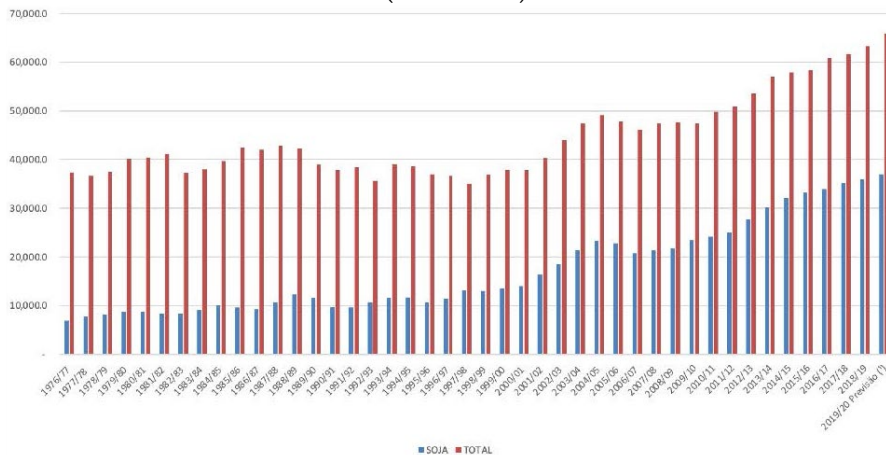
3. As exportações do Agronegócio para a China, a política agrária brasileira e a SSAN

O Brasil, que por um lado possui mais do que a capacidade necessária para garantir a sua Soberania Alimentar¹⁰, avançou na sua política de Segurança Alimentar e Nutricional-SAN, saindo do mapa da fome em 2014, embora tenha voltado novamente em 2018. A China não tem capacidade de exercer plenamente sua Segurança Alimentar apenas com a produção nacional, devido a restrições ambientais/naturais, por isso vem garantindo especialmente por meio de importações. Em novembro de 2020, o país conseguiu superar a meta de acabar com a extrema pobreza. A China busca construir a soberania alimentar combinando produção doméstica estratégica, suplementada com importações dirigidas, diversificação de fontes fornecedoras, e com políticas de redução do uso de agrotóxicos.

O tema da Soberania Alimentar ainda é um desafio para os dois países, por razões distintas. O Brasil não dependeria de ninguém, para assegurar inclusive sua autossuficiência alimentar, mas não tem um projeto; enquanto a China tem um projeto, mas com alto grau de dependência objetiva de importação de alimentos. A SSAN, portanto, é tema transversal no debate sobre as relações de dependência entre Brasil e China.

10 O conceito de Soberania Alimentar não se confunde com a questão da autossuficiência no abastecimento alimentar de um país. Foi um conceito construído criticamente em relação à noção de Segurança Alimentar (que se origina desde os anos 1920 nos EUA, e se subordina a interesses corporativos a partir do pós II Guerra), a partir das lutas sociais dos movimentos camponeses em conjunto com outras forças sociais progressistas. Visa afirmar que alimento não é mercadoria, no sentido que é um direito humano. Ou seja, todos os seres humanos têm direito à alimentação e portanto, não se pode submeter esse componente aos ditames dos mercados, logo, do lucro capitalista. Torna-se uma questão de soberania dos povos, dever dos Estados e direito das pessoas (COSTA, 2021). No caso brasileiro há diferenças também em relação ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Para aprofundamento recomendamos a leitura do trabalho acima referido, de Joaquim Gonçalves da Costa (2021).

Gráfico 2 - Área plantada do agronegócio brasileiro em mil hectares (1976-2020).



Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB, 2020.

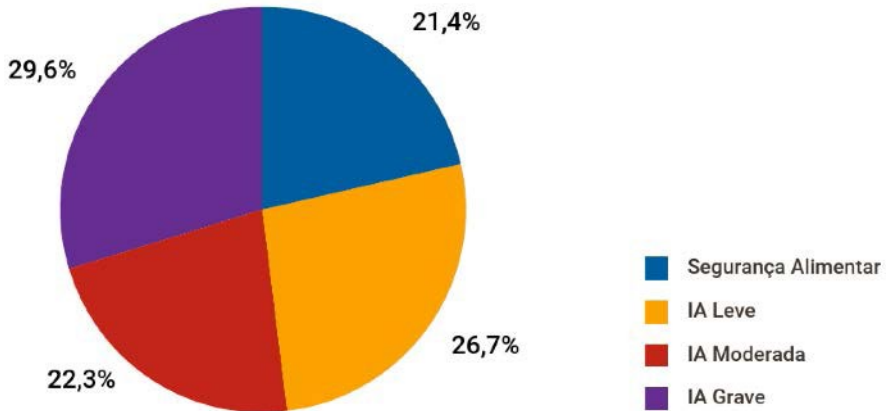
Elaboração dos autores.

A questão da SSAN pode ser uma questão conflitiva ou coesiva, a depender do ponto de vista. Por um lado, o Brasil possui uma das maiores áreas de terra agricultável do planeta (cerca de 18%), água e clima favoráveis à produção agrícola e grande capacidade tecnológico-produtiva. Entretanto, dados de 2022 indicam que 33,1 milhões de brasileiros passam fome e mais da metade da população vive em algum grau de insegurança alimentar. A situação é ainda mais grave naquelas famílias em que algum membro da família está desempregado, segundo a Oxfam¹¹.

São 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. (OXFAM, 2022).

11 Ver “Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas (OXFAM, 2022)”. Os dados são do “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”. ([link](#))

Gráfico 3 - Distribuição percentual de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) em domicílios com pelo menos um morador desempregado no Brasil em 2022.



Fonte: REDE PENSSAN, 2022.

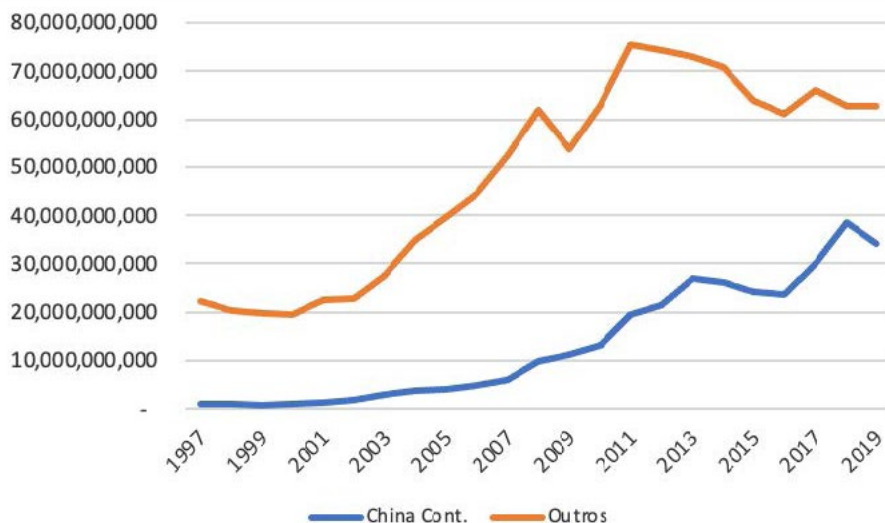
A China, por outro lado, tem a maior população do planeta para alimentar (1.42 bilhões de pessoas), com uma área agricultável de apenas cerca de 13% do total do seu território, segundo o Banco Mundial (2020). Apesar da pouca terra agricultável, com alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico, o país tem qualificado a sua produção agrícola, atingindo produtividades extraordinárias. A mecanização agrícola com alto nível de inteligência eletrônica é um dos grandes feitos no país. No entanto, grande parte do seu consumo ainda depende das articulações com outros países. O Brasil é seu principal parceiro comercial nas importações de produtos agrícolas desde 2009¹².

O agronegócio brasileiro, com suas gigantescas cadeias de produção de matérias primas e produtos manufaturados, é uma peça crucial para a demanda chinesa de importação de alimentos, o que pode ser claramente comprovado ao observarmos o fluxo de exportações das principais *commodities* agropecuárias brasileiras, majoritariamente destinadas ao país asiático, como é o caso dos grãos e carnes, especialmente a soja e o milho; frango e porco. Ao passo em que

12 Ver “Comércio Brasil-China e seus três pilares: soja, petróleo e minério de ferro”. Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021 ([link](#)).

o agronegócio se beneficia economicamente das importações chinesas, a China garante parte da sua cadeia de suprimentos, fortalecendo sua indústria agrícola nacional.

Gráfico 4 - Exportações do agronegócio brasileiro em USD (1997-2019).

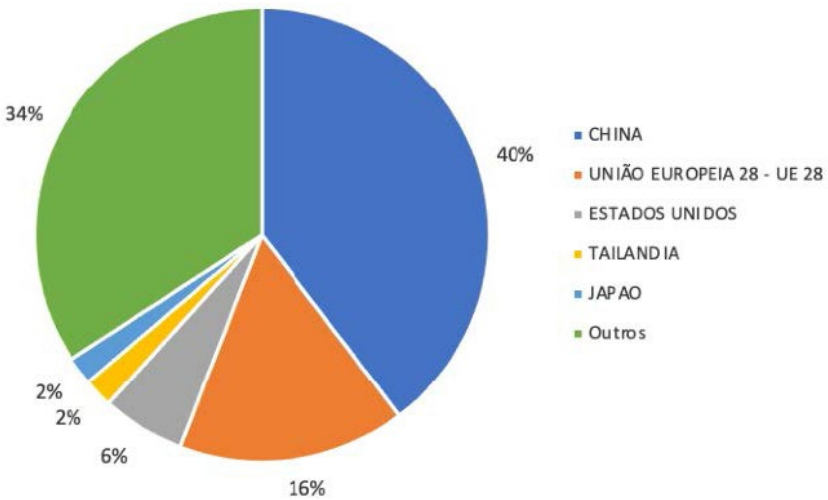


Fonte: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).

Elaboração dos autores.

As importações de *commodities* agropecuárias produzidas no Brasil são fundamentais para o suprimento das cadeias de alimentos, principalmente através do abastecimento do sistema agroindustrial, da China, ao passo em que elas representam a fatia maior das exportações brasileiras, fomentando o grande complexo de produção e exportação de bens primários, manufaturados e semi-industrializados do Brasil. Nesse sentido, o modelo de produção agroexportador do Brasil, possui dois elementos centrais co-relacionados: a reprimarização de bens e mercadorias; e as relações de exportação dependentes, especialmente no caso da China.

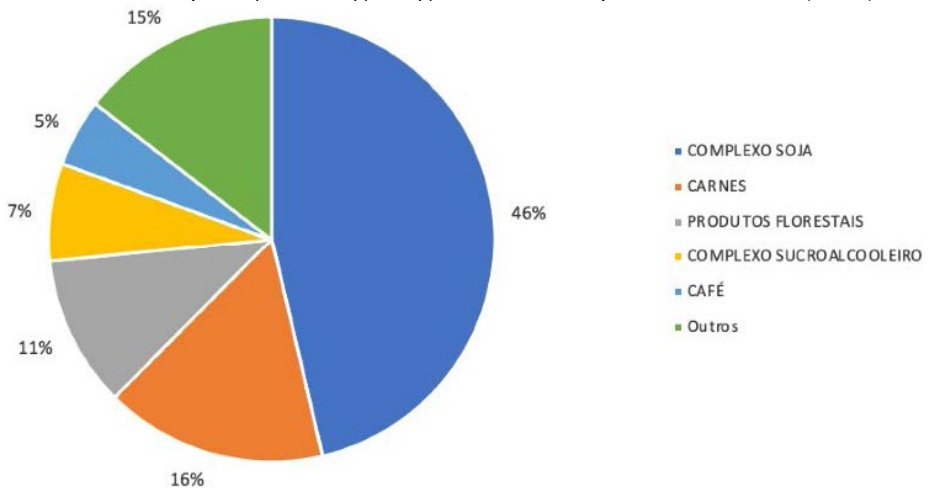
Gráfico 5 - Exportações do agronegócio brasileiro por mercados em % (2020).



Fonte: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).

De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020), a China é responsável por 37% do total das exportações agropecuárias brasileiras - chegando a 70% no caso da soja, que também é o principal item de nossa pauta de exportações primárias.

Gráfico 6 - Exportações do agronegócio brasileiro por setores em % (2020).



Fonte: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil-MAPA (2020).
Elaboração dos autores.

Tendo em mente esses dados, abordamos duas perspectivas para se repensar as relações sino-brasileiras, numa perspectiva de desenvolvimento incluyente, popular e soberano para nosso país: 1) Romper com esse modelo de dependência. O Brasil olhar para o seu projeto nacional de desenvolvimento e pensar uma política agrária coerente, tanto com relação à produção e industrialização; quanto da matriz produtiva e a relação com a natureza; como da própria sociedade, no que diz respeito a preservação dos territórios e dos povos do campo e também da demanda consumidora e do próprio mercado nacional. 2) Pensar as relações de exportações como estratégia para o desenvolvimento industrial, científico e tecnológico brasileiro; assegurando a soberania e segurança alimentar tanto da China como do Brasil. Na relação de dependência, o Brasil negociar transferência de tecnologia, fomento à estruturação/financiamento da cooperação agrícola e agroindustrial voltadas para a agricultura familiar, e estabelecer critérios tanto econômicos como ambientais e sociais sobre as exportações, como por ex. não importar de áreas de grilagem de terras e de desmatamento, ou com restrições à contaminação por agrotóxicos.

4. Considerações finais

Fazendo um paralelo, o modelo agrícola brasileiro e o modelo chinês são diametralmente opostos, principalmente no que diz respeito à terra; e bem diferentes no que se refere às populações camponesas e ao trabalho no campo. No caso chinês os meios de produção estão majoritariamente sob controle do estado, em virtude da política do estado socialista chinês sob governo do Partido Comunista, sendo a terra 100% estatal. Entretanto, os dois modelos se articulam dialeticamente, sendo capturados em cada caso pelas condições gerais da totalidade das relações socioeconômicas vigentes em cada país.

Isso se expressa nas relações de poder, bem como em políticas quase que completamente distintas em relação às questões agrárias, e também no que diz respeito ao modelo de produção agrícola. Também há diferenças estruturantes no que se refere às políticas regulatórias para emissão de carbono e combate às mudanças climáticas ou de controle e monitoramento do uso de OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) e de agrotóxicos e fertilizantes

químicos na agricultura, com avanço significativo nessas questões do lado chinês e contradições cada vez maiores do lado brasileiro.

No Brasil, a vasta produção e exportação de *commodities* não se articula com uma política estatal estratégica para o desenvolvimento sustentável e socialmente incluyente do país. Ao contrário, o agronegócio é um setor integralmente dominado pelo capital privado e estruturalmente controlado por empresas transnacionais, cada vez mais subordinado ao capital financeiro, seja em padrões de lucratividade ou em sua dinâmica estatal-bancária de financiamento (DELGADO, 2012), seja na constituição recente de instrumentos tipicamente vinculados ao mercado privado de capitais (Letras de Crédito do Agronegócio - LCA; expansão das fazendas corporativas).

Portanto, o modelo do agronegócio, mesmo com o seu volumoso potencial produtivo, não contribui com um projeto de desenvolvimento, mesmo nos estreitos limites da democracia liberal burguesa brasileira. A expansão dos latifúndios, dos monocultivos, do uso intensivo de agrotóxicos, são diretamente proporcionais aos aumentos nos conflitos no campo, da destruição de territórios e comunidades e da contaminação ambiental. Assim como não contribui para uma proposta de Segurança e Soberania Alimentar para o país.

Diferentemente da China, que administra suas cadeias de suprimento externas de acordo com o planejamento da sua indústria e em função do desenvolvimento da sua sociedade, o Brasil basicamente obedece à demanda externa e ao objetivo de máxima lucratividade. Assim, o agronegócio brasileiro se beneficia diretamente das relações comerciais com a China, mas não em uma estratégia de produção e abastecimento nacional, nem mesmo uma estratégia sólida de relações internacionais no âmbito da cooperação científica e transferência de tecnologia, e desenvolvimento industrial. Por outro lado, ao passo em que abastece indiscriminadamente o mercado chinês, o agronegócio brasileiro se expande sobre a fronteira agrícola, com uma superestrutura que tem gerado grandes contradições, tanto na relação com a natureza quanto com as comunidades rurais.

É importante diferenciar os fatores e os elementos que determinam os processos de desenvolvimento agrário em cada país. No Brasil, o desenvolvimento tecnológico se dá basicamente em função do fator produtivo e da lucratividade do agronegócio; enquanto que na China o desenvolvimento tecnológico se dá também em função de um fator social, tanto de qualificação do trabalho no campo, como de segurança alimentar do país. No Brasil o desenvolvimento das forças produtivas é realizado dentro das leis da acumulação capitalista. A

ciência e tecnologia agrícola são majoritariamente monopolizadas, por empresas multinacionais ou controladas pelo estado e direcionado ao grande empresariado rural (e.g. Embrapa). Ao contrário, na China, a ciência e a tecnologia agrícola são resultado justamente da democratização dos meios de produção e obedecem às leis socialistas como modo de produção, servindo a todos os setores da produção no campo e ao abastecimento urbano.

É preciso um esforço de romper com a visão simplista de causa-consequência quando nos referimos às relações de dependência sino-brasileiras. Observamos uma dicotomia na forma como boa parte dos meios de comunicação no Brasil, que abordam o tema, enxerga o que genericamente se coloca como um problema. Na nossa opinião, não é correto colocar na “demanda chinesa” a causa do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. A causa está, fundamentalmente, nas políticas agrárias brasileiras e em como os governos conduzem seus projetos de desenvolvimento rural, sendo fruto das determinações da realidade agrária brasileira, histórica e dialeticamente constituídas. Embora, por óbvio, a participação chinesa nas relações comerciais do agronegócio brasileiro tem efeito impulsionador da sua produção.

Ainda é preciso identificar os aspectos do Regime Alimentar atual, e como ele exige a reprodução do modelo do agronegócio, e como as relações comerciais Brasil-China ganham importância nesse contexto, apontando os impactos do modelo dominante do agronegócio para o Campesinato brasileiro e para o campo em sua totalidade. Consideramos o “efeito China” um elemento central, no processo de territorialização do agronegócio brasileiro. Embora, fundamentalmente, esse processo seja resultado da manutenção de um modelo de exploração baseado na propriedade privada da terra, dos meios de produção e do *lobby* político - em resumo, do controle hegemônico do Estado em seus diversos âmbitos pelo capitalismo agrário. Este é o real motivo da expansão do agronegócio e portanto da conflitualidade no campo.

Um governo popular que busque aproveitar das sinergias com a enorme demanda chinesa de alimentos, poderia ao nosso entender buscar direcionar para que parte significativa dessa oferta pudesse ser realizada no âmbito de uma renovada relação com um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, direcionando os instrumentos de política agrícola, da legislação e da capacidade de compra do Estado para apoiar a estruturação de cadeias produtivas agroindustriais controladas pela agricultura familiar e pelos movimentos sociais.

Fomentar ainda a pesquisa, a extensão, a formação de quadros camponeses para a implantação de agroindústrias, articular demanda institucional e do mercado internacional, com o apoio à mecanização em pequena escala, a viabilização organizacional de sistemas produtivos agroecológicos e/ou de transição, numa perspectiva de, ao mesmo tempo que se enfrenta a questão da demanda internacional, se avance na geração de empregos qualificados, na estruturação de parque industrial voltado ao segmento da agricultura familiar (assim como se fez na Europa e na China) e na implantação de agroindústrias sob controle das organizações cooperativas camponesas.



5. Referências Bibliográficas

CAMBUHY, Melissa. PIB chinês, em paridade de poder de compra, ultrapassa PIB estadunidense. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/22/artigo-pib-chines-em-paridade-de-poder-de-compra-ultrapassa-pib-estadunidense>. Acesso em: 2020.

Comércio Brasil-China e seus três pilares: soja, petróleo e minério de ferro. Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021. ([link](#))

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes; ROSSINI, Roger Alexandre. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). Rev. NERA, v. 23, n. 55, pp. 138-164. Presidente Prudente, Set.-Dez./2020.

COSTA, Joaquim G. da. **Soberania Alimentar**. Dimensões material, prático-política e utópica. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” a economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

IPEA. CHINA-BRAZIL AGRICULTURAL TRADE RESEARCH. IPEA: Brasília, 2021. ([link](#))

GRAHAM, Allison. Is war between China and the US inevitable? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XewnyUJgyA4>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salette *et al* (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 447-453.

Niederle, P.; Wesz Junior, V. J. **A transição para sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis por meio de políticas orientadas para uma gestão estratégica das práticas sociais**. Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas, 42 (Especial), 507-520. Porto Alegre, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.804>.

Observatório MATOPIBA. Disponível em: <https://observatorio-matopiba.com.br/>. Acesso em: 2022.

OXFAM, 2022. Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Link: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>

PEDROZO, Gustavo Erler; SILVA, Mauri da. **Brasil e China: estratégias assimétricas de inserção internacional e o desempenho das relações de comércio.** *In:* PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antonio (orgs.). AS RELAÇÕES ENTRE CHINA E AMÉRICA LATINA NUM CONTEXTO DE CRISE - ESTRATÉGIAS, INTERCÂMBIOS E POTENCIALIDADES. LCTE Editora. São Paulo, 2011.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.** II VIGISAN. Inquérito nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2022.



Thiago Martins de Melo (PCO – Partido da Causa Operária) // “Libertação nacional.”

8 Artigo

Bolívia: A questão indígena, a ascensão de Morales e o golpe neoliberal

Felipe dos Santos Oliveira¹

Resumo // Entre os anos 1960-1980, diversos países latino-americanos sofreram com ditaduras militares, apoiadas – em especial – pelos governos dos Estados Unidos da América. O caso boliviano, apesar de ser um tanto diferente dos demais, como será visto adiante, provocou grande dependência norte-americana. Mesmo com a redemocratização, as políticas econômicas e sociais da Bolívia foram pautadas em interesses externos. O presente artigo tem por objetivo descrever os acontecimentos que sucederam durante a ditadura militar na Bolívia. Também, será analisada a ascensão dos movimentos operários e indígenas, que levaram a eleição de Evo Morales em 2005 e a permanência da influência externa durante seu governo, até o golpe em 2019. Para tanto, será feita uma análise histórico-descritiva dos fatos, a partir da leitura de bibliografia prévia sobre o assunto abordado.

Palavras-chave // Bolívia, golpe, influência externa.

1 Acadêmico do curso de Ciências Sociais pela USP (Universidade de São Paulo). (felipesoliveira@usp.br).

Introdução.

Sabe-se que a Revolução Boliviana de 1952 – liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MRN) – proporcionou significativa instabilidade conjuntural, porém os anseios de mudança que acompanharam a revolução não foram atendidos.

As estruturas políticas e econômicas não sofreram grandes alterações e a reforma agrária de 1953 não passou de uma ação para satisfazer os camponeses, em uma tentativa de manter o campesinato desunido social e politicamente. Ao mesmo tempo, observa-se a participação da *Central Obrera Boliviana* (COB), um movimento que defendia o fim do exército regular propondo um exército popular, formado por camponeses, mineradores e operários urbanos. Devido a muitos protestos, consegue-se pressionar o governo, em agosto de 1952, para a nacionalização das mineradoras juntamente com a desarticulação do exército por parte do MRN (GIL, 2008). Concorde-se que, segundo De Oliveira Andrade (2005),

A mobilização revolucionária de abril de 1952 debilitou o exército nacional tão seriamente, a ponto de se terem levantado sérias ameaças a sua existência como instituição. Os dirigentes da COB propuseram a total dissolução do exército regular e a constituição de um exército popular, formado pelas milícias armadas de mineiros e camponeses. A massa de soldados diluiu-se com suas armas entre as milícias improvisadas dos revolucionários, do povo em armas (DE OLIVEIRA ANDRADE, 2005, p. 134).

Em 1953 o MNR rearticula um novo exército semelhante ao proposto pela COB, porém com o objetivo de reassumir seu papel de instrumento à serviço das classes dominantes. Os governos de Siles Zuazo (1952) e Paz Estenssoro (1952-1956) se mantiveram próximos aos Estados Unidos da América (EUA) que, através de seus bancos, realizava diversos empréstimos ao país latino-americano (VIANA, 2019). Em 1964, apesar do apoio estadunidense para a candidatura de Paz Estenssoro à presidência, o general René Barrientos, vice de Estenssoro, ao lado de Ovando Candia, dá o golpe militar, com forte apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA). Para Vijay Prashad (2022), ou os militares passam a intervir no poder para preservar o *status quo* ou recuperar o passado, ou

para romper a aliança entre líderes revolucionários, a burguesia doméstica e o imperialismo. Infelizmente, para a Bolívia, o que ocorreu foi o primeiro caso.

Ao longo do período ditatorial, a influência norte-americana se mostrou presente em quase todo o momento, refletindo em políticas neoliberais por parte dos militares. Porém, em um breve período onde Jimmy Carter era eleito presidente nos EUA, a repressão aos protestos na Bolívia fora fortemente atacada por diversos governos no mundo, o que fez com que o general Hugo Banzer perdesse apoio político, resultando em seu afastamento da presidência (HASHIZUME, 2010).

Com o fim da ditadura no país, em 1982, a luta por reconhecimento político – entre outras lutas, como melhores condições de vida – dos indígenas bolivianos foi se fortalecendo cada vez mais. Dentre os movimentos sociais que lutavam por essa causa, destaca-se o *Movimento Al Socialismo* (MAS), liderado por Evo Morales. Porém, apesar do fim da ditadura, as políticas neoliberais foram mantidas nos mandatos que se sucederam. O governo passou a adotar uma rigorosa política de controle de gastos, afetando diretamente a população indígena. Conforme Ribeiro (2014),

A reestruturação econômica era um imperativo e o neoliberalismo ganhou terreno em meio ao vácuo de alternativas existentes então; de fato, num primeiro momento, as medidas neoliberais se mostraram muito eficazes para tal fim, pois, em poucos meses, a inflação reduziu-se de 22.000% para 9% ao ano, ainda que os impactos futuros fossem tragicamente duros para o país. Isto se traduziu no corte de gastos governamentais e ainda na privatização das empresas estatais. Num primeiro momento foram privatizadas somente as empresas públicas de pequeno porte, como companhias de leite e hotéis; em seguida, foram privatizadas as companhias estatais de recursos minerais e energéticos, além das empresas de distribuição de água (RIBEIRO, 2014, p. 187).

A insatisfação pública contribuiu para que os movimentos sociais ganhassem cada vez mais espaço na sociedade boliviana. Como resultado, as manifestações promoveram o afastamento de Sánchez de Lozada (MAYORGA, 2008) e, anos mais tarde, o líder do MAS, Evo Morales, ganhou as eleições de 2005 no primeiro turno (REIS, 2013).

A influência externa e a ditadura militar boliviana (1964-1982)

Como diversos países latino-americanos, a Bolívia enfrentou uma dura ditadura militar entre os anos de 1964 e 1982. É válido deixar claro que o golpe militar na Bolívia, apesar de apoiado pelos EUA, não foi um golpe no qual questões ideológicas estavam em pauta. O MNR, desde 1956, já adotava políticas econômicas neoliberais e de contenção sindical. O golpe militar se deu muito mais pela ambição dos próprios militares em ter poder político do que alterar a situação política, social e econômica do país. Desta forma, o caráter revolucionário do MNR se fez presente mesmo dentro das Forças Armadas Boliviana, trazidas na falha de um governo homogêneo e coeso. Apesar da falta de coesão entre os governos durante este período², a repressão às organizações de trabalhadores foi constante, resultando em sua desarticulação.

Diversos movimentos sociais foram duramente reprimidos, greves sufocadas e, em consequência das ações imperialistas estadunidense, o controle das minas de estanho pelos militares ocasionou grandes massacres de mineradores em todo o país. A partir disso, com o governo do general Hugo Banzer (1971-1978), as repressões contra a população se tornaram ainda mais duras. Em 1974, Banzer colocou na ilegalidade todos os partidos políticos, sindicatos e associações civis, centrando o poder em uma cúpula militar resultando no ápice de seu autoritarismo. As questões econômicas foram entregues totalmente aos setores empresariais (beneficiando apenas alguns segmentos), ocasionando o “milagre econômico boliviano”, onde o PIB crescia em 5,7% ao ano (CRABTREE; WHITEHEAD, 2001).

A eleição de Jimmy Carter nos Estados Unidos, em 1977, ocasionou instabilidade política nos países latino-americanos, tendo estes o apoio estadunidense para manter as ditaduras. A perda do apoio culminou na queda de Hugo Banzer, que entregou o poder à uma Junta Militar após acusação de fraude nas eleições de 1978. Então, em 1980, outro golpe militar ocorre na Bolívia, desta vez

2 Ao que cita Torres (2009), as divergências políticas dentro da ala militar causavam instabilidade durante períodos em que o militar no poder se aproximava da população e das organizações de trabalhos. O ex-presidente Juan José Torres, general que propunha um programa inspirado no golpe progressista peruano de 1968, permaneceu no cargo por apenas 10 meses. Além disso, após a queda de Banzer, diversos governos provisórios foram assumindo o poder, temendo a ascensão de Hernán Siles Zuazo, líder que se opunha à ditadura e tinha o apoio de membros progressistas da Igreja.

comandado pelo general Luís García Meza, ligado ao narcotráfico (CRABTREE; WHITEHEAD, 2001) e, curiosamente, apoiado pela CIA e a *Drug Enforcement Administration* (DEA). O Governo de Meza foi o mais prejudicial para o país na questão política e econômica, sendo mal visto até mesmo pelo presidente Ronald Reagan (1981-1989) e pelos setores empresariais. Pressionadas, as Forças Armadas Boliviana demitiram o general Meza, consolidando o fim da ditadura e, em 1995, o militar foi preso por crimes contra os direitos humanos.

Movimentos indígenas, redemocratização e a permanência da externa (1982-2005)

A partir do fim da ditadura militar na Bolívia, em 1982, muitos grupos da sociedade civil ganharam espaço no cenário político boliviano. Alguns deles tinham como principal pauta a luta por uma maior atenção às demandas da comunidade indígena, reivindicando forte participação política e social, além de reafirmar a própria cultura. Ao mesmo tempo, o sistema político boliviano ganhava uma nova característica: a democracia pactuada. Tal característica consistia no acordo entre os principais partidos da época de alternância do comando, entre os poderes Executivo e Legislativo. A Constituição da época previa que, em uma eleição presidencial, caso nenhum candidato à presidência conseguisse 50% dos votos seria encaminhada uma lista tríplice ao Congresso – com os 3 primeiros colocados – cabendo a estes a escolha do presidente.

Entre os anos de 1985 e 2003, nenhum dos candidatos conseguiu os 50% dos votos necessários para a eleição (PANNAIN, 2018). Tal fato mostra que a democracia pactuada foi fundamental para a manutenção da ordem política vigente. Além disso, deixa claro a insatisfação popular para com a classe política, resultado da insistência em manter políticas neoliberais que beneficiavam apenas a classe dominante, atendendo a interesses externos. Durante o mandato de Lozada (1993-1997) foram implantadas as reformas neoliberais de segunda geração, em que o programa de *capitalización* permitiu a privatização de grandes empresas estatais, entre elas as dos setores de hidrocarbonetos (WEBBER, 2005).

Desta forma, a organização e atuação das organizações trabalhistas e movimentos sociais passam a ser essenciais na tentativa da mudança de paradigmas da política institucional boliviana. Entre essas principais organizações

e movimentos sociais, além da COB, tinha-se a *Confederación de los Pueblos Indígenas de Bolivia* (CIDOB), movimento que reunia 34 nações indígenas das terras baixas, no leste do país. A CIDOB tinha como proposta o fomento à união entre estes povos indígenas, respeitando a singularidade cultural de cada um. Durante o governo de Víctor Paz Estenssoro (1985-1989), porém, as mobilizações de diversos grupos indígenas foram enfraquecidas devido a postura ofensiva que o presente governo adotou perante as organizações indígenas, entre elas a CIDOB (MIGUEL, 2008).

Miguel (2008) ainda afirma que os incentivos fiscais para a população camponesa foram cortados, como uma medida de rigoroso controle de gastos, afetando diretamente grande parte da população indígena. Essas ações do governo fizeram com que a taxa de desemprego fosse aumentada drasticamente, e a confiança nas instituições públicas caísse. Tais políticas neoliberais foram seguidas e adaptadas durante o fim da década de 1980 e toda a década de 1990, o que ocasionou a ascensão de diversos movimentos sociais pautados na questão indígena, que almejavam maior participação política e melhores condições de vida.

Assim, o MAS (dentre outros movimentos sociais e partidos políticos), liderado pelo aymara Evo Morales, passou a exercer grande importância no jogo político boliviano. O partido defendia um discurso antiglobalização (WHITEHEAD, 2015), pautado numa política externa de cooperação regional e contra os interesses das grandes potências – em especial os EUA – além da preservação do Estado boliviano a partir de um maior controle estatal nos diversos setores da economia. Em 2002, ocorre a Marcha pela Soberania Popular, pelo Território e pelos Recursos Naturais, liderada pelo campesinato indígena que reivindicava maiores participações na política e nos debates atrelados à escrita da nova constituição. A liderança de Morales nos protestos resultou em um reflexo de sua liderança no cenário político nacional. Em junho de 2002, Morales alcança o segundo lugar nas eleições presidenciais, mostrando a sua ascensão na política e o aumento da crise da democracia pactuada. Sánchez de Lozada ganha com apenas 22,46% dos votos, onde o Congresso o escolheu, de acordo com as regras da Constituição (BBC BRASIL, 2002).

Em 2003, depois do anúncio de um novo imposto sobre os salários, a COB e Morales, juntos a outros movimentos e com o apoio da Polícia Nacional, organizam rebeliões contra as medidas (PANNAIN, 2018). No mesmo ano, a população se revolta novamente contra uma nova medida que previa a exportação do

gás boliviano para o México e os EUA, através de um porto chileno. As reivindicações surgiam afirmando que Lozada deveria assegurar o abastecimento de gás dentro do país, visto que grande parte da população cozinhava à base de lenha. Aliado a isso, tinha-se o descontentamento da população perante a política de privatizações do governo anterior e o ressentimento ao Chile desde à Guerra do Pacífico, onde a Bolívia perdeu o seu acesso ao mar.

A figura de Evo Morales, com o passar do tempo, vai ganhando cada vez mais projeção, principalmente pelos protestos realizados contra a proibição do plantio de coca e da privatização do serviço de abastecimento de água, inicialmente em Cochabamba e depois em outros 4 departamentos. As manifestações causaram fortes repressões por parte do governo, principalmente no departamento de La Paz, fazendo com que os manifestantes incendiassem prédios e instalações locais (EL PAÍS, 2003). Então, com a definitiva perda de popularidade, Lozada foge do país, assumindo seu vice, Carlos Mesa.

A posse de Mesa representava a definitiva ruptura à antiga ordem política boliviana, devido às divergências com a elite do departamento de Santa Cruz, apesar de ser proveniente da elite econômica de La Paz. A partir disto, uma série de movimentações fizeram com que o governo perdesse o apoio político dos principais partidos, dentre eles, o MAS, liderado por Morales. Entre essas movimentações, destaca-se a mobilização popular dos cocaleiros do Chapare, exigindo a instauração de uma Assembleia Constituinte (RODRIGUES; SILVA, 2017).

[...]sob esta concepção se organiza o MAS (Movimento ao Socialismo) e elege Evo Morales o deputado mais votado em 1997. Da sociedade civil à sociedade política já estavam colocadas as representações que formariam o Pacto de Unidad, que diante da Guerra da Água e da Guerra do Gás construiriam uma plataforma de superação do Estado-Nação neoliberal, envolvendo todos os segmentos subalternos em nome de uma pauta econômica antineoliberal e anti-imperialista, e que entendesse como base do Estado plurinacional a autonomia política, de justiça, e território para as nações “originárias”. Estas bandeiras políticas convergiram para a discussão de uma nova Assembleia Constituinte, que aconteceria no primeiro governo Evo Morales. (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 69).

Um dos atos da mobilização foi o bloqueio das estradas, que em poucos meses atingiu 60% da infraestrutura total. Sem nenhuma medida tomada contra as mobilizações e sem apoio político dos principais partidos, Mesa acaba renunciando em junho de 2005. O que ocorre depois são sucessões de eventos que implicam no ápice da crise institucional desta época, onde a mobilização social impediu que os presidentes do Senado e da Câmara assumissem o governo. Desta forma, o presidente da Suprema Corte de Justiça boliviana assume o poder, convocando eleições para o fim do corrente ano. Evo Morales ganha as eleições com 53,74% dos votos, sendo a primeira vez desde o fim da ditadura que um presidente era eleito sem ser necessário a apresentação da lista tríplice ao Congresso (ALMEIDA, 2017).

O governo Morales (2005-2019) e o golpe de novembro (2019)

O primeiro governo do líder aymara foi pautado na instabilidade política no país. As classes dominantes temiam a perda de seus privilégios e os movimentos sociais desejavam a rápida ação de Morales para ter seus anseios atendidos (CUNHA FILHO, 2018). Em 1 de maio de 2006, o chefe de Estado efetua a alteração de um decreto que permite a reestatização da principal companhia de hidrocarboneto do país, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A medida permitiu que 82% do valor produzido de gás, petróleo e derivados ficasse para o Estado, além de 18% de *royalties* e 32% do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos, garantindo a participação majoritária do Estado. Isso permitiu que o governo adotasse diversas políticas socioeconômicas que ajudaram a superar a crise financeira de 2008/2009³. A Bolívia sempre foi um dos principais países sul-americanos a sofrer com choques externos, porém, por conta da arrecadação de quase US\$ 5 bilhões na receita – devido à estatização da YPFB – o país apresentou menor vulnerabilidade externa (BARROS, 2010).

3 A crise financeira de 2008/2009, que teve como fator originário a “bolha imobiliária estadunidense”, provocou grandes prejuízos aos grandes conglomerados financeiros. Muitos deles ficaram descapitalizados, o que fez com que muitos países passassem a nacionalizar os bancos “mortos vivos”. Então, diversos governos passaram a adotar medidas para reativar o mercado financeiro, inclusive os governos dos países latino-americanos (SINGER, 2009).

Em 2009, Morales consegue alterar a constituição⁴, instaurando o Estado Plurinacional da Bolívia. A nova constituição, então, dá visibilidade às diversas nações indígenas que ocupam o território boliviano desde antes da invasão europeia. No mesmo ano, o líder indígena é reeleito ao cargo de presidente, com 64,2% dos votos. No cenário político regional, a Bolívia vai ganhando destaque. Ao que aponta Sader (2006), a Bolívia se mostra resistente ao imperialismo estadunidense, ao passo que Peru, Colômbia e Chile continuam a manter relações bilaterais com os EUA. Portanto, a Bolívia passa a se aproximar de países como Cuba e Venezuela, além de Brasil e a Argentina, ainda que os mesmos adotem medidas de caráter mais centrista.

Eleito novamente ao cargo no mesmo ano, Morales passa a ter maioria no Congresso. Em 2010, no entanto, Morales aprova a construção de uma rodovia que cruza a região do *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Secure* (TIPNIS). A medida pretendia atender os interesses dos cocaleiros de Cochabamba, que buscavam expandir o plantio de coca e a rodovia seria um meio de escoar o produto (NUNES, 2019). Em 2011, a população do TIPNIS organizou a Marcha Indígena à La Paz sob o tema “Pela Defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure, dos Territórios, da Dignidade, da Vida e dos Direitos dos Povos Indígenas”. O movimento é reprimido pelo exército nacional, contudo os manifestantes conseguem chegar a La Paz e contestar a construção. Então, o presidente sanciona uma lei declarando a intangibilidade do TIPNIS, proibindo a construção de estradas e rodovias (HERINGER, 2018). A questão vai sofrendo diversos desdobramentos e, em 2017, com o suposto apoio dos indígenas, a retomada da construção da rodovia é autorizada. Nota-se que, mesmo com um governo progressista, que tirou muitos da indigência e da pobreza, a influência neoliberal ainda permeava – e permeia – as questões políticas do país.

Em 2014, Morales é reeleito para um novo mandato de 5 anos. Em 2016, o presidente faz um referendo acerca de uma possível candidatura à presidência em 2019, onde o “NÃO” vence por uma pequena margem de 2.1% (BBC, 2016). Porém, em 2017, o Tribunal Constitucional avalia que “limitar a dois mandatos consecutivos ao cargo do Executivo é uma violação aos direitos humanos” (EL

4 Com a nova constituição em vigor - que permitia a reeleição apenas uma vez e mandato presidencial de 5 anos - o então presidente Evo Morales passa a poder concorrer nas eleições de 2009 e a de 2014, o qual é eleito e reeleito.

PAÍS, 2017). Ainda, em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dá aval à possível candidatura de Evo Morales à presidência em 2019. A decisão é contestada pela oposição, que acusa o TSE de “passar por cima” do referendo realizado em 2016, porém os partidários de Morales alegam que, “em decisões tão apertadas quanto foi o referendo de 2016, cabe ao TSE avaliar e decidir o assunto” (BBC, 2018).

Em 2019, Morales obtém apoio de seu partido para a candidatura à presidência, e Carlos Mesa anuncia sua candidatura, se tornando o principal adversário de Morales no pleito. A figura de Mesa sofre grande resistência por parte do eleitorado boliviano devido a sua última atuação como presidente do país, em que as diversas medidas neoliberais causaram, entre outras coisas, a quase privatização das águas na Bolívia. Porém, a tentativa de Morales em se reeleger provoca certa insatisfação na sociedade. Então, em outubro de 2019, acontece as eleições e Morales acaba sendo reeleito no primeiro turno, com 10 pontos percentuais acima de Carlos Mesa, segundo colocado. Porém, a Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou um relatório que indicava fraude nas eleições, devido a lenta apuração que estava ocorrendo e, quando a apuração estava em 80% – indicando um provável segundo turno – houve uma pausa e, no dia seguinte, a apuração foi retomada com 95% dos votos contabilizados, dessa vez indicando a vitória de Morales. A crise foi intensificada e, mesmo com Morales concordando com uma auditoria da OEA (com apoio da União Europeia) e concordando em anular as eleições, diversos ministros e apoiadores de Morales foram ameaçados de morte (BBC BRASIL, 2019).

Os eventos levaram o comandante das Forças Armadas a “pedir” a renúncia de Morales, que concordou e, com as ameaças, se isolou no México e, depois na Argentina. Então, em 2020, pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) expuseram suas análises das eleições do ano anterior na Bolívia no Jornal *The Washington Post* e concluíram que não havia indícios estatísticos que comprovasse fraude (LUIGI, 2020). O fato é que a OEA nunca foi favorável à uma nova candidatura de Morales, traduzida na postura contrária do ex-coordenador da OEA na Bolívia à reeleição de Morales, que se demitiu (LA PRENSA, 2019) e sua acusação contra as eleições se mostraram uma forte tentativa de intervenção externa de países centrais. O próprio Morales, em um prefácio a um livro, cita que em 2008 expulsou um embaixador estadunidense por tramar uma conspiração com separatistas, mas que foi rechaçado pelo Departamento de Estado dos EUA por ser algo infundado, ao passo que a atuação da embaixada desse país na

sua deposição em 2019 se tornou clara (MORALES, 2020). A administração de Morales foi marcada por grandes avanços sociais, e suas medidas econômicas mantiveram a economia aquecida, traduzidas no fato de que o país foi o que mais cresceu na última década (EL DIARIO, 2017).

Considerações Finais

O trabalho procurou deixar evidente as diversas conjunturas políticas que o país enfrentou desde a Revolução de 1952. Foi percebido que a Bolívia enfrentou – e enfrenta – influências externas em suas políticas públicas. Mesmo governado por um líder indígena, o país não ficou isento de atender os interesses das classes dominantes bolivianas. São inegáveis os avanços alcançados pela gestão de Morales. A nacionalização de empresas – que renderam crescimento no PIB – e o apoio à população menos favorecida através de políticas públicas que os beneficiassem causou grande estabilidade social e econômica. Mas a tentativa de reeleição de Morales, que teve parecer favorável pelo TSE boliviano, causou insatisfação não só na população, mas em diversos governos de países centrais, que exigiram sua renúncia. A pesquisa realizada pelo MIT deixou clara a influência externa no golpe de 2019. Morales já havia aceitado anular as eleições, mesmo assim sofreu ameaças que o fizeram se exilar em nações amigas. O resultado das eleições de 2019 se corroborou ao observar as eleições de 2020, convocada essencialmente para a retomada democrática no país. O candidato do MAS venceu as eleições ainda no primeiro turno, deixando claro que a vontade popular em 2019 e 2020 eram as mesmas, e a tentativa de insegurança instaurada pelos agentes externos não se manteve. Não obstante, deve-se manter atento à conjuntura política interna e externa para com a Bolívia. Ainda que, em âmbito regional, uma retomada das esquerdas e centro-esquerdas esteja se mostrando, a América Latina permanece como uma região de profunda instabilidade política e econômica.



Referências bibliográficas

A CRONOLOGIA da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia.

BBC Brasil, 10 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

ALMEIDA, Lucas Macedo. **Morales e o MAS**: a construção de uma nova Bolívia e o projeto de perpetuação no poder de seus dirigentes. 2017. 117 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Comparados sobre as Américas) - Instituto de Ciências Sociais (ICS)/ Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA), Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/23760>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BARROS, Pedro Silva. **O Êxito boliviano durante a crise mundial de 2008-2009**.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI), Brasília, ed. 2, p. 29-36, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4723>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BOLIVIA dice “no” en referendo a otra reelección de Evo Morales. **BBC**, 24 fev. 2016.

Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160223_bolivia_evo_morales_referendo_resultado_ep>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CANDIDATO pede revisão dos votos na Bolívia. **BBC Brasil**, 11 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2002/020711_boliviacs.shtml>. Acesso em: 2 abr. 2020.

COORDINADOR de OEA se retira por su postura contra reelección. **La Prensa**, La Paz, 11 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.laprensa.com.bo/nacional/20191102/coordinador-de-oea-se-retira-por-su-postura-contra-reeleccion>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. Towards Democratic Viability: **The Bolivian Experience**. 1. ed. rev. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2001. 240 p. ISBN 978-1-349-42153-4.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia**. 1. ed. rev. Curitiba: Appris Editora e Livraria Eireli - ME, 2018. 373 p. ISBN 978-85-473-1436-1.

DE OLIVEIRA ANDRADE, Everaldo. **BOLÍVIA, 1964 – OS MILITARES TAMBÉM GOLPEIAM**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 31, n.2, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://ken.pucsp.br/revph/article/viewFile/2314/1406>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

EVO Morales: el Tribunal Electoral de Bolivia lo habilita como candidato presidencial tras haber perdido el referéndum por la elección. **BBC**, 5 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-46450251>>. Acesso em 8 abr. 2020

GIL, Aldo Durán. **Bolivia**: duas revoluções nacionalistas?. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457/1160>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

HASHIZUME, Maurício. **A emergência do Katarismo. Tensões e combinações entre classe Latina**: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, Londrina, UEL, p. 1-22, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt1/9_mauriciohashizume.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2020.

HERINGER, Klaus Hermann. **Paradoxos do governo de Evo Morales na Bolívia**: A reserva ambiental TIPNIS e os interesses de grupos econômicos nacionais e brasileiros (2009-2015). Revista Espirales, v. 1, n. 1, p. 175-203, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/1206>>. Acesso em: 6 abr. 2020.

LUIGI, Ricardo. **A crise na Bolívia**: da renúncia do presidente Evo Morales à convocação de novas eleições. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 3, p. 34-40, 2020. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/Luigi/2837>>. Acesso em 2 abr. 2020.

MAYORGA, Fernando. **El gobierno de Evo Morales**: cambio político y transición estatal en Bolivia. In: Murakami, Y. (ed.). *Tendencias políticas actuales en los países andinos*. CIAS Discussion Paper, Kyoto, n. 5, p. 21-40, 2008. Disponível em: <https://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1243007206.Crisis_de_legitimidad.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.

MIGUEL, Bruno Siqueira Abe Saber. **A inserção dos movimentos indígenas na arena política Boliviana**: novos e velhos dilemas. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 68, 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/3121/2857>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MOLINA, Fernando. **Tribunal Constitucional permite a Evo Morales reelegerse para un cuarto mandato**. El presidente de Bolivia podrá participar en las elecciones de 2019 después de que se suspendieran los artículos de la Constitución que prohibían la reelección. El País, La Paz, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2017/11/29/america/1511917821_762144.html>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MORALES destaca a Bolivia en la ONU. **El Diario**, 17 abr. 2017 Disponível em: <https://www.eldiario.net/noticias/2017/2017_04/nt170426/politica.php?n=84&-morales-destaca-a-bolivia-en-la-onu>. Acesso em 8 mar. 2020.

MORALES, Evo. Prefácio. In: **Balas de Washington: Uma história da CIA, golpes e assassinatos**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises**. Lua Nova, São Paulo, n. 105, p. 287-313, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2020

PANNAIN, Rafaela Nunes. **A crise do Estado boliviano e a autonomia indígena**. 2014. 300 p. Dissertação (Doutorado Acadêmico em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-06042015-190057/publico/2014_RafaelaNunesPannain_VCorr.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

PRASHAD, Vijay. **Uma história popular do terceiro mundo**. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2022.

REIS, Guilherme Simões. **A social-democracia do MAS boliviano**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 67-83, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RELEA, Francesc. **De la guerra del agua a la del gas: La lucha de los indígenas por los recursos naturales ha desencadenado varias revueltas en las últimas décadas en Bolivia**. El País, La Paz, 2003, 18 out. 2003. Edición América, p. 1-3. Disponível em: <https://elpais.com/diario/2003/10/19/internacional/1066514405_850215.html>. Acesso em: 4 abr. 2020.

RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. **A crise de fim de século na Bolívia**. A ascensão contemporânea da plurinacionalidade no contexto andino-amazônico. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 174-202, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014174>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado; SILVA, Allysson Lemos Gama da; **A recepção de Gramsci no pensamento social boliviano**. Movimentação, Dourados, v. 4, n. 7, p.52-74, jan. 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7471>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SADER, Emir. **O longo ciclo eleitoral latino-americano**. Observatório Social de América Latina (OSAL), Buenos Aires, v. 21, p. 1522, 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110408105321/2Sader.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

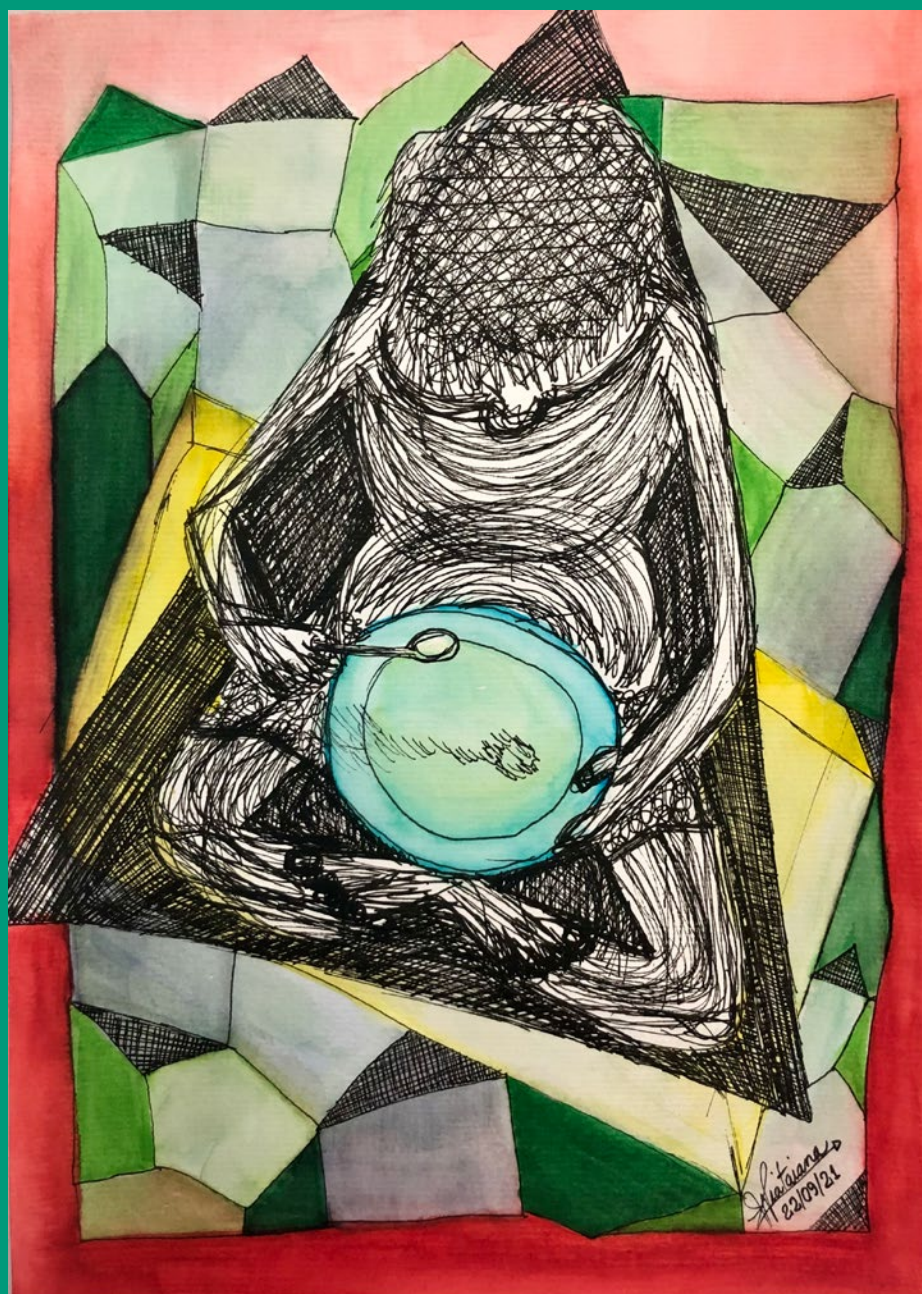
SINGER, Paul. **A América Latina na crise mundial**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. USP: Dossiê Crise Internacional II, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/10412>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

TORRES, Rafael Montan. **Democracia e processo político na Bolívia (1952-2005)**. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1480/2463.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

VIANA, João Paulo. **O MNR e a Revolução de 52: Considerações sobre o nacional-popular na Bolívia (1952-1964)**. Revista Estudos Políticos, Niterói, v. 9, n. 17, p. 142-159, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view>. Acesso em: 2 abr. 2020.

WEBBER, Jeffery R. **Left-indigenous struggles in Bolivia: searching for revolutionary democracy**. Monthly Review, Nova York, v. 57, n. 4, p. 34, 2005. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/1e1ecdeefed63a8fa2d77126241bfc3/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=48155>>. Acesso em: 2 abr. 2020.

WHITEHEAD, Laurence. **International democracy promotion as a political ideology: Upsurge and retreat**. Journal of Political Ideologies, v. 20, n. 1, p. 10-26, Oxford, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13569317.2015.991510>>. Acesso em: 30 mar. 2020.



Wiataiana Elias // “*Feijão* (nanquim e caneta aquarelável). Em um país comandado por um militar, “Feijão” está no seu “exército de reserva”. Feijão é tanta “gentes”. Eu sou ele em minhas tantas fomes. Feijão é Brasil faminto. O Brasil sou eu.”

9 Artigo

Formação Social e a Culinária Brasileira: uma cozinha em construção

Olívio José da Silva Filho¹ e Hellen Karolyne Lima Barros²

Resumo // No ano do bicentenário da independência do Brasil, no país que historicamente carrega a fome como um traço da sua formação histórico-social e que acumula milhões de famintos, as discussões sobre insegurança alimentar e as características alimentares da população brasileira reacendem, tornando-se um debate efervescente na comunidade acadêmica e na sociedade civil. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo fazer um resgate sobre a formação social brasileira atrelada a sua formação culinária e trazer elementos que contribuam com a compreensão das características alimentares e dos aspectos da forma de comer e viver à brasileira como resultado das resistências populares. A considerar os elementos apontados e a relação com o atual cenário de crise alimentar no Brasil, ponderar que a independência não resultou em um processo de avanço da soberania alimentar tendo a fome e a insegurança alimentar como princípio de organização social que estruturam as relações de poder no Brasil.

Palavras-chave // formação social; culinária brasileira; comida.

1 Graduado em Gastronomia pela Universidade Estadual de Goiás. Doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília. Militante do Movimento Brasil Popular.

2 Graduanda em Gastronomia pela Universidade Federal da Paraíba. Militante do Levante Popular da Juventude.

Introdução

O marco do bicentenário da independência no Brasil carrega consigo as desigualdades de um país dependente e das resistências e lutas de seu território. Elementos estruturais que conformam a questão social brasileira, como a questão alimentar, contribui para revelar essas contradições presentes em nosso cotidiano e o movimento em que se opera o capital em explorar a condição humana em torno de suas necessidades para geração de seu objetivo central, o lucro.

Com a cooperação do escravismo colonial senhorial e do capitalismo dependente, como ordem de controle social que expropria território, cultura e humanidade, vivemos até hoje em um país de famintos como consequência dos sistemas econômicos e sociais que deixaram suas raízes na formação da sociedade brasileira e que geram consequências nas novas relações sociais seja com a humanidade ou com a natureza.

A exemplo disso, o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) é a expressão da forma que o capitalismo coordena as estruturas sociais e as transformam em aliadas para controle dos hábitos alimentares, como é o caso da tecnologia e a da indústria de alimentos.

Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo fazer um resgate sobre a formação social brasileira atrelada a sua formação culinária e trazer elementos que contribuam com a compreensão da construção das características alimentares e dos aspectos da forma de comer e viver à brasileira como resultado das resistências populares.

Formação Social e a Culinária Brasileira

Nos mais de 500 anos que marcam a invasão dos colonizadores em nosso território, encontros entre diversas culturas aconteceram, o que não significou, necessariamente, uma linearidade ou sínteses uniformes nesse território e de suas relações (DÓRIA, 2014, p.45). A formação da culinária brasileira não é, portanto, uma síntese do encontro amistoso entre culturas, muito menos síntese da ideia de miscigenação romantizada por diversos autores.

A comida sempre esteve presente na vida humana, sendo determinada e determinando um conjunto amplo de elementos que marcam o desenvolvimento

da sociedade. Não seria diferente ao pensarmos sobre a formação social brasileira e sua relação com o modo de produção capitalista.

Aquilo que comemos sempre teve relação com o desenvolvimento das forças produtivas, essa relação se estreitou ainda mais no modo de produção capitalista. Silva Filho (2022) assinala que a relação entre o capitalismo e a comida se encontra desde a base da emergência do modo de produção, na assim chamada acumulação primitiva e nos processos de expropriação e conversão dos camponeses em trabalhadores assalariados e na conformação do mercado interno, mas também ressalta que essa relação alentou o processo de colonização e seus efeitos deletérios no sul global e nos fluxos globais das mercadorias.

Contudo, o modo de produção capitalista estabeleceu novas relações sociais entre os comensais e a própria comida, conformando cada vez mais um intenso fluxo entre pessoas e mercadorias. Há de se notar que esse fluxo estabeleceu novas bases e rompeu com diferentes estruturas sociais previamente estabelecidas, determinando novos gostos a partir desses fluxos e pela dimensão de poder.

No caso brasileiro, gostaríamos de chamar atenção para dois processos, um interno e outro externo, que caracterizam nossa formação social e culinária. Primeiro, como bem destaca Albuquerque e Carvalho (2019), nossa formação tem como precedente as relações sociais de um sistema escravista e senhorial colonial, cujo mecanismo de exploração foi a acumulação via escravização forçada de povos indígenas e negros.

O empreendimento realizado no Brasil pelos colonizadores significou a ocupação territorial em que a dizimação de povos indígenas e a migração forçada de negros e negras foi um processo de contínua desestruturação da vida social estabelecida anteriormente. Concordamos com Dória (2014, p. 45) nesse sentido, quando o autor estabelece, portanto, que a miscigenação, ou seja, a “contribuição” dos portugueses, africanos e indígenas na formação da culinária brasileira não é mais do que a ideia de “pacificação histórica de um processo violento, dramático, que destruiu as unidades culinárias iniciais, cuja integridade, porém, o recurso a preservou no plano simbólico”.

A desestruturação das gramáticas culinárias previamente estabelecidas pelo sistema escravista e senhorial colonial significou a ruptura de significados culinários principalmente para os povos que foram explorados. Nesse sentido, a privação da liberdade, assim como, a dizimação em massa significou a necessidade de novas adaptações em territórios diferentes, bem como a descontinuidade de estruturas culinárias entre estes. Se para povos explorados na formação social do

nosso território esse processo significou na constituição da fome e da insegurança alimentar como estrutura da nossa questão social, para os colonizadores, significou uma adaptação de sua gramática as possibilidades e realidades frente a este território, construindo o que Dória (2014) estabelece como um processo de integrador culinário, em que se apropria a partir da conveniência técnicas e ingredientes culinários desse novo território e das relações sociais estabelecidas, e do papel de difusão de sua gramática nesses territórios. Esse poder estabelecido pelos colonizadores provocou uma verdadeira perda da diversidade alimentar brasileira e de suas possibilidades.

Segundo, do ponto de vista externo, esse empreendimento realizou o processo de incremento do fluxo global de mercadorias, possibilitando a conformação do capitalismo nas metrópoles através da incorporação de ingredientes de consumo das elites da cesta salário dos trabalhadores às custas da superexploração da força de trabalho nas periferias. Esse processo não foi realizado somente através da produção de açúcar ou ainda de especiarias, mas também da incorporação de outros ingredientes americanos, como a batata, tomate e tantos outros no gosto dos comensais europeus.

Isso não se denota de um processo pacífico ou de uma relação de não subversão à ordem estabelecida, muito menos o rompimento total das culturas dos povos explorados. A dimensão racial, patriarcal e de classe envolvidas nesse processo tiveram como objetivo romper com barreiras para a acumulação e a expropriação, mas também frente a ela, a resistência e as diversas formas encontradas por esses povos, fizeram com que se mantenham até hoje elementos dessa síntese alimentar, historicamente estabelecida.

Esses elementos que marcam nossa formação social, também estabelecem relações com outros movimentos políticos e econômicos que complexificam nossas relações sociais. Seja a migração posterior de outros povos para o Brasil, seja o processo de urbanização, seja as mudanças estruturais do nosso capitalismo, elas modificaram a relação dos comensais e da comida.

Se o processo de colonização foi estruturante no significado do que vamos comer atualmente, o desenvolvimento do nosso capitalismo dependente e a aceleração do movimento para a realização do valor estabeleceram uma velocidade ainda maior de homogeneização de hábitos, gostos e desejos.

Um dos fenômenos que mais contribuiu para as mudanças de hábitos alimentares dos países em desenvolvimento, posteriormente aos processos colonizadores, foi o processo de urbanização acelerado que aconteceu a partir da

segunda metade do século XX (BELIK, 2010, p.190). A aceleração da urbanização, culminando na construção das cidades implicou em processos que afetam o desenvolvimento e a manutenção dos hábitos alimentares dos trabalhadores envolvidos nesse processo. O primeiro deles é a migração de trabalhadores rurais em direção dos centros urbanos para a construção das cidades. O capital se aproveita desse êxodo em busca de melhores condições de vida e explora a mão de obra do trabalhador que passa a maior parte do tempo fora de casa e precisa adequar seus hábitos alimentares de acordo com o que é oferecido.

O segundo elemento é que com a chegada dos migrantes especialmente, do campo e da região Nordeste, as moradias para essa parcela da população foram se desenvolvendo na malha periférica afastada da construção dos centros urbanos. Isso implica que os trabalhadores, em uma movimentação pendular, dividem seu tempo entre deslocamento e trabalho. No contexto alimentar, isso significa uma adaptação territorial e uma adequação dos hábitos alimentares. Logo, falamos sobre a assimilação de novos hábitos alimentares dos trabalhadores rurais, que se tornam, nesse momento, operários.

Dessa forma, as novas formas de relação de trabalho implicaram na construção de uma nova forma de se alimentar que se deu de maneiras a considerar os aspectos de exploração barata da mão de obra dos trabalhadores, o que implica numa condição de classe limitante, e a relação territorial que distanciava os sujeitos envolvidos das suas culturas alimentares. Logo, as boias frias, as refeições produzidas na casa dos trabalhadores mais pobres e levadas pelos sujeitos para o local de trabalho e a alimentação através das comidas populares de rua desenvolvidas por migrantes de diferentes regiões do país eram assimilados como hábitos alimentares comuns para aqueles sujeitos.

A expansão urbana associada às modificações no rural, no sentido da expansão do sistema alimentar capitalista, associada às formas de exploração do capital criaram novas sínteses em relação à alimentação no Brasil, culminando numa maior homogeneização de hábitos alimentares. Isso se dá pelo fato de que a comida convertida em mercadoria necessita cada vez mais de *standards* alimentares para a realização do seu valor.

Posto isso, a comida frente a cultura do capitalismo é cada vez mais submetida à cultura do consumo. Para Fontenelle (2017), esta expressa exatamente a forma em que o capital se apropria dos sentidos para fazer com que as mercadorias ganhem sentido, ou seja, no valor de uso das mercadorias. Para isso, o capital

opera principalmente a partir da propaganda e de outros mecanismos na captura do imaginário social, construindo novos desejos, necessidades e aspirações.

Ao deslocar o imaginário social à cultura do consumo, a comida tem sido cada vez mais deslocada também para o espaço individual, com desejos cada vez mais mutantes. O espaço da cozinha e da sociabilidade que exige a comensalidade, ou seja, o compartilhar a mesa, é deslocada para o desejo individual o que impõe um distanciamento do gosto socialmente construído, abrindo espaço para que o capital opere nessa captura. Atribuindo ao comensal individual tanto a questão da escolha quanto do peso do indivíduo não conseguir acessar esse consumo.

O desenvolvimento da indústria de alimentos na perspectiva capitalista, aparelha suas atribuições na produção de alimentos desde o campo até a indústria para responder às necessidades de consumo criadas pelo capital que considera a comida uma mercadoria como qualquer outra (SILVA FILHO, 2022). Dessa forma, a commodityização da produção em larga escala de alguns tipos de alimentos *in natura*, especialmente para atender o mercado externo, associadas à produção de ultraprocessados, moldam nossos gostos a partir da oferta de itens alimentícios que o sistema agroalimentar disponibiliza com referência no mercado externo e responsabiliza o indivíduo pela criação do seu desejo de consumo.

Cabe destacar, que a produção de ultraprocessados é uma solução do capital para essas operações de pasteurização de sabores, impulsionamento do consumo e a falsa ideia de uma alimentação adequada. Visto que, a indústria de alimentos produz aquilo que o mercado dita, e por isso, utiliza produtos agrícolas excedentes para o desenvolvimento de subprodutos que sejam ricos em gorduras, açúcares e sódio para alcançar uma palatabilidade que convença o consumidor da necessidade de consumi-lo e dessa forma, esses sabores se tornam a referência alimentar para significativa parcela da população. E, pela baixa eficiência nutricional, alimenta pouco e tem a capacidade neurológica de criar a necessidade de consumo no nosso organismo.

Nessa lógica de impulsionar o desejo sobrepondo o consumo em relação à qualidade nutricional e às características socioculturais envolvidas nas práticas alimentares, cria-se no imaginário social a relação de pertencimento ligada à capacidade de consumo. Dessa forma, o desejo de comer é limitado ao que o capitalismo oferta.

As contradições alimentares são expressões da forma que o capitalismo se apropria até do desejo de comer. Deve-se considerar que o capitalismo determina

o acesso à comida através da construção social do desejo e depois movimentando o cenário econômico de forma cíclica impulsionando que o comer seja sempre guiado pelo mercado. Assim, a fome e a obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) são os efeitos da desigualdade socioeconômica do sistema agroalimentar vigente tendo a capacidade de sujeitos que convivem com ambas as questões estarem no mesmo ambiente domiciliar com um mesmo padrão alimentar.

Assim como no processo de colonização e de uma independência inacabada, a subversão e a manutenção da organização popular e dos saberes populares mantém vivas diversas expressões da culinária brasileira. O processo de apropriação do capital dos saberes, bem como, da constituição do seu *standard* não significa que houve um processo de passividade dos povos do campo e da cidade ou um processo sem contradições.

As cozinhas de resistência do Brasil, são conformadas por atores que construíram uma cozinha de alforria a partir de saberes populares que foram enterrados por décadas pela colonização e pelo capitalismo. Na busca pela retomada da humanidade e da liberdade, a resistência negra e com ela, a luta abolicionista e quilombola constituiu no Brasil uma cozinha popular de rua, especialmente nas capitais coloniais, Salvador e Rio de Janeiro, contribuindo com a constituição de uma cozinha de negros e negras e não de escravizados (DÓRIA, 2014, p.78).

A cozinha Nordestina, fruto da diversidade e da sofisticação cultural, antes de ser uma palavra, é um lugar amplo e generoso com hábitos alimentares que variam de acordo com a disponibilidade do ecossistema (DÓRIA, 2014, p.88). Espalhadas com mãos e pés de retirantes camponeses que se tornaram trabalhadores operários nos centros urbanos e levaram consigo a forma de comer que leva à mesa a partilha do pouco transformado em muito e assim, formaram centros populares nordestinos que resistem até hoje. Assim como a cultura alimentar indígena, que resistiu ao sal e ao açúcar cultivado pelos invasores em solo brasileiro, suas formas de cozinhar, respeitando a natureza de cada ingrediente combateu a tentativa de simplificação e o empobrecimento sistemático de suas culturas alimentares pelos colonizadores com luta, resistência e a expressão de seus modos de comer e viver.

A construção da culinária brasileira tem sido fruto do acúmulo de muita luta e resistência popular de um povo que a, incansáveis, 500 anos luta por sua emancipação completa.

Conclusão

A fome, a insegurança alimentar e o aumento da obesidade e de outras DCNTs são expressões deletérias do sistema alimentar capitalista, da comida como mercadoria. A culinária brasileira que surge das contradições de um país cuja independência não se efetivou de fato, carrega também consigo as resistências e subversões de diversos povos que a construíram.

A partir das reflexões sobre a nossa formação social e sobre a culinária brasileira, o horizonte da construção da soberania alimentar, para nós, permite a continuidade do desenvolvimento da culinária brasileira, no sentido de cultura para a emancipação humana. Isso aponta para a necessidade de construção de um projeto de sociedade que garanta a organização popular e o aumento do papel do Estado na organização e popularização de um sistema alimentar brasileiro que considere os aspectos socioculturais na garantia da segurança e da soberania alimentar, o que implica em mudanças estruturais nas formas de produção, abastecimento e consumo tanto material como do imaginário social em torno da comida.



Referências

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; CARVALHO, Thays. Conexões entre Questão Racial e Questão Social na formação brasileira. In. MEDEIROS, Evelyne; NOGUEIRA, Leonardo; BEZERRA, Lucas (Orgs). **Formação Social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2019.

BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. Hábitos alimentares, segurança e soberania alimentar. In. VILARTA, R.; Gustavo L. GUTIERREZ, GL; MONTERIO, MI (Orgs.). **Qualidade de Vida: Evolução dos Conceitos e Práticas no Século XXI**. Campinas: IPES, v. 1, p. 187-196, 2010.

DÓRIA, Carlos Alberto. **Formação da Culinária Brasileira**: escritos sobre a cozinha inzoneira. São Paulo: Editora Três Estrelas, 2014.

SILVA FILHO, Olívio Jose da. Contribuições para o debate da comida no capitalismo contemporâneo. **Revista Katálysis**, v. 25, p. 469-477, 2022.



Nathália Ferreira Guimarães // “A colagem é feita com a página do jornal Versus de junho de 1977 sobre as lutas do movimento estudantil da época, as partes grifadas em vermelho são sobre o objetivo das lutas e uma crítica a censura. As imagens vermelhas são da revista Cult de julho de 2022 sobre feminismo e marxismo, e o poema dentro da América Latina é de minha autoria publicado no Livro “Vermelho” pela Editora Caravana, 2022. Para sobreviver e resistir a retrocessos conjunturais é necessário memória firme na História. O Objetivo aqui é trazer nos elementos da colagem a temporalidade das imagens na tentativa de pensar a dialética do tempo para contornar futuros. Como alguém que militou no movimento estudantil, busco na minha própria história a força coletiva para me colocar em pé e para finalmente dar passos largos ao encontro do futuro do meu povo.”

10 Artigo

O marxismo e da questão da mulher

Michel Goulart da Silva¹

Resumo // Este ensaio tem como objetivo fazer apontamentos pertinentes ao tema da relação entre marxismo e questão da mulher. Procura-se demonstrar como a luta pela emancipação da mulher está intrinsecamente ligada às relações materiais da sociedade e à superação da exploração econômica. Para realizar a análise, parte-se da discussão de autores marxistas centrais para o debate proposta.

Palavras-chave // Marxismo; Mulher; Socialismo.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC).

Para o pensamento marxista, a emancipação da mulher passa pela inevitável derrubada do capitalismo e pela construção do socialismo. Contudo, dialeticamente, a mera superação do capitalismo não garantirá a efetiva emancipação das mulheres, afinal a transformação da ordem econômica não leva automaticamente à superação da opressão das mulheres. Esse problema é apontado por Trotsky (2009, p. 40-1), quando afirma que

(...) estabelecer a igualdade política da mulher e do homem no Estado soviético é um dos problemas mais simples. Estabelecer a igualdade do trabalhador e da trabalhadora na fábrica, na oficina, no sindicato, é já muito difícil. Mas estabelecer a igualdade efetiva do homem e da mulher na família, eis o que é incomparavelmente mais complicado e exige imensos esforços para revolucionar todo o seu modo de vida.

Essa questão deve ser analisada em toda a sua complexidade. Seria ilusório

(...) imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. A realização histórica de sociedades de economia coletiva tem mostrado que, embora a emancipação econômica da mulher seja condição *sine qua non* de sua total libertação, não constitui, em si mesma, essa libertação (SAFIOTTI, 2013, p. 128)

Essa visão limitada pauta a questão das mulheres por uma perspectiva meramente economicista (sindicatos) ou institucional (partidos), sem que se avance em discussões estratégicas acerca do papel da luta das mulheres na construção do socialismo e pelo fim da opressão de gênero num novo sistema de produção da vida material. Essa concepção tem como base um entendimento equivocado da própria ideia de trabalhador. Nessa concepção limitada, a classe não é um sujeito histórico inserido nas contradições do próprio capitalismo, mas um ser abstrato que possui características revolucionárias quase que naturais. Esse trabalhador seria o ente revolucionário por excelência, com uma consciência pronta que apenas precisa ser ativada por meio da agitação revolucionária, levando à derrubada do capitalismo por meio de uma inevitável revolução. Esse ser abstrato carregaria dentro de si os elementos revolucionários para construir a nova sociedade, como se esse mundo novo fosse uma essência que existe em algum lugar do mundo das

ideias. Nessa perspectiva, a classe não possui contradições, medos, sentimentos, mas somente uma consciência abstrata que a levará invariavelmente até a revolução socialista. Em oposição a esse tipo de compreensão, é preciso ter clareza de que “a ideologia de cada agrupamento social tem a função não só de refletir o processo econômico dessa sociedade, mas também – e principalmente – de inserir esse processo econômico *nas estruturas psíquicas dos seres humanos dessa sociedade*” (REICH, 2001, p. 17).

Uma primeira consequência desse entendimento limitado do conceito de classe trabalhadora passa por não reconhecer a existência da complexa relação entre exploração de classe e opressão que alguns sujeitos, como as mulheres e os homossexuais, experienciam na sociedade. Na relação entre dominação e exploração das mulheres, percebe-se que

(...) a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2015, p. 113).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a emancipação feminina é um

(...) problema complexo, cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais. Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina (SAFIOTTI, 2013, p. 135).

Portanto, existe uma complexa dialética que entrelaça a dinâmica da exploração econômica e a permanência de um regime patriarcal (SILVA & SCHUH, 2021). Trata-se da constituição de uma relação histórica que, ao longo de séculos ou mesmos milênios, relegou às mulheres um papel secundário na sociedade. Essa complexa relação, cujas raízes estão no âmbito da exploração do trabalho, tem consequências na repressão, por meio do Estado, e na opressão, dentro do ambiente familiar.

No âmbito da repressão, que é um componente fundamental relacionado ao processo de exploração, coloca-se cotidianamente a questão do controle do corpo, tirando das mulheres, em muitos casos, o direito à escolha sobre seu próprio futuro. Essas ações que proíbem as mulheres de decidirem livremente sobre seu corpo se manifesta principalmente na política de contracepção, criando-se mecanismos que dificultam o acesso a certos métodos, e no direito ao aborto, colocando-se empecilhos inclusive em casos de estupro. Muitas vezes não são nem mesmo os profissionais de saúde que orientam as mulheres sobre sua sexualidade ou sobre quais procedimentos tomar em relação a uma gravidez indesejada, mas os órgãos judiciários e policiais, agindo a partir de ideologias conservadoras do patriarcado.

O patriarcado se alimenta da submissão da mulher no âmbito do privado, concretizada no regime da monogamia, visto como “grande derrota histórica do sexo feminino” (ENGELS, 2002, p. 55). Não se trata, neste caso, da eventual livre escolha de sujeitos emancipados pela forma de relacionamento que satisfaça suas necessidades, mas de encarar da monogamia como “forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS, 2002, p. 62). Essa constituição familiar garante ao homem o poder sobre a mulher e a família, podendo-se afirmar, com os devidos cuidados históricos e metodológicos, que “o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 2002, p. 62).

Constrói-se, a partir da monogamia enquanto parte constitutiva do sistema de exploração econômica, um conjunto de mitos sobre uma suposta feminilidade natural. Esses mitos passam, de um lado, por considerar as mulheres mais frágeis e ou mesmo menos inteligentes do que os homens e, por outro, por naturalizar certos comportamentos que supostamente seriam femininos, como a maternidade e uma maior sensibilidade (ROSA, 2020). Com isso, se materializa a ideia de que as mulheres precisam ser protegidas pelos homens e de que os cuidados do lar são atribuições femininas, cabendo-lhes organizar e limpar a casa e cuidar dos filhos. Assim, a partir dessa desqualificação da mulher,

faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho da mulher o

caráter de trabalho subsidiário e torná-la o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas (SAFIOTTI, 2013, p. 330).

Esses mitos em relação a uma feminilidade natural têm como consequência limitar a luta por direitos para as mulheres a ações como ampliar as vagas em creches ou criar restaurantes e lavanderias públicas. Engels (2002, p. 157) apontava que

(...) a emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala, em escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante, que não apenas permite o trabalho da mulher em grande escala, mas até o exige, e tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública.

Esses serviços que facilitam o trabalho doméstico certamente são fundamentais, afinal, em primeira instância, permitem às mulheres se incorporarem de forma ativa na produção social. Contudo, além dessas reivindicações elementares, é preciso ter em mente que as tarefas domésticas não são naturalmente das mulheres, mas foram impostas por séculos de opressão.

No que se refere à opressão, que igualmente atua como componente do processo de exploração, se encontra uma das questões mais dramáticas para as mulheres, que é o abuso e a violência. Pela lógica do patriarcado, as mulheres são propriedade dos homens e, por isso, devem ser submissas à violência física e psicológica. Em função disso, os homens poderiam fazer uso do corpo das mulheres, não apenas daquela com quem constituiu matrimônio, mas de qualquer uma que não esteja sob a guarda de um pai, um irmão ou de um marido. O estupro é apenas uma das manifestações disso, que também se materializa nas mais variadas formas de assédio que são perpetrados tanto no ambiente do lar como no espaço público. O patriarcado é “um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres” (SAFFIOTI, 2015, p. 111).

Essa realidade não pode ser modificada apenas com melhorias pontuais e, mesmo mudanças estruturais, não são capazes de modificar a situação da mulher de forma imediata. Trotsky (2009, p. 40), refletindo acerca da situação da família nos primeiros anos depois da revolução socialista, afirmava que

(...) a transformação do poder e mesmo a do regime econômico (com os trabalhadores transformados em proprietários das fábricas e oficinas) são fatos que, por certo, se refletem na família, mas só a partir de fora e de forma indireta, sem abalar os seus hábitos diretamente herdados do passado”.

No mesmo debate, Trotsky (2009, p. 40) também ressaltava que “o modo de vida é muito mais conservador do que a economia e é, aliás, essa a razão por que sua compreensão é mais difícil”. Essas relações no interior da família não se modificam apenas com a transformação política. O domínio masculino sobre as mulheres

acaba por servir aos interesses daqueles que detêm o poder econômico. Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que na estrutura de classes ocupam uma posição oposta à sua (SAFIOTTI, 2013, p. 123).

Esse debate passa pelo reconhecimento de que a questão da mulher possui especificidades que vão muito além do mero debate econômico. Entende-se a questão da mulher como uma pauta complexa e multifacetada, componente constitutivo do processo de exploração. Para garantir sua luta, precisa de espaços de organização que não se limitem à estrutura burocrática dos sindicatos ou aos núcleos segmentados dos partidos. Em sua organização, as mulheres precisam ter autonomia de organização e de elaboração de suas pautas e ações, sem que lhes sejam ditadas pautas por parte de estruturas externas à sua condição social.



Referências

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Centauro, 2002.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROSA, Mariana Silveira dos Santos. “Da divisão sexual do trabalho à naturalização da opressão: um estudo acerca das obras de Engels e Clastres”. *Religación*, nº 23, p. 31-39, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2015.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Michel Goulart da; SCHUH, Thalia Jaqueline. “Divisão sexual do trabalho: uma análise da exploração histórica do trabalho feminino e sua manifestação no Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, nº 14, p. 141-146, 2021.

TROTSKY, Leon. **Questões do modo de vida/ A moral deles e a nossa**. São Paulo: Sunderman, 2009.



Fábio Ribeiro // “*Cidadão de Bem*. óleo sobre tela, 2019. - ‘Cidadão de bem’ é aquele que esbraveja, julga, aponta e condena; que deseja fazer ‘justiça com as próprias mãos’ enquanto esconde com maestria seus próprios defeitos, hipocrisias e contradições. É aquele que usa o nome de Deus para oprimir, que defende a família e menospreza a mulher, que trai, que corrompe qualquer relação em nome de dinheiro e poder, ainda que nas menores esferas... É o que a gente considera a banda podre da subjetividade humana, aquele que representa um mundo que nós não queremos mais.”

11 Artigo

“Preta, pobre, puta”, LGBTQIA+: contribuições para um urbanismo mais igualitário

Fernanda Rocha de Oliveira¹

Resumo // Na busca por modelos mais sustentáveis de sociedade, é desejável que grupos vulneráveis tenham voz nas políticas públicas. Tomando por base reflexões surgidas em debate ocorrido no âmbito do Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID), o presente artigo objetiva destacar a contribuição de lentes interseccionais (mulheres, prostitutas, LGBTQIA+, baixa renda, periferia, etc.) para um Urbanismo mais equitativo. A partir do diálogo entre fontes que abordam realidades urbanas existentes e obras literárias que se apoiam em conceitos como Direito à Cidade e Urbanismo com perspectiva de gênero, foram tecidas considerações que buscam corroborar o fortalecimento de um necessário Urbanismo mais igualitário. Para isso, foram utilizados, para as análises empreendidas: obras acadêmicas, *podcast*, poema, material audiovisual e sites.

Palavras-chave // Direito à Cidade, Urbanismo com perspectiva de gênero, Interseccionalidade.

1 Arquiteta e Urbanista graduada pela UFPB (2011) e mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo IPHAN (2015), foi membra da Rede Paulista de Educação Patrimonial - REPEP (2016) e consultora em Patrimônio no projeto de atualização da Lei de Operação Urbana Consorciada Centro Histórico de Natal (2016). Atualmente é doutoranda em Desenvolvimento Urbano pela UFPE (2021-...), integra o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP) e é membra do Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID Cariri). Endereço lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4116964397463443>>.

Introdução

Entendendo que metade da população já vive nas cidades e que os modelos de desenvolvimento adotados por elas podem favorecer ou amenizar as condições que geram a vulnerabilidade e a precariedade das condições de vida urbana, entidades da sociedade civil elaboraram a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (CARTA..., 2007). Nela, debateram estratégias para um modelo sustentável de sociedade e de vida urbana, baseando-se em princípios como solidariedade, liberdade, igualdade, dignidade e justiça social.

Ainda no preâmbulo do supracitado documento, são feitas considerações válidas para reflexão:

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, está privada ou limitada - em virtude de suas características econômicas, sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade - de satisfazer suas necessidades básicas. Contribuem para isso as políticas públicas que, ao desconhecer os aportes dos processos de produção popular para a construção das cidades e da cidadania, violentam a vida urbana (CARTA..., 2007, p. 1).

Analisando a citação, temos como um primeiro destaque a dificuldade de satisfação equitativa das necessidades das pessoas nas cidades, uma vez que estas apresentam características diversas. Mulheres, por exemplo, constituem a maioria da população brasileira e têm sido, cada vez mais, responsáveis pelos proventos das famílias, sobretudo as urbanas². Apesar disso, como apontam a arquiteta Daniela Sarmiento e o historiador Leonardo Brandão, diversos trabalhos enfatizam que embora as mulheres seja maioria em números, ainda são minoria na luta pela cidade, em termos de acesso aos locais de poder e decisão (SARMENTO; BRANDÃO, 2017). Assim, torna-se ainda mais difícil a geração de contribuições para uma universalização dos direitos sociais, civis e políticos.

Ainda no trecho extraído da carta supracitada, vê-se que uma situação que agrava o distanciamento em relação à promoção de equidade no Direito à Cidade

2 De acordo com Sarmiento e Brandão (2017), apoiando-se em dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

é o desconhecimento, associado às políticas públicas, das condições populares de construção da cidade e da cidadania, resultando em diferentes formas de violência urbana.

É nesse contexto que convém destacar a contribuição da arquiteta e urbanista feminista Zaida Muxí Martínez, ao trazer a importância do Urbanismo com perspectiva de gênero. Distinguindo-o, sutilmente, do Urbanismo Feminista³, a arquiteta entende que se gênero é uma construção sociocultural que está relacionada aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, aplicar a perspectiva de gênero significaria entender que as experiências de mundo são, antes de mais nada, diferentes. Por isso, usamos a cidade de modos também diferentes, acarretando em necessidades igualmente variadas.

Diante da ciência de que, para que o Planejamento Urbano contemple as necessidades de interesse geral é preciso haver representação de interesses e grupos sociais diversos, o Grupo de Estudos de Gênero e Cidade (GECID), do Cariri cearense, surgiu como *locus* de reflexão do urbanismo sob as óticas feminista (nela incluindo a lente da interseccionalidade) e interdisciplinar.

Com isso, membras deste grupo auto-organizado e composto por mulheres, debateram, no dia 05 de setembro de 2020, o tema “Demarcação de Território e Políticas Territoriais de Gênero”, pertencente ao Eixo Temático “Gêneros e Políticas”. Neste evento foram utilizadas algumas referências de natureza e linguagem diversificadas, para suscitar o debate também de modo diverso: obras acadêmicas, *podcast*⁴, poema e material audiovisual. Por ser um grupo autogerido, o critério de seleção desse material foi a partir de indicações das membras, após definição do tema do encontro (ocorrido virtualmente).

É pretensão do presente artigo apresentar reflexões oriundas deste evento, destacando a contribuição de temáticas interseccionais (aqui chamadas de Camadas de Vulnerabilidade, tais como: mulheres, prostitutas, LGBTQIA+⁵, baixa renda, periferia, etc.) para refletir ações necessárias para um Urbanismo mais equitativo.

3 Em entrevista (COTA, 2018), Muxí disse que ambos termos se tocam, mas adota o termo “gênero” por entender que o Feminismo já carregaria, em si, muitas lutas e significados próprios. Assim, enquanto um termo seria mais uma filosofia, uma prática política, o outro é uma ferramenta para incorporar essa perspectiva.

4 Um tipo de programa de áudio feito sob demanda, no qual o ouvinte pode escutar o conteúdo na hora que quiser (LOUBAK, 2019). Neste caso, o conteúdo consultado encontra-se disponibilizado na plataforma *Spotify*.

5 A sigla significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais e quaisquer outras variações de identidade de gênero e de orientação sexual existentes.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho apresenta reflexões oriundas de um debate do GECID, que foram lapidadas após consultas tanto às referências indicadas para apreciação antes do debate (que não foram, como dito, resumidas a obras acadêmicas), quanto a *sites* e a literatura especializada, necessárias para contextualização das referências citadas e para complementação, conceitualmente, dos conteúdos abordados. Neste último caso, foram adotadas referências teóricas que se apoiam em conceitos como Direito à Cidade (e suas variações) e Urbanismo com perspectiva de gênero.

O artigo está dividido em duas partes. No Desenvolvimento, são apresentadas reflexões por tópicos: a cada Camada de Vulnerabilidade explorada, é informado o material-base que fora recomendado para apreciação antes do debate GECID ocorrido e, a partir deste material, são feitas correlações do tema com uma realidade urbana existente. Ao final, foram tecidas considerações que, a partir das reflexões feitas, buscam corroborar com o fortalecimento de um necessário Urbanismo mais igualitário.

As Camadas das “pretas, pobres e putas” – o caso do Jardim Itatinga (Campinas-SP)

A primeira Camada de Vulnerabilidade abordada no debate foi a das prostitutas, que teve como material-base o *Podcast* “Pela Cidade” – edição especial “Cidade, Gênero e Interseccionalidade” –, realizado no âmbito das ações do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).

Neste programa de áudio, Diana Helene Ramos foi entrevistada por Marina Harkot, trazendo reflexões sobre o papel “seletivo” do Estado no planejamento urbano ocorrido na cidade de Campinas-SP, no tocante a demandas relativas às prostitutas da região (PELA CIDADE, 2020).

Convém destacar que a expressão que compõe o título do presente artigo, “Preta, Pobre e Puta”, foi extraída do título da tese de Doutorado de Diana Ramos, que aborda a questão da segregação urbana na ótica da prostituição (RAMOS, 2015). Ramos, por sua vez, também se apropriou desse termo, que fora usado como forma de apresentação de uma das prostitutas com quem conviveu para realizar sua pesquisa.

O uso das aspas decorre de serem termos estereotipados segundo alguns valores sociais, decorrentes de práticas dicotômicas (a exemplo, a oposição entre “mulher para casar” e “puta”) que são propositalmente usadas para controle das mulheres. O uso dessa expressão como forma de autoapresentação de algumas prostitutas representa um enfrentamento em relação aos estereótipos pré-estabelecidos (RAMOS, 2015).

Essa prática é passível de ser interpretada como uma construção de território; não um território espacialmente definido, *a priori*, mas simbólico, de autoafirmação social. E esse tipo de construção é importante quando se fala de políticas públicas, uma vez que pode gerar oportunidades de atendimento de demandas que são caras a esse grupo social.

Mesclando as informações do *podcast* (PELA CIDADE, 2020) com as apresentadas na tese de Ramos (2015), é possível ver que as prostitutas de Campinas se valeram dessa busca por uma autoafirmação para tentar influenciar as decisões políticas locais, uma vez que suas necessidades particulares decorriam de suas vivências particulares de mundo.

Fazendo uma contextualização sobre o caso, com a industrialização e o acelerado crescimento urbano da década de 1960, trabalhadores se estabeleceram na cidade de Campinas, e a prostituição teve lugar na área central da cidade. Contudo, em decorrência de conflitos de ordem moral⁶, de maneira não-oficial, houve um zoneamento na cidade para dar lugar às prostitutas na periferia, numa ação conjunta da polícia com a prefeitura: a criação do bairro Jardim Itatinga. A atuação seletiva do Estado se dava pelo fato de que, no centro, não podia haver casa de prostituição, mas atividades dessa natureza realizadas em lotes adquiridos no novo bairro “planejado” para este fim, não eram perseguidas (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

Contudo, a prática que gerou esse “novo” território de prostitutas, tentando implantar no Centro regras de comportamento impostas por outros grupos sociais, não se deu pacificamente, como se fosse apenas a partir de um estímulo positivo: para retirar prostitutas das ruas, usavam do crime da vadiagem como pretexto para uma repressão seletiva. Em sua tese, Ramos (2015) indica relatos

6 Segundo notícias de jornal local, houve incômodo porque “homens de bem” estariam confundindo as “vagabundas”/putas com mulheres “corretas”, “honestas esposas” (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

de torturas que mostram a prática da violência como potencializadora da segregação social promovida pelas políticas da época.

É importante que se destaque que a escolha de onde ficaria o território favorável à prostituição foi estratégica para a geração de segregação: o novo bairro, ao sul da cidade, estava do lado oposto à área valorizada de Campinas, que estava ao norte. Assim, muitas prostitutas teriam se juntado aos trabalhadores da indústria que, sem condições de pagar uma moradia digna, teriam ocupado informalmente essa região periférica (RAMOS, 2015; PELA CIDADE, 2020).

Em decorrência disso, houve duas grandes consequências: a primeira é que houve resistência por parte das prostitutas, e a outra (fortemente relacionada à primeira) diz respeito às diferentes sociabilidades decorrentes dessa segregação do espaço urbano.

Quanto à primeira consequência, é válido elucidar que alguns argumentos justificam a resistência, por parte das prostitutas, quanto a serem expulsas da área central. Tais demandas dizem respeito às suas expectativas e necessidades em relação à cidade (e especificamente, ao território que geram e frequentam), relacionadas com suas vivências e características.

Um desses argumentos é que a saída do Centro levaria a uma perda não apenas dos “pontos” (e respectivos clientes neles estabelecidos), mas de toda a estratégia de segurança que as prostitutas haviam gerado nessa localidade para torná-la uma espécie de território de segurança: se comunicavam com pessoas conhecidas em quiosques da rua e frequentavam hotéis de confiança, já que motéis que ficavam longe poderiam ser mais perigosos (RAMOS, 2015). Então, numa tentativa de manterem seus direitos de se sentirem seguras, as prostitutas se mobilizaram em uma caminhada, a “Marcha das Máscaras”⁷, que teve adesão de outros segmentos da sociedade que entendiam a demanda delas como parte de uma luta de Direito às Mulheres (RAMOS, 2015).

Para Ramos (2015), esse evento tornou-se muito importante na memória das prostitutas do Centro, e isso fez com que elas demonstrassem a importância de seu lugar de fala para demandar interferências nos rumos da política urbana. Apesar de todas as ações para retirá-las do centro da cidade, a partir de sua resistência, algumas prostitutas se mantiveram trabalhando no Centro.

Como dito, a segunda das consequências relacionadas à segregação do espaço urbano de Campinas foi a geração de diferentes sociabilidades decorrentes

7 As máscaras foram utilizadas para proteger a identidade das prostitutas.

dessa ação estatal. A depender do local onde a prostituição ocorre (no centro ou na periferia), o espaço é diferentemente apropriado quanto a horários, comportamento corporal e vestimenta (PELA CIDADE, 2020).

O Jardim Itatinga foi um bairro já criado de modo isolado, sendo acessado por vias de grande fluxo, o que favorece a chegada de clientes de carro, mas não apresenta acesso confortável para quem anda a pé (a maioria das pessoas de periferias). (PELA CIDADE, 2020). Assim, a segregação favorece o anonimato de clientes, mas desfavorece os moradores locais e, por tabela, fortalece a violenta dicotomia que age sobre as mulheres: separação social (e espacial) da “mulher” e da “puta”.

Contudo, cabe questionar a quem servem essas dicotomias, uma vez que essas diferentes urbanidades geram consequências negativas para diversos cidadãos. A exemplo, as prostitutas que preferem trabalhar no Centro por questões diversas, mas não conseguem morar nessa localidade pelo alto custo de vida que ela apresenta, acabam se submetendo a grandes deslocamentos diários.

Numa aproximação sobre a importância de planejadores urbanos atentarem para as demandas deste tipo de grupo social, Ramos (2015) cita intervenções urbanas (denominadas “revitalização”, “requalificação” e “renovação urbana”) que buscam revalorizar econômica e simbolicamente alguns espaços, mas, para isso, expulsam aqueles que dificultariam esse processo por representarem embates, de ordens diversas, com outros grupos sociais interessados nestes espaços. “Entre os expulsos estão, via de regra, as prostitutas [...]” (RAMOS, 2015, p. 45). E falar de processos de expulsão significa falar de higienização social e, em muitos casos, de gentrificação; e em qualquer dos casos, o que se vê é uma seletividade no direito à cidade.

As Camadas LGBTQIA+ e baixa renda – o caso do Minhocão (São Paulo- SP)

O material-base para este tópico foi o artigo de Oliveira, Nascimento e Nito (2017) sobre o inventário realizado no Minhocão. Conforme contextualizado pelas autoras, o fracasso urbanístico do Minhocão (elevado Presidente João Goulart) possibilitou o acesso de camadas de menor poder aquisitivo a locais mais próximos de seu trabalho. Suportando péssimas condições de uso (entre elas, de poluições ambiental e sonora), esses grupos que ocuparam o território

atravessado pelo elevado geraram sociabilidades diversas a ele atreladas, ressignificando este espaço.

O artigo 375 do Plano Diretor de São Paulo, lançado em 2014, apontou para a necessidade de gradativa desativação deste elemento viário, sugerindo sua demolição ou transformação em parque. Contudo, diante da possibilidade de criação de um parque, foi evidenciado um processo de especulação, mobilizado pelos interesses do mercado imobiliário sobre a área, passando a serem detectados empreendimentos que “vendem a perspectiva de transformação local” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017, p. 88). E, nesse sentido, é perceptível o nível de vulnerabilidade que os grupos de baixa renda que se apropriaram desse território passaram a ter, uma vez que é sabida a prática de gentrificação em decorrência da supervalorização de áreas de interesse do mercado imobiliário.

Diante dos impactos esperados ao se decidir os rumos do Minhocão, quaisquer que fossem eles, a Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) aplicou uma metodologia de inventário⁸ junto aos frequentadores locais, tentando registrar quais elementos culturais estariam enraizados naquele território⁹ e que deveriam ser levados em conta em qualquer ação estatal.

Dentre os resultados parciais encontrados foram apontadas referências culturais relacionadas a diversos grupos sociais, dentre eles, os LGBTQIA+. São alguns exemplos: templos do prazer (casas noturnas, cinemas, saunas, sex-shops, etc.) e Largo do Arouche como “lugares”; parada *gay* como “celebração”; pajubá como “expressão”; montagem das *drags* como “saberes”; banheirão da república como “edificação” (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017).

Frente às perspectivas de transformação urbana da localidade, a preocupação existente é ainda maior quando, em alguns casos, há uma sobreposição de camadas de vulnerabilidade: há frequentadores que, além de terem conseguido morar na localidade por apresentarem baixa renda, são LGBTQIA+, e consideram territórios/lugares atrelados ao Minhocão (sobretudo o Largo do Arouche) como locais de acolhida, onde têm liberdade de viverem seus corpos e a cidade de modo a terem respeitadas suas identidades.

8 Trata-se do Inventário Participativo, metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (mais informações: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>).

9 Os resultados finais desse trabalho da REPEP encontram-se *online*: <<https://drive.google.com/file/d/1TwSzyC6x4gnd9fGKuWQJg-AF7ciAvq7T/view?usp=sharing&fbclid=IwAR1HDVlIpFMF66jm2HwMytVhPQZ8Lhm3-dH-2Vybp0SXk822tFsejUjH8qk>>

Cabe citar que, de modo similar à luta das prostitutas ocorrida em Campinas, onde a resistência desse grupo social virou marca de luta e afirmação social, o Largo do Arouche também foi considerado, por seus frequentadores, um espaço de resistência, uma vez que desde o período da Ditadura Militar havia tentativas de expulsão desses grupos na localidade (OLIVEIRA; NASCIMENTO; NITO, 2017).

Um fato demonstra a importância de haver lugares e símbolos de representatividade para esse grupo social: em 2016, o jornalista Helcio Beuclair criou um abaixo-assinado¹⁰ direcionado ao prefeito de São Paulo à época, Fernando Haddad. Nele, solicitou que as bandeiras que haviam sido colocadas na região do Arouche para comemorar o Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+, não apenas fossem mantidas, mas ampliadas para localidades outras (incluindo a Praça da República), consideradas históricas para os movimentos LGBTQIA+ da cidade (BEUCLAIR, 2016).

Este tipo de ação política mostra sensibilidade às vivências e necessidades de grupos vulneráveis. E, nesse mesmo sentido, o Inventário da REPEP para o Minhocão poderia ter se convertido em um instrumento que, ao registrar vozes de vulneráveis, contribuiria para um fornecimento de bases para uma política urbana mais equitativa, levando em conta outras formas de vivenciar o espaço urbano e suas respectivas necessidades.

A partir de 2018 houve novas movimentações legais a respeito: foi publicada a Lei n.º 16.833/2018, que criou o Parque Municipal do Minhocão e propôs a transformação parcial ou integral do elevado em parque (SÃO PAULO, 2018); em 2019 uma liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu esta lei¹¹, mas meses depois ela foi derrubada¹².

Nesse ínterim, o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) para o Parque Minhocão começou a ser desenvolvido por Jaimer Lerner, e teve como primeiro trecho exatamente a porção que vai da Praça Roosevelt até o Largo do Arouche. (BARATTO, 2019a). Apesar de a previsão de conclusão ter sido para 2020 (BARATTO, 2019a), os planos relativos à área foram temporariamente

10 Este abaixo-assinado, que contou com 5.652 apoiadores, teve sua pauta atendida. Em 25 de agosto de 2016, o coordenador de Políticas Públicas para LGBTs, da Prefeitura de São Paulo, Alessandro Melchior, confirmou a permanência das bandeiras na Av. Vieira de Carvalho e no Largo do Arouche. (BEUCLAIR, 2016).

11 Mais informações: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=57893&pagina=1>>.

12 Mais informações em: <<https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=59024>>.

suspensos. Segundo Baratto (2019b), “O atraso do projeto foi apontado como principal causa das mudanças de plano, além do calendário eleitoral”.

Uma demanda colocada pela própria lei n.º 16.833/2018 é que houvesse uma gestão participativa nas diversas etapas deste projeto: elaboração, implantação, execução e avaliação do PIU. (SÃO PAULO, 2018). Por isso, ao longo de 2019, a Prefeitura de São Paulo divulgou, em seu portal da internet “Gestão Urbana SP”, audiências públicas e consultas *online* para debater o projeto do Parque Minhocão. Contudo, não se pode mensurar, com exatidão, o nível de alcance dessas consultas nem o quanto as opiniões recebidas efetivamente integrarão o planejamento.

A exemplo, foi divulgado no portal um quadro de contribuições extraídas de uma Audiência Pública ocorrida em junho de 2019. Nele, consta que o representante do Conselho Participativo Municipal da Sé, Fabio Durso, defende a necessidade de levar o debate ao conhecimento das pessoas moradoras da região, e informa que, no âmbito do conselho que representa, as pessoas estavam, em verdade, contrárias à intervenção (GESTÃO URBANA SP, 2019).

O Departamento de São Paulo do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/SP, 2020), em nota sobre o Projeto de Lei 712/2020 – que aprova o Projeto de Intervenção Urbana Setor Central (PIU-SCE), institui e regulamenta a Área de Intervenção Urbana do Setor Central (AIU-SCE) –, reconheceu alguns avanços deste, mas apontou tópicos que representariam riscos ao desenvolvimento democrático e equitativo da cidade. Entre os temas registrados estão os cuidados com repasse de atribuições de projetos à iniciativa privada, para que não deixem de ser atendidos os grupos de interesse social; e a falta de adequação das estratégias habitacionais às condições de vulnerabilidade de moradores da região.

Os debates em torno do Minhocão provocam reflexões sobre o Direito à Cidade, no tocante às políticas de cultura e memória, de segurança, de moradia e justiça social. É um convite a pensar qual cidade se quer, pois como ela nunca foi um território neutro, “o modo desigual de (re)produção citadina é um dado a ser explorado nas reflexões sobre a melhor forma de intervir no espaço urbano” (OLIVEIRA, NASCIMENTO, NITO, 2017, p. 91).

Assim, é preciso não apenas ferramentas para debater a cidade sob uma ótica maior e mais diversificada de grupos sociais, que possibilitem uma inversão de lógicas de “enobrecimento” dos espaços e de expulsão dos mais vulneráveis. É preciso que essas vivências e vozes sejam incorporadas, efetivamente, no Planejamento Urbano.

A Camada LGBTQIA+ periférica – o caso das periferias de São Paulo

O material-base para debate sobre a questão de gênero e sexualidade na periferia foi o audiovisual produzido pelo Babado Periférico (MENDL; CALDEIRA, 2017): “Episódio 1 – Periféricu”. A melhor forma de contextualizar esta produção é mostrar a descrição do grupo idealizador desse vídeo, apresentado em um perfil de rede social:

Produzido por LGBTs¹³ das quebradas de SP, Babado Periférico é uma websérie documental sobre a realidade pintosa nas favelas de São Paulo.

BABADO PERIFÉRICO é parte da tentativa de diminuir a contradição entre a alta concentração de LGBTs nas periferias de São Paulo e o pouco que se sabe sobre o assunto. Produzido por LGBTs das quebradas de SP, a websérie trata sobre temas como saúde, educação, família, aceitação da comunidade, juventude, cultura e tantos outros dessa realidade de resistência diante de tanto preconceito, exclusão e exploração. Afinal, o que é ser LGBT nos espaços mais marginalizados e mal vistos de São Paulo? (BABADO PERIFÉRICO, s/d).

A produção é iniciada com a declamação de um poema de Henrique Marques, professor de Geografia que é também pesquisador de Teoria de Gênero, pós-estruturalismo e teoria *queer* (COLETIVO MULTIPLICIDADE, 2018). De acordo com o Coletivo Multiplicidade (2018, s/p), Henrique Marques teria escrito este poema em 2016, quando participava do *Slam* Resistência, um “evento que promove uma competição de poemas realizado na rua com temáticas sociais como a LGBTfobia, racismo, machismo e preconceito de classe”.

Precisa melhorar pra tentar me ofender
 Me chamar do que eu sou jamais vai me abater
 As suas palavras soam como uma invocação
 E eu faço com elas um jogo de subversão

13 Sigla anterior e, portanto, menos completa que LGBTQIA+, refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

Me chamam de viado
Que é pra me ver irritado
Mas não conseguirão:
Eu sou viado empoderado!¹⁴

Chama atenção como o discurso de empoderamento busca uma subversão dos sistemas de valores moralmente impostos pela sociedade, a partir da autoafirmação de termos pejorativos. Lembra, inclusive, as colocações das prostitutas no bairro Itatinga, conforme comentado no primeiro tópico do presente artigo.

Ao longo do vídeo, entrevistados, que são pessoas LGBTQIA+ que moram na periferia, alertam para o fato de que, ao vivenciarem problemas de aceitação/respeito sobre a sua sexualidade, algumas pessoas podem não se apropriar plenamente dos espaços onde vivem. Afinal, é comum que as pessoas construam seus territórios de vivência a partir da percepção dos lugares e pessoas que respeitam suas características, sua individualidade. Pessoas que não se encaixam no “padrão” não apenas têm mais dificuldades de socialização, mas têm sua própria segurança em risco.

É muito difícil viver a sexualidade, na sua plenitude, no bairro onde você mora. Você sempre tem que se deslocar para o Centro, para lá você ser uma “bicha” maravilhosa. Eu sempre brinco assim: você pega um ônibus e vai para a estação Grajaú. Quando você chega na estação Morumbi, você já se solta um pouco mais. Chegando em Pinheiros, você já está em outro lugar. Você chega na Paulista ou na Augusta você já pode ser. Esse “já pode ser” é que me incomoda. Por que eu não posso ser aqui onde eu moro? Por que eu não posso pegar o ônibus, andar duas quadras e poder ser “bicha” ali?” (transcrição a partir de vídeo; fala de Bruno César. MENDL; CALDEIRA, 2017).

A partir da citação de Bruno César, morador do Jardim Satélite, percebe-se uma válida problematização sobre a falta de direito, para alguns, de ser como se é em determinados espaços públicos. Ele é um dos idealizadores do festival PeriferiaTrans¹⁵, que objetiva descentralizar a militância e mostrar que

14 Disponível na página eletrônica do Coletivo Multiplicidade (2018).

15 Festival de teatro, dança, música, performance e outras modalidades que envolvem artistas do cenário LGBTQ+, e é realizado na periferia de São Paulo (Grajaú).

há LGBTQIA+s na periferia, que criam arte. Bruno César mostra como, a partir da sensação de bem-estar e busca por afirmação, as pessoas podem se apropriar do espaço público: “Quando a gente faz um show na rua, lotado de bicha na rua, ocupando esse espaço público que é da rua, isso é potente para caramba [...] Nossos corpos existem e eles vão ocupar a rua, quer você queira ou não” (transcrição a partir de vídeo; fala de Bruno César. MENDL; CALDEIRA, 2017).

Conforme dito no tópico anterior, o Largo do Arouche é considerado um dos redutos *gays* de São Paulo, onde as pessoas podem “ser quem são”, pois é símbolo de resistência e local de acolhida e libertação para muitas pessoas LGBTQIA+. Inclusive, quando o entrevistado Henrique Marques falava sobre o local (MENDL; CALDEIRA, 2017), foi interrompido por um usuário do largo que teve necessidade de compartilhar a alegria e a sensação de liberdade que tinha diante daquele lugar. Ele relata que sai de onde mora, na periferia, de calça; no metrô ele coloca um *short* mais curto, porque se usasse esta última vestimenta onde morava, apanharia.

Na fala interrompida, Henrique dizia que o Largo do Arouche era um reduto para as pessoas LGBTQIA+ da periferia, mas que essa situação afirmava a norma social, porque o local concentrava pessoas... Embora sua frase não tenha sido finalizada (devido à citada interrupção), é possível interpretar que o Largo concentraria as pessoas LGBTQIA+ exatamente porque elas não poderiam estar em outros lugares, pelo preconceito e, por vezes, agressões que sofrem. Isso alimentaria a norma social, uma vez que as pessoas não poderiam estar em todos os locais da cidade; precisariam ficar em guetos (MENDL; CALDEIRA, 2017).

O mesmo Henrique Marques fala ainda, no vídeo, que há um recorte de classes nos guetos LGBT+ de São Paulo, uma vez que regiões como Rua Augusta e região da Av. Paulista seriam mais ocupadas por pessoas de classe média, enquanto que Arouche e região da Rua Peixoto Gomide seriam os guetos de LGBTQIA+s periféricos. Seria o que ele chama de “gueto para pessoas do gueto” (transcrição a partir de vídeo; MENDL; CALDEIRA, 2017).

Sobre a questão da segurança, outro entrevistado do vídeo, Elvis Stronger, morador do Buraco do Sapo, fala que, na verdade, muitas vezes não há segurança, mas uma falsa sensação dela. Diz que, de acordo com dados de Boletins de Ocorrência, o local onde há mais espancamentos de LGBTQIA+s na cidade é na região da Augusta (MENDL; CALDEIRA, 2017). Vê-se, pois, como determinados espaços urbanos podem representar diferentes formas de coerção social

para esses grupos, tornando flagrante o fator de vulnerabilidade ao qual estão submetidos cotidianamente.

Por um Urbanismo mais igualitário – Direito à Cidade e perspectiva de gênero

Sabe-se que as Camadas de Vulnerabilidade, embora aqui separadas em tópicos por serem resultado de análises de diferentes referências, se interseccionam em diversos territórios da realidade urbana. Há uma questão válida para todas elas: como aprender, a partir de diferentes exemplos de realidade urbana segregada, a pensar o planejamento das cidades de modo mais igualitário?

Nesse sentido, o presente tópico busca dialogar as situações anteriormente expostas com reflexões teóricas e exemplos de tentativa de superação de algumas das problemáticas apresentadas a partir de práticas de planejamento e projeto urbanos.

O entendimento base para as reflexões postas é a necessidade de maior democratização no Direito à Cidade. A partir dele, diversos estudos têm sido desenvolvidos no intuito de abordar problemáticas particulares do espaço urbano, incluindo especificidades de grupos de mulheres e LGBTQIA+s, por exemplo.

Quanto ao primeiro grupo, convém destacar que, segundo Elizabeth Sweet e Sara Escalante (2012), desde princípios dos anos 1990, urbanistas feministas têm promovido alternativas para responder a diversas limitações de usufruto das cidades, relativas à questão da segurança. Segundo elas, três alternativas teriam sido criadas para criar ambientes seguros e inclusivos: a adoção de auditorias de segurança das mulheres¹⁶; a criação de mais espaços de refúgio, empoderamento e liberdade reflexiva; e, mais recentemente, a incorporação da perspectiva de gênero em planos de segurança em nível comunitário.

Quanto a este último ponto, convém destacar as contribuições de Zaida Muxí sobre o tema: “A primeira coisa a fazer para incorporar a perspectiva de gênero no urbanismo é entender que devido aos papéis sociais e culturais os homens e as mulheres realizam tarefas diferentes e também temos acesso

16 Para saber mais: resultados de Auditoria realizada em terminal de São Paulo, (disponível em: <https://issuu.com/sampape/docs/mulheres_caminhantes_auditoria_de>); e Auditoria realizada no âmbito da Espanha (disponível em: <<https://issuu.com/punt6/docs/espaciosparalavidacotidiana>>. Acessos em: 1 dez. 2020.

desigual às oportunidades existentes na cidade.” (COTA, 2018). Diante desse cenário, para Muxí, é preciso que o desenho urbano traduza as diferentes necessidades que homens e mulheres têm na cidade.

Quando são destacadas as realidades femininas, algumas observações precisam ser feitas. Primeiramente, há uma herança social quanto aos papéis geralmente atribuídos de acordo com o gênero da pessoa, recaindo sobre as mulheres, na maioria das vezes, atividades de cuidado (em relação a crianças, idosos, cônjuges). Além disso, a herança machista das sociedades faz com que seus corpos sejam, frequentemente, objetificados. Nesse sentido, a sensação de insegurança é maior quando utilizam os espaços públicos¹⁷.

Ainda de acordo com Muxí (COTA, 2018), a perspectiva de gênero inclui diversas experiências, inclusive as que começaram a ser incorporadas ao urbanismo, relativas a crianças e pessoas com mobilidade reduzida. Mas tem a especificidade de considerar que as mulheres se movem de forma diferente: “Por exemplo, as mulheres usam muito o transporte público e andam a pé, mais do que os homens, e temos menos acesso a recursos (como veículos particulares)” (COTA, 2018, s/p).

Estas colocações ratificam a sobreposição de camadas de vulnerabilidade, sobretudo se acrescentarmos, à camada feminina, as pessoas negras, prostitutas e LGBTQIA+, como ocorre nos cenários urbanos aqui analisados.

Além da questão da segurança, uma das preocupações apresentadas por pessoas que defendem o Urbanismo com perspectiva de gênero é a necessária mudança da reprodução de espaços monofuncionais, herança modernista que, apesar de diversas críticas já feitas por urbanistas, ainda perdura em diversas cidades. Quando a habitação está separada de outros espaços necessários ao cotidiano das pessoas, sobretudo daquelas que cuidam de si e de outras pessoas, há um aumento dos deslocamentos e uma limitação às demais formas de fruição da cidade.

Enquanto essas transformações não acontecem, críticas são lançadas sobre práticas que segregam, semelhantes às ocorridas no bairro Itatinga e nas periferias de São Paulo. Como colocam Carvalho e Macedo Júnior (2017), como decorrência de um modelo de urbanização e de legislação urbanística que prioriza a reprodução do capital, a cidade vem sendo dividida entre cidade ideal (das

17 Cabe o registro que Sweet e Escalante (2012) defendem a ampliação dessa preocupação para o espaço privado.

leis) e real. “A cidade real é aquela ocupada pelas prostitutas, pelos pobres, pelos marginalizados pelo Direito; a cidade é palco das contradições sociais e reflete a ordem heteronormativa em sua constituição.” (CARVALHO, MACEDO JÚNIOR, 2017, p. 114).

É por isso que ações como as promovidas pelo festival Periferia Trans, ou mesmo pelas consolidadas Paradas do Orgulho Gay (considerada uma referência cultural pelo Inventário da REPEP), podem ser consideradas contributos significativos para a ocupação do espaço urbano e, a partir desta, espera-se uma reafirmação e uma resistência a normas pré-estabelecidas. Mas não basta limitar esses processos a eventos pontuais. É preciso que essa ocupação seja cotidiana.

Ocupar a cidade como espaço público e acessá-la em sua totalidade significa a ultrapassagem de um ato meramente pessoal/individual para um processo político, coletivo e de resistência às formas discriminatórias e ao complexo universo da desigualdade social, que produz e legitima lugares para determinados indivíduos; que obstaculiza a diversidade humana e que naturaliza a exploração do trabalho e as práticas de dominação ideológica e cultural (SILVA; SANTOS, 2015, p. 507).

A segregação por classes LGBTQIA+, comentada na Camada da periferia (que seria, na verdade, uma sobreposição de camadas), além de estar relacionada a questões de ordem sociológica, também pode estar atrelada ao modo de produção de capital. Silva e Santos (2015) chamam atenção para o chamado “mercado *gay*”, que lucra a partir de estratégias de indução de consumo. Assim, o que se percebe é que parte do público LGBTQIA+, de maior poder aquisitivo, passa a ter mais “visibilidade” e segurança nas cidades em decorrência do retorno financeiro que pode dar a alguns setores econômicos. Por outro lado, para segmentos LGBTQIA+ de menor renda, esse privilégio não se estende igualmente.

Müller (2019), ao traçar uma trajetória dos direitos LGBTQIA+, indica que a segregação socioespacial deste grupo tem um marco importante atribuído ao cenário norteamericano do pós-Segunda Guerra Mundial. De acordo com a autora, estabelecimentos que fossem frequentados por algum homossexual eram considerados ilegais, e por isso, restava aos LGBTQIA+s frequentarem “bairros afastados e regiões esvaziadas, ocupadas por populações marginalizadas e

praticantes de atividades ilícitas, tais quais prostituição, tráfico de drogas e a própria homo/transsexualidade, até então consideradas crime” (MÜLLER, 2019, p. 34).

Nessa linha de entendimento, Silva e Santos (2015) lembram que muitos grupos seguem frequentando locais menos privilegiados e, com isso, carregam este estereótipo histórico de que os territórios frequentados por esses grupos seriam de “marginais”, de “promiscuidade” e de “bandidagem”. E isso piora a situação de invisibilidade que esse público tem nas políticas públicas de muitas localidades.

Assim, não apenas “as relações mercantis que moldam as relações sociais conseguem, também, (re)modelar o espaço”, mas interferem nos modos (incluindo limitações) de apropriação do espaço urbano: “Segmentos da população LGBTQIA são rotulados e submetidos a viver silenciados e invisibilizados em sua expressão afetivo-sexual ou podem se expressar em espaços bastante específicos, privados e mercantis” (SILVA, SANTOS, 2015, p. 510).

Embora grupos LGBTQIA+ costumem gostar de frequentar locais chamados “LGBT-friendly” (amigáveis a este público), por neles terem uma sensação de pertencimento (a exemplo do Largo do Arouche e bares limítrofes), é preciso haver um cuidado com a segregação e a limitação de usufruto da cidade que podem ser consequência de uma restrição à socialização apenas nestes locais.

Na busca por soluções urbanísticas sintonizadas com essas formas de pensamento, muitas vezes é preciso articular políticas distintas. Um exemplo dessa tentativa de promover uma maior inclusão no ambiente urbano foi apresentado por Müller (2015) em seu projeto de conclusão de curso. Nele, duas das diretrizes propostas para uma intervenção no centro de Florianópolis merecem destaque: a combinação entre dois programas (o Programa de Arte Pública e o Programa Floripa Diversa), para que fossem desenvolvidos projetos de arte pública com temática LGBTQIA+; a criação de um pavilhão itinerante com a mesma temática, cujas cores remetem àquelas usadas como símbolo de resistência LGBTQIA+.

Nesse sentido, o Urbanismo e a Arquitetura entrariam como ferramentas para criação e transformação no/do espaço urbano, e este último, como suporte à transformação de mentalidades sociais. É uma forma de confrontar ideologias que foram, historicamente, construídas sobre esse público e que reverberam até os dias atuais, limitando seus direitos à cidade.

Exemplos como este, oposto às práticas de segregação planejadas ocorridas no Jardim Itatinga –, precisam ser estimulados. Em vez de reforços à vulnerabilidade de grupos sociais já considerados mais frágeis, planejamentos para esses espaços devem considerar as necessidades dos seus reais usuários; em vez de reproduzirem lógicas normativas de comportamento estabelecidas por grupos dominantes, devem promover a apropriação urbana com diversidade.

Um exemplo de reflexão sobre planejamento urbano frente às diferentes necessidades: pode ser que alguns locais precisem de mais iluminação pública, para aumentar a sensação de segurança das pessoas caminhantes; mas, ao mesmo tempo, locais onde a sociabilidade traduz mais discrição, os usuários podem achar desejável a diminuição da iluminação (a exemplo de pontos de prostituição).

Se, como colocado no caso do Jardim Itatinga, as sociabilidades podem ser alteradas mediante impasses entre grupos sociais distintos, cabe a pergunta para o Parque Minhocão: quais seriam os impactos sentidos, por exemplo, pelos grupos LGBTQIA+ e baixa renda, a depender do tipo de intervenção e, quiçá, valorização imobiliária dela decorrente? Ao se tentar responder a esta pergunta, deve-se lembrar que: não se trata de um reduto LGBTQIA+ com representatividade apenas para paulistanos, mas para pessoas vindas de cidades menores, onde a pressão relacionada a valores morais ainda é muito grande e afeta seus modos de vida; muitos grupos de baixa renda não teriam condições de permanecer no local sem políticas voltadas para isso.

Considerações Finais

Como coloca Zaida Muxí, embora haja atualmente diversas referências para trabalhar a perspectiva de gênero na questão urbana, o mais importante é entender sua essência e, nesse sentido, considerar a experiência na cidade, observar o dia-a-dia que nela se desenvolve (COTA, 2018). Nesse sentido e, considerando a ampliação de perspectivas de identidade de gênero que temos na atualidade, é desejável que se estenda o olhar sensível às necessidades da mulher, por exemplo, à múltiplas possibilidades de ser mulher.

Também, é preciso que os grupos de vulnerabilidade sejam efetivamente escutados, e audiências públicas muitas vezes não permitem que as pessoas se manifestem e mesmo absorvam adequadamente as informações apresentadas. Nesse sentido, o Inventário da REPEP e as Auditorias que têm sido realizadas

sob a ótica do Urbanismo com perspectiva de gênero podem ser instrumentos para ampliar debates e investigações, desde que efetivamente incorporados aos projetos políticos e urbanos. Universidades também podem ajudar, estimulando projetos de extensão que aumentem a capilaridade desses instrumentos ou outros que atuem de maneira similar.

Como é notório, os debates aqui empreendidos apresentam forte ligação com diversas disciplinas. Embora seja conhecida a necessidade de se pensar Urbanismo de modo interdisciplinar, sabe-se que a prática que ocorre em muitas cidades (sobretudo de menor porte) delega apenas a arquitetos e urbanistas o redesenho do espaço, sem considerar que estes projetos devem partir de demandas outras que vão além dos conhecimentos técnicos destes profissionais.

Nesse sentido, convém reconhecer, e sugerir como exemplo positivo, grupos como o GECID, que buscam debater questões caras à cidade, como dito, numa ótica feminista e transdisciplinar, que considera as vivências das membras nas reflexões. Ele contribui, assim, para ampliar olhares sensíveis às questões de gênero.

Se a cidade é a representação das sociabilidades que nela incidem e que, por sua vez, estas não são estáticas, é desejável que a materialidade da cidade demonstre novos valores, sintonizados com nossas crenças, para que instrumentos como a Carta Mundial do Direito à Cidade não se resumam a intenções teóricas e utópicas.



Referências

BABADO PERIFÉRICO. **Sobre**. Facebook [página da internet], s/d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/BabadoPeriferico/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

BARATTO, Romullo. **Prefeitura de São Paulo transformará Minhocão em parque elevado - e isso é bom?** ArchDaily Brasil, 22 fev. 2019a. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/912040/prefeitura-de-sao-paulo-transformara-minhocao-em-parque-elevado-e-isso-e-bom>>. Acesso em: 05 set. 2022.

_____. **Prefeitura de São Paulo suspende planos de construir o Parque Minhocão**. ArchDaily Brasil, 11 nov. 2019b. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/928184/prefeitura-de-sao-paulo-suspende-planos-de-construir-o-parque-minhocao>. Acesso: 5 set. 2022.

BEUCLAIR, Helcio. **Mantenha e amplie as bandeiras LGBT permanentemente no Centro de Sampa #DiversidadeTodoDia** (Abaixo-assinado). Change [Portal da Internet]. Disponível em: <<https://www.change.org/p/prefeitura-de-s%C3%A3o-paulo-mantenha-e-amplie-as-bandeiras-lgbt-de-forma-permanente-no-centro-de-s%C3%A3o-paulo-diversidadetododia>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CARTA Mundial pelo Direito à Cidade. Quito: Fórum Social das Américas, 2004; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, 2004; Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, 2005. Suelo Urbano [Portal da Internet], 03 set. 2007. Disponível em: <<https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2022.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. M. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**. v. 9, nº 1, 2017, p. 103-116. Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/download/26356/19535>. Acesso: 05 set. 2022.

COLETIVO MULTIPLICIDADE. **Coletivo MultipliCidade realiza intervenção alusiva ao Dia Internacional do Orgulho LGBT**. Multiplicidade [página da internet], 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://coletivomultiplicidade.wordpress.com/2018/06/28/coletivo-multiplicidade-realiza-intervencao-alusiva-ao-dia-internacional-do-orgulho-lgbt/>>. Acesso em: 05 set. 2022.

COTA, Daniela Abritta. Entrevista com Zaida Muxí. Cidade, política e gênero. Entrevista, São Paulo, ano 19, n. 075.02, **Vitruvius**, set. 2018 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/19.075/7123>>. Acesso: 05 set. 2022.

GESTÃO URBANA SP. **Audiência Pública do Projeto de Intervenção Urbana – PIU PARQUE MINHOCAO**. Gestão Urbana Sp [Portal da Internet], 2019. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/PIU_minhocao_contribuicoes_audiencia_2019-06-11-1.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

IAB/SP. **Manifestação coletiva sobre o PL do PIU Setor Central** – Audiência Pública de 15 de Dezembro de 2020. IAB/SP [portal da internet], 15 dez. 2020. Disponível em: <<https://www.iabsp.org.br/?noticias=manifestacao-coletiva-sobre-o-pl-do-piu-setor-central-audiencia-publica-de-15-de-dezembro-de-2020&fbclid=IwAR0SWLic3ijwxlMT--2cyNtDZWJApDTlcoI deYXvguO6JVtKo8iob14P4g>>. Acesso em: 05 set. 2022.

LOUBAK, Ana Letícia. **O que é podcast?** Saiba tudo sobre os programas de áudio online. Techtudo [Portal da Internet]. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/12/o-que-e-podcast-saiba-tudo-sobre-os-programas-de-audio-online.ghtml>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MENDL, Nayara; CALDEIRA, Rosa (Direção & Roteiro). **Episódio 1 – Periféricu**. (produção audiovisual). Youtube [página da internet], 20 de out. de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xdZ8JC-Yv0w>>. Acesso em: 05 set. 2022.

MÜLLER, Cristina B. **Cidade para quem?** O Centro de Florianópolis e a população LGBT. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/197375/452%20caderno.pdf?sequence=2>>. Acesso: 05 set. 2022.

OLIVEIRA, Fernanda R. de; NASCIMENTO, Larissa de C.; NITO, Mariana K. Território, cultura e memória lgbt+: o patrimônio cultural como abordagem para a busca do direito à cidade. In: **Cidade Queer, uma leitora**. São Paulo: Edições Aurora; *Publication Studio* SP, 2017, p. 86-93.

PELA CIDADE. **Episódio 15** (especial Cidade, Gênero e Interseccionalidade). Spotify [Plataforma da Internet]. Disponível em: <<https://open.spotify.com/episode/5g2XpCgM0tx8X9EwNgkTE9?si=51Hi1WW4RHma-oSWfl0GsQ&fbclid=IwAR1IXbQg0wRExnT411Ihg-QzTwyI2HPhSgJct7Bq7A2HHSyocqE8T2vgNJS0>>. Acesso em: 05 set. 2022.

RAMOS, Diana H. “**Preta, Pobre e Puta**”: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/25058900/PRETA_POBRE_E_PUTA_a_segrega%C3%A7%C3%A3o_urbana_da_prostitui%C3%A7%C3%A3o_em_Campinas_Jardim_Itatinga#:~:text=Atualmente%2C%20o%20bairro%20%C3%A9%20considerado,onde%20trabalham%20mulheres%20e%20travestis>. Acesso em: 05 set. 2022.

SILVA, A. L. da; SANTOS, S. M. de M. dos. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. **SER Social**, v. 17, n. 37, p. 498-516, 1 jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259>. Acesso em: 05 set. 2022.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Lei no. 16.833, de 7 de fevereiro de 2018**. Cria o Parque Municipal do Minhocão e prevê a desativação gradativa do Elevado João Goulart.

SARMENTO, Daniela P. G.; BRANDÃO, Leonardo. Lugares das mulheres: a percepção das mulheres sobre seu Direito à Cidade. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017. Disponível em; <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1497753562_ARQUIVO_LugaresdasMulheres_apercepcaodasmulheressobreouseudireitoacidadeR02.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

SWEET, E.; ESCALANTE, S. Respuestas a la violencia de género desde la planificación urbana: los casos de Cataluña, México y Estados Unidos. In: VALDIVIA, Blanca G.; CIOCOLETTO, Adriana. **Estudios urbanos, género y feminismo: Teorías y experiencias**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Col·lectiu Punt 6; Institut Català de les Dones, 2012. P. 62-39.



Renata Sieiro Fernandes // “É uma colagem analógica que homenageia o movimento negro Quilombo do Malunguinho, em Pernambuco, centro de resistência, do qual faziam parte homens e mulheres que lutavam para manter a vida, a existência, a cultura da população negra contra as ações violentas, bélicas e de morte dos que detinham o poder. Malunguinho também é o título dado aos líderes quilombolas pernambucanos do século XIX.”

12 Artigo

A “quilombagem” de Clóvis Moura e a luta contra o racismo estrutural no Brasil

Rodrigo de Araujo Merida Sanches¹

Resumo // O artigo definiu por objetivo analisar como as organizações negras usam de táticas de “quilombagem” – conceito desenvolvido por Clóvis Moura (2001b) – para se proteger do aparato de violência criado pelo colonialismo e o instituto da escravidão brasileira, o que costumamos chamar hoje de racismo estrutural, e verificar a possibilidade de avaliá-las como táticas de defesa contra a opressão praticada pelo aparelho ideológico escravista brasileiro. O artigo foi estruturado por uma revisão teórica e bibliográfica mais aprofundada sobre os principais conceitos que irão permear nossos estudos, desenvolveu-se uma análise sobre o que são os Aparelhos Ideológicos de Estado e como eles foram formados historicamente no Brasil, em seguida nos aprofundamos no conceito de quilombagem. Concluímos que essa estrutura ideológica escravista formou as bases do capitalismo dependente brasileiro, atuando até os dias de hoje, sendo a quilombagem uma tática ainda necessária para os movimentos negros e periféricos.

Palavras-chave // Quilombagem, Aparelhos Ideológicos, Racismo Estrutural.

1 Pesquisador das contradições de raça e classe no Brasil e Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof^o Dr^o Dennis de Oliveira. Integra o Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação da USP (CELACC/USP), no grupo de estudos sobre «Opressões, Existências e Resistências», e faz parte do Grupo de Pesquisa “Crítica do Direito e Subjetividade Jurídica”, da Faculdade de Direito da USP, coordenado pelo Prof^o Dr^o Alysson Mascaro.

1. Introdução

Recentemente no Brasil, convencionou-se usar o termo racismo estrutural com mais frequência, tanto na mídia hegemônica, quanto na academia e nos movimentos sociais, mas, muitas vezes, o uso desse termo não expressa o significado exato que ele deve carregar, muito menos representa a realidade concreta da sociedade brasileira, nem o cotidiano que o povo negro enfrenta diariamente.

Realizando uma breve observação das manchetes dos principais veículos de mídia de massa nacionais, percebemos alguns equívocos na interpretação da questão racial brasileira, desse modo, deve ser analisado se esse mal entendido é proposital ou não, ou seja, a burguesia e seus veículos de comunicação tem realmente interesse em enfrentar o racismo estrutural e as instituições responsáveis por ele? Para responder essa questão devemos ter noção objetiva do que é o racismo estrutural e qual sua função na sociedade brasileira, fundamentada no colonialismo, na escravidão e na contradição de raça e classe (MOURA, 2019).

No curso da formação sociopolítica de qualquer país com passado de colonização presencia-se o mesmo padrão de dominação: violência contra os povos minoritários e no Brasil não foi diferente. O projeto de construção dos Estados nacionais nessas regiões teve por objetivo a manutenção da ordem colonial/capitalista imposta pelos países do eixo atlântico norte por meio da violência e da implantação de sistemas de opressão contra os povos originários e os que foram vítimas da diáspora africana (FANON, 1968. ALMEIDA 2019).

Por ser um país de maioria negra e uma das maiores economias do mundo, o racismo estrutural – e a ideologia de dominação racial e classista que está encucada nele – serviu bem para a burguesia brasileira controlar as minorias e manter a sua hegemonia de classe, defendendo assim o modo de produção capitalista e a sua contradição racial e de classes. Isso se mostra tão evidente que, mesmo passados 133 anos da abolição, ainda temos pouquíssimos negros e negras tomando as decisões políticas e econômicas, em contrapartida, são a grande maioria da população nas regiões mais vulneráveis socialmente e os que mais morrem assassinados pelas forças do Estado (OLIVEIRA, 2018. ALMEIDA 2019).

Dito isso, apresentamos agora a estrutura do artigo: na primeira seção foi realizada uma revisão teórica e bibliográfica mais aprofundada sobre o que são os Aparelhos Ideológicos de Estado e como eles foram formados historicamente no Brasil. Em seguida nos aprofundamos no conceito moureano de quilombagem (2001b), verificou-se como se dá a relação do povo negro brasileiro com o

projeto de dominação ideológico implementado pela elite e pelo Estado branco (BERSANI, 2017, p. 100) e como podemos identificar as táticas de quilombagem como resistência e negação desse processo. Em seguida serão expostos os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2. Branqueamento e aparelho ideológico escravista no Brasil

Inicialmente vamos identificar como atuava e quais eram as instituições que compunham o aparelho ideológico escravista brasileiro, além de averiguar junto a bibliografia a sua funcionalidade social no momento escravista, tanto pleno quanto tardio, e posteriormente após a introdução do capitalismo dependente e o modo de produção industrial (MOURA, 2019, OLIVEIRA, 2021). Mas antes disso cabe fazer uma breve reflexão sobre o conceito de aparelhos ideológicos.

O que estamos definindo como estrutura, nesse artigo, Gramsci chama em sua obra de superestrutura, que seria o resultado da soma entre o sistema econômico – estrutura – e o estado ampliado, ou seja, sociedade civil e sociedade política (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013). Para o autor a manutenção da ordem social, das classes dominantes e da hegemonia se dá no âmbito da superestrutura, que envolve tanto a estrutura econômica como o Estado ampliado (COUTINHO, 2011).

É na ideia de hegemonia que está a chave para entender o sentido de estrutura e superestrutura na teoria gramsciana. Hegemonia para Gramsci é basicamente consenso, ou mais especificamente, o domínio ideológico de uma classe social sobre o resto da sociedade (COUTINHO, 2011. VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013).

Esse domínio é exercido de três formas dentro da superestrutura: pelo controle econômico na estrutura; através das instituições da sociedade civil responsáveis pelo controle da ideologia dominante (religiões, sistema educacional e imprensa), ou o que Althusser (1992) chama de aparelhos ideológicos do Estado (VAISMAN, 2006), é nesse âmbito que o acordo entre as classes é buscado; e através da força e da ditadura na esfera da sociedade política, ou o que Gramsci chama de Estado coerção (VASCONCELOS; SILVA; SCHMALLER; 2013).

O aparelho ideológico de dominação construído no Brasil pela elite colonial foi essencial para a longa duração da escravização e foi decisivo para a manutenção

do estado de coisas na sociedade atual. Ele atendeu perfeitamente ao domínio ideológico da classe burguesa – de pele branca – sobre a classe trabalhadora – de pele preta –, além da reprodução do modo de produção capitalista nacional – MPC. Almeida (2017, p. 191) descreve bem qual a finalidade do aparelho ideológico em uma sociedade colonial, sendo crucial para a consolidação das estruturas político-social e psíquicas da nação:

[...] a ideologia – e quando esta não for suficiente, a violência física – fornece o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis. Esses fatores explicam a importância da construção de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de “naturalizar” a desigualdade.

O projeto ideológico de nação pensado para o Brasil foi muito bem elaborado para que o pensamento colonial e a exploração racial durassem o máximo de tempo possível, adentrando até mesmo nas estruturas do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), e teve como participantes na sua formulação agentes de alto calibre como a igreja católica, a produção científica – por meio do eurocentrismo e do eugenismo que prevalecia nas universidades do começo do século XX² – e também a indústria cultural da época, que correspondia à produção romântica e literária.

Essas três instituições sociais são fundamentais para qualquer projeto ideológico burguês, pois como afirma Amílcar Cabral (1978, p. 223, apud MOURA, 2019, p. 69, grifos nossos)³ “a cultura determina simultaneamente a história pela influência positiva ou negativa que exerce sobre a evolução das relações entre o homem e o seu meio e entre os homens ou grupos humanos no seio de uma sociedade, assim como entre sociedades diferentes”.

É relevante para nossos fins ressaltar aqui a importância da cultura no processo colonial de dominação dos povos. O colonizador, ao chegar no território

2 Refere-se à uma prática comum na virada do século XIX para o século XX de produção de um discurso pseudocientífico que estabelecia a supremacia racial, como o darwinismo social e o eugenismo, além de teorias fundadoras da ideologia liberal. Ver Almeida (2017, p. 194), Oliveira (2021, p. 131), Losurdo (2020) e Dardot e Laval (2016, p. 35 a 157).

3 CABRAL, A. A arma da teoria, obras escolhidas. In: MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 69.

violentado, ataca e destrói imediatamente a cultura e os hábitos – políticos, sociais, religiosos etc. – de seu povo, ou seja, todos os padrões de sociabilidade pregressa, anteriores ao capitalismo. Assim ele subjuga a sua cultura como superior e a cultura colonizada como inferior (FANON, 1968). No Brasil não foi diferente e esse papel foi evidente na imposição da religião católica como predominante e na inferiorização da cultura e religião dos povos originários do território brasileiro e dos povos vítimas da diáspora africana.

A articulação dessas instituições que compunham o aparelho ideológico da época, através das suas produções artísticas e acadêmicas, criou um imaginário popular que subjugava o negro e sua cultura como inferiores, fornecendo assim, as bases para a política do branqueamento e o mito da democracia racial, presentes até hoje no pensamento brasileiro e ressuscitado por agentes da extrema direita nacional. Segundo Moura (2019, p. 70) essa: “assimilação assim concebida tem uma essência escamoteadora da realidade via valores neocolonialistas, ideologia que ainda faz parte do aparelho de dominação das classes dominantes do Brasil e de grandes camadas por elas influenciadas”.

Ou seja, o processo de miscigenação no Brasil compõe um projeto maior da burguesia dominante de conquista hegemônica da população negra através do sequestro e anulação da sua cultura e da desarticulação das organizações sociais negras, mantendo o racismo estrutural e o sistema colonial de segregação operantes no país (JUNIOR, 2017, p. 107), ou serviria para, como diria Clóvis Moura (2019, p. 86): “manter a sujeição de classes, segmentos e grupos dominados e discriminados”.

A pedra basilar deste projeto é o mito da democracia racial, ela é uma arma consciente da elite para minar e criminalizar a organização do povo negro e impedir que qualquer mudança estrutural nas relações raciais e econômicas no país aconteça. As expressões concretas da cultura negra brasileira seriam aceitas pela elite somente se fossem adaptadas, assimiladas, ou seja, branqueadas. Sobre esse processo, Moura (2019, p. 77-78) afirma:

[...] Absolutizando-se o processo aculturativo iremos desembocar diretamente no conceito de democracia racial [...] Uma branca dançando em uma escola de samba com um negro não seria símbolo dessa democracia tão apregoada, via canais da aculturação? Nada mais lógico dentro dessa óptica de análise da realidade. No entanto, socialmente, esses dois membros da escola de samba estão inseridos

em uma escala de valores e de realidade social bem diferentes e em espaços sociais imensamente distantes. Simbolicamente, contudo, eles são projetados como elementos que comprovam como, através da aculturação, chegamos a diluir os níveis de conflitos sociais existentes [...] a aculturação, por isso, é aceita (permitida) porque cria espaços culturais neutros para que os negros não se unam “ante a desgraça comum [...] um mecanismo usado pelas classes dominantes e os seus seguidores ideológicos para neutralizar a radicalização da população negra, de um lado, e, de outro, mostrar-nos internacionalmente como a maior democracia racial do mundo.

Nesse contexto, o racismo estrutural tem como base o processo colonial vivido pelos povos das Américas, África e Ásia, e no Brasil ele se manifesta ideologicamente a partir da criação do conceito de democracia racial, sustentado pelo aparelho ideológico de dominação brasileiro, criado no sistema escravista colonial (GORENDER, 2016) para proteger seu modo de produção da época. O Estado brasileiro produziu sua cultura do branqueamento, sua ideologia de falsa democracia racial, para reforçar e manter o racismo estrutural, criando assim uma hegemonia racista e consolidando, tanto as bases da exploração econômica do povo negro e não branco quanto as contradições raciais e sociais na nossa sociedade (MOURA, 2019, p. 52-53).

Essa lógica racista de dominação prosseguiu atuando na sociedade brasileira, sustentando e dando suporte, no momento presente, ao interesse burguês de reprodução do MPC. Oliveira (2018) disserta sobre o modo que a violência e o racismo são utilizados, em países marcados por passado de colonialismo e escravização, como forma de manutenção da ordem social vigente. Segundo o autor (2018, p. 43):

[...] Na dinâmica racial em países marcados pelo colonialismo e pela escravização como os do continente latino-americano, a violência institucional se manifesta principalmente pelo racismo, que serviu como ideologia legitimadora da exploração do trabalho escravo e da colonização e, depois, da superexploração do trabalho [...] consequentemente, a violência se articula com outras duas dinâmicas da formação dos Estados nesses países: a lógica da concentração de renda e patrimônio e a concepção restrita de cidadania.

Ou seja, por mais que seja um ato desumano e inescrupuloso, o racismo não é simplesmente uma patologia social, ou fruto de atitudes individualizadas, o racismo é um fenômeno muito mais complexo e abrangente, é portanto um “fenômeno estruturante” (CARDOSO, 2017, p. 8). Ele está no seio da sociedade brasileira, é um elemento essencial⁴ para o funcionamento da economia capitalista nacional – dependente –, assim, como diz o professor Dennis de Oliveira, o racismo não é disfuncional, e sim funcional no Brasil (OLIVEIRA, 2016. MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021).

3. O conceito moureano de “Quilombagem”

Uma resposta apresentada historicamente pelo povo negro, não só ao aparelho ideológico escravista, mas obviamente à opressão vivida no sistema de produção colonial que os mantinha sob o regime da escravidão, foi a quilombagem. O conceito de quilombagem foi desenvolvido por Clóvis Moura (2001b) para descrever um ato político que o povo negro escravizado, fugido do cativo, organizado ou não, praticava como antítese e negação ao sistema escravista de produção, ou seja, conforme sintetiza Oliveira (2021, p. 164) é o “conjunto das práticas rebeldes dos escravizados”.

Dentro dessa perspectiva da rebeldia, podemos destacar um ponto central para se estudar a quilombagem, a questão da radicalidade na ação quilombola. A noção de radicalidade é peça fundamental para entender o fenômeno da quilombagem, pois é somente através da ação radical do negro contra o sistema escravista, por meio da organização – social, militar e econômica – quilombola, é que o negro negava, confrontava, desgastava e colocava em xeque o sistema de produção escravista; assim, por meio da radicalidade, podemos entender a quilombagem como uma prática emancipatória, revolucionária (FARIAS, 2016. MOURA, 2001b. OLIVEIRA, 2021).

Portanto, a quilombagem deve ser interpretada como um fenômeno social radical, revolucionário, praticado por diversos grupos específicos – porém analisados pela sua totalidade histórica – para negar e desestruturar o sistema de

4 Sobre a definição de racismo, Almeida (2017, p. 198) afirma: No contexto da crise, o racismo é um elemento de racionalidade, de “normalidade” e que se apresenta como modo de integração possível de uma sociedade em que os conflitos tornam-se cada vez mais agudos.

produção colonial escravista, e o faz atingindo um ponto determinante de sua organização, o seu modo de produção e reprodução, o centro das suas relações de trabalho. A quilombagem praticada ao longo de todo o período escravista irá impossibilitar a reprodução do sistema de produção (MOURA, 2001b. MOURA, 2020. OLIVEIRA, 2021).

Segundo Oliveira (2021, p. 159)⁵:

[...] A ideologia do racismo estabelece papéis e performances adequadas a um determinado sistema produtivo. Não se trata de um voluntarismo a ruptura com essa ideologia, mas uma ação política de ruptura com o modelo produtivo que sustenta essa ordem ideológica. Não que a mudança do modelo produtivo automaticamente irá alterar o sistema ideológico, mas que é necessário entender como se articulam as duas instâncias – isso é justamente pensar o racismo dentro da categoria de totalidade.

Podemos notar, dessa forma, que a quilombagem foi uma das mais importantes práticas revolucionárias do povo negro no período colonial, e a principal responsável na resistência ao sistema escravista. A quilombagem abalou as estruturas – sociais, econômicas e ideológicas – do sistema colonial escravista brasileiro, ou seja, ela foi a força social mais importante de desgaste do sistema, que culminou no processo de abolição.

Segundo Moura (2020, p. 49, grifos nossos):

[...] Isso demonstra, de um lado, a existência de um sistema escravista de âmbito nacional, e, de outro, a participação do escravo rebelde, no sentido de querer extinguir esse sistema, **por ser o agente histórico e social no qual a contradição fundamental do escravismo se manifesta mais agudamente.** Dessa forma, não podemos deixar de ver

5 Para Dennis de Oliveira (2021, p. 157) aqui reside a principal diferença entre o conceito de quilombagem moureano e o conceito de quilombismo, de Abdias do Nascimento. Ou seja, enquanto na quilombagem a perspectiva da totalidade histórica é central para a superação do sistema produtivo que sustenta as contradições de raça e classe, na perspectiva do quilombismo, proposto por Abdias, o idealismo é central na análise, portanto a luta dos escravos não teria como foco a desorganização do sistema de produção escravista e suas relações de produção e dominação, mas sim apenas o resgate dos valores africanos. Dessa forma, segundo Oliveira (2021, p. 157) o quilombismo é “insuficiente, por exemplo, para dar conta do contexto atual do capitalismo global”.

o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.

Só poderia ser dessa forma, pois o sistema não fornecia espaços para protestos pacíficos do povo negro, ele não era visto como cidadão, não podendo assim lutar pela sua liberdade no sistema judiciário ou por outras vias institucionais (OLIVEIRA, 2021, p. 160). O sistema era branco, defendia os interesses do proprietário de escravos, ou seja, o negro era visto somente como propriedade e o Estado só se voltava para ele através da violência, não existindo assim cidadania fora do espaço quilombola e a única alternativa era a radicalidade revolucionária, praticada através da quilombagem. (FARIAS, 2016. MOURA, 2019. MOURA, 2020. OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, Edison Carneiro (2011, p. 45, grifos nossos) afirma:

[...] O quilombo foi, portanto, um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaremos. Como forma de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sob todos estes aspectos o quilombo revela-se como um fato novo, único, peculiar – **uma síntese dialética**.

A República de Palmares foi a expressão mais aperfeiçoada dessa síntese dialética, devido sua alta produtividade e o seu dinamismo econômico, ou seja, maior antítese das relações de produção escravistas do sistema colonial brasileiro. Esse fato transformou Palmares no alvo mais visado pelo aparelho de repressão da colônia, portanto foi a expressão concreta da quilombagem que mais desgaste proporcionou para a metrópole e o sistema de produção colonial (CARNEIRO, 2011).

Moura (2019, p. 218-219) chama atenção para esse fato histórico determinante sobre Palmares, segundo o autor:

[...] O que determinou, segundo pensamos, a empresa de destruir Palmares foi, exatamente, o seu exemplo de uma economia alternativa, com ritmo de produtividade maior do que a Colônia, desafiando,

com isso, a outra economia (escravista) em confronto com a economia comunitária praticada na República.

Por se apresentar como a principal expressão radical de protesto contra o sistema colonial escravista no Brasil, o aparelho ideológico colonial e a cultura hegemônica nunca trataram Palmares com seu devido valor e respeito, sendo essa rica experiência vítima do academicismo racista eurocêntrico, prova disso é a atenção que os programas curriculares de história do ensino básico brasileiro dão para esse tema. Segundo Moura (2019, p. 220):

[...] Aqui, parece-nos, é que está a chave do problema: Palmares era uma negação, pelo seu exemplo econômico, político e social da estrutura escravista-colonialista [...] Daí Palmares ter sido considerada, sempre, pela crônica histórica tradicional, um valhacouto de bandidos e não uma nação em formação.

Além do sistema de produção e organização econômica a quilombagem atinge a face ideológica do sistema escravista, o que se transformaria em uma fase posterior da história nacional na já mencionada política de branqueamento do país. O quilombo se mostrou historicamente como uma experiência de resistência contra esse processo de assimilação, a própria fuga de Zumbi para Palmares teve esse como um dos principais motivos⁶. Segundo Oliveira (2021, p. 164) um importante aspecto de negação ao sistema colonial escravista demonstrado pela quilombagem é justamente a “recuperação da condição de humanidade”, através da recuperação e proteção da subjetividade africana, seu modo de produção e costumes culturais. Edison Carneiro (2011, p. 36) afirma ainda que “os quilombos, deste modo, foram um fenômeno contra-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos”.

O quilombo negava o sistema externo na sua perspectiva econômica, étnica e social, vários grupos étnicos compartilhavam do espaço: índios, não brancos, brancos foragidos e obviamente os negros, porém não existia nenhum tipo de

6 Gonçalves (2020, p. 61) afirma que Zumbi, enquanto foi escravizado, viveu com um padre que impôs o aprendizado da cultura dominante e o forçava a auxiliar nas práticas sacerdotais da religião católica, diante desse processo, Zumbi: “revolta-se a essa tentativa de aculturação e foge para o quilombo”.

hierarquia racial dentro do quilombo, configurando, não só uma radicalidade no protesto contra o modo de produção escravista colonial, mas também uma “radicalidade étnica” (MOURA, 2001b, p. 111).

4. Considerações finais

Portanto, o quilombo era, diferente do mito criado pelo aparelho ideológico escravista e colonial, uma verdadeira experiência de democracia racial (FARIAS, 2016. MOURA, 2001b. MOURA, 2020), desse modo, a quilombagem é a expressão maior de enfrentamento à esse aparelho ideológico e à política de branqueamento, e segundo Clóvis Moura (2001a, p. 9) da mesma forma como a ideologia escravista moldou as bases do capitalismo dependente brasileiro, dando o caráter estrutural para as contradições raciais modernas, e fazendo com que o passado escravista se torne “ainda presente” na nossa realidade, a quilombagem também está presente atualmente na tática dos movimentos negros e periféricos, negando e desgastando tanto o sistema de produção capitalista quanto a sua ideologia dominante, dinamizando assim a luta de classes atual e oferecendo uma nova forma de sociabilidade, alternativa à sociabilidade capitalista baseada na discriminação, exploração e na acumulação de riquezas. Segundo Moura (2001a, p. 9) “a quilombagem ainda é um processo em curso; não é um problema do passado, mas está inserido no contexto da problemática social e de identidade étnica atual”.

Pachukanis (2017) nos lembra que a manutenção dos elementos mais rudimentares e primitivos da forma jurídica burguesa – existência eterna de juízes e tribunais, por exemplo – é uma argumentação das mais rasas, sem comprometimento com a dialética e a análise da totalidade histórica, e isso cabe também para a defesa diuturna que a burguesia brasileira e o Estado fazem – através de seus aparelhos ideológicos – do sistema de encarceramento em massa da população negra e do genocídio praticado pelo Estado brasileiro contra a juventude preta desse país. Esses projetos de encarceramento e genocídio são, inclusive, elementos de um projeto maior de dominação racial que é herança do passado colonial do qual fala Clóvis Moura, e que são justamente os principais questionamentos feitos pelos movimentos negros e periféricos brasileiros. Ainda segundo Pachukanis (2017, p. 80, grifo nosso):

[...] Se a convicção teórica até agora não levou ao extermínio do Código Penal, é porque é evidente que a superação da forma do direito está ligada não somente ao ir além da sociedade burguesa, mas, ainda, **à libertação diante de todos os seus últimos vestígios.**

Concluimos desse modo que qualquer modo de produção que se intitula capitalista, ou seja passível dessa nomeação, está permeado até a cabeça por ideologia. As pessoas – principalmente os liberais – que dizem não possuir ideologias, se vangloriando e tornando essa *atitude* como se fosse uma qualidade, estão na verdade enganando a si próprias, ou espalhando intencionalmente desinformação para os outros com o objetivo único de desmobilizar as massas. O que quero dizer é que tudo no capitalismo é ideologia, até mesmo os conceitos mais centrais da economia, como o próprio Pachukanis (2017, p. 87) afirma, parafraseando Marx:

[...] As categorias da mercadoria, do valor e do valor de troca são, sem dúvida, formulações ideológicas, formas de representação distorcidas e mistificadas, por meio das quais a sociedade de troca concebe as relações de trabalho entre os distintos produtores. O caráter ideológico dessas formas comprova o fato de que basta passar a outra estrutura econômica para que as categorias de mercadoria, valor etc. percam todo o sentido. Por isso, podemos falar com toda razão em uma ideologia da mercadoria ou, como nomeia Marx, em um “fetichismo da mercadoria”.

Ou seja, o capitalismo cria suas ideologias para falsear a materialidade do que realmente importa em seu modo de produção: a exploração de classes como mecanismo objetivo de acumulação de capital e manutenção do poder burguês. O capitalismo depende dessa ideologia para se reproduzir e continuar existindo, e o Estado tem função estratégica nessa finalidade (ALTHUSSER, 1999). Nesse sentido, o conceito de conformação (MASCARO, 2013) nos fornece a abstração precisa do papel do Estado como forma social capitalista que existe para dar continuidade histórica ao MPC, no caso brasileiro a conformação das formas estatal e jurídica tem uma finalidade adicional e específica: **perpetuar a dominação racial da burguesia branca nacional.**

A análise do aparelho ideológico escravista brasileiro ratifica nossa conclusão exposta acima. A extensão da ideologia escravista do tempo colonial para a modernidade capitalista brasileira serviu para a burguesia disfarçar o conflito que estrutura a nossa sociedade e o MPC atual, a contradição de raça e classe. Mesmo com a transição do modo de produção escravista colonial (GORENDER, 2016) para o capitalista, e a conseqüente evolução do Estado Imperial para a forma política e jurídica burguesa conformados à brasileira, o aparelho ideológico escravista se manteve presente quase que intacto, permeando os ideais da nova burguesia republicana do século XX e do exército, que antes era usado para perseguir os quilombos e a resistência negra e agora será usado para manter a ordem capitalista e a segregação racial.

Isaak Rubin (1987, p. 37-38) vai descrever como, após muito tempo de repetição das relações sociais de produção sob determinado tipo de modo de produção, os hábitos decorrentes dessas relações sociais se “cristalizam” mesmo com a transição de um modo de produção para outro. Desse modo, podemos perceber como, mesmo no Brasil onde predomina o capitalismo sob a fase neoliberal, as relações sociais lembram de modo tão nítido as relações entre senhor e escravo:

[...] somente num determinado nível de desenvolvimento, após a repetição frequente, as relações de produção entre as pessoas deixam algum tipo de sedimento sob a forma de certas características sociais que são fixadas aos produtos do trabalho [...] a coisa compreendida numa determinada relação de produção entre pessoas, e que possui uma forma social correspondente, mantém essa forma mesmo quando essa relação de produção determinada, concreta, específica, é interrompida [...] como resultado, indivíduos particulares são submetidos ao tipo dominante de relações de produção.

Para comprovarmos essa tese basta abstrairmos a relação de produção do trabalho doméstico no Brasil, onde as trabalhadoras são, na esmagadora maioria dos casos, mulheres pretas e periféricas, ou até mesmo na construção civil, na limpeza urbana, no telemarketing, reciclagem, motoristas e entregadores de aplicativo, portanto, onde o trabalho é precarizado e subvalorizado as vagas são destinadas para a população preta e as relações sociais de produção trazem os “sedimentos” (RUBIN, 1987) da escravidão e da colonização. Isso quando os negros não são subjugados, pela burguesia branca, como imprestáveis até mesmo

para esses trabalhos e são jogados no exército de reserva, e quando nem isso, são descartados⁷.

Ou seja, mesmo que atualmente prevaleça e aparentemente domine o MPC, no Brasil moderno os indivíduos são submetidos ao tipo dominante – material – de relações sociais de produção escravista, as relações sociais brasileiras reproduzem os hábitos escravistas cristalizados durante mais de 300 anos de modo de produção colonial e que não foram superados com a transição de modo de produção.

Tanto é assim que não são poucos os exemplos de ações do Estado que lembram a época da escravidão e que tem como objetivo exterminar a população negra, dentro da instituição do exército dois exemplos da história recente ilustram nosso ponto. O primeiro é um projeto elaborado pela Escola Superior de Guerra em 1989 e intitulado “Estrutura do Poder Nacional para o Século XXI”, defendendo a manutenção do Regime Militar e justificando com o seguinte ponto, resgatado por Oliveira (2018, p. 50):

[...] no capítulo da “ordem social” aponta que o crescimento da miserabilidade é um fator de risco para a desestabilização do sistema, razão pela qual pregam a manutenção do papel de “polícia” das Forças Armadas para o controle dos cinturões de miséria e o contingente de “menores” abandonados que tenderiam a se transformar em “criminosos”.

Basta uma rápida pesquisa no google para descobrir a cor de pele predominante dos moradores desses chamados “cinturões de miséria” para, assim, identificarmos quem é o público alvo que a Escola Superior de Guerra quer matar antes que se tornem “criminosos”. O nosso segundo exemplo, um pouco mais fresco na história, foi um documento intitulado “Projeto de Nação” onde foram estipuladas metas como o fim do SUS e da gratuidade nas universidades públicas, além de “prever” o fim da esquerda até 2035 e a manutenção do bolsorismo no poder até essa data (TEODORO, 2022). Portanto, as forças armadas são um nítido exemplo de como a forma Estado se desenvolveu no Brasil para evitar a “desestabilização do sistema” e perpetuar a ideologia da classe burguesa

7 Segundo Marx (2017, p. 102): “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas”.

branca, enraizando essa ideologia também para as forças de seguranças policiais nos estados, que implementam diariamente o genocídio negro⁸.

Para quem analisa de maneira crítica a história do capitalismo e de suas formas sociais, não é de se espantar o fato de que, após quase 14 anos de governos de “esquerda” essa ideologia predominante no exército não se abalou, pelo contrário, até se alastrou, isso porque não importa a característica do partido ou do governante que está no poder, o Estado representa a ideologia da classe dominante e só quem altera isso é a própria burguesia. Outro exemplo desse fato, e que confirma a teoria da conformação, é a conviência do governo federal ao longo desses 14 anos com o projeto de encarceramento em massa da população negra, que só aumentou durante esse período, a burguesia quer o povo preto preso ou morto⁹, e a forma política e a forma jurídica, conformadas, implementam esse projeto independente das políticas afirmativas que estejam vigorando ou das secretarias especiais e ministros negros que sejam empossados, eles literalmente não terão nenhum poder em relação a isso. Como diziam Marx e Engels, “o direito [...] não tem uma história própria” (2007, p. 76, apud MASCARO, 2021)¹⁰.

É evidente portanto, conforme foi descoberto pelo brilhante Clóvis Moura (2001a, 2001b), que a quilombagem não se encerrou com o fim da escravidão, mas ela se adaptou às mudanças sociais ocorridas com a abolição e o advento do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), acompanhado das novas funções de opressão e perseguição dadas ao aparelho ideológico escravista.

Isso é perceptível através da análise da realidade social concreta que a escravidão criou no Brasil atual, o aparelho ideológico escravista e a política de branqueamento do final do governo imperial e primeiros anos da República foram responsáveis pela solidificação de um racismo intrínseco nas estruturas sociais,

8 Vide a polícia militar do estado de São Paulo, que nada mais é do que a continuação histórica da operação bandeirante.

9 Os números da população carcerária brasileira são alarmantes: além de ser uma das maiores do mundo, tanto na quantidade absoluta de presos quanto na quantidade proporcional (SILVA, GRANDIN, CAESAR, REIS, 2021), 61,7% desse total são pretos ou pardos, segundo levantamento do Infopen - Sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro (CALVI, 2018). Outros indicadores mostram também que os negros estão mais vulneráveis à violência urbana, a chance de um jovem negro ser vítima da violência é 2,6 vezes maior do que a de um jovem branco, de acordo com o Atlas da Violência 2021, estudo realizado pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CERQUEIRA, 2021, p. 49).

10 MARX, K. ENGELS, F. In: MASCARO, A. L. Curso livre Engels: Vida e Obra. São Paulo: Boitempo, 2021.

políticas e econômicas do país, de modo que o povo negro não pôde se dar ao luxo de abandonar suas táticas de defesa, organização, resistência e preservação de sua cultura (FARIAS, 2016. MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021). Sendo assim, a quilombagem contemporânea (JUNIOR, 2019) é uma tática adaptada à nova realidade, mas o seu maior inimigo é o mesmo, o Estado Branco (BERSANI, 2017, p. 100) e o racismo estrutural que sustenta o modo de produção capitalista.

Sobre a análise da realidade concreta e do processo histórico que a produz, Lefebvre (2016, p. 32, grifo nosso) usa o termo “realidade em movimento”, afirmando que é fundamental que a análise da realidade social seja feita incluindo o conjunto, o processo. Segundo o autor:

[...] a realidade a ser atingida por meio da análise e reconstruída através da exposição (sintética) é sempre uma realidade em movimento [...] ainda que a análise se inicie pela quebra desse movimento a fim de alcançar seus elementos, chegando assim, em um certo sentido, a um conjunto de abstrações [...] o método marxista afirma que é possível a reconstituição não só do todo como também do movimento [...] assim, a reconstituição do conjunto, isto é, do todo em movimento, não é incompatível com a análise, ou seja, a dissecação anatômica do todo. Ao contrário.

Usamos a passagem de Lefebvre para validar nosso estudo, a história da quilombagem não termina, mas se modifica, se adapta e se molda à realidade concreta que ela encontra no pós abolição, sendo sua primeira fase, ocorrida no escravismo, e sua segunda fase, apresentada a partir da implementação do trabalho livre capitalista – com novos padrões de acumulação de riqueza e de exploração da classe trabalhadora negra e não branca – ou seja, partes integrantes de um conjunto, de um “todo em movimento”.

O movimento histórico da contradição racial brasileira se apresenta, a partir do século XX, com elementos próprios do capitalismo dependente (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021). O aparelho ideológico escravista, que até o século XIX foi utilizado para criar a imagem do negro como inimigo interno,

evitando assim que o Brasil virasse o Haiti¹¹, é mantido e a partir do século XX, e o Estado branco (BERSANI, 2017, p. 100) usa sua ideologia racista e a estrutura de repressão estatal para combater os novos inimigos internos: o comunista, o favelado, negros e negras, os lgbts, as feministas, o marginal, o traficante, os movimentos sociais, os maconheiros, ou seja, todos os elementos escolhidos pela elite que colocam em risco a ordem social dominante, a família cristã branca e a ideologia do capitalismo dependente brasileiro (MOURA, 2019. OLIVEIRA, 2021), baseado no colonialismo e no mito da democracia racial.

Sobre a função social da quilombagem nos séculos XX e XXI, Silva, Bezerra e Barbalho (2020, p. 99) afirmam:

[...] A quilombagem então, iniciada nos tempos da escravidão ultrapassou os séculos e alcançou os nossos dias, constituindo-se de uma prática voltada à transformação social radical, consequentemente almeja alcançar a emancipação.

Portanto, da mesma forma que a população negra que enfrentava o sistema escravista por meio da quilombagem, o povo negro do tempo presente, diante da ofensiva do capital e das suas forças de opressão mais sofisticadas, só poderá proteger a si próprio e a seu patrimônio material e imaterial, organizando-se. E o povo negro se organizou, historicamente, e continua se organizando frente às novas formas de opressão do capitalismo brasileiro. Segundo Farias (2016, p. 41):

[...] a população negra no Brasil sempre se organizou em novos grupos já existentes no intuito de se preservar, manter sua cultura, tentar encontrar momentos de lazer entre os pequenos períodos de descanso da labuta, preservar padrões africanos e resistir ao regime de opressão durante a escravidão. No pós-abolição, diante da sociedade

11 Moura (2020, p. 95) faz uma análise sobre a síndrome do medo, isto é, o sentimento de pânico que era criado entre os senhores de escravos e fazendeiros de uma revolução negra no Brasil, aos moldes do que ocorreu no Haiti, onde a população escravizada assumiu o poder e dizimou a população branca escravocrata da ilha, e de fato o risco existia, foram diversas experiências de insurreições negras no século XIX que tiveram comprovadas inspirações no processo revolucionário haitiano. Moura (2020, p. 112) afirma: “Como vemos, houve, de um lado, o medo da classe escravista, senhorial, diante da revolução haitiana, isto é, a síndrome do medo, mas, por outro lado, não se pode mais negar a existência de uma conexão ideológica (embora imprecisa) e de contatos diretos entre os escravos rebeldes brasileiros e os militantes daquela revolução.”

competitiva e da marginalização a que a população negra foi exposta deliberadamente, coube ao negro novamente se organizar em espaços e grupos.

Essa é a realidade social concreta em que se encontra o povo negro no Brasil do século XXI, um contexto completamente desfavorável para o seu desenvolvimento, pois é um contexto de racismo estrutural e avanço do neoliberalismo, intensificando a exploração, as contradições de raça e classe e elevando a sociabilidade capitalista a um nível insuportável. Como dissemos, somente a organização política e social poderá dar margens de vitória para os povos explorados e a quilombagem é uma tática de luta ancestral que tem norteado os movimentos periféricos nessa jornada.

É evidente que somente pesquisas mais estruturadas e profundas da metodologia de atuação dos movimentos sociais negros e periféricos poderão mensurar a dimensão da tática da quilombagem nessas organizações, porém o simples fato do movimento em questão estar combatendo o sistema de produção capitalista vigente, e por consequência todo seu componente de exploração e contradição racial, e como resultado propor uma forma de sociabilidade mais humana e que negue e desgaste essa sociabilidade capitalista, já é uma condicionante importante para enquadrarmos esse movimento como praticante da quilombagem contemporânea (JUNIOR, 2019). Ou seja, como afirma o Professor Dennis de Oliveira (2021, p. 198):

[...] É a partir dessa realidade que se deve pensar as estratégias de combate ao racismo, e isso passa pelo entendimento de que os mecanismos estruturais do racismo estão diretamente ligados ao modelo de acumulação de riquezas do capitalismo dependente, garantidos pelo formato do arranjo institucional da matriz colonial de poder.



Referências bibliográficas

- ALMEIDA, S. L. Capitalismo e crise: o que o racismo tem a ver com isso? In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 187-198.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BERSANI, H. Racismo, trabalho e estruturas de poder no Brasil. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 86-101.
- CABRAL, A. **A arma da teoria, obras escolhidas**. In: MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. p. 69.
- CALVI, P. Sistema carcerário brasileiro: negros e pobres na prisão. **Comissão de direitos humanos e minorias da Câmara dos Deputados**. agosto de 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sistema-carcerario-brasileiro-negros-e-pobres-na-prisao>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- CARDOSO, P. J. F. Para superar o antirracismo de resultados: um movimento negro radical e popular. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 7-11.
- CARNEIRO, E. **O Quilombo dos Palmares**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci – ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIAS, M. Pensamento social e relações raciais no Brasil: a análise marxista de Clóvis Moura. **Margem esquerda**. São Paulo, n. 27, out 2016, p. 38-43.

GONÇALVES, M. H. Movimento Negro: Zumbi X Isabel No Século XXI. In: BETTINE, M. (Org.). **Mudança Social e Participação Política: os conflitos, as transformações e as utopias**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2020. p. 57-70.

GORENDER, J. **Escravidão colonial**. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

JUNIOR, J. Cultura periférica, cultura de resistência. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **A luta contra o racismo no Brasil**. São Paulo: Edições Fórum, 2017. p. 102-112.

JUNIOR, J. É tempo de se aquilombar. **Alma Preta**, abril de 2019. Quilombo. Disponível em: <https://www.almapreta.com/sessao/quilombo/e-tempo-de-se-aquilombar>. Acesso em: 9 ago 2022.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LOSURDO, D. Primeira parte – colonialismo e neocolonialismo. In: MANOEL, J. (Org.) **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). In: MASCARO, A. L. **Curso livre Engels: Vida e Obra**. São Paulo: Boitempo, 2021.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. Apresentação. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2001a. p 7-10.

MOURA, C. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, C. (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. 1ª ed. Maceió: Edufal, 2001b. p. 103-115.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OLIVEIRA, D. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. **Margem esquerda**. São Paulo, n. 27, out 2016, p. 31-37.

OLIVEIRA, D. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**. São Paulo, v. 11, n. 2, 2018, p. 39-57. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 20 mai 2022.

OLIVEIRA, D. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1ª ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria geral do direito e marxismo**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RUBIN, I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SILVA, L. B. BEZERRA, A. A. BARBALHO, J. I. S. A quilombagem no século XXI: reconhecimento ou emancipação? **Caeté**. Maceió, v. 2, n. 3, 2020, p. 99-111. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistadecienciashumanascaete/article/view/11593>. Acesso em: 16 jul 2021.

SILVA, C. R. GRANDIN, F. CAESAR, G. REIS, T. Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo. **Portal g1**. maio de 2021. Monitor da Violência. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>. Acesso em: 4 jul 2022.

TEODORO, P. Projeto de Militares quer bolsonarismo até 2035 e fim da gratuidade no SUS em 3 anos. **Revista Fórum**, maio de 2022. Seção Política. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/5/23/projeto-de-militares-quer-bolsonarismo-ate-2035-fim-da-gratuidade-no-sus-em-anos-117748.html>. Acesso em: 3 jul 2022.

VAISMAN, E. Althusser: ideologia e aparelhos de estado – velhas e novas questões. **Projeto História**. São Paulo, n. 33, 2006, p. 247-269. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2294>. Acesso em: 20 jul 2022.

VASCONCELOS, K. E. L. SILVA, M. C. SCHMALLER, V. P. V. (Re)visitando Gramsci: considerações sobre o Estado e o poder. **Katálysis**. Florianópolis, v. 16, n. 1, 2013, p. 82-90. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GMXXSyyYSWPVQ4xkgwcvTdL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul 2022.



Flávia Regina Manzano Soares Julius // “Essa obra reflete a resistência popular, protagonizada por um menino negro. Entre as palavras estampadas ao fundo, estão letras de rap, samba e poemas, assim como simbolismos relacionados a opressões e a luta contra essas opressões: escravidão, sistema carcerário, pobreza, ação policial, capitalismo voraz, morte. Em meio de tanta destruição, há força e sede para resistir: há uma chamada para a revolução.”

13 Artigo

Raça e identidade: a invenção do outro racializado

Débora de Godoy Vasconcellos¹

Resumo // este artigo propõe-se a analisar teoricamente a construção de identidades negras a partir de um percurso histórico da criação da ideologia racial, colocando a categoria da branquitude como dominante nas relações de poder. Ao tratarmos do Brasil especificamente, duas concepções ideológicas serão tomadas a fim de compreendermos os alicerces que predominam nos processos identitários de pessoas e grupos negros e indígenas: a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial. Isto posto, será discutido o processo pelo qual a identificação é realizada e como este está permeado por configurações sócio-políticas definidas pelo grupo detentor das relações de poder. Sendo assim, será feita a exposição do motivo pelo qual existe uma crise das identidades de negros e de outros grupos não pertencentes à branquitude e como isto se configura através de diferentes formas de violência. As noções da negritude e do quilombismo serão apresentadas como configurações de resistências identitárias.

Palavras-chave // Raça; Identidades; Branquitude.

1 Bacharela em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC; mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da mesma instituição.

Se consciência é memória e futuro, quando e onde está a memória africana, parte inalienável da consciência brasileira? Onde e quando a história da África, o desenvolvimento de suas culturas e civilizações, as características do seu povo foram ou são ensinados nas escolas brasileiras? Quando há alguma referência ao africano ou ao negro, é no sentido do afastamento e da alienação da identidade negra (Nascimento² apud GONZALEZ, 2020, p.39).

O ser e o não-ser: a invenção do outro

Os processos de construção do entendimento de um determinado grupo como o “Outro”, da maneira em que se percebe atualmente, estão profundamente permeados pelo pensamento colonial e sua manutenção até os dias atuais através de diferentes ferramentas. Se tomarmos como referência a obra de Enrique Dussel, “1492: o encobrimento do outro”, entendemos que o eurocentrismo tem suas bases na autoafirmação europeia de uma posição central na história a partir do momento em que se depara com o Outro nos processos de conquista e colonização do continente indígena, o qual veio a ser chamado de América por via dos mesmos (DUSSEL, 1993).

A invenção desta categoria ao encontro com os inúmeros grupos que vieram a ser reduzidos a uma única denominação de indígenas, tem em seus alicerces a definição adquirida pelos próprios europeus ao se depararem, conquistarem e colonizarem povos, terras, culturas distintas das suas. Logo, com o tráfico negreiro, o mesmo veio a acontecer com os mais diversos povos de origem africana subjugados à condição de escravizados pelos colonizadores ao implantarem tal regime. Esta percepção esteve intrinsecamente ligada à questão racial a qual também surge neste período histórico da maneira em que a entendemos hoje:

Por um lado, no momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria

2 NASCIMENTO, Abdias. O genocídio no negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 3ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2016.

história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim também sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubás, zulus, congos, bacongo etc. No lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2005, p. 127).

Como este artigo se propõe a analisar as construções de identidades, é importante partirmos do pressuposto de que tais processos se desenvolvem a partir do encontro com a alteridade, ou seja, a identidade se constrói na diferença e, por sua vez, é estabelecida por uma marcação simbólica que se faz relativa àquilo que se define como outras identidades, conjuntamente pelas condições materiais e sociais (WOODWARD, 2014). Stuart Hall (2014, p.110) traz a definição de que toda identidade possui uma necessidade daquilo que lhe “falta”. Sua existência depende daquilo que ela não é para poder ser definida. Sendo assim, uma perspectiva não essencialista, portanto, relativa, é dada às identidades e, por isso, falamos em construções e processos que resultam na identificação.

Contudo, para além dos processos identitários e de suas definições conceituais que serão trabalhadas mais adiante, é necessário termos em mente que a categorização, ou ainda, a invenção do Outro, surge a partir do pensamento colonialista europeu neste momento, dando vias à legitimação a processos de violência vinculados à ideia de superioridade. O termo *genocídio*, utilizado juridicamente pela primeira vez em 1946 nos julgamentos de Nuremberg, nos retrata diversos acontecimentos de extermínio em massa ocorridos na história. Possui sua raiz no racismo e nomeia os processos violentos aos quais os povos originários foram submetidos pelos europeus desde expansão colonialista até o momento atual (CLASTRES, 2004).

Entretanto, ao se depararem especificamente com este caso, os etnólogos entenderam a necessidade de representar de outra maneira a experiência do continente americano e de seus povos, criando o termo *etnocídio*:

Se o termo genocídio remete à ideia de “raça” e à vontade de extermínio de uma minoria racial, o termo etnocídio aponta não para a

destruição física dos homens (caso em que se permaneceria na situação genocida), mas para a destruição de sua cultura. O etnocídio, portanto, é a destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito (CLASTRES, 2004, p. 56).

Sendo assim, este segundo termo abrange de maneira mais incisiva as ações e consequências do colonialismo que seguem em vigência até os dias atuais em relação às vivências indígenas em nosso continente. Tanto o genocídio, como o etnocídio são estruturados pela categorização da negação do Outro, contudo ao diferenciarmos os processos que definem os dois conceitos, percebemos que o etnocídio, distintamente do genocídio que se baseia unicamente no desejo e ação do extermínio de um grupo, traz uma visão que propõe, ou, mais corretamente, impõe um modelo a ser seguido, considerado o correto, justamente por aqueles que se enxergam desta maneira. A construção de um entendimento que coloca o Outro em uma posição considerada incorreta, pressupõe o entendimento daquele que assim o julga como o correto, por isso “a negação etnocida do Outro conduz a uma identificação a si” (Ibidem).

Em confluência com estes termos, encontramos a noção de *epistemicídio*. O termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos³, é definido por Sueli Carneiro como “uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta” (CARNEIRO, 2005, p.97).

Ao se tratar de epistemologias, a destruição de formas de compreensão do mundo e de maneiras de se construir o conhecimento são táticas que visam, além da negação da existência do Outro a partir de suas próprias formas de estar no mundo, como também a imposição de uma estrutura hierárquica que julga as categorias culturais e a epistemologia europeia como superiores, únicas e universais.

Desta forma, iniciamos a tratar da questão racial da maneira em que a entendemos hoje a partir desta lógica: o eurocentrismo sendo autodeterminado - pelos próprios europeus - de acordo com os processos colonialistas iniciados com a América no final do século XV e, principalmente, a partir do século XVI.

3 SANTOS, S. Boaventura. *Pela Mão de Alice*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

Em tal contexto, a categorização de um grupo como o Outro foi permeada por diversas formas de violência, tais como o etnocídio e o epistemicídio. Para que tudo isso acontecesse desta forma, a raça e a sua invenção foram fatores determinantes. Por isso, da mesma maneira em que a Europa se colocou em uma posição central por vias da categorização do Outro no colonialismo, a ideologia da superioridade racial foi inventada para legitimar tais processos.

A invenção da raça

Segundo Haider (2019), antes do tráfico negreiro e da colonização existia uma ideia de superioridade europeia, contudo não estava vinculada ao fator da cor da pele. Além disso, a própria categoria da branquitude como um grupo unificado era inexistente. Entretanto, o racismo esteve presente e o autor exemplifica essa questão com o caso dos irlandeses e irlandesas que viveram sob dominação inglesa por muitos séculos e eram considerados inferiores e sub-humanos pelos seus dominadores.

Com o advento da colonização do continente que veio a ser chamado de América e a transição para o modelo capitalista de produção, a categoria “raça branca” foi inventada como forma de controle social que garantiria a manutenção e perpetuação do sistema escravista. Em seu trabalho, o autor nos apresenta a seguinte frase de [Theodore W. Allen](#)⁴: “Quando os primeiros africanos chegaram à Virgínia em 1619, não havia brancos lá” (Allen apud HAIDER, 2019, p.82). Isto nos mostra como os colonos europeus que já haviam se estabelecido no território que viria a ser os Estados Unidos, não se reconheciam a partir dessa denominação de uma categoria racial:

De fato, as primeiras formas de ideologia racial inglesa representavam os irlandeses como inferiores e sub-humanos. E essa ideologia foi mais tarde repetida palavra por palavra para justificar tanto o genocídio indígena nas Américas quanto a escravização dos africanos. Nem era apenas uma questão de palavras: as próprias práticas de colonização, apreensão de terras e produção agrícola foram estabelecidas na Irlanda (HAIDER, 2019, p.82).

4 ALLEN, Theodore. *The Invention of the White Race*. Verso; Second Edition, 2014.

A branquitude não preexistia ao tráfico negreiro, o qual determinou a presença forçada de pessoas de origem africana no território do continente americano ao jugo da escravidão. Somente ao se deparar com sujeitos negros e negras, é que se passou a se reconhecer como um grupo, e não pelo simples fato do Outro ter sua cor de pele distinta, mas porque este Outro deveria ser controlado e categorizado a partir das relações de poder coloniais. Sendo assim, temos a percepção de que o estabelecimento de uma hierarquia racial e a supremacia de raça branca têm em suas origens o período da transição ao modelo capitalista com a colonização, justamente pela posição central que a escravidão foi colocada neste sistema (Ibidem, p.83).

Da mesma forma, a identificação dos sujeitos de origem africana como pessoas negras se deu a partir dessa relação de poder que os subjugou e os transformou em Outro, dentro desta lógica, passíveis de serem escravizados, violentados, considerados como sub-humanos:

(...) a identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento no século XV do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seus povos (MUNANGA, 2003, p.1).

Portanto, a escravização de pessoas, instaurada como uma das bases do colonialismo, foi definidora da ideologia racial que distingue seres humanos, criando uma estrutura hierárquica que garante a supremacia branca e as relações de poder dominadas pela branquitude. Sendo assim, “(...) raça é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA, 2020, p.31):

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”, diz Frantz Fanon. O negro faz-se humano com a negritude e com

a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo (Ibidem, p.77).

Isto posto, entendemos a invenção da categoria racial como uma ideologia extremamente difundida pelo grupo que compõe a branquitude seguindo os interesses coloniais de escravização, subjugação e estabelecimento de hierarquias nos mais diversos âmbitos da sociedade capitalista que se encontrava em sua fase mercantil neste primeiro momento. Por isso, é necessária a compreensão de que ao falarmos da questão racial, estamos primeiramente nos referindo à raça branca e de sua detenção das relações de poder desde a dominação colonial. Em vista disto, nos utilizamos do conceito *branquitude*. Em seus estudos, preconizados por Schucman (2020) no Brasil no campo das ciências humanas e sociais, o termo recebe a seguinte denominação:

(...) a branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram (SCHUCMAN, 2020, p.61).

Seguindo o raciocínio exposto, passamos a analisar a forma em que se definem as estruturas das relações de poder e quem as detém a partir do âmbito racial no sentido em que aqui foi apresentado. Assim como o patriarcado e a luta de classes estabelecem hierarquias no tecido social, a raça também faz parte daquilo que são as bases das desigualdades (DAVIS, 2016). Por isso, a branquitude estabelece uma relação hierárquica na qual se constrói uma supremacia branca e, de acordo com Almeida (2020, p.75), esta se estrutura não apenas pelo exercício de um poder baseado na força bruta, mas também com a formação de ideologias que se tornam consensuais:

O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido

pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos (ALMEIDA, 2020, p.67).

Ao falarmos do Brasil, a escravidão vinha em seu lento e gradual processo de abolição no século XIX. Nesta transição do trabalho escravo para o livre, o incentivo à imigração europeia através de políticas voltava-se à questão central de “desestabilizar a preponderância óbvia da população negra do nosso país” (GONZALEZ, 2020, p.259). Entre os anos de 1890 e 1920, mais de 1,5 milhão de pessoas brancas vindas do continente europeu se estabeleceram no país devido a estes fluxos migratórios (DIWAN, 2015, p.117).

Tais políticas que vieram a ser chamadas de políticas de branqueamento seguiam os ideais europeus propostos pelo chamado racismo científico e os pensamentos eugenistas que vigoravam na suposta ciência da época (Ibidem, p.104). O branqueamento foi uma dessas ideologias impostas pela supremacia da branquitude que se tornaram consensuais, se seguirmos a lógica já exposta de Silvio Almeida (2020). Isto posto:

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro de uma estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” da população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos” (NASCIMENTO, 2016, p.86).

Desta forma, se faz necessário compreender de que maneiras tais proposições ideológicas definidas pela branquitude e por seus interesses, os quais se posicionam a partir de uma hierarquia racial e de sua supremacia, atingem as populações que não são membros deste grupo. Como foi exposto no início deste artigo, a categorização de grupos como o Outro possui em suas bases a construção da suposta hierarquia racial e promove diversas formas de violência contra

essas populações. Sendo assim, ao iniciarmos a análise das construções de identidades negras em nosso país, devemos levar em consideração todos esses processos que permeiam os grupos racializados desde a ocupação colonial ao nosso momento de hoje.

Lélia Gonzalez, em seu importantíssimo trabalho de interpretação do Brasil e da realidade da população negra no país e na América Latina, nos apresenta duas concepções ideológicas que definem, em suas palavras, “de maneira dúbia e distorcida” a identidade dos sujeitos negros e negras na sociedade brasileira: a noção de democracia racial e a ideologia do branqueamento (GONZALEZ, 2020, p.65).

A partir desses conceitos que nomeiam as estruturas de poder definidas pela branquitude em relação às populações negras e indígenas, entendemos a importância de se analisar as ferramentas que se encarregam em executá-las. Por conseguinte, na mesma lógica da pensadora, a formação das identidades que estão sujeitas a tais concepções é afetada diretamente e de maneira negativa. Sendo assim, nos centraremos em compreender de que maneiras o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento contribuem negativamente, corroborando uma expropriação de construção de identidades próprias de sujeitos e grupos racializados pela branquitude:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de duas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são “expropriadas”, “dominadas” e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2020b, p.83-84).

Neste sentido, a suposta harmonia pregada por este mito (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2016), faz com que pessoas que não são parte da categoria da branquitude passem a se enxergar a partir das lentes impostas por essa hierarquia, ou seja, é construída uma visão hegemônica do que é ser brasileiro, por exemplo, a qual muitas vezes não corresponde com as vivências negras e indígenas. Em consonância com essa definição, é necessário termos em mente a configuração da mestiçagem. A partir dela se desenvolveram o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento:

A mestiçagem, como articulada no pensamento brasileiro entre o fim do século XIX e meados do século XX, seja na sua forma biológica (miscigenação), seja na sua forma cultural (sincretismo cultural), desembocaria numa sociedade uniracial e unicultural. Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma nova civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos stocks raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (MUNANGA, 2020b, p.91).

A partir deste trecho, percebemos como, para além da definição da configuração da mestiçagem, os mesmos processos de violência instaurados com o início da colonização permanecem vigentes de diversas maneiras em diferentes âmbitos. A categorização o Outro estabelecida pelos europeus em sua expansão colonial, exerce sua influência na maneira em que sociedades colonizadas no passado se configuram em nossos dias atuais.

Isto posto, conjuntamente ao mito da democracia racial, a ideologia do branqueamento também foi instaurada no contexto da mestiçagem. Gonzalez (2020) nos diz que esta pode ser entendida como uma sofisticação no racismo da América Latina que configura a manutenção da população negra e indígena na subordinação e pertencentes aos segmentos mais explorados da sociedade:

Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela [a ideologia do branqueamento] reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil), é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura” (Ibidem, p.132).

Desta forma, passamos a entender os processos identitários de pessoas e grupos negros e indígenas no Brasil a partir deste percurso histórico que nos dá um arcabouço de entendimento da questão racial no momento presente. A representação, parte fundamental da construção das identidades, foi e continua a ser formulada a partir dos parâmetros do branqueamento. Por isso, como será exemplificado na própria seção, há uma crise nas identidades negras no Brasil, bem como de identidades não abarcadas pelo complexo estabelecido pela branquitude.

A construção de identidades

As identidades se formam a partir de sistemas de representação, estes estabelecidos por uma marcação simbólica e pelas condições sociais (WOODWARD, 2014). Se aplicarmos ao contexto brasileiro esta fórmula, entendemos que o branqueamento é um dos pilares centrais naquilo que podemos chamar de identidades, neste caso, raciais. Na medida em que os valores ocidentais e eurocêntricos determinados pela branquitude como ideais a serem seguidos, em detrimento do apagamento, silenciamento e da não representação de símbolos e vivências negras e indígenas, os sujeitos e grupos passam a ser identificados e a se identificarem apenas a partir desta lógica que os coloca em uma posição negativa ou de não existência.

Os padrões sociais, culturais, religiosos, políticos, entre muitos outros, definidos pelo ideal do branqueamento colocam na marginalidade e deixam grupos inteiros sem a possibilidade de representações próprias: “do ponto de vista cultural, (...) o branqueamento está lá, tentando demonstrar superioridade europeia

em detrimento da histórica contribuição africana à construção da herança socio-cultural” (GONZALEZ, 2020, p.68).

Kabengele Munanga (2020b) nos diz que o branqueamento faz com que as pessoas negras e indígenas internalizem a ideia da necessidade de se tornarem brancas: “a política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes. Foram, pela coação, forçados a alienar sua identidade, transformando-se, cultural e fisicamente em brancos” (Ibidem, p.95):

Elaborações especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época [meados do século XIX e início do século XX] ajudariam hoje, se bem interpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora (Ibidem, p.54).

Em consonância com esta definição, bell hooks (2019, p.296) sinaliza que diversos processos como o colonialismo – já exemplificado –, os sistemas de dominação – como a detenção do poder pela branquitude – e o imperialismo, possuem a capacidade de coagir a população negra a internalizar percepções negativas da negritude, fazendo assim com que essas pessoas se auto odeiem. Esta percepção desencadeia o que a autora considera como sendo uma crise da identidade negra, e, de acordo com a lógica aqui exposta, também consideramos a crise de identidades de grupos e sujeitos que não fazem parte do complexo determinado como branquitude:

Enquanto as pessoas negras forem ensinadas a rejeitar nossa negritude, nossa história e nossa cultura como única maneira de alcançar qualquer grau de autossuficiência econômica, ou ser privilegiado materialmente, então sempre haverá uma crise na identidade negra (HOOKS, 2019, p.60).

Como já demonstrado, com a imposição de uma ideologia dominante a partir da branquitude que define o ideal do branqueamento e o mito da democracia racial, as populações não brancas e suas expressões são vistas de maneira negativa e forçadas a internalizarem esta mesma percepção delas mesmas. Desta

forma, a construção destas identidades, que não estão dentro dos parâmetros definidos pelos detentores das relações de poder que remontam ao colonialismo, se dispõem apenas de sistemas de representação que não as incluem ou as julgam de forma negativa.

Desta forma, a afirmação da posição da identificação de sujeitos negros e negras, bem como indígenas, acaba sendo nutrida a partir da posição da exclusão. Como vimos, a própria categorização destes grupos a partir do lugar do Outro racializado, a qual nos coloca a denominação de *negros* e *indígenas*, parte de um pressuposto excludente:

(...) a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania (MUNANGA, 2020a, p.15).

Em contraposição, a construção de identidades brancas carrega em seus processos um interminável sistema representativo, o qual se constitui das condições sociais e marcações simbólicas definidas pela própria branquitude. Ou seja, à medida em que se torna negativo ser identificado ou identificada como negro, se faz extremamente positivo ser parte do grupo branco. A partir desta formulação se constrói o privilégio da branquitude.

Em função disso, a busca pela aproximação estética, cultural, religiosa, epistemológica, entre muitos outros fatores, se torna uma tentativa de sobrevivência ou de uma vivência um pouco mais afastada dos efeitos do racismo, mesmo que efetivamente isso não ocorra, para sujeitos historicamente e ideologicamente racializados e que enfrentam em suas existências as consequências de uma sociedade que se estrutura pelo ideal do branqueamento.

Adicionalmente, por via de todos os processos que garantem a supremacia da branquitude nas relações de poder aqui expostos, a identidade branca é construída a partir de uma visão em que a normaliza e a essencializa:

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a

essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, “ser branco” não é considerado uma identidade étnica ou racial (HALL, 2014, p.83).

Por isso, é de extrema importância o trabalho desenvolvido acerca da branquitude e do reconhecimento do percurso histórico, social e político apresentado neste trabalho a respeito da construção da raça como uma ideologia, primeiramente, referente à posição estabelecida por este determinado grupo dentro das relações de poder. Se isto não é feito, a normalização a partir de uma visão essencialista e supremacista branca continua a ser difundida, afetando negativamente as vivências não brancas e a construção de suas próprias identidades.

Em consonância com o que foi exposto até então, podemos compreender a lógica de que “a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações de poder” (MUNANGA, 2020b, p. 109). A construção de uma identidade das populações brasileiras da maneira em que foi desenvolvida, sempre esteve baseada nos ideais propostos pelo branqueamento, em combinação com os processos genocidas, etnocidas e epistemicidas submetidos ao Outro racializado.

Por essa razão, as identidades passaram a ser subjugadas ao domínio das relações de poder da branquitude e dos interesses deste grupo de se manter em uma posição privilegiada e de supremacia dentro desta formulação de uma hierarquia racial. Sendo assim, identidades dos mais diversos grupos indígenas e das populações negras do país foram construídas com um referencial único que as colocavam em uma posição negativa ou de não-existência:

No nosso entender, o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica. Embora houvesse uma resistência cultural tanto dos povos indígenas como dos alienígenas que aqui

vieram ou foram trazidos pela força, suas identidades foram inibidas de manifestar-se em oposição à chamada cultura nacional. Esta, inteligentemente, acabou por integrar as diversas resistências como símbolos da identidade nacional. Por outro lado, o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (MUNANGA, 2020b, p.101).

Das consequências apontadas de todo esse processo, a falta de uma consciência coletiva nos indica, portanto, a não identificação de tal grupo como tal. A busca pelos ideais inseridos pelo branqueamento como algo que possibilitaria uma existência um pouco mais afastada das discriminações raciais, trouxe uma expropriação das identidades negras e indígenas, ao jogo de representações e marcações simbólicas positivas unicamente voltadas aos ideais da branquitude. Portanto, de que maneira as identidades não brancas são construídas se não possuem uma representação que diz respeito a elas mesmas?

O quilombismo e a negritude

Ao jogo da posição aqui exposta como histórica da invenção do Outro, os grupos assim categorizados foram submetidos a inúmeros processos violentos, assim como foram analisados alguns deles. A conformação dessas ações em uma expropriação ou alienação da própria identidade, submeteu as populações negras e indígenas do país a posições negativas ou de não existência em um sistema definido pelo ideal do branqueamento. Contudo, assim como formas de resistência à expropriação física sempre estiveram presente em processos de violência colonial e racial, alguns conceitos foram definidos, os quais poderíamos chamar nesta lógica de resistências identitárias.

A *negritude*, termo formulado por Aimé Césaire⁵, atualmente nos traz uma visão de que, quando se tratando de identidades, é necessária uma busca pela recuperação daquilo que foi expropriado com a aceitação das características físicas primeiramente, e, logo, abarcando as construções culturais, psicológicas, intelectuais, entre outras, já que “o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (MUNANGA, 2020a, p.19). Por isso, a negritude parte do entendimento da posição histórica em que os grupos determinados como negros foram sistematicamente violentados e alienados de sua própria identidade a partir das relações de poder dominadas pela branquitude e seus avanços colonialistas:

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar, o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (MUNANGA, 2020a, p. 19).

Nesse sentido, a manifestação denominada por Abdias do Nascimento (1980) por *quilombismo* nos apresenta a necessidade de ressaltar as diversas formas de resistências negras no período escravista, iniciando com a formação dos quilombos, os quais significaram um espaço em que o julgo colonialista europeu era inexistente nas formulações dos modos de vida, da cultura, manutenção de tradições e na construção de identidades próprias. Por isso, esse movimento atravessa a existência das populações negras até os dias atuais, na medida em que se faz necessário se desvincular dos parâmetros estabelecidos pela branquitude, os quais estão em consonância com a hierarquização e o avanço do capitalismo:

5 CÉSAIRE, Aimé. Les discours sur la Negritude, 1987

Precisamos e devemos codificar nossa experiência por nós mesmo, sistematizá-la, interpretá-la e tirar desse ato todas as lições teóricas e práticas conforme a perspectiva exclusiva dos interesses das massas negras e de sua respectiva visão de futuro. Esta se apresenta como a tarefa da atual geração afro-brasileira: edificar a ciência histórico-humanista do quilombismo (NASCIMENTO, 1980, p.263).

Desta forma, tais conceitos nos ajudam a compreender as necessidades das populações categorizadas como o Outro a partir da visão colonialista eurocêntrica. As manifestações de resistência carregam a necessidade histórica dos sujeitos e grupos racializados de poderem ter suas próprias expressões, representações e marcações simbólicas reconhecidas, a fim da construção de identidades que possam demonstrar uma noção de pertencimento a um grupo que, historicamente foi determinado como o Outro, mas que decisivamente, não se resume à colocação eurocêntrica que define a supremacia da branquitude unicamente por uma ideologia racista.

Nesta lógica, os processos de violência aos quais estes grupos vêm sendo submetidos desde a expansão colonial europeia encontram espaços de resistência na configuração do quilombismo, o qual ressalta a importância da manutenção e da propagação das epistemologias que historicamente foram abarcadas nos processos de racialização, sendo apagadas e consideradas inferiores, assim como inúmeras categorias culturais, religiosas, linguísticas, entre muitas outras.

Considerações finais

A partir do desenvolvimento deste artigo, sinalizamos de que forma as relações de poder que são dominadas pela branquitude remontam ao colonialismo e os processos violentos aos quais foram e continuam sendo submetidos os povos originários e a população negra, primeiramente ao jugo da escravização. A questão racial esteve intrinsecamente conectada a estes exercícios de poder, hierarquizando grupos e pessoas a partir da construção da categoria que veio a ser denominada por *branquitude*.

Desta forma, práticas ideológicas foram instauradas para a manutenção de tal supremacia, a fim de legitimar processos violentos e que levariam à expropriação de uma identidade própria de sujeitos e grupos racializados. Foram expostos

aqui o mito da democracia racial, o qual forja uma harmonia entre os grupos raciais, impedindo a percepção das desigualdades existentes devido ao racismo, e o ideal do branqueamento, que impõe a necessidade de seguir parâmetros eurocêntricos, portanto, brancos, para um reconhecimento positivo em diversos âmbitos da sociedade.

Analisamos as consequências de tais ideologias para a construção das identidades negras principalmente, mas também para outros grupos racializados que são subjugados à lógica colonialista por via da categorização do Outro. Ao serem definidas como negativas ou não-existentes, as marcações simbólicas referentes aos grupos negros determinam uma crise da identidade negra. Nesse sentido, as noções da negritude e do quilombismo foram apresentadas como formas de resistências, que se configuram também em resistências identitárias.



Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política**. 1ª edição, São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2015.

DUSSEL, Enrique. **1492 O Encobrimento do Outro: a origem do “mito da modernidade”**. Editora Vozes, 1993.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Orgs. Flávia Rios e Márcia Lima. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta, 2019.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15ª edição, Petrópolis: Vozes, 2014.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. 1ª edição, São Paulo: Elefante, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania**. Ação Educativa, ANPED. Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico Metodológica-SP, 2003.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. 4ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

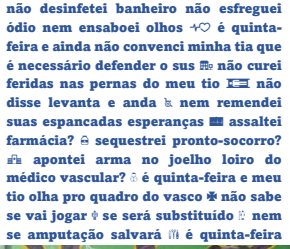
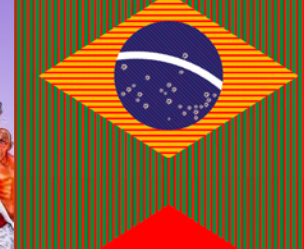
NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio no negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2016.

_____. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Vozes, 1980.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª edição, São Paulo: Veneta, 2020.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª edição, Petrópolis: Vozes, 2014.



não desinfetei banheiro não esfreguei
ódio nem ensabei olhos ♡ é quinta-
feira e ainda não convenci minha tia que
é necessário defender o sus ☹ não curei
feridas nas pernas do meu tio ☹ não
disse levanta e anda ☹ nem remendei
suas espancadas esperanças ☹ assaltei
farmácia? ☹ sequestrai pronto-socorro?
☹ aponte arma no joelho loiro do
médico vascular? ☹ é quinta-feira e meu
tio olha pro quadro do vasco ☹ não sabe
se vai jogar ☹ se será substituído ☹ nem
se amputação salvará ☹ é quinta-feira



Imagens

Exposição de Cartazes “200 anos de uma nação inacabada | A arte como forma de denúncia e resistência”

No ano em que celebramos os 200 anos da independência do Brasil, o Instituto Tricontinental, em parceria com as escolas nacionais Paulo Freire (ENPF) e Florestan Fernandes (ENFF), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a editora Expressão Popular, lançam a exposição 200 anos de uma nação inacabada | A arte como forma de denúncia e resistência.

Ao longo dos últimos meses, convidamos artistas populares de todo o Brasil para repensar o processo de independência brasileiro. Ao todo, 28 ilustrações se desafiaram a revisitar nossa história para refletir sobre o nosso passado, presente e futuro, expressando as dimensões do mundo do trabalho, da libertação nacional, da resistência popular e o avanço do capital sobre nossas vidas.

Vale a pena conferir com detalhe cada uma dessas belíssimas imagens. Aos participantes que nos ajudaram a construir essas ideias, nosso imenso agradecimento ao serem protagonistas de um processo artístico crítico, popular e revolucionário.

Disponível on-line em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/200-anos-de-uma-nacao-inacabada-a-arte-como-forma-de-denuncia-e-resistencia/>

